

Ministério da Educação e Desporto
Dezembro de 2011

Ministério da Educação e Desporto

**Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional
(RESEN) Cabo Verde**

**Cidade da Praia
Dezembro de 2011**

Ficha Técnica

Título: Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN) Cabo Verde

Autor: Ministério da Educação e Desporto

Pedro Moreno Brito, Domingas Rita Correia Silva Fernandes, Emanuel Semedo dos Reis Borges, Helena da Cruz Fortes, José Lino da Veiga Silva, Maria de Lourdes da Veiga Monteiro, Yvette Gomes

Assistência Técnica: UNESCO/BREDA - Pólo de Dakar

Guillaume HUSSON, Jean Mathieu LAROCHE, Jean Luc YAMEOGO, Jean-Pierre JAROUSSE

Editora: Ministério da Educação e Desporto

Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação

Palácio do Governo

C. P. 111 – Praia

Telefones: 2610212/45 * Fax: 2615676

Maquetagem: F.Rocha

Impressão: Tipografia Santos, Lda

Tiragem: 500 exemplares

Todos os Direitos Reservados

Índice de Conteúdos

| | |
|--|-----------|
| Agradecimentos | 13 |
| Siglas | 15 |
| Notas Prévias | 17 |
| Introdução | 19 |
| Resumo executivo | 21 |
| Résumé exécutif | 47 |
| Capítulo 1 - O Contexto de desenvolvimento da Educação em Cabo Verde | 73 |
| I. A situação demográfica favorável | 73 |
| II. A Situação social | 75 |
| II.1 - Uma diminuição significativa da pobreza entre 2001 e 2007 | 75 |
| II.2 - O emprego..... | 76 |
| II.3 - A Alfabetização..... | 77 |
| III. O contexto macroeconómico..... | 77 |
| III.1 - Uma situação macroeconómica favorável | 77 |
| III.2 - Aumento das receitas do Estado entre 2000 e 2009 | 78 |
| III.3 - ... e das despesas do Estado..... | 81 |
| IV. As despesas da Educação | 82 |
| IV.1 - Um aumento contínuo das despesas da Educação durante o período 2000 a 2009..... | 82 |
| IV.2 - A evolução das despesas da Educação por crianças de 6 a 17 anos mostra uma forte prioridade do Estado para o sector da Educação..... | 84 |
| IV.3 - Uma repartição intersectorial de despesas correntes favorável à Educação e que se estabiliza entre 23 e 25% a partir de 2003..... | 85 |
| IV.4 - Os recursos externos no financiamento de investimento da Educação revela uma tendência decrescente depois de uma série de anos de crescimento | 88 |
| Anexo do capítulo 1 | 89 |
| Anexo 1.1 - Nota sobre os dados demográficos | 89 |
| Capítulo 2 - Análise Global das escolarizações | 97 |
| I. Análise quantitativa da escolarização | 97 |

| | |
|---|------------|
| I.1 - Efectivos por nível de ensino..... | 97 |
| I.2 - Cobertura escolar por nível de ensino | 100 |
| I.3 - Percurso escolar: Análise dos perfis de escolarização transversal e de sobrevivência..... | 101 |
| I.4 - Esperança de vida escolar | 103 |
| II. Oferta e demanda escolar..... | 103 |
| II.1 - Análise entre acesso e distância comunidade-escola..... | 103 |
| II.2 - Continuidade educativa | 105 |
| II.3 - Recursos (Estabelecimentos públicos) | 107 |
| Capítulo 3 - Aspectos financeiros da Educação | 109 |
| I. Evolução das despesas da Educação..... | 109 |
| I.1 - Evolução das despesas correntes..... | 110 |
| I.2 - Evolução das despesas com investimentos..... | 111 |
| II. Análise detalhada das despesas correntes da Educação do ano 2009..... | 113 |
| II.1 - As despesas correntes financiadas pelo orçamento do Estado..... | 114 |
| II.1.1 - A distribuição do pessoal da Educação e das despesas correntes..... | 114 |
| II.1.2 - Despesas correntes dos projectos de investimento na Educação financiadas pelo Estado..... | 117 |
| II.1.3 - Resumo das despesas correntes financiadas pelo orçamento do Estado (incluindo as despesas correntes dos projectos de investimento), distribuição intrasectorial, sem incluir as despesas referentes ao pagamento de salários dos professores | 118 |
| II.2 - Os custos unitários públicos de escolarização..... | 122 |
| II.3 - Factores que afectam os custos unitários públicos | 124 |
| II.3.1 - Número de alunos por professor | 124 |
| II.3.2 - Os Salários | 125 |
| II.4 - Reconstituição dos custos unitários públicos..... | 127 |
| III. As contribuições/despesas das famílias na Educação | 128 |
| III.1 - As despesas das famílias para Educação | 129 |
| III.2 - Detalhes sobre as despesas da Educação no Ensino Secundário (numa perspectiva de assunção destas despesas pelo Estado a médio prazo) | 134 |
| Anexo do Capítulo 3..... | 137 |
| Anexo 3.1 - Número de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade, ano 2009 | 137 |
| Anexo 3.2 - Massa salarial de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade, ano 2009 | 138 |
| Anexo 3.3 - Remuneração média anual de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade, ano 2009 | 139 |
| Anexo 3.4 - Número de professores do Ensino Secundário e número de horas de ensino, por ciclo e antiguidade, ano 2009 | 140 |

| | |
|--|------------|
| Anexo 3.5 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 1º ciclo | 140 |
| Anexo 3.6 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 2º ciclo | 141 |
| Anexo 3.7 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 3º ciclo | 141 |
| Capítulo 4 - A eficácia interna e a qualidade dos serviços educativos | 143 |
| I. Melhorias na eficácia interna do sistema / persistência de repetências e abandono elevado em alguns ciclos..... | 143 |
| I.1 - As Repetências | 143 |
| I.2 - Sobrevivência dos alunos..... | 147 |
| I.3 - Coeficiente da eficácia interna | 147 |
| II.A qualidade das aprendizagens | 149 |
| II.1 - A probabilidade de saber ler sem dificuldades segundo os anos de estudos..... | 150 |
| II.2 - A avaliação nacional das competências escolares no fim do 6º ano de Ensino Básico | 151 |
| II.2.1 - Uma forte heterogeneidade nas competências dos alunos mas igualmente por escola e por concelho | 151 |
| II.2.2 - Identificação de alguns factores que influenciam sobre o score de aprendizagem | 158 |
| II.2.3 - Existe uma forte obliquidade de notação no seio dos professores | 162 |
| Anexo do capítulo 4..... | 165 |
| Anexo 4.1 - Evolução da percentagem da repetência por nível de ensino | 165 |
| Anexo 4.2 - Coeficiente de Eficácia Interna no Ensino Básico e Secundário | 166 |
| Anexo 4.3 - Nível de alfabetização dos adultos (24-44 anos) consoante a frequência escolar na juventude (IDSR 2005)..... | 167 |
| Anexo 4.4 - Os diferentes tipos de avaliação..... | 168 |
| Anexo 4.5 - Cálculo dos limiares de competências | 170 |
| Anexo 4.6 - Relação do nível de fim da 3ª fase e do resultado na avaliação AFERIDA – 2009/2010, por concelho (884 observações) | 171 |
| Anexo 4.7 - Modelos de regressão, Avaliação Aferida, 2009/2010..... | 175 |
| Capítulo 5 - Impacto da Educação no desenvolvimento | 177 |
| I. Investimento no capital humano: um impacto social significativo | 177 |
| I.1 - O risco da pobreza diminui com o nível de educação | 177 |
| I.2 - O nível de educação do chefe de família tem um efeito benéfico sobre a escolarização das crianças | 178 |
| I.3 - O nível de educação materna afecta a demografia e a saúde | 179 |
| I.3.1 - A educação da mãe ajuda a retardar a idade do primeiro parto | 179 |
| I.3.2 - A educação da mãe favorece o acompanhamento médico | 181 |
| I.4 - O nível de educação dos indivíduos tem um impacto positivo no conhecimento dos modos de transmissão do HIV/SIDA | 183 |
| I.5 - Análise dos ganhos marginais..... | 184 |

| | |
|---|------------|
| II. Os efeitos da Educação na esfera económica e emprego | 188 |
| II.1 - Uma primeira descrição do mercado de trabalho nacional | 188 |
| II.1.1 - Uma prospectiva global | 188 |
| II.1.2 - Um aumento da proporção de empregos no sector industrial em relação ao sector agrícola..... | 189 |
| II.1.3 - A distribuição público/privado do emprego segundo a qualificação | 191 |
| II.2 - Articulação entre os produtos do Sistema Educativo e as estruturas produtivas | 193 |
| II.2.1 - Estatutos no emprego segundo o nível de estudos | 193 |
| II.2.2 - Os empregos ocupados pelos jovens de 25 a 34 anos segundo o nível em que saem do Sistema Educativo..... | 195 |
| II.2.3 - Balanço formação-empregos, análise de fluxo | 196 |
| Capítulo 6 - Equidade e disparidade no Sistema Educativo Cabo-verdiano | 201 |
| I. Equidade e disparidade nas escolarizações | 201 |
| I.1 - Perspectiva global | 201 |
| I.2 - Disparidade de acesso segundo sexo | 203 |
| I.3 - Disparidade de acesso segundo nível de vida | 204 |
| I.4 - Disparidade de acesso segundo o meio residência | 205 |
| I.5 - Disparidade segundo o concelho de residência..... | 207 |
| I.6 - Impacto de certas características sociais e demográficas sobre a permanência dos alunos no Ensino Básico | 209 |
| II. Repartição dos recursos públicos em Educação | 210 |
| Capítulo 7 - A Gestão administrativa e pedagógica do sistema..... | 215 |
| I. A gestão administrativa | 216 |
| I.1 - Afecção dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico | 216 |
| I.1.1 - Afecção dos professores segundo os efectivos de alunos nas escolas..... | 216 |
| I.1.2 - Afecção dos professores versus necessidades das escolas nos concelhos | 219 |
| I.2 - A afecção de professores no Ensino Secundário | 220 |
| I.2.1 - Relação entre o número de professores e o número de alunos | 221 |
| I.2.2 - Relação entre o volume horário dos professores e o volume horário das aulas..... | 222 |
| I.3 - Análise das economias de escala na escolarização para o Ensino Secundário..... | 223 |
| II. A gestão pedagógica: a transformação dos recursos alocados às escolas em resultados tangíveis aos alunos | 225 |
| Capítulo 8 - Avaliação do custo global das opções de política educativa a médio prazo no Quadro da nova Lei de Bases (Boletim Oficial, de 7 Maio 2010) | 229 |
| I. Que prioridade para o desenvolvimento da Educação? | 229 |
| II. Que recursos públicos podem ser mobilizados ao orçamento corrente da Educação para o desenvolvimento do sector? | 230 |

| | |
|---|-----|
| III. Que opções de política educativa para o horizonte 2020 e a que custos associados?..... | 233 |
| III.1 - O Ensino Pré-escolar..... | 234 |
| III.2 - O Ensino Básico..... | 237 |
| III.3 - O Ensino Secundário..... | 240 |
| III.3.1 - Os dois primeiros ciclos do Ensino Secundário Geral..... | 244 |
| III.3.2 - O 3º ciclo do Ensino Secundário..... | 249 |
| III.3.2.1 - O 3º ciclo da Via Geral..... | 249 |
| III.3.2.2 - O 3º ciclo da Via Técnica..... | 252 |
| III.4 - O IEFP..... | 254 |
| III.5 - O Instituto Pedagógico..... | 256 |
| III.6 - O Ensino Superior..... | 259 |
| III.7 - A Educação e Formação de Adultos..... | 262 |
| IV. Consolidação global do enquadramento financeiro..... | 263 |
| IV.1 - Financiamento da política sectorial de 2011 a 2020..... | 263 |
| IV.2 - Que custo global para um primeiro ciclo do Ensino Secundário obrigatório e sem despesas de inscrição?..... | 266 |

Índice de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1.1 - Alguns indicadores demográficos, 1990-2010..... | 74 |
| Quadro 1.2 - Evolução do PIB e do PIB por habitante, 2000-2009..... | 78 |
| Quadro 1.3 - Evolução das Receitas do Estado, 2000-2009..... | 79 |
| Quadro 1.4 - Evolução das despesas do Estado e a necessidade de financiamento, 2000-2009..... | 82 |
| Quadro 1.5 - Evolução das despesas da Educação, 2000-2009..... | 83 |
| Quadro 2.1 - Evolução de efectivos por nível de ensino..... | 99 |
| Quadro 2.2 - Taxa bruta de escolarização e nº de alunos por 100 000 habitantes..... | 101 |
| Quadro 2.3 - Proporção de alunos que percorrem mais de 1 e 3 kms respectivamente para chegarem à escola por concelho..... | 104 |
| Quadro 2.4 - Distribuição de escolas e alunos do Ensino Básico segundo ofertas dos níveis..... | 106 |
| Quadro 2.5 - Proporção de alunos e escolas /continuidade educativa entre 2007/2008 e 2008/2009..... | 106 |
| Quadro 2.6 - Evolução de número de salas..... | 107 |
| Quadro 3.1 - Evolução das despesas correntes do Estado para a Educação a preços constantes, 2000-2009..... | 110 |
| Quadro 3.2 - Evolução das despesas correntes do Estado para a Educação por natureza de despesas, 2000-2009..... | 110 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 3.3 - Evolução das despesas de investimentos da Educação por nível de ensino a preços constantes, 2000-2009..... | 112 |
| Quadro 3.4 - Distribuição do pessoal e despesas correntes do Estado reconstituído do ano 2009 | 115 |
| Quadro 3.5 - Distribuição das despesas correntes por tipo de despesa e nível de ensino de 2009..... | 116 |
| Quadro 3.6 - Distribuição de despesas correntes dos projectos de investimento de FICASE e IIEFP por tipo de despesa e nível de ensino de 2009..... | 117 |
| Quadro 3.7 - Distribuição do total das despesas correntes da Educação por tipo de despesa e nível de ensino de 2009 | 118 |
| Quadro 3.8 - Comparação internacional de distribuição intra-sectorial (%) das despesas correntes da Educação (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)..... | 120 |
| Quadro 3.9 - Custos unitários públicos correntes anuais por nível de ensino, ano 2009 | 122 |
| Quadro 3.10 - Comparação internacional dos custos unitários públicos por nível de ensino em % do PIB por habitante (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)..... | 123 |
| Quadro 3.11 - Número de alunos por professor no ensino público por nível de ensino, ano 2009 | 124 |
| Quadro 3.12 - Remuneração média anual de professor na sala de aula por categoria e nível de ensino..... | 126 |
| Quadro 3.13 - Reconstituição do custo unidade público por nível de ensino (alunos das escolas públicas), ano 2009 | 127 |
| Quadro 3.14 - Estimativa das despesas das famílias para a escolarização das suas crianças, 2009 | 129 |
| Quadro 3.15 - Propinas de Inscrição e frequência no Ensino Secundário e sua distribuição, consoante o pagamento directo pelas famílias e / ou pagas pela FICASE, ano 2009 | 135 |
| Quadro 4.1 - Repartição dos alunos de 6º ano segundo o nível de <i>score</i> em Português..... | 155 |
| Quadro 4.2 - Repartição dos alunos do 6º ano por concelho, segundo o nível de <i>score</i> em Português | 157 |
| Quadro 4.3 - Efeito de algumas variáveis explicativas sobre o <i>score</i> do aluno | 159 |
| Quadro 5.1 - Efeito da Educação segundo o número de ano de estudos sobre as variáveis demográficas..... | 180 |
| Quadro 5.2 - Medida consolidada do impacto social na idade adulta de diferentes níveis educativos numa variedade de dimensões sociais..... | 185 |
| Quadro 5.3 - A população nacional 15-64 anos, ano 2007 | 188 |
| Quadro 5.4 - A distribuição dos empregos ocupados por sectores segundo a geração, 2007..... | 190 |
| Quadro 5.5 - A população activa ocupada segundo o tipo de emprego e grupos etários, 2007..... | 191 |
| Quadro 5.6 - Estrutura do emprego moderno por sector e qualificação, 2007..... | 193 |
| Quadro 5.7 - Distribuição dos indivíduos de 15-64 anos, segundo nível de educação e o estatuto perante o emprego, 2007..... | 194 |
| Quadro 5.8 - Repartição da população 25-34 anos segundo seu nível da Educação e seu estatuto, ano 2007..... | 195 |
| Quadro 5.9 - Balanço quantitativo Educação-Emprego, fluxo com base anual, 2007 | 198 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 6.1 - Repartição de jovens (5-25 anos) segundo nível de instrução, género, localização e nível de vida, ano 2007..... | 202 |
| Quadro 6.2 - Probabilidade de acesso por ano de estudo segundo concelho de residência, ano 2007 | 208 |
| Quadro 6.3 - Modelização econométrica da manutenção (população 15-17 anos), ano 2007 | 210 |
| Quadro 6.4 - Distribuição estrutural das despesas públicas na Educação numa <i>cohorte</i> de 100 crianças (Probabilidade de acesso por nível)..... | 212 |
| Quadro 6.5 - Apropriação das diferentes categorias sociais na despesa pública da Educação..... | 214 |
| Quadro 7.1 - Comparação do grau de aleatoriedade na afectação dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico em 16 países africanos..... | 218 |
| Quadro 7.2 - Distribuição dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico, 2008/2009, segundo concelho | 219 |
| Quadro 8.1 - Uma estimativa de recursos públicos que poderiam ser mobilizados para o funcionamento do sector da Educação no horizonte de 2020..... | 231 |
| Quadro 8.2 - Despesas correntes e de investimentos para o Ensino Pré-escolar segundo o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte..... | 235 |
| Quadro 8.3 - Despesas correntes e de investimentos para o Ensino Básico segundo o cenário final de desenvolvimento do sector para o horizonte 2020..... | 237 |
| Quadro 8.4 - As despesas correntes e de investimentos para o Ensino Secundário segundo o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte de 2020..... | 240 |
| Quadro 8.5 - As despesas correntes e de investimento para o IIEFP, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020 | 254 |
| Quadro 8.6 - Despesas correntes e de investimento para o Instituto Pedagógico, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020 | 257 |
| Quadro 8.7 - As despesas correntes e de investimento para o Ensino Superior, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020 | 260 |
| Quadro 8.8 - As despesas correntes e de investimento para a Educação e Formação de Adultos, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte 2020..... | 263 |
| Quadro 8.9 - Financiamento da política sectorial - Cenário final, 2011-2020 | 264 |
| Quadro 8.10 - Estimativa do custo global do Ensino Secundário primeiro ciclo obrigatório e sem despesas de inscrição e o custo acrescido em relação a um cenário com um Ensino Secundário primeiro ciclo não obrigatório e pagos, 2011-2020 | 268 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1.1 - Evolução da população escolarizável de 6 a 17 anos, 1990-2020..... | 75 |
| Gráfico 1.2 - Evolução dos recursos internos do Estado por habitantes em ECV, 2000-2009 | 80 |
| Gráfico 1.3 - Comparação internacional dos recursos internos do Estado em % do PIB | 81 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1.4 - Comparação internacional de despesas totais da Educação em % do PIB (despesas correntes e de investimento) financiadas com recursos internos do Estado (países com PIB per capita entre 2000 e 6000 \$ US) | 84 |
| Gráfico 1.5 - Evolução das despesas correntes reais da Educação por indivíduos escolarizável de 6 a 17 anos (ECV de 2009), 2000-2009 | 85 |
| Gráfico 1.6 - Evolução das despesas correntes da Educação em % das despesas correntes do Estado e das receitas internas do Estado, 2000-2009 | 86 |
| Gráfico 1.7 - Comparação internacional da parte (%) das despesas correntes do Estado destinada à Educação..... | 87 |
| Gráfico 1.8 - % das despesas de investimentos financiados com recursos externos | 88 |
| Gráfico 2.1 - Perfil de escolarização transversal, 2000/2001 e 2008/2009..... | 102 |
| Gráfico 2.2 - Perfil de sobrevivência pseudo – longitudinal..... | 102 |
| Gráfico 2.3 - Comparação internacional da esperança de vida escolar | 103 |
| Gráfico 2.4 - Probabilidade de acesso ao 6º ano/Probabilidade de acesso ao 1º ano em função da proporção de alunos que percorrem mais de 1km..... | 105 |
| Gráfico 3.1 - Evolução da proporção das despesas da Educação financiadas com recursos externos, 2000-2009 | 113 |
| Gráfico 3.2 - Distribuição intra-sectorial (%) das despesas correntes da Educação (incluindo as despesas de fornecimento dos projectos de investimento) ano 2009..... | 119 |
| Gráfico 3.3 - % das despesas, excluindo salários dos professores, por nível de ensino, ano 2009 | 121 |
| Gráfico 3.4 - Comparação internacional de % das despesas não salariais dos professores do Ensino Básico (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$ US)..... | 121 |
| Gráfico 3.5 - Comparação internacional do número de alunos por professor do ensino público para o Ensino Básico (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)..... | 125 |
| Gráfico 3.6 - Parte (%) das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação em 2009 (Estado + famílias)..... | 130 |
| Gráfico 3.7 - Parte das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação (Estado + famílias) por nível de ensino, ano 2009 | 131 |
| Gráfico 3.8 - Distribuição das despesas das famílias em Educação por natureza de despesas para cada nível de ensino..... | 132 |
| Gráfico 4.1 - Evolução da percentagem de repetência por ciclo no Ensino Básico entre 2001/2002 e 2008/2009 | 144 |
| Gráfico 4.2 - Comparação internacional da percentagem de repetentes no Ensino Básico, ano 2009..... | 145 |
| Gráfico 4.3 - Evolução da percentagem de repetência por ciclo no Ensino Secundário entre 2001/2002 e 2008/2009 | 146 |
| Gráfico 4.4 - Evolução da percentagem de repetência por via no Ensino Secundário entre 2001/2002 e 2008/2009 | 146 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 4.5 - Evolução de taxa de sobrevivência por ciclo entre 2001/2002 e 2008/2009 | 147 |
| Gráfico 4.6 - Evolução de coeficiente de eficácia interna por ciclo entre 2001 e 2008 | 148 |
| Gráfico 4.7 - Comparação de coeficiência de eficácia interna de Cabo Verde com a média africana..... | 149 |
| Gráfico 4.8 - Probabilidade de saber ler em função de anos de estudos (adultos 24-44 anos) | 150 |
| Gráfico 4.9 - Análise comparada sobre a probabilidade de saber ler com 6 anos de estudos (adultos 24-44 anos)..... | 151 |
| Gráfico 4.10 - Distribuição de score global sobre o conjunto dos alunos avaliados no fim de 6º ano do Ensino Básico..... | 152 |
| Gráfico 4.11 - Distribuição de <i>score</i> da avaliação em Português e em Matemática..... | 153 |
| Gráfico 4.12 - Score global por Concelho | 153 |
| Gráfico 4.13 - Score de Português por Concelho | 154 |
| Gráfico 4.14 - Score de Matemática por concelho | 154 |
| Gráfico 4.15 - Relação entre o resultado em Português na avaliação do fim da 3ª fase (6º ano) e o <i>score</i> em Português na avaliação aferida em 6º ano | 163 |
| Gráfico 5.1 - Probabilidade de estar nos 60% das famílias mais pobres, com idade compreendida entre os 15 – 59 anos, segundo o meio de residência e o nível de escolaridade do chefe de família | 178 |
| Gráfico 5.2 - Probabilidade das crianças do agregado familiar terem acesso ao Ensino Básico e ao primeiro ciclo do Ensino Secundário, por nível de escolaridade do chefe de família (15-59 anos) | 179 |
| Gráfico 5.3 - Frequência de comportamentos em matéria de saúde para a mãe e o filho segundo a duração dos estudos da mãe (idade compreendida entre 15-59 anos) família (15-59 anos)..... | 181 |
| Gráfico 5.4 - Probabilidade de uma criança morrer antes dos 5 anos de idade, segundo a duração dos estudos da mãe (15-59 anos de idade)..... | 182 |
| Gráfico 5.5 - Efeitos de educação dos indivíduos (15-59 anos de idade) sobre o conhecimento do VIH/SIDA e seus modos de transmissão (escala de 0 à 7)..... | 183 |
| Gráfico 6.1 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino segundo género, ano 2007 | 203 |
| Gráfico 6.2 - Índice de paridade de género no Ensino Básico em alguns países de África em 2008 ou próximo, ano 2007 | 204 |
| Gráfico 6.3 - Proporção de uma geração que acede a diferentes níveis de ensino segundo nível de vida, ano 2007 | 205 |
| Gráfico 6.4 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino segundo o meio de residência, ano 2007 | 206 |
| Gráfico 6.5 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino por grupos extremos, ano 2007..... | 207 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 6.6 - Curva de Lorenz da distribuição dos recursos públicos na Educação | 212 |
| Gráfico 6.7 - Proporção de recursos públicos (nas despesas correntes) consumidos por 10% de pessoas mais educadas em alguns países africanos em 2008 ou anos próximos..... | 213 |
| Gráfico 6.8 - Apropriação comparada das diferentes categorias sociais e da despesa pública da Educação..... | 214 |
| Gráfico 7.1 - Coerência na afectação dos professores das escolas públicas do Ensino Básico, 2008/2009 | 217 |
| Gráfico 7.2 - Relação entre o número de professores e o número de alunos nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário, ano 2008/2009..... | 221 |
| Gráfico 7.3 - Relação entre o volume horário semanal dos professores e o volume horário semanal das turmas nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário, ano 2008/2009..... | 223 |
| Gráfico 7.4 - Relação entre o custo unitário salarial por aluno (suportado pelo Estado) e o efectivo de alunos no estabelecimento de Ensino Secundário público..... | 224 |
| Gráfico 7.5 - Relação entre o custo unitário salarial, aluno por escola pública do Ensino Básico e os resultados obtidos em Português na avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens dos alunos no 6º ano, ano 2010 (amostra de 105 escolas) | 226 |
| Gráfico 7.6 - Relação entre o custo unitário salarial aluno por escola pública de Ensino Básico e os resultados obtidos em Matemática da avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens escolares dos alunos do 6º ano, ano 2010 (amostra de 120 escolas)..... | 226 |

Índice Imagens

| | |
|---|-----|
| Esquema 1.1 - Evolução da situação da pobreza entre 2001 a 2007 | 76 |
| Esquema 7.1 - Processos de gestão administrativa e pedagógica do Sistema Educativo..... | 215 |

Agradecimentos

A Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação e Desporto agradece a todos quantos de uma forma ou doutra contribuíram para que este relatório fosse concluído.

Agradece, igualmente, de forma específica a todos os Serviços do MED, quer centrais quer desconcentrados pela colaboração no fornecimento de dados/informações que viabilizaram a realização deste relatório.

Os agradecimentos são, também, extensivos a todos os serviços da Administração Pública que colaboraram na elaboração deste relatório, com destaque para a Direcção Nacional do Planeamento, a Direcção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública, a Direcção Geral do Tesouro, o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Comissão Nacional da UNESCO para Cabo Verde e a Universidade Pública de Cabo Verde.

De igual modo, um agradecimento especial aos Técnicos da DGPOG que de forma muito profissional souberam conduzir este relatório realizado com financiamento e Assistência Técnica da UNESCO/BREDA – Pólo de Dakar, cujos agradecimentos são também muito especiais, sobretudo para os especialistas que assistiram a elaboração deste relatório.

Finalmente, os agradecimentos estendem-se ao Gabinete da Ministra da Educação e Desporto, pela confiança depositada na DGPOG para a realização deste relatório.

Siglas

BREDA – Bureau Régional pour l'Éducation en Afrique

CF – Chefe de Família

DGEFA – Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos

DGEBS – Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário

DGESC – Direcção Geral de Ensino Superior e Ciência

DGPOG – Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

ECV – Escudos Cabo-verdianos

ESG – Ensino Secundário Geral

EST – Ensino Secundário Técnico-Profissional

FAEF – Fundo de Apoio ao Ensino e Formação

FICASE – Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDSR – Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Instituto Pedagógico

ISU – Institut de Statistique de l'UNESCO

MED – Ministério da Educação e Desporto

MR – Modalidade de Referência

ND – Não Definido/Não Disponível/Não Determinado

PAM – Programa Alimentar Mundial

PIB – Produto Interno Bruto

- QUIBB** – Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar
- RESEN** – Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional
- RGPH** – Recenseamento Geral da População e Habitação
- SIDA** – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- SS** – Sem Significado
- TBE** – Taxa Bruta de Escolarização
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNI-CV** – Universidade de Cabo Verde
- VIH** – Vírus da Imunodeficiência Humana

Notas Prévias

Não poderemos deixar de pensar os Relatórios do Estado dos Sistemas Educativos Nacionais (RESEN) como uma das componentes mais importantes de qualquer trabalho científico, auxiliar da melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas, ou seja, como um Estado da Arte.

E é o Estado da Arte da Educação Caboverdeana que se coloca, com esta edição, à disposição de todos aqueles que se interessam pela Educação.

Este primeiro Relatório, construído com a colaboração regional, do BRED, Dakar, possibilitou a formação de competências nacionais que irão continuar a elaborar periodicamente este importante instrumento de gestão sistémica.

O conhecimento exaustivo do Sistema Educativo permite uma optimização da concretização, no imediato, das políticas, de alargamento da escolaridade básica de seis para oito anos, de generalização da opção de Ensino Secundário Técnico profissional, de revisão curricular, de introdução de tecnologias informacionais no processo de ensino aprendizagem, de desenvolvimento da educação artística, de concretização de uma educação inclusiva e de uma educação empreendedora, permitindo ainda a definição de novas políticas para o sector.

O RESEN será o instrumento privilegiado para a reestruturação da planificação escolar de lógica trianual em harmonia com o Quadro de Despesas de Médio Prazo, o que permitirá aumentar transversalmente a qualidade, que o lema, Juntos por uma Educação de Qualidade, desafia a colocar toda a nossa atenção no actor principal do processo educativo – O ALUNO.

Aluno que, ao adquirir competências propiciadoras de conhecimento desenvolvimentista, naturalmente produzirá prosperidade que todos possam partilhar na nossa Nação Global.

Agradecendo, o empenhamento daqueles que realizaram o RESEN, desejamos a todos uma boa e proveitosa utilização dos dados aqui sistematizados.

A Ministra,
Fernanda Marques
Praia, 2011.12.06

Introdução

Esta análise sectorial da Educação em Cabo Verde vem juntar-se à lista crescente dos Relatórios do Estado dos Sistemas Educativos Nacionais (RESEN). À semelhança dos relatórios similares, o RESEN de Cabo Verde é o produto da colaboração entre uma equipa nacional composta de Quadros do Ministério da Educação e Desporto e de outros ministérios e o Pólo de Dakar (UNESCO - BREDA). O relatório destina-se a estabelecer um retrato do estado actual da Educação em Cabo Verde, e por consequência oferecer aos decisores nacionais e aos parceiros do desenvolvimento uma base analítica sólida para instruir o diálogo político e o processo de tomada de decisão.

Nos últimos anos, o contexto do desenvolvimento da Educação evoluiu de tal modo que os trabalhos analíticos desta natureza são cada vez mais necessários. Os Governos se esforçam para atingir os objectivos ligados à sua política educativa e Cabo Verde através de uma Nova Lei de Bases do Sistema Educativo decidiu extinguir/abolir as propinas no primeiro ciclo, posteriormente, e a curto prazo a nível do segundo ciclo do Ensino Secundário com o objectivo de atingir um ensino universal de oito e depois de dez anos.

Este relatório é o primeiro RESEN elaborado em Cabo Verde e constitui um diagnóstico sólido que permite ao Governo operar e avaliar as escolhas políticas credíveis e sustentáveis a curto prazo. Os resultados deste relatório são particularmente úteis para a elaboração de uma política sectorial e para fornecer elementos analíticos para as futuras reformas.

O relatório salienta várias características, entre as quais duas merecem ser aqui mencionadas. Primeiramente, foi elaborado graças ao trabalho conjunto e motivado de uma equipa nacional e de uma equipa de apoio do Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA). Não se trata de uma avaliação externa do Sistema Educativo mas é fruto de um trabalho em colaboração visando aprofundar a compreensão dos desafios a que faz face o sector e edificar uma acção conjunta na base de um diagnóstico comum, cujo relatório assim representa a implementação concreta da declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda. Além disso, a metodologia de trabalho utilizada permitiu igualmente o reforço

das competências em análise sectorial do Ministério da Educação e Desporto em Cabo Verde. Um segundo ponto de destaque diz respeito à metodologia e às fontes de dados utilizados, que vão para além do que é feito habitualmente. A equipa conjunta explorou todos os dados disponíveis e saídos principalmente do recenseamento escolar anual da administração mas também dos inquéritos recentes às famílias para efectuar uma análise mais detalhada que aquela permitida pelo cálculo dos indicadores de base habitualmente utilizados para o seguimento dos sistemas educativos.

Os diferentes resultados deste relatório estimularam discussões no seio de diferentes ministérios sobre os desafios que devem realçar no sector educativo cabo-verdiano. Assim, os números do RESEN permitiram trabalhar sobre o modelo de simulação financeira do sector e ter em conta as arbitragens sobre a política educativa do País (como por exemplo a abolição das propinas no primeiro ciclo do Ensino Secundário no horizonte de 2015 e depois no segundo ciclo no horizonte 2020) para os próximos dez anos que são apresentados no oitavo e último capítulo deste relatório.

De uma forma geral, este relatório constitui uma fonte documental completa que interessa à Educação em Cabo Verde. Sendo o presente relatório uma mostra do sistema num momento particular, corre o risco de ficar ultrapassado à medida que o País implementa a sua política. Neste sentido, espera-se obter uma segunda versão deste diagnóstico nos anos vindouros, sob a direcção de uma equipa nacional e com o mínimo de apoio técnico externo. Esta abordagem já deu provas em outros países, com realce para a melhoria da apropriação do relatório.

Espera-se que o segundo RESEN venha mostrar os constantes progressos registados pelo Sistema Educativo em termos de número de crianças que possam aceder a um ensino de oito e de dez anos com qualidade, mas também em termos de números de jovens saídos do Sistema Educativo com as competências necessárias para apoiar o desenvolvimento social e económico de Cabo Verde.

Resumo executivo

No quadro da nova Lei de Bases do Sistema Educativo impunha-se um diagnóstico sectorial como forma de disponibilizar aos decisores dados recentes sobre os resultados quantitativos e qualitativos do sistema, mas também sobre o seu funcionamento e sua gestão. À semelhança do relatório, este resumo executivo fica ao nível de diagnóstico actual (pondo em evidência os pontos fortes e fracos do sistema) sem abordar de forma directa as recomendações em termos de acções concretas de política educativa. De realçar que o capítulo 8 do presente relatório vai para além do diagnóstico, visto que apresenta as grandes orientações de política educativa para o horizonte 2020, fazendo ao mesmo tempo uma avaliação da fiabilidade física e financeira das diferentes arbitragens (ensino universal e sem custos de oito anos no horizonte 2015, seguido de dez anos no horizonte 2020). Este resumo executivo diz respeito, portanto, unicamente ao diagnóstico do sistema.

Os dados utilizados no relatório provêm de várias fontes, particularmente, dos inquéritos administrativos escolares do Ministério da Educação e Desporto, dados demográficos dos recenseamentos de 2000 e 2010 (dados provisórios para 2010), inquéritos às famílias (IDSR 2005, QUIBB 2007) do Instituto Nacional da Estatística (INE), dados macroeconómicos e despesas efectuadas, assim como, das dotações orçamentais do Ministério das Finanças.

1. Transição demográfica atingida: a população escolarizável (6-17 anos) baixa significativamente desde 2000

De acordo com os dados provisórios do Censo 2010, a população cabo-verdiana é de 491 575. Conheceu um crescimento médio na ordem de 1,2% entre 2000 e 2010. Quanto à população escolarizável, nos ensinos Básico e Secundário (dos 6 -17 anos), era de 146 924 em 2000, isto é, 33,6% da população total e em 2010 ela é de 131 284, ou seja 26,7% devendo ser de 109 961 em 2020, isto é 19,9% da população total.

Por conseguinte, a população escolarizável em Cabo Verde está significativamente

em baixa desde 2000. Pode-se, facilmente imaginar que as necessidades em salas de aulas e professores deverão ser limitadas ao longo dos próximos dez anos.

2. O contexto macro económico foi favorável ao longo da última década...

Entre 2000 e 2009, a taxa média de crescimento real do PIB foi de 6,1% por ano, passando o PIB (em valor monetário constante de 2009) de 73 634 milhões de ECV em 2000 para 125 497 milhões de ECV em 2009. A riqueza per capita conheceu igualmente um forte crescimento. O PIB/per capita passou de 168 568 ECV em 2000 para 258 328 ECV em 2009, isto é, uma taxa média de crescimento real de 4,9% por ano.

Quadro 1 - Evolução do produto interno bruto (PIB) e do PIB por habitante (2000 – 2009)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Produto Interno bruto (Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 64.539 | 69.380 | 72.758 | 79.527 | 82.086 | 86.185 | 97.384 | 107.252 | 121.303 | 125.497 |
| Flutuação monetária do PIB base 100 em 2009 | 87,6 | 88,8 | 88,4 | 92,3 | 91,4 | 90,1 | 92,4 | 93,7 | 100,0 | 100,0 |
| a preços constantes de 2009 | 73.634 | 78.153 | 82.282 | 86.135 | 89.822 | 95.679 | 105.383 | 114.497 | 121.253 | 125.497 |
| Taxa de crescimento real (%) | | 6,1 | 5,3 | 4,7 | 4,3 | 6,5 | 10,1 | 8,6 | 5,9 | 3,5 |
| População | 436.821 | 442.010 | 447.261 | 452.574 | 457.950 | 463.390 | 468.895 | 474.465 | 480.101 | 485.804 |
| PIB por habitante (ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 147.746 | 156.965 | 162.675 | 175.721 | 179.248 | 185.989 | 207.689 | 226.048 | 252.662 | 258.328 |
| a preços constantes de 2009 | 168.568 | 176.814 | 183.969 | 190.323 | 196.139 | 206.476 | 224.747 | 241.319 | 252.557 | 258.328 |

Fonte: INE e Ministério das Finanças

3. ...o que permitiu o aumento dos recursos de Estado...

A porção da riqueza nacional elevada pelo Estado (taxa de pressão fiscal e não fiscal) passou de 21,9% do PIB em 2000 para 31,1 % do PIB em 2007, tendo registado diminuição nos anos subsequentes, situando-se em 23,7 % do PIB em 2009. Atendendo à evolução importante do PIB nesse período, os recursos internos (recursos correntes e outros excluindo os donativos) do Estado evoluíram substancialmente passando de 16 150 milhões de ECV em 2000 para 29 708 milhões em 2009, isto é, uma taxa de crescimento médio real de 7,0% ano.

Por outro lado, os recursos externos aumentaram também nesse período, mas de forma mais acentuada, pois passaram de 4485 milhões de ECV em 2000 para 6549 milhões em 2009, isto é, um aumento médio anual de 4,3%.

Quadro 2 - As receitas do Estado, 2000-2009

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Receitas do Estado (Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 18.086 | 18.299 | 23.516 | 22.092 | 26.116 | 28.848 | 32.674 | 38.653 | 39.677 | 36.256 |
| Em % do PIB | 28,0 | 26,4 | 32,3 | 27,8 | 31,8 | 33,5 | 33,6 | 36,0 | 32,7 | 28,9 |
| a preços constantes de 2009 | 20.635 | 20.613 | 26.594 | 23.927 | 28.577 | 32.026 | 35.358 | 41.265 | 39.660 | 36.256 |
| Recursos internos | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 14.155 | 14.746 | 17.197 | 17.236 | 18.755 | 22.409 | 26.383 | 33.341 | 33.937 | 29.708 |
| Em % do PIB | 21,9 | 21,3 | 23,6 | 21,7 | 22,8 | 26,0 | 27,1 | 31,1 | 28,0 | 23,7 |
| a preços constantes de 2009 | 16.150 | 16.610 | 19.448 | 18.668 | 20.523 | 24.877 | 28.550 | 35.593 | 33.922 | 29.708 |
| Por habitante, a preços constantes de 2009 | 36.971 | 37.333 | 42.947 | 40.529 | 43.836 | 52.322 | 59.099 | 72.430 | 67.872 | 58.407 |
| Recursos externos | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 3.931 | 3.553 | 6.319 | 4.856 | 7.360 | 6.439 | 6.291 | 5.312 | 5.740 | 6.549 |
| Em % do PIB | 6,1 | 5,1 | 8,7 | 6,1 | 9,0 | 7,5 | 6,5 | 5,0 | 4,7 | 5,2 |
| a preços constantes de 2009 | 4.485 | 4.003 | 7.146 | 5.260 | 8.054 | 7.148 | 6.807 | 5.671 | 5.738 | 6.549 |

*Dados provisórios

Fonte: INE e Ministério das Finanças

4. ...e as despesas relativas ao sector da Educação

As despesas relativas à Educação (correntes e investimento) financiadas com recursos próprios do Estado aumentaram entre 2000 e 2009, uma vez que passaram de 4223 milhões de ECV em 2000 para 7026 milhões de ECV em 2009, isto é, um crescimento médio anual de 5,8%. As despesas correntes cresceram mais rapidamente, uma vez que elas passaram de 3798 milhões de ECV em 2000 para 6340 milhões de ECV em 2009, isto é, um crescimento médio anual de 7,4%. Para além disso, as despesas de investimento são financiadas pela ajuda externa.

Quadro 3 - Evolução das despesas da Educação, 2000-2009

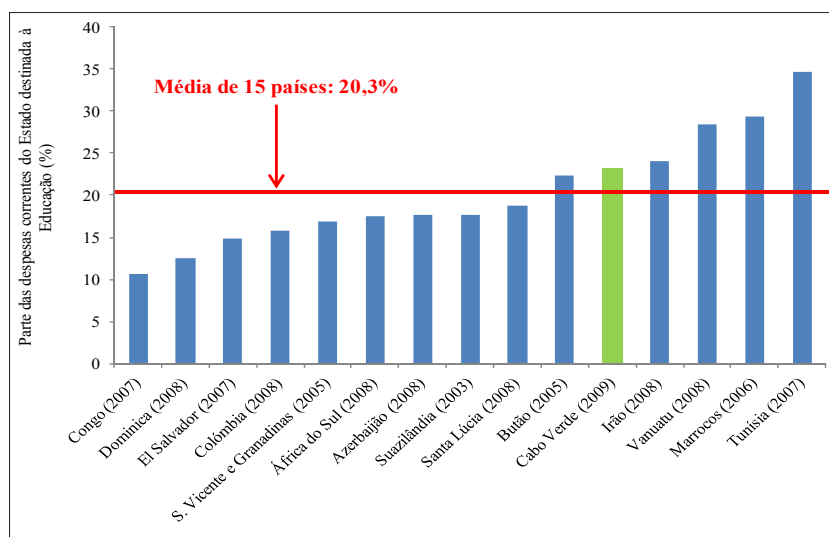
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006* | 2007* | 2008* | 2009* |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Despesas correntes (em Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços constantes de 2009 | 3.798 | 3.899 | 4.025 | 4.844 | 4.950 | 5.478 | 6.005 | 6.176 | 5.951 | 6.340 |
| por criança de 6 a 17 anos preços constantes de 2009 (ECV) | 25.867 | 26.128 | 26.872 | 32.349 | 33.192 | 37.028 | 41.075 | 42.481 | 41.324 | 44.466 |
| Despesas de investimentos (em Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços constantes de 2009 | 2.388 | 2.594 | 2.243 | 1.229 | 1.441 | 1.904 | 1.330 | 1.563 | 1.563 | 1.589 |
| % Despesas de investimentos financiados com recursos externos | 57,3 | 66,0 | 70,0 | 99,0 | 99,1 | 98,8 | 83,4 | 59,8 | 50,3 | 53,4 |
| Despesas totais (financiados com recursos externos e internos) (em Milhões ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços constantes de 2009 | 6.186 | 6.493 | 6.268 | 6.073 | 6.391 | 7.382 | 7.335 | 7.739 | 7.514 | 7.930 |
| Despesas totais financiados com recursos internos (em Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 4.223 | 4.244 | 4.154 | 4.484 | 4.535 | 4.956 | 5.708 | 6.326 | 6.682 | 7.026 |
| a preços constantes de 2009 | 4.818 | 4.780 | 4.697 | 4.857 | 4.963 | 5.502 | 6.177 | 6.753 | 6.679 | 7.026 |
| Despesas correntes da Educação em % das despesas correntes do Estado | 24,3 | 25,2 | 20,8 | 25,6 | 25,1 | 24,9 | 24,7 | 24,9 | 23,7 | 23,7 |
| Despesas correntes da Educação em % das receitas internas do Estado | 23,5 | 23,5 | 20,7 | 25,9 | 24,1 | 22,0 | 21,0 | 17,4 | 17,5 | 21,3 |
| Despesas da Educação com recursos internos em % do PIB | 6,5 | 6,1 | 5,7 | 5,6 | 5,5 | 5,8 | 5,9 | 5,9 | 5,5 | 5,6 |

* Inclui o IIEFP

Fonte: Ministério das Finanças

A ajuda externa nas despesas de investimento para a Educação representava 57,3% em 2000, cerca de 99% entre 2003 e 2005, antes que esta parte diminuísse para atingir os 53,4% em 2009.

Gráfico 1 - Comparação internacional da parte (%) das despesas correntes do Estado destinada à Educação (países com PIB per capita entre 2000 e 6000 \$ US 2009)



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), Instituto de Estatísticas de UNESCO

A Educação constitui um sector prioritário para Cabo Verde na medida em que i) as despesas totais da Educação financiadas com recursos próprios representavam 5,6% do PIB em 2009 (elas representavam 6,5% do PIB em 2000); ii) as despesas correntes do Estado concedidas ao sector da Educação representavam 23,7% em 2009 (24,3% em 2000), número que colocou Cabo Verde comparativamente acima de um número significativo de países a nível de riqueza; e iii) a despesa corrente real por criança de 6 aos 17 anos passou de 25 867 ECV em 2000 para 44 466 ECV em 2009.

5. A repartição intrasectorial das despesas correntes da Educação é favorável ao Ensino Básico

A porção relativa às despesas públicas correntes concedidas ao Ensino Básico representava, em 2009, 43,6% das despesas correntes da Educação. A porção relativa às

despesas correntes concedidas ao Ensino Secundário era de 38,0% e decompõe-se como se segue: 14,0% para o primeiro ciclo, 12,9% para o segundo ciclo, 9,1% para o terceiro ciclo do ensino geral e 2,0% para o terceiro ciclo do ensino técnico. A porção relativa às despesas correntes da Educação concedidas aos outros níveis de ensino era de 0,1% para o Pré-escolar, de 1,6% para formação profissional, de 1,9% para Instituto Pedagógico e de 13,9% para o Ensino Superior e Ciência.

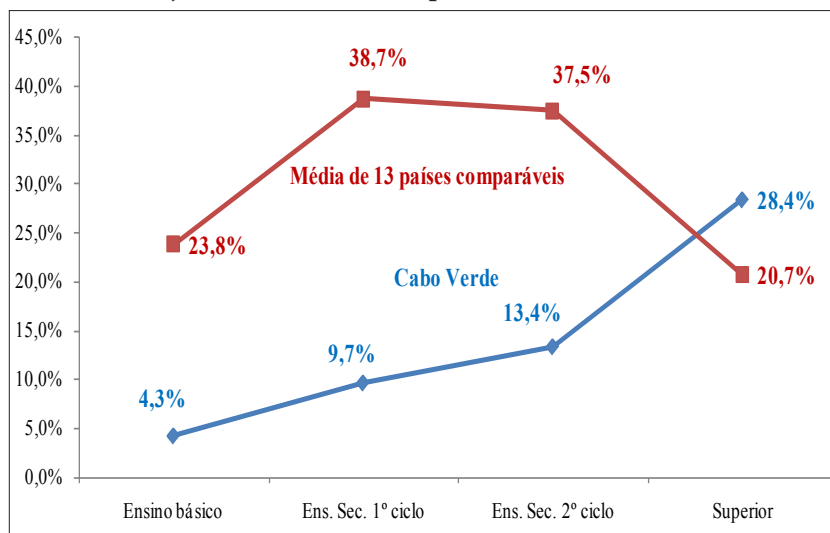
A maior parte das despesas públicas correntes são as despesas ligadas aos salários dos professores que leccionam. Se se interessar pela porção relativa às outras despesas, além dos salários, apercebe-se que esta parte era de 33,3% no Ensino Básico e 21,8%, 20,4%, 19,1%, e 19,1% para o primeiro ciclo, o segundo ciclo, o terceiro ciclo geral e o terceiro ciclo do Ensino Secundário Técnico, respectivamente. Entretanto, esta parte é nitidamente mais importante para a formação profissional (53,3%) e para o Instituto Pedagógico (43,6%). Contrariamente a muitos países, a porção relativa às despesas públicas, excepto os salários dos professores, é mais importante no Ensino Básico do que no Ensino Secundário. De todo o modo, a explicação reside no facto dos estabelecimentos de Ensino Secundário arrecadarem receitas das propinas dos alunos que vêm reforçar os recursos disponíveis para financiar as despesas neste nível de ensino e que não estavam inscritas nas despesas do Estado.

6. As despesas das famílias com a Educação representam 12,1% do total das despesas da Educação em 2009

As despesas das famílias com a Educação eleva-se a 8123 milhões de ECV em 2009, equivalente a 12,1% da despesa da Educação no País. A porção das despesas das famílias na despesa total da Educação (pública+ famílias) é cada vez mais elevada com o aumento do nível de escolaridade dos seus educandos. Com efeito, em 2009, as famílias contribuíram, em média, com 4,3% de despesa total no Ensino Básico, 9,7%, 12,6% e 14,2% para o primeiro, segundo e terceiro ciclo do Ensino Secundário, respectivamente e 28,4% para o Ensino Superior. Esta estrutura de financiamento parece ser coerente e suficientemente equitativa na medida em que os benefícios são mais elevados para os diplomados do Ensino Superior que são maioritariamente os indivíduos do nível social médio, de meio favorecido, que se encontram nesse nível de ensino.

O gráfico 2 apresenta a parte das despesas correntes das famílias por nível de ensino nas despesas correntes totais (públicas + famílias).

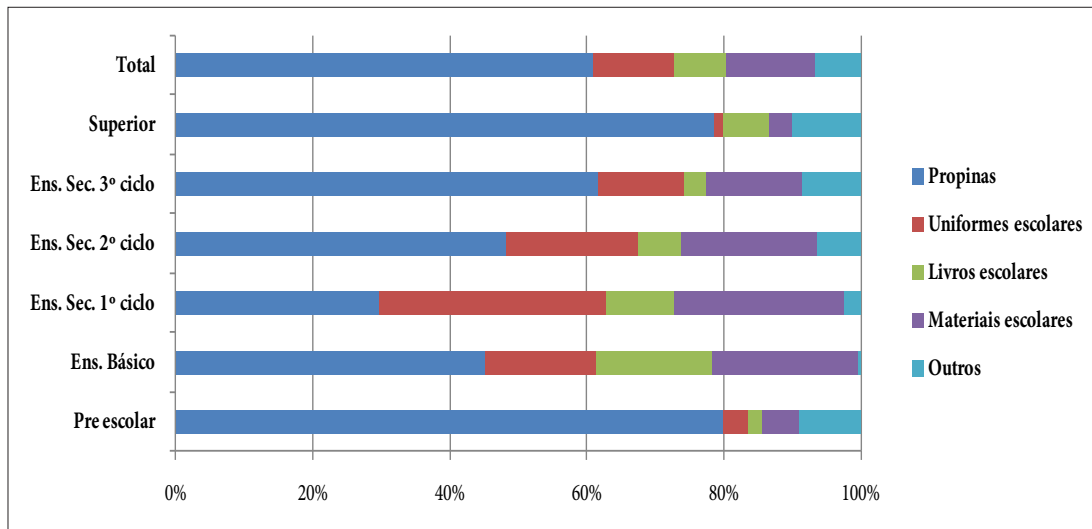
Gráfico 2 - Parte das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação (Estado + famílias) por nível de ensino, ano 2009



Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007, do capítulo 2, dos dados do Ministério das Finanças e Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

Ao considerar apenas o financiamento da Educação pelas famílias, apercebe-se que a maioria das despesas das famílias com a Educação são as propinas (61%). Observando a distribuição dessas despesas por nível de ensino, nota-se que, para o primeiro ciclo do secundário, os custos de escolarização representam 30% das despesas das famílias para este nível de ensino e que a compra de uniforme representa 33% das despesas das famílias. Sendo assim, pode-se pensar que uma medida visando a gratuidade deste uniforme ou a sua supressão teria um impacto considerável, assim como, a abolição das propinas com o objectivo de atingir um ensino universal de oito anos e depois de dez anos.

Gráfico 3 - Repartição das despesas das famílias em Educação por natureza de despesas para cada nível de ensino



Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

7. A cobertura escolar melhorou ao longo dos últimos anos

A cobertura escolar de 2001 a 2009 melhorou para todos os níveis de ensino à excepção do Ensino Básico cuja TBE era de 116,1% em 2001. O Ensino Superior é o nível cuja cobertura escolar aumentou mais rapidamente (34,6% por ano). Quanto à cobertura dos ensinos Pré-escolar e Secundário (Geral e Técnico) aumentou 3,6% e 3,8% por ano, respectivamente. Assim, a TBE do Pré-escolar passou de 54,3% em 2001 para 72,3% em 2009 e no Secundário, Geral e Técnico, passou de 86,0%, 62,2% e 42,3% para 114%, 87,8% e 61,9% nos primeiro, segundo e terceiro ciclos, respectivamente.

**Quadro 4 - A evolução da cobertura escolar
(TBE em % e número de estudantes 100 000 habitantes) por nível de ensino 2000/2001 a 2008/2009**

| Níveis de ensino | 2000-01 | 2008-09 | Crescimento Médio anual* |
|---|---------|---------|--------------------------|
| Pré-escolar | 54,3 | 72,3 | 3,6% |
| Ensino Básico | 116,1 | 113,5 | -0,3% |
| Ensino Secundário (Geral e Técnico) | 65,0 | 87,8 | 3,8% |
| 1º Ciclo | 86,0 | 114,0 | 3,6% |
| 2º Ciclo | 62,2 | 87,8 | 4,4% |
| 3º Ciclo | 42,3 | 61,9 | 4,9% |
| Secundário (Via Geral) | 63,5 | 85,3 | 3,8% |
| 1º Ciclo | 86,0 | 114,0 | 3,6% |
| 2º Ciclo | 59,5 | 87,8 | 5,0% |
| 3º Ciclo | 40,2 | 54,6 | 3,9% |
| Ensino Técnico (Nº de alunos por 100 000 habitantes) | 241 | 352 | 4,8% |
| Ensino Superior (Nº de alunos por 100 000 habitantes) | 164 | 1763 | 34,6% |

Fonte: DGPOG – MED

*Trata-se de crescimento das taxas e não de efectivos

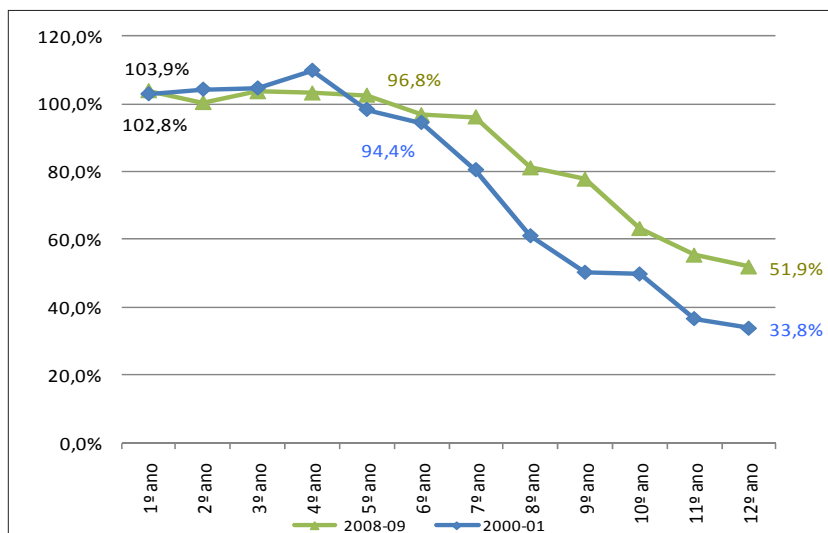
8. Se quase todas as crianças de uma geração entraram no primeiro ciclo do Ensino Secundário em 2009 (7º ano de escolaridade), somente 80% terminam este ciclo (8º ano de escolaridade)

Se o Ensino Básico é universal em Cabo Verde há muitos anos (em 2001, a taxa de conclusão do Ensino Básico era de 94,4% e em 2009 de 96,8%), o acesso ao primeiro ciclo é praticamente universal desde há algum tempo já que a taxa de acesso no 7º ano era de 80% em 2001 e em 2009 ela era cerca de 95%. Entretanto, constata-se uma forte perda entre o 7º e o 8º anos de escolaridade já que a taxa de conclusão do primeiro ciclo do secundário era cerca de 80% em 2009.

Por outro lado, o acesso e a conclusão dos outros ciclos do Ensino Secundário cresceram consideravelmente entre 2001 e 2009. A taxa de conclusão do terceiro ciclo do Ensino Secundário (12º ano) passou de 33,8% em 2001 para 51,9% em 2009, o que significa que, em

Cabo Verde, metade das crianças da mesma faixa etária é escolarizada até ao fim do Ensino Secundário.

Gráfico 4 - Perfil de escolarização transversal, 2000/2001 e 2008/2009



Fonte: DGPOG – MED

9. Os abandonos assim como as reprovações contribuem para a fraca eficácia interna do sistema nomeadamente a nível do Ensino Secundário

A nível do Ensino Básico, a proporção das reprovações diminuiu de 14,1% em 2005/2006 para 10,4% em 2008/2009. Quanto aos abandonos, são quase nulos para este nível de ensino na medida em que todas as crianças acedem à escola e quase todas concluem o Ensino Básico em Cabo Verde. Os recursos que financiam as reprovações e alguns abandonos são estimados em 13,5% dos recursos mobilizados para o Ensino Básico.

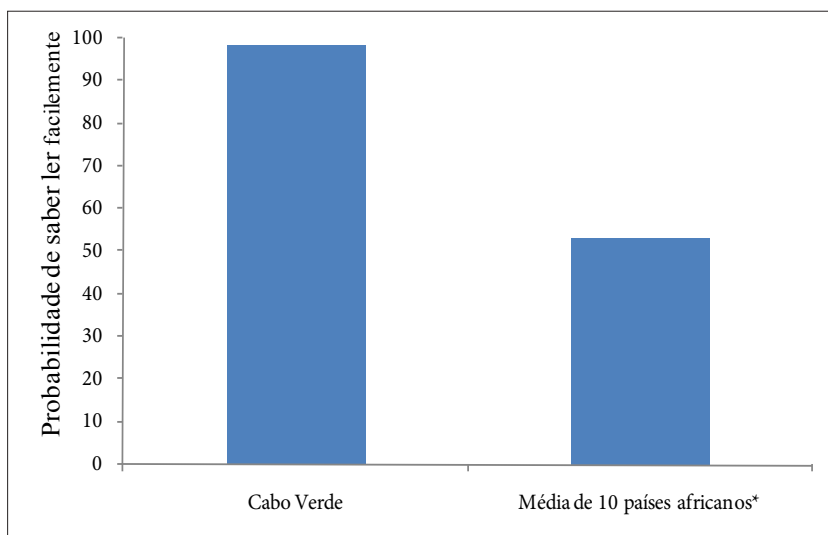
É a nível do Ensino Secundário que as proporções de reprovações são mais elevadas com 22,3% de reprovações no primeiro ciclo, 19,7% no segundo ciclo e 13,3% no terceiro ciclo. Por outro lado, os abandonos ocorrem desde o primeiro ciclo do Ensino Secundário, pois são cerca de 15% neste ciclo e 14% no segundo. Pode-se pensar que as reprovações elevadas favorecem os abandonos ao longo do ciclo, na medida em que o Ensino Secun-

dário não é gratuito para as famílias. As reprovações e os abandonos contribuem equitativamente para a perda de eficácia a nível do Ensino Secundário. Estima-se que os recursos que financiam as reprovações e os abandonos sejam de 27,7% no primeiro ciclo, de 28,7% no segundo ciclo e de 17,3% no terceiro ciclo dos recursos mobilizados para o Ensino Secundário.

10. A quase totalidade das crianças saídas do Ensino Básico sabe ler facilmente

Em Cabo Verde, 98,3% de adultos de 24 a 44 anos sabem ler sem dificuldades após 6 anos de escolarização e 79,7% após 5 anos de escolarização. Pode, assim dizer que após 6 anos de escolarização, a grande maioria dos adultos em Cabo Verde lê facilmente. Comparativamente com outros países de África, estes resultados revelam uma grande qualidade do Sistema Educativo. Com efeito, a média provável de saber ler sem dificuldade após os 6 anos de escolarização e comparativamente em dez países africanos é somente de 53,2%.

Gráfico 5 - Análise comparada sobre a probabilidade de saber ler com 6 anos de estudos (adultos 24-44 anos)



* Benin, Burkina Faso, Tchad, Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger
Fonte: Cálculo dos autores a partir dos dados do IDSR 2005, e Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

11. Todavia, uma forte proporção de alunos do 6º ano do Ensino Básico tem resultados insuficientes em Português e fortes disparidades existentes entre concelhos

Mesmo se a probabilidade de saber ler facilmente após seis anos de escolaridade é claramente melhor que dos demais países africanos, existe um terço dos alunos de fim do 6º ano do Ensino Básico que tem um nível considerado fraco em Português (avaliação “aferida” de Junho 2010).

Por outro lado, os resultados da avaliação estandardizada «aferida» em Português mostram que existem disparidades entre concelhos e entre escolas. De entre os 22 concelhos do País, somente cinco têm uma proporção de alunos com um nível de domínio do Português superior à média nacional e 11 concelhos têm uma proporção de alunos fracos em Português, maior que a média nacional.

Quadro 5 - Repartição dos alunos do 6º ano de escolaridade segundo o nível do score em Português na avaliação “aferida” de Junho 2010 por concelho

| Concelhos | Percentagem de alunos | | |
|----------------------------|-----------------------|-------------|-----------|
| | Score fraco | Score médio | Score bom |
| Porto Novo | 29,7 | 47,7 | 22,6 |
| Paul | 22,3 | 50,3 | 27,4 |
| Ribeira Grande | 17,1 | 43 | 39,9 |
| São Vicente | 15,7 | 37,4 | 46,9 |
| Tarrafal de São Nicolau | 35,8 | 35 | 29,2 |
| Ribeira Brava | 18,3 | 43,6 | 38,1 |
| Sal | 12,4 | 43,3 | 44,3 |
| Boa Vista | 20,5 | 17,2 | 62,3 |
| Maio | 31,8 | 48,5 | 19,7 |
| Tarrafal - Santiago | 43,2 | 43,2 | 13,6 |
| Santa Catarina - Santiago | 40,1 | 37,6 | 22,3 |
| Santa Cruz | 54 | 38,1 | 7,9 |
| São Miguel | 42,3 | 40,5 | 17,2 |
| São Salvador do Mundo | 44,6 | 45,4 | 10 |
| São Lourenço dos Órgãos | 47,3 | 38,7 | 14 |
| São Domingos | 44,6 | 39,3 | 16,1 |
| Praia | 29,8 | 38,5 | 31,7 |
| Ribeira Grande de Santiago | 54,7 | 35 | 10,3 |
| São Filipe | 31,9 | 48,6 | 19,5 |
| Mosteiros | 42,6 | 44,1 | 13,3 |
| Santa Catarina - Fogo | 40,3 | 41,3 | 18,4 |
| Brava | 32,8 | 31,5 | 35,7 |

Fonte: Avaliação aferida, cálculo dos autores

Para além das necessidades em pilotagem, alguns factores têm uma incidência directa sobre os resultados. É certo que as variáveis retidas e aqui apresentadas não são forçosamente directa ou indirectamente dependentes das escolhas das políticas educativas, mas pode-se pensar que o abandono (temporário) tem consequências nefastas sobre os resultados dos alunos. Contrariamente a isso, a implicação dos pais é realmente um factor positivo e o facto do professor/director de escola trabalhar com os pais é um trunfo

positivo para o sucesso escolar. Para além disso, nota-se que as disparidades sociais continuam a reproduzir-se a nível das aprendizagens. Finalmente, é necessário aumentar a taxa de cobertura de energia nos concelhos que ainda não atingiram nível desejado por causa do efeito significativo sobre o *score* final dos alunos.

No que diz respeito aos professores e conservando no espírito o alcance limitado desses resultados, realça-se aqui a importância do efeito de se poder trabalhar com a Internet (o que supõe também que o professor tem acesso a um computador e a um conjunto de novas tecnologias como por exemplo o leitor de dvd, vídeo e/ou data show, etc, e formação para se servir desses instrumentos). De igual modo, o conhecimento do sistema de avaliação é positivo, pois a amostragem dos professores da avaliação «aferida», mostra que um terço dos professores declara ainda não conhecer o Sistema de Avaliação no Ensino Básico. Nota-se também a influência positiva de técnicas pedagógicas que favorecem o interesse do aluno.

12. Se a disparidade nas escolarizações segundo o sexo foi atingido, existem disparidades ligadas a nível de riqueza e do meio de residência

Não existem disparidades entre raparigas e rapazes no acesso aos diferentes níveis de ensino e a probabilidade de aceder ao Ensino Superior em Cabo Verde é o mesmo para raparigas e para os rapazes, cerca 10% segundo a análise do QUIBB 2007.

Contrariamente, nota-se disparidades no acesso ao Ensino Secundário ligadas ao nível de riqueza. A probabilidade de aceder ao primeiro ciclo do Ensino Secundário é de 62,0% para uma criança vinda de uma família com menos recursos financeiros contra 87,3% para uma criança proveniente de família mais possedente (análise do QUIBB 2007). As diferenças acentuam-se no decorrer dos anos de estudo, onde se constata que a probabilidade de crianças provenientes das famílias mais possedentes aceder ao Ensino Superior era de 22,9% e para as crianças vindas das famílias menos possedentes era de apenas 2,0%.

Quadro 6 - Probabilidade de acesso por ano de estudo segundo o concelho de residência, ano 2007

| Concelhos | 1º ano | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano | 10º ano | 11º ano | 12º ano |
|----------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ribeira Grande | 100,0 | 92,7 | 74,9 | 64,1 | 55,8 | 52,1 | 39,3 | 27,7 |
| Paul | 100,0 | 89,6 | 73,4 | 57,8 | 47,1 | 42,6 | 30,2 | 25,8 |
| Porto Novo | 98,8 | 95,3 | 68,0 | 53,9 | 47,6 | 35,3 | 31,2 | 19,1 |
| São Vicente | 100,0 | 93,0 | 82,8 | 69,7 | 56,2 | 48,4 | 39,9 | 34,3 |
| Ribeira Brava | 100,0 | 92,0 | 65,3 | 58,7 | 54,8 | 50,9 | 20,1 | 12,4 |
| Tarrafal de São Nicolau | 98,6 | 92,8 | 64,8 | 45,9 | 44,1 | 35,3 | 15,9 | 12,5 |
| Sal | 100,0 | 83,8 | 75,2 | 74,1 | 59,3 | 46,0 | 33,4 | 19,2 |
| Boavista | 95,5 | 90,9 | 77,8 | 72,6 | 51,3 | 35,5 | 18,1 | 19,4 |
| Maio | 100,0 | 88,3 | 70,7 | 60,9 | 52,3 | 48,7 | 27,8 | 17,9 |
| Tarrafal | 100,0 | 88,5 | 81,9 | 69,4 | 54,7 | 45,3 | 29,8 | 18,0 |
| Santa Catarina | 99,2 | 82,7 | 65,3 | 60,2 | 48,2 | 38,4 | 33,5 | 22,2 |
| Santa Cruz | 100,0 | 84,3 | 71,6 | 64,8 | 53,9 | 43,0 | 30,4 | 24,1 |
| Praia | 100,0 | 86,7 | 83,1 | 79,8 | 66,8 | 50,0 | 44,7 | 42,9 |
| São Domingos | 100,0 | 93,1 | 77,4 | 67,4 | 60,8 | 48,4 | 36,5 | 36,0 |
| São Miguel | 99,8 | 91,9 | 72,6 | 59,4 | 55,0 | 49,4 | 43,2 | 29,0 |
| São Lourenço dos Orgãos | 100,0 | 88,6 | 75,2 | 61,4 | 54,9 | 42,2 | 31,6 | 22,8 |
| São Salvador do Mundo | 100,0 | 90,7 | 82,5 | 81,1 | 62,0 | 50,0 | 39,5 | 36,2 |
| Ribeira Grande de Santiago | 100,0 | 84,5 | 52,6 | 47,2 | 36,2 | 30,5 | 18,2 | 13,9 |
| Mosteiros | 100,0 | 76,5 | 61,2 | 51,4 | 46,8 | 42,8 | 29,1 | 22,9 |
| São Filipe | 100,0 | 82,0 | 57,2 | 54,3 | 46,9 | 33,3 | 34,1 | 27,8 |
| Santa Catarina do Fogo | 100,0 | 76,8 | 46,2 | 42,8 | 37,1 | 21,6 | 21,3 | 16,8 |
| Brava | 99,0 | 75,7 | 52,1 | 46,3 | 23,2 | 18,2 | 15,8 | 20,7 |
| Cabo Verde | 99,8 | 87,5 | 74,6 | 67,1 | 55,7 | 44,6 | 36,2 | 30,4 |
| Intervalo de variação | [96 - 100] | [76 - 95] | [46 - 83] | [43 - 81] | [23 - 67] | [18 - 52] | [16 - 45] | [12 - 43] |

Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Existem igualmente disparidades ligadas ao meio de residência. Estas disparidades são menos acentuadas do que aquelas ligadas ao nível de riqueza, mas elas existem mesmo assim. Assim, se a probabilidade de um dia entrar no Ensino Secundário é de 82,6%

para uma criança proveniente de uma família que vive em zona urbana, ela é de 64,4% para uma criança de uma família que vive em zona rural. Todavia, a desigualdade nas escolarizações entre crianças de zona rural e crianças de zona urbana que é aparente desde o Ensino Secundário não se acentua ao longo dos anos (contrariamente às disparidades constatadas entre os mais ricos e os mais pobres) e é relativamente constante. Sendo assim, a probabilidade de aceder ao Ensino Superior é de 3,5% para as crianças vindas de meio rural e de 12,8% para as crianças oriundas de meio urbano.

Também, existem disparidades nas escolarizações segundo o concelho de residência. Por exemplo, a probabilidade de um dia aceder ao Ensino Secundário é inferior a 60% para as crianças da Brava (52,1%), Santa Catarina do Fogo (46,2%), São Filipe (57,2%), Ribeira Grande de Santiago (52,6%). Ela é superior a 80% para as crianças de São Vicente (82,8%), do Tarrafal de Santiago (81,9%), da Praia (83,1%) e de São Salvador do Mundo (82,5%). O quadro 6 apresenta as disparidades por concelho e por nível de ensino.

13. 30% dos recursos públicos concedidos à Educação, 15% são consumidos pelos mais ricos

Quadro 7 - Apropriação das diferentes categorias sociais na despesa pública da Educação

| | % na população | % do recurso da Educação apropriada | Índice de apropriação relativa |
|-----------------------|-------------------|--|-----------------------------------|
| Localização | | | |
| Urbana | 54,5 | 69,1 | 1,9 |
| Rural | 45,5 | 30,9 | 1,0 |
| Género | | | |
| Rapaz | 50,6 | 46,5 | 1,0 |
| Menina | 49,4 | 53,5 | 1,2 |
| Quintil de rendimento | | | |
| q1 | 22,3 | 12,4 | 1,0 |
| q2 | 20,3 | 15,1 | 1,3 |
| q3 | 22,2 | 18,8 | 1,5 |
| q4 | 19,5 | 24,0 | 2,2 |
| q5 | 15,7 | 29,7 | 3,4 |

Fonte: Capítulo 3 e cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Os 10% mais instruídos apropriam-se de 15% dos recursos públicos da Educação. Este valor é nitidamente menos elevado em Cabo Verde do que na maioria dos países africanos ao Sul de Sahara, cuja média é de 47%.

As disparidades de escolarização devidas às características sócio económicas repercutem-se na apropriação dos recursos públicos concedidos à Educação. Os grupos mais favorecidos beneficiam mais dos recursos públicos da Educação. Assim, os residentes nos centros urbanos apropriam-se 1,9 vezes mais de recursos do que os residentes no meio rural e os jovens do quantil mais rico, 3,4 vezes mais de recursos que os do quantil mais pobre. Todavia, estas disparidades na apropriação dos recursos públicos são fracas em relação a um número considerável de países, mesmo se as mais acentuadas, quer em termos de escolarização ou apropriação dos recursos públicos em Educação, se situam ao nível da riqueza das famílias.

14. Os custos unitários em termos do PIB por habitante situam-se na média dos países comparáveis

Quadro 8 - Comparação internacional dos custos unitários públicos por nível de ensino em % do PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US

| | Ensino Básico público | Ensino Secundário (Geral e Técnico) e IEFP público | Ensino Superior público |
|-----------------------------|-----------------------|--|-------------------------|
| Cabo Verde (2009) | 14,8 | 17,7 | 71,0 |
| Angola (2006) | 7,8 | Nd | 80,8 |
| Azerbaijão (2006) | 5,2 | 8,0 | 8,9 |
| Belize (2007) | 14,3 | 21,0 | Nd |
| Butão (2008) | 6,3 | 28,8 | Nd |
| Colômbia (2008) | 12,4 | 14,8 | 26,0 |
| Congo (2007) | 4,2 | 24,4 | 167,6 |
| Dominica (2008) | 22,1 | 19,0 | Nd |
| El Salvador (2008) | 8,5 | 9,1 | 31,5 |
| Fidji (2008) | 17,5 | 16,3 | Nd |
| Georgia (2008) | 14,7 | 15,4 | 11,3 |
| Guatemala (2007) | 10,2 | 5,9 | 19,0 |
| Irão (2008) | 13,5 | 20,3 | 20,7 |
| Jamaica (2007) | 17,3 | 19,9 | Nd |
| Jordânia (2006) | 13,0 | 16,5 | Nd |
| Maldivas (2008) | 26,8 | 29,3 | Nd |
| Marrocos (2008) | 16,3 | 38,3 | 72,1 |
| Namíbia (2008) | 15,7 | Nd | 117,8 |
| Paraguai (2007) | 11,1 | 12,8 | Nd |
| Peru (2007) | 7,3 | 8,9 | Nd |
| República Dominicana (2008) | 7,4 | 6,5 | Nd |
| Santa Lúcia (2007) | 13,6 | 17,6 | Nd |
| Suzilândia (2006) | 16,3 | Nd | 347,5 |
| Tailândia (2006) | Nd | Nd | 30,5 |
| Tunísia (2007) | 19,8 | 23,0 | 54,0 |
| Ucrânia (2007) | Nd | Nd | 25,1 |
| Média dos 26 países | 13,2 | 17,8 | 72,3 |

Fonte: Ministério da Educação, IEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Univ-CV, Ministério das Finanças, e cálculo dos autores, Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), ISU

Em média, a escolarização de um aluno no Ensino Básico custava 14,8% do PIB por habitante em 2009. No que diz respeito ao Ensino Secundário, em 2009, o custo unitário em percentagem do PIB por habitante era de 13,9% para o primeiro ciclo, 18,5% para segundo ciclo, 23,7% para o terceiro ciclo do ensino geral e 33,3% para o terceiro ciclo do ensino técnico e 13,6% para a formação profissional. No total, todo o Ensino Secundário e a Formação Profissional apresentavam um custo unitário de 17,7% do PIB por habitante em 2009.

Para o Ensino Superior, em 2009, o custo unitário em percentagem do PIB por habitante, era de 71,0% para um estudante do ensino público, 6,0% para um estudante do ensino privado e 153,1% para um estudante que prossegue os estudos no estrangeiro. O custo de um estudante no Instituto Pedagógico era de 58,3% do PIB por habitante em 2009. A educação e formação de um adulto custavam ao Estado 7,9% do PIB por habitante em 2009. O custo unitário no Pré-escolar era o mais baixo para o Estado, ou seja era de 0,5% do PIB por habitante, justificado pelo facto de ser um financiamento maioritariamente privado e do Poder Local.

Se se comparar os custos unitários da escolarização em Cabo Verde com os países comparáveis a nível de riqueza, é possível constatar que os custos unitários em Cabo Verde, em percentagem do PIB por habitante, era de 14,8% para o Ensino Básico público 17,7% para o Ensino Secundário Geral e Técnico públicos, incluindo a formação profissional pública e 71,0% para o Ensino Superior público. A média destes países situa-se em 13,2% do PIB por habitante para o Ensino Básico, 17,8% para o Ensino Secundário, 72,3% para o Ensino Superior.

15. Taxas de enquadramento pouco elevadas e uma remuneração dos professores sustentável

A nível do Ensino Básico, o rácio de alunos por professor nas escolas públicas era de 24 em 2009. As condições de enquadramento são boas mas escondem algumas disparidades (cf. ponto 15).

No que diz respeito aos outros níveis de ensino público, o rácio alunos por professores era igualmente pouco elevado: 24,6 no primeiro ciclo do Ensino Secundário, 19,3 no segundo ciclo do Ensino Secundário, 15,9 no terceiro ciclo do Ensino Secundário Geral, 10,8 no terceiro ciclo do Ensino Secundário Técnico, 11,9 no Ensino Superior, e 14,2 no Instituto Pedagógico.

Para assegurar o enquadramento dos alunos, coexiste no sistema dos professores (em sala de aula) com as categorias e níveis de remunerações diferentes. O quadro 9 apresenta as categorias dos professores no sistema e o nível de remunerações referentes.

A média das remunerações dos professores na sala por nível de ensino em unidades de PIB por habitante varia de 2,36 no Ensino Básico a 3,04 no Ensino Secundário Geral, terceiro ciclo. Constata-se que as diferenças salariais entre os níveis do Ensino Básico e do Ensino Secundário são muito fracas.

As diferenças mais marcantes nas remunerações situam-se no seio de cada nível de ensino segundo as diferentes categorias de professor. Assim, segundo a categoria, os salários variam de 1,04 a 4,87 do PIB por habitante no Ensino Básico. Para o Ensino Secundário, os salários dos professores variam de 1,83 a 4,15 do PIB por habitante para o primeiro ciclo, de 1,83 a 4,04 do PIB por habitante para o segundo ciclo, de 1,83 a 4,20 do PIB por habitante para o terceiro ciclo da via geral e de 1,81 a 4,04 do PIB por habitante para o terceiro ciclo da via técnica.

Quadro 9 - Remuneração média anual de professor em sala (em unidades do PIB por habitante) por categoria e nível de ensino

| | Ensino Básico | Ensino Secundário | | | |
|--|---------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | ESG 1º ciclo | ESG 2º ciclo | ESG 3º ciclo | EST 3º ciclo |
| Professores de Ensino Básico Principal | 4,87 | | | | |
| Professor de Ensino Básico de 1ª | 2,64 | | | | |
| Monitor Especial | 1,89 | 1,83 | 1,83 | 1,83 | 1,81 |
| Professor Básico/Animador Educação Adultos A | 1,70 | | | | |
| Professor de Posto Escolar | 1,04 | | | | |
| Professor de Ensino Secundário Principal | | 4,15 | 4,04 | 4,20 | 4,04 |
| Professor de Ensino Secundário de 1ª | | 3,52 | 3,57 | 3,62 | 3,58 |
| Professor de Ensino Secundário | | 3,21 | 3,20 | 3,17 | 3,25 |
| Professor de Ensino Secundário Adjunto | | 2,53 | 2,53 | 2,52 | 2,47 |
| Total | 2,36 | 2,67 | 2,85 | 3,04 | 2,90 |

Fonte: Ministério da Educação, Ministério das Finanças e cálculo dos autores

16. A afectação dos professores aos estabelecimentos escolares é coerente mas no Ensino Básico existem algumas disparidades entre diferentes concelhos

A afectação do pessoal docente, que constitui o ponto central das questões de gestão administrativa, apresenta-se de forma diferente segundo o nível de ensino abordado.

Para o Ensino Básico, observa-se uma boa coerência na afectação dos professores nas escolas, na medida em que, apenas 4% (o grau de aleatoriedade) das afectações não se explicam pelo número de alunos nos estabelecimentos públicos, enquanto que a média de alguns países comparativos em África sub saariana é de 28%. Embora, esta afectação pareça ser nacional, existem algumas disparidades na afectação dos professores nas escolas entre as diferentes ilhas e os diferentes concelhos do País. Com efeito, se o concelho do Sal apresenta um rácio alunos por professor de 33, o do concelho de Paul é de 16, uma diferença nítida na afectação dos professores entre os dois concelhos, como demonstra o quadro 10.

Por outro lado, se o grau de aleatoriedade no processo de afectação dos professores nas escolas na maioria dos concelhos é inferior a 10%, existem concelhos (Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo) cujo grau se situa em 20,3% e 13,5%. As aleatoriedades destes concelhos podem estar ligadas ao facto de serem concelhos recentemente criados e terem ainda défices ao nível de infra-estruturas e de recursos humanos.

Mesmo para os concelhos que não apresentem aleatoriedade no processo de afectação de professores nas escolas, nota-se disparidades no seio destes concelhos entre escolas mais beneficiadas e escolas menos beneficiadas em termos de professores. Por exemplo, se no concelho da Praia, o grau de aleatoriedade no processo de afectação de professores nas escolas é fraca (3,2%), existe uma diferença entre escola mais beneficiada em professores (6 alunos por professor) e a menos beneficiada (36 alunos por professor).

Quadro 10 - Repartição dos professores das escolas públicas do Ensino Básico, 2008/2009, por concelho

| | Rácio Alunos/ Professor | Grau de aleatoriedade na afectação dos professores (%) | Min | Max | Número de escolas públicas |
|----------------------------|----------------------------|--|----------|-----------|----------------------------------|
| CABO VERDE | 24 | 4,5 | 4 | 36 | 417 |
| SOTAVENTO | | | | | |
| Brava | 18 | 3,3 | 10 | 23 | 11 |
| Fogo | 22 | 3,7 | 12 | 33 | 48 |
| São Filipe | 22 | 3,0 | 13 | 27 | 27 |
| Santa Catarina do Fogo | 21 | 13,5 | 12 | 30 | 10 |
| Mosteiros | 24 | 1,9 | 14 | 33 | 11 |
| Santiago | 26 | 4,3 | 4 | 36 | 206 |
| Praia | 30 | 3,2 | 6 | 36 | 41 |
| Ribeira Grande de Santiago | 22 | 20,3 | 9 | 30 | 14 |
| São Domingos | 20 | 5,3 | 4 | 27 | 26 |
| Santa Catarina | 25 | 5,1 | 9 | 34 | 40 |
| São Salvador do Mundo | 24 | 3,6 | 15 | 29 | 11 |
| Santa Cruz | 23 | 3,6 | 9 | 30 | 24 |
| São Lourenço dos Órgãos | 20 | 7,0 | 14 | 26 | 10 |
| São Miguel | 21 | 3,0 | 11 | 26 | 18 |
| Tarrafal | 23 | 1,6 | 5 | 34 | 22 |
| Maio | 20 | 2,0 | 10 | 26 | 12 |
| BARLAVENTO | | | | | |
| Boa Vista | 22 | 0,5 | 6 | 32 | 7 |
| Sal | 33 | 0,2 | 12 | 35 | 6 |
| São Nicolau | 22 | 1,6 | 8 | 25 | 21 |
| Ribeira Brava | 19 | 1,3 | 9 | 23 | 15 |
| Tarrafal de São Nicolau | 22 | 0,2 | 8 | 25 | 6 |
| São Vicente | 26 | 4,0 | 10 | 34 | 33 |
| Santo Antão | 18 | 2,4 | 5 | 26 | 73 |
| Ribeira Grande | 17 | 4,6 | 5 | 23 | 31 |
| Porto Novo | 19 | 1,2 | 5 | 26 | 27 |
| Paul | 16 | 8,9 | 11 | 25 | 15 |

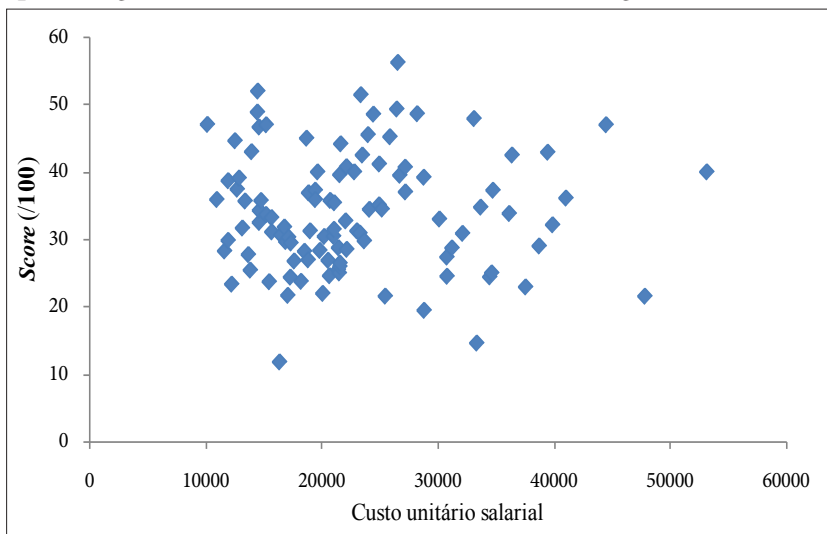
Fonte: Ministério da Educação e Desporto

No que concerne especificamente ao Ensino Secundário, a afectação de professores nos estabelecimentos públicos deve ter em conta a carga horária de aulas dispensadas nestes estabelecimentos. É notória uma forte coerência na afectação de professores dos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário em Cabo Verde, visto que o grau de aleatoriedade na afectação de professores consoante a carga horária de aulas dispensadas por estabelecimento é de 4%.

17. A gestão pedagógica é fraca

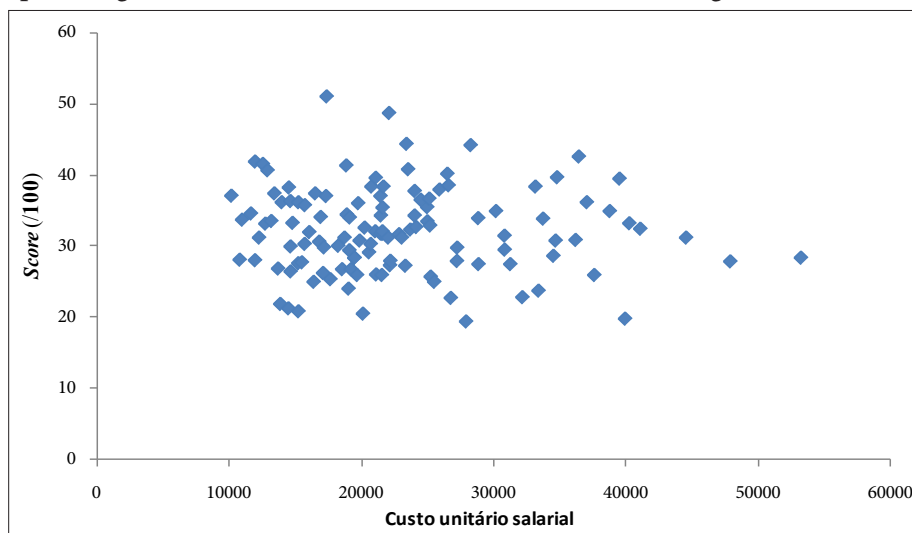
A gestão pedagógica constitui uma das fraquezas do Sistema Educativo Caboverdiano, na medida em que os resultados das escolas e os meios de que elas dispõem revela uma ausência de relação entre as duas grandezas.

Gráfico 6 - Relação entre o custo unitário salarial, aluno por escola pública de Ensino Básico e os resultados obtidos em Português na avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens dos alunos no 6º ano, ano 2010 (amostragem de 105 escolas)



Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados da avaliação nacional «aferida» e do capítulo 3

Gráfico 7 - Relação entre o custo unitário salarial, aluno por escola pública de Ensino Básico e os resultados obtidos em Matemática da avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens escolares dos alunos do 6º ano, ano 2010 (amostragem de 120 escolas)



Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados da avaliação nacional “aferida” e do Capítulo 3

Os estabelecimentos que, à priori, dispõem de recursos razoáveis têm resultados medíocres, enquanto que outros estabelecimentos que dispõem de meios mais modestos conseguiram melhores resultados escolares. Resumindo, não são forçosamente as escolas terem professores mais bem pagos e com boa taxa de enquadramento, para se obter melhores resultados na avaliação das aprendizagens “aferida”.

18. Um ligeiro desequilíbrio na parte alta do sistema entre a produção do número de diplomados do Ensino Superior e as necessidades do mercado de trabalho

O mercado cabo-verdiano encontra-se dominado pelo sector terciário que emprega 58% da população activa ocupada em 2007. Os empregos assalariados (sector moderno) empregam 59% da população activa ocupada. O resto da população activa ocupada tem empregos não assalariados (maioritariamente informais).

Quadro 11 - Repartição da população de 25-34 anos segundo seu nível de educação e seu estatuto, ano 2007

| | Sem instrução % | Alfa. % | Ensino Básico % | Secun. 1º ciclo % | Secun. 2º ciclo % | Secun. 3º ciclo % | Sup. % | Total % |
|---|-----------------------|------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------|------------|
| Quadros | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 | 20 | 55 | 10 |
| Empregados trabalhadores qualificados | 6 | 13 | 20 | 28 | 31 | 33 | 27 | 24 |
| Empregados trabalhadores não qualificados | 16 | 17 | 19 | 21 | 9 | 10 | 1 | 15 |
| Agricultores/Pescadores | 11 | 5 | 8 | 5 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| Outros trabalhadores não salarizados | 17 | 28 | 25 | 22 | 27 | 16 | 4 | 21 |
| Desempregados | 12 | 21 | 13 | 14 | 11 | 11 | 7 | 12 |
| Inactivos | 38 | 15 | 14 | 7 | 9 | 8 | 6 | 12 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 99 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

Do ponto de vista de eficácia económica, para o conjunto dos indivíduos, a relação entre o nível de educação e o estatuto no emprego é bastante coerente. O emprego dos Quadros são essencialmente ocupados por pessoas mais instruídas, uma vez que os empregos menos qualificados são ocupados, sobretudo por pessoas menos instruídas. Todavia, nota-se que os empregos médios (empregados/trabalhadores qualificados) são ocupados por pessoas habilitadas com o Ensino Superior (27% dos indivíduos de 25-34 anos do Ensino Superior) e que os empregos não qualificados são ocupados por indivíduos que tenham feito o terceiro ciclo do Ensino Secundário (10%).

Por outro lado, regista-se igualmente uma proporção elevada de indivíduos que completaram o segundo e o terceiro ciclos do Ensino Secundário e que não são assalariados (a maioria dos trabalhadores informais: vendedores etc). Isso demonstra um ligeiro desequilíbrio na parte alta do sistema entre a produção do número de diplomados do Ensino Superior e as necessidades do mercado de trabalho.

Com efeito, mais de um quarto dos diplomados do Ensino Superior não encontra empregos para Quadros (porque estão já ocupados por diplomados também do superior) e se desviam para empregos de empregados/trabalhadores não qualificados e empregos informais, tomando assim o lugar dos diplomados do Ensino Básico e do primeiro ciclo do Ensino Secundário. Esta discrepância estrutural traduz-se numa desqualificação e por uma proporção muito forte de indivíduos que não trabalham (inactivos e desempregados), cada vez que se desce à parte baixa do sistema: 27% dos indivíduos de 25 a 34 anos com o Ensino Básico não trabalham, 21% dos que saem do primeiro ciclo contra 13% do Ensino Superior não trabalham.

Résumé exécutif

Dans le cadre de la nouvelle loi de base en éducation, un diagnostic sectoriel était nécessaire pour mettre à disposition des décideurs des données récentes sur les résultats quantitatifs et qualitatifs du système mais aussi sur son fonctionnement et sa gestion. A l'instar du rapport, ce résumé exécutif reste au niveau du diagnostic factuel (en mettant en évidence les forces et les faiblesses du système) sans aborder de façon directe des recommandations en termes d'actions concrètes de politique éducative. A noter que le chapitre 8 du présent rapport qui va au-delà du diagnostic étant donné qu'il présente les grandes orientations de la politique éducative pour l'horizon 2020 tout en évaluant la faisabilité physique et financière des différents arbitrages (enseignement universel et sans frais d'inscription de huit années à l'horizon 2015, puis de dix années à l'horizon 2020) ne fait pas partie de ce résumé exécutif qui ne s'intéresse qu'au diagnostic du système.

Les données utilisées dans le rapport proviennent de plusieurs sources, en particulier les enquêtes administratives scolaires du Ministère de l'éducation, les données démographiques des recensements de 2000 et de 2010 (données provisoires pour 2010), les enquêtes de ménage (IRDS 2005, QUIBB 2007) de l'Institut National de la Statistique (INE), les données macro-économiques et les dépenses exécutées ainsi que les dotations budgétaires du Ministère de l'Economie et des Finances.

1. Une transition démographique atteinte : la population scolarisable (6-17 ans) en baisse significative depuis 2000

La population totale cap-verdienne est estimée en 2010 à 491.575. Elle a connu un accroissement moyen de l'ordre de 1,2% entre 2000 et 2010. Quant à la population scolarisable aux enseignements de base et secondaire (les 6-17 ans) , elle était de 146 924 en 2000 soit 33,6% de la population totale, elle est de 131 284 en 2010 soit 26,7% de la population totale et elle devrait être de 109 961 en 2020 soit 19,9% de la population totale.

La population scolarisable est donc en baisse significative au Cap-Vert depuis 2000.

On peut donc facilement imaginer que les besoins en salle de classe et en enseignants devraient être relativement limités au cours des dix prochaines années.

2. Le contexte macro-économique a été très favorable au cours de la dernière décennie...

Entre 2000 et 2009, le taux moyen de croissance réelle du PIB a été de 6,1% par an, faisant passer le PIB (en valeur monétaire constante de 2009), de 73,634 milliards d'ECV en 2000 à 125,497 milliards d'ECV en 2009. La richesse par habitant a connu également un fort accroissement. En ECV de 2009, le PIB/habitant est passé de 168.568 ECV en 2000 à 258.328 ECV en 2009, soit un taux moyen de croissance réelle de 4,9% par an.

Tableau 1 - Evolution du produit intérieur brut (PIB) et du PIB par habitant (1995-2008)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Produit Intérieur Brut (Milliards ECV) | | | | | | | | | | |
| au prix courant | 64.539 | 69.380 | 72.758 | 79.527 | 82.086 | 86.185 | 97.384 | 107.252 | 121.303 | 125.497 |
| Déflateur du PIB base 100 en 2009 | 87,6 | 88,8 | 88,4 | 92,3 | 91,4 | 90,1 | 92,4 | 93,7 | 100,0 | 100,0 |
| au prix constants de 2009 | 73.634 | 78.153 | 82.282 | 86.135 | 89.822 | 95.679 | 105.383 | 114.497 | 121.253 | 125.497 |
| Taxa de crescimento real (%) | | 6,1 | 5,3 | 4,7 | 4,3 | 6,5 | 10,1 | 8,6 | 5,9 | 3,5 |
| População | 436.821 | 442.010 | 447.261 | 452.574 | 457.950 | 463.390 | 468.895 | 474.465 | 480.101 | 485.804 |
| PIB par habitant (ECV) | | | | | | | | | | |
| Au prix courants | 147.746 | 156.965 | 162.675 | 175.721 | 179.248 | 185.989 | 207.689 | 226.048 | 252.662 | 258.328 |
| Au prix constants de 2009 | 168.568 | 176.814 | 183.969 | 190.323 | 196.139 | 206.476 | 224.747 | 241.319 | 252.557 | 258.328 |

Source : INE et Ministère des Finances

3. ...ce qui a permis d'accroître les ressources de l'Etat...

La part de la richesse nationale prélevée par l'Etat (taux de pression fiscale et non fiscale) est passée de 21,9 % du PIB en 2000 à 31,1% du PIB en 2007 puis a connu une baisse depuis 2007 et se situe en 2009 à 23,7 % du PIB. Compte tenu de l'évolution importante du PIB sur la période, les ressources internes (ressources domestiques hors dons) de l'Etat ont évolué de façon importante en passant (en ECV de 2009) de 16,150 milliards en 2000 à 29,708 milliards en 2009, soit un taux moyen d'accroissement réel de 7,0% par an.

Par ailleurs les ressources externes ont également augmenté sur la période mais de façon moins prononcées puisqu'elles sont passées en ECV de 2009 de 4,485 milliards en 2000 à 6,549 milliards en 2009 soit un accroissement annuel moyen de 4,3%.

Tableau 2 - Les recettes de l'Etat, 2000-2009

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Recettes de l'État (en Millions de ECV) | | | | | | | | | | |
| au prix courants | 18.086 | 18.299 | 23.516 | 22.092 | 26.116 | 28.848 | 32.674 | 38.653 | 39.677 | 36.256 |
| En % du PIB | 28,0 | 26,4 | 32,3 | 27,8 | 31,8 | 33,5 | 33,6 | 36,0 | 32,7 | 28,9 |
| au prix constants de 2009 | 20.635 | 20.613 | 26.594 | 23.927 | 28.577 | 32.026 | 35.358 | 41.265 | 39.660 | 36.256 |
| Ressources interne | | | | | | | | | | |
| au prix courants | 14.155 | 14.746 | 17.197 | 17.236 | 18.755 | 22.409 | 26.383 | 33.341 | 33.937 | 29.708 |
| En % du PIB | 21,9 | 21,3 | 23,6 | 21,7 | 22,8 | 26,0 | 27,1 | 31,1 | 28,0 | 23,7 |
| au prix constants de 2009 | 16.150 | 16.610 | 19.448 | 18.668 | 20.523 | 24.877 | 28.550 | 35.593 | 33.922 | 29.708 |
| Par habitante, au prix constants de 2009 | 36.971 | 37.333 | 42.947 | 40.529 | 43.836 | 52.322 | 59.099 | 72.430 | 67.872 | 58.407 |
| Ressources externe | | | | | | | | | | |
| au prix courants | 3.931 | 3.553 | 6.319 | 4.856 | 7.360 | 6.439 | 6.291 | 5.312 | 5.740 | 6.549 |
| En % du PIB | 6,1 | 5,1 | 8,7 | 6,1 | 9,0 | 7,5 | 6,5 | 5,0 | 4,7 | 5,2 |
| au prix constantes de 2009 | 4.485 | 4.003 | 7.146 | 5.260 | 8.054 | 7.148 | 6.807 | 5.671 | 5.738 | 6.549 |

*Données provisoire

Source : INE e Ministère des Finances

4. ... et les dépenses relatives au secteur de l'éducation

Les dépenses relatives à l'éducation (courantes et investissement) financées sur ressources propres de l'Etat ont augmenté entre 2000 et 2009 puisqu'elles sont passées en ECV de 2009 de 4,4223 milliards en 2000 à 7,026 milliards en 2009 soit un accroissement annuel moyen de 5,8%. Ce sont les dépenses courantes qui ont cru le plus rapidement puisqu'elles sont passées en ECV de 2009 de 3,798 milliards à 6,340 milliards soit un accroissement annuel moyen de 7,4%. Par ailleurs, des dépenses d'investissement sont financées par l'aide extérieure.

Tableau 3 - Evolution des coûts de l'Éducation 2000-2009

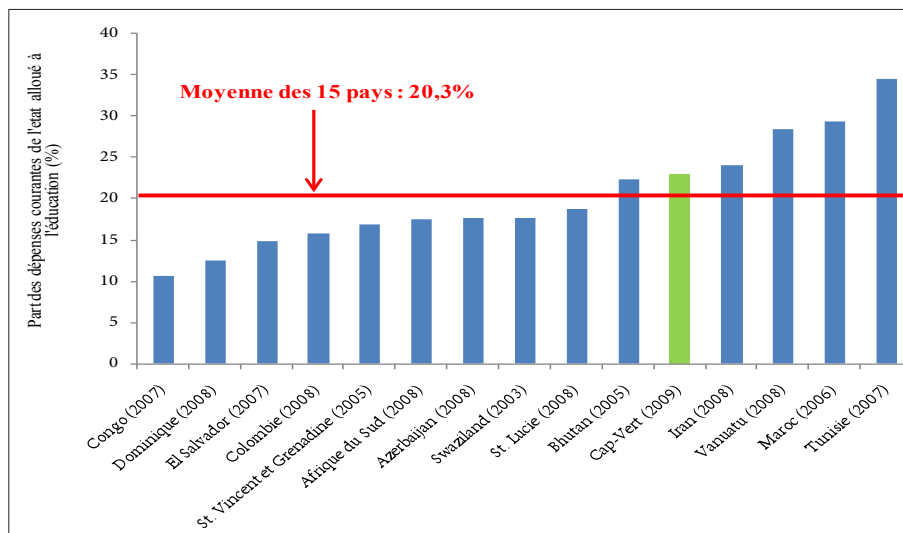
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006* | 2007* | 2008* | 2009* |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Dépenses courants (en Millions ECV) | | | | | | | | | | |
| au prix constants de 2009 | 3.798 | 3.899 | 4.025 | 4.844 | 4.950 | 5.478 | 6.005 | 6.176 | 5.951 | 6.340 |
| par enfant de 6 a 17 ans, au prix constants de 2009 (ECV) | 25.867 | 26.128 | 26.872 | 32.349 | 33.192 | 37.028 | 41.075 | 42.481 | 41.324 | 44.466 |
| Dépenses de l'investissement (en Millions ECV) | | | | | | | | | | |
| au prix constants de 2009 | 2.388 | 2.594 | 2.243 | 1.229 | 1.441 | 1.904 | 1.330 | 1.563 | 1.563 | 1.589 |
| % Dépenses de l'investissements financés par les ressources extérieures | 57,3 | 66,0 | 70,0 | 99,0 | 99,1 | 98,8 | 83,4 | 59,8 | 50,3 | 53,4 |
| Dépenses total (financés avec les ressources externes e internes) (en Millions ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços constantes de 2009 | 6.186 | 6.493 | 6.268 | 6.073 | 6.391 | 7.382 | 7.335 | 7.739 | 7.514 | 7.930 |
| Dépenses total (financés avec les ressources internes (en Millions ECV) | | | | | | | | | | |
| au prix courants | 4.223 | 4.244 | 4.154 | 4.484 | 4.535 | 4.956 | 5.708 | 6.326 | 6.682 | 7.026 |
| au prix constants de 2009 | 4.818 | 4.780 | 4.697 | 4.857 | 4.963 | 5.502 | 6.177 | 6.753 | 6.679 | 7.026 |
| Dépenses courants de l'éducation en % des dépenses courants de l'État | 24,3 | 25,2 | 20,8 | 25,6 | 25,1 | 24,9 | 24,7 | 24,9 | 23,7 | 23,7 |
| Dépenses courants de l'éducation en % des recettes internes de l'État | 23,5 | 23,5 | 20,7 | 25,9 | 24,1 | 22,0 | 21,0 | 17,4 | 17,5 | 21,3 |
| Dépenses de l'éducation avec les ressources internes en % | 6,5 | 6,1 | 5,7 | 5,6 | 5,5 | 5,8 | 5,9 | 5,9 | 5,5 | 5,6 |

* Inklus IEFP

Source : Ministère des Finances

L'aide extérieure dans les dépenses d'investissement pour l'éducation représentait 57,3% en 2000, environ 99% entre 2003 et 2005, avant que cette part diminue pour atteindre 53,4% en 2009.

Graphique1 - Comparaison internationale de la partie (%) des dépenses courantes de l'État allouée à l'éducation (pays avec le PIB par habitant entre 2000 et 6000 US \$ 2009)



Source : Pôle de Dakar (UNESCO/BREDA), Institute de Statistiques de l'UNESCO

L'éducation constitue un secteur prioritaire pour le Cap-Vert dans la mesure où i) les dépenses totales d'éducation financées sur ressources propres représentent 5,6% du PIB en 2009 (elles en représentaient 6,5% du PIB en 2000), ii) les dépenses courantes de l'Etat allouées au secteur de l'éducation représentent 23,7% en 2009 (24,3% en 2000), chiffre qui place le Cap-Vert au-dessus d'un bon nombre de pays à niveau de richesse comparable, et iii) la dépense courante réel par enfant de 6 à 17 ans est passé d'environ 25 867 ECV en 2000 à 44 466 ECV en 2009.

5. La répartition intra-sectorielle des dépenses courantes d'éducation est favorable à l'enseignement de base

La part des dépenses courantes publiques allouées à l'enseignement de base représente en 2009, 43,6% des dépenses courantes d'éducation. La part des dépenses cou-

rantes allouée à l'enseignement secondaire est de 38,0% et se décompose comme suit : 14,0% pour le premier cycle, 12,9% pour le second cycle, 9,1% pour le troisième cycle de l'enseignement général et 2,0% pour le troisième cycle de l'enseignement technique. La part des dépenses courantes d'éducation allouée aux autres niveaux d'enseignement est de 0,1% pour le préscolaire, de 1,6% pour la formation professionnelle, de 1,9% pour l'institut pédagogique et de 13,9% pour l'enseignement supérieur et les sciences.

La grande majorité des dépenses courantes publiques par niveau d'enseignement sont des dépenses liées aux salaires des enseignants qui sont en classe et qui enseignent aux élèves. Si on s'intéresse à la part des dépenses hors salaires enseignants en classe, on s'aperçoit que cette part est de 33,3% à l'enseignement de base, qu'elle est respectivement de 21,8, 20,4, 19,1 et 19,1% pour le premier cycle, le second cycle, le troisième cycle général et le troisième cycle technique de l'enseignement secondaire. Par contre, cette part est nettement plus importante pour la formation professionnelle (53,3%) et pour l'institut pédagogique (43,6%). Contrairement à de nombreux pays, la part des dépenses hors salaires des enseignants en classe est plus importante à l'enseignement de base qu'à l'enseignement secondaire. Toutefois, l'explication peut résider dans le fait que les établissements de l'enseignement secondaire perçoivent des frais d'inscription de la part des élèves qui viennent alors renforcer les ressources disponibles pour financer des dépenses à ce niveau d'enseignement (et qui ne sont pas enregistrées dans les dépenses de l'Etat).

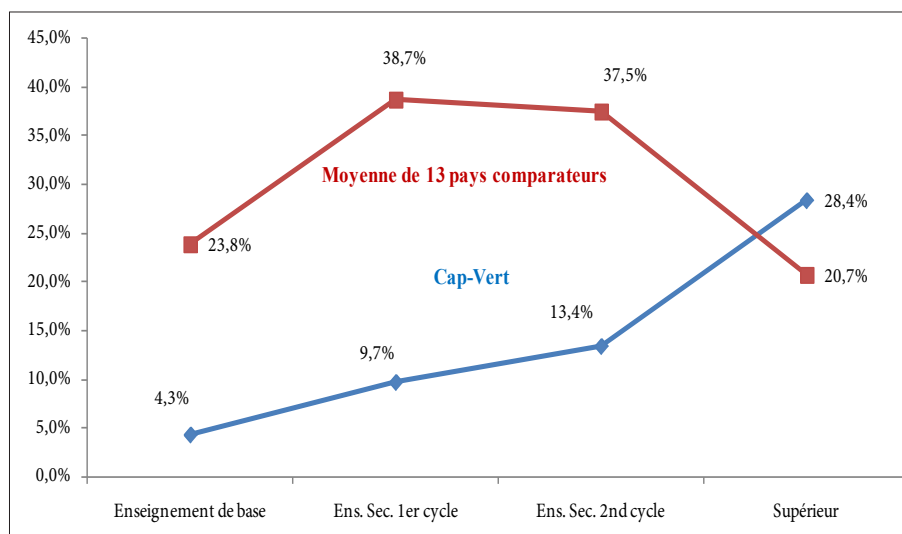
6. Les dépenses des familles pour l'éducation représentent 12,1% de l'ensemble des dépenses d'éducation en 2009

La dépense totale des familles pour l'éducation s'élève à 812,3 millions d'ECV en 2009 et correspond à 12,1 % de la dépense nationale d'éducation du pays. La part des dépenses des familles dans la dépense totale d'éducation (publique + familles) est d'autant plus élevée que le niveau scolaire est haut. En effet, les familles contribuent en 2009 en moyenne pour 4,3% de la dépense totale dans l'enseignement de base, respectivement 9,7, 12,6 et 14,2% pour le premier, second et troisième cycle du secondaire, et à hauteur de 28,4% pour l'enseignement supérieur. Cette structure de financement apparaît donc cohérente et assez équitable dans la mesure où les bénéfices privés sont plus élevés pour les diplômés du supérieur et où on retrouve majoritairement des individus de milieu favorisé parmi les étudiants du supérieur.

Le graphique 2 présente la part des dépenses courantes des familles par niveau

d'enseignement dans les dépenses courantes totales (publiques + familles).

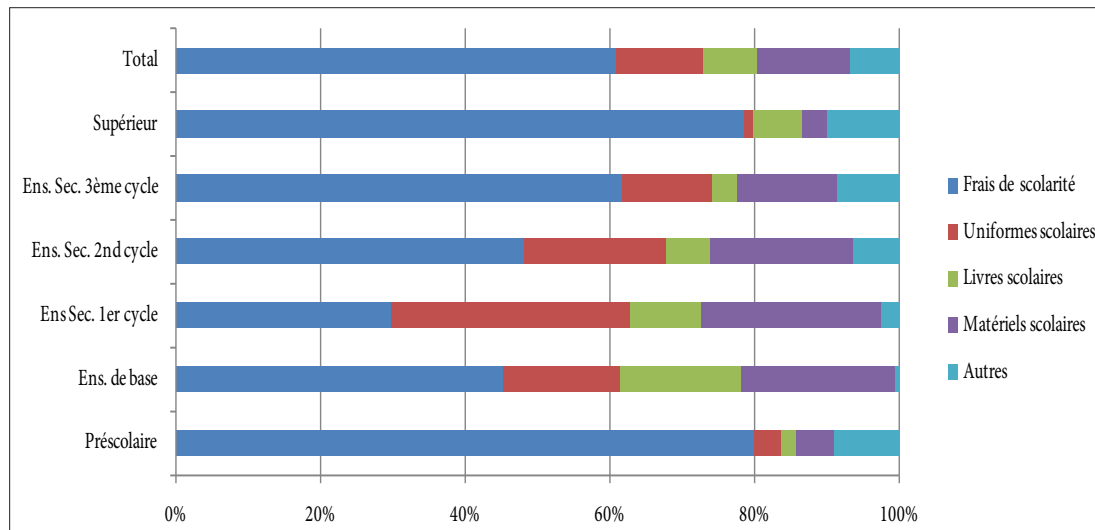
Graphique 2 - Part des dépenses des ménages dans les dépenses courantes nationale d'éducation (Etat + familles) par niveau d'enseignement, année 2009



Source : calculs des auteurs à partir du QUIBB 2007, chapitre 2, des données du Ministère des Finances et Pôle de Dakar (UNESCO/BREDA)

Lorsqu'on s'intéresse uniquement au financement de l'éducation par les familles, on s'aperçoit que la majorité des dépenses des familles pour l'éducation vont aux frais scolaires (61%). Toutefois, lorsqu'on s'intéresse à ces dépenses par niveau d'enseignement, on s'aperçoit que pour le premier cycle du secondaire, si les frais scolaires représentent 30% des dépenses des familles pour ce niveau d'enseignement, l'achat de l'uniforme représente 33% des dépenses des familles. Ainsi, on peut penser qu'une mesure visant soit à rendre gratuit cet uniforme soit à le supprimer aurait un impact tout aussi considérable que d'abolir les frais d'inscription afin d'atteindre l'objectif d'un enseignement universel de huit années (puis de dix années).

Graphique 3 - Répartition des dépenses des ménages sur l'éducation par nature des dépenses pour chaque niveau de l'enseignement



Source : calculs des auteurs à partir du QUIBB 2007

7. La couverture scolaire s'est améliorée au cours des dernières années

La couverture scolaire s'est améliorée depuis 2001 pour les niveaux autre que celui de l'enseignement de base (le TBS de l'enseignement de base étant de 116,1% en 2001, il était donc difficile que celui-ci s'améliore encore). L'enseignement supérieur est le niveau qui a vu sa couverture scolaire progresser le plus rapidement (34,6% par an). Quant à la couverture des enseignements préscolaire et secondaire (général et technique), elles ont augmenté respectivement de 3,6 et de 3,8 % par an entre 2001 et 2009. Ainsi, le TBS du préscolaire est passé de 54,3% en 2001 à 72,3%, et pour le secondaire général et technique, les TBS sont passés respectivement de 86,0, 62,2 et 42,3% pour les premier, second et troisième cycles à 114, 87,8 et 61,9% en 2009.

Tableau 4 - L'évolution de couverture scolaire (TBS en % et nombre d'étudiants pour 100 000 habitants) par niveau d'enseignement, 2000/2001 à 2008/2009

| Niveau d'éducation | 2000-01 | 2008-09 | Accroissement annuel* |
|--|---------|---------|-----------------------|
| Pré – scolaire | 54,3 | 72,3 | 3,6% |
| Primaire | 116,1 | 113,5 | -0,3% |
| Secondaire (Général et technique) | 65,0 | 87,8 | 3,8% |
| 1° ciclo | 86,0 | 114,0 | 3,6% |
| 2° ciclo | 62,2 | 87,8 | 4,4% |
| 3° ciclo | 42,3 | 61,9 | 4,9% |
| Secondaire (Voie Général) | 63,5 | 85,3 | 3,8% |
| 1° ciclo | 86,0 | 114,0 | 3,6% |
| 2° ciclo | 59,5 | 87,8 | 5,0% |
| 3° ciclo | 40,2 | 54,6 | 3,9% |
| Enseignement Technique (N° d'élèves par 100 000 habitants) | 241 | 352 | 4,8% |
| Enseignement Supérieur (N° d'élèves par 100 000 habitants) | 164 | 1763 | 34,6% |

* Il s'agit de l'accroissement des taux et non des effectifs

Source : DGPBG – MES

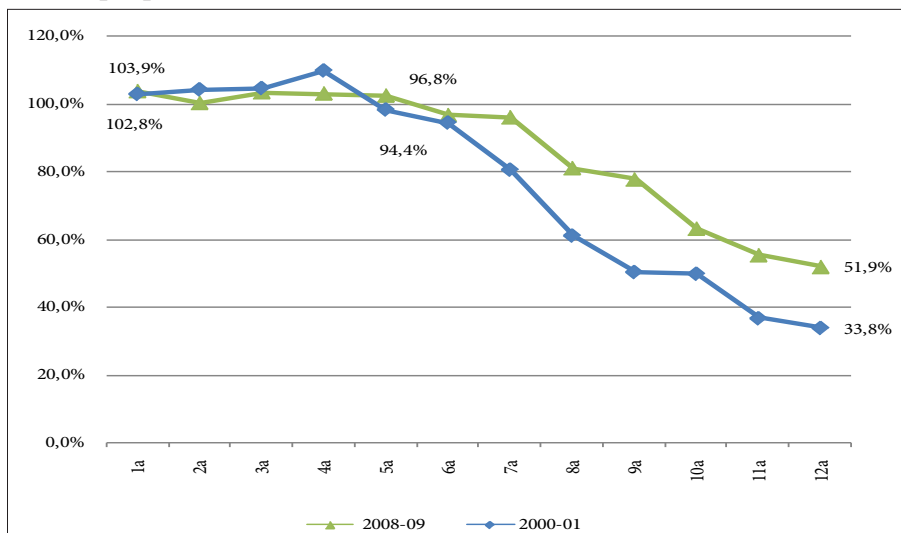
8. Si quasiment tous les enfants d'une génération rentrent au premier cycle de l'enseignement secondaire en 2009 (7ème année d'enseignement), ils ne sont que 80% à achever ce cycle (8ème année d'enseignement)

Si l'enseignement de base est universel depuis plusieurs années au Cap-Vert (en 2001, le taux d'achèvement de l'enseignement de base était déjà de 94,4% et il est de 96,8% en 2009), l'accès au premier cycle de l'enseignement secondaire est quasi universel depuis peu puisque le taux d'accès en 7ème année était d'environ 80% en 2001 et qu'il est d'environ 95% en 2009. Toutefois, on constate une forte déperdition entre la 7ème et la 8ème d'année d'enseignement puisque le taux d'achèvement du premier cycle du secondaire est d'environ 80% en 2009.

Par ailleurs, l'accès et l'achèvement des autres cycles de l'enseignement secondaire se sont considérablement améliorés entre 2001 et 2009. Le taux d'achèvement du troisième

cycle de l'enseignement secondaire (12ème année) est passé de 33,8% en 2001 à 51,9% en 2009, ce qui signifie que la moitié des enfants d'une classe d'âge sont scolarisés jusqu'à la fin de l'enseignement secondaire en 2009 au Cap-Vert.

Graphique 4 - Profil de scolarisation transversal, 2000/2001 et 2008/2009



Source : DGPBG – MES

9. Les abandons contribuent tout comme les redoublements à la faible efficacité interne du système notamment au niveau de l'enseignement secondaire

Au niveau de l'enseignement de base, la proportion de redoublants a diminué puisqu'elle est passée de 14,1% en 2005/06 à 10,4% en 2008/09. Les abandons quant à eux sont quasi nuls pour ce cycle d'enseignement dans la mesure où tous les enfants accèdent à l'école et quasi tous achèvent l'enseignement de base au Cap-Vert. Les ressources finançant les redoublements et les quelques abandons sont estimées à 13,5% des ressources mobilisées pour l'enseignement de base.

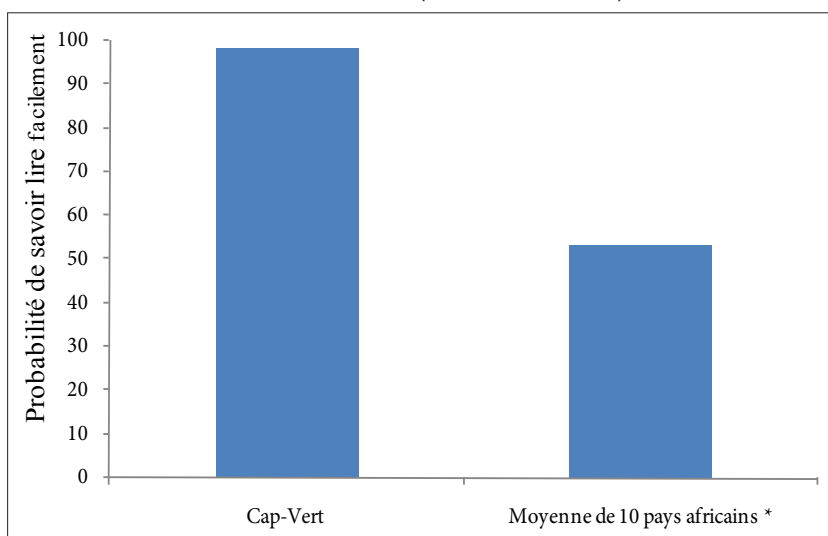
C'est au niveau de l'enseignement secondaire que les proportions de redoublants sont élevées avec 22,3% de redoublants au premier cycle, 19,7% au second cycle, et 13,3% au troisième cycle. Par ailleurs, les abandons apparaissent dès le premier cycle de l'enseignement secondaire, puisqu'on estime à environ 15% d'abandons au cours de ce cycle et à 14% au

cours du second cycle. On peut penser que les redoublements élevés favorisent les abandons en cours de cycle dans la mesure où l'enseignement secondaire est payant pour les familles. Les redoublements et les abandons contribuent de façon équivalente à la perte de l'efficacité au niveau de l'enseignement secondaire. On estime que les ressources finançant les redoublements et les abandons sont de 27,7% au premier cycle, de 28,7% au second cycle, et des 17,3% au troisième cycle des ressources mobilisées pour ces cycles d'enseignement.

10. La quasi-totalité des sortants de l'enseignement de base savent lire aisément

Au Cap-Vert, on compte 98,3% d'adultes de 24 à 44 ans sachant lire sans difficultés après 6 années de scolarisation. Ils sont 79,7 % à l'être après 5 années de scolarisation. On peut donc dire qu'après 6 années de scolarisation la majorité des adultes savent lire aisément au Cap-Vert. En termes de comparaison avec d'autres pays africains, ces résultats sont révélateurs d'une meilleure qualité du système éducatif. En effet, la moyenne de la probabilité de savoir lire sans difficultés après 6 années d'études dans dix pays africains comparateurs est seulement de 53,2%.

Graphique 5 - Analyse comparative sur la probabilité de savoir lire avec 6 années d'études (adultes 24-44 ans)



* Bénin, Burkina Faso, Tchad, Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Guinée-Bissau, Mali, Mauritanie, Niger
 Source : Calculs des auteurs à partir des données de l'IDSR 2005, e Pôlo de Dakar (UNESCO/BREDA)

11. Toutefois, une forte proportion d'élèves de 6ème année de l'enseignement de base présentent des résultats insuffisants en portugais et de fortes disparités existent entre municipalités

Même si la probabilité de savoir lire aisément après six années d'études est nettement meilleure que dans les autres pays africains, il existe un tiers des élèves de fin de sixième année de l'enseignement de base qui ont un niveau considéré comme faible en portugais (évaluation « aferida » de juin 2010).

Par ailleurs, les résultats à l'évaluation standardisée « aferida » en portugais montre qu'il existe de fortes disparités entre municipalités et entre écoles. Parmi les 22 municipalités existantes, seulement 5 ont une proportion d'élèves avec un seuil de maîtrise du portugais supérieur à la moyenne nationale ; et 11 municipalités ont une proportion d'élèves faibles en portugais plus grande que la moyenne nationale.

Tableau 5 - Répartition des élèves de 6ème année selon le niveau du score en portugais à l'évaluation « aferida » de juin 2010, par municipalité

| Municipalités | Pourcentage d'élèves | | |
|----------------------------|----------------------|-------------|-----------|
| | Score faible | Score moyen | Score bon |
| Porto Novo | 29,7 | 47,7 | 22,6 |
| Paul | 22,3 | 50,3 | 27,4 |
| Ribeira Grande | 17,1 | 43 | 39,9 |
| São Vicente | 15,7 | 37,4 | 46,9 |
| Tarrafal de São Nicolau | 35,8 | 35 | 29,2 |
| Ribeira Brava | 18,3 | 43,6 | 38,1 |
| Sal | 12,4 | 43,3 | 44,3 |
| Boa Vista | 20,5 | 17,2 | 62,3 |
| Maio | 31,8 | 48,5 | 19,7 |
| Tarrafal - Santiago | 43,2 | 43,2 | 13,6 |
| Santa Catarina -Santiago | 40,1 | 37,6 | 22,3 |
| Santa Cruz | 54 | 38,1 | 7,9 |
| São Miguel | 42,3 | 40,5 | 17,2 |
| São Salvador do Mundo | 44,6 | 45,4 | 10 |
| São Lourenço dos Órgãos | 47,3 | 38,7 | 14 |
| São Domingos | 44,6 | 39,3 | 16,1 |
| Praia | 29,8 | 38,5 | 31,7 |
| Ribeira Grande de Santiago | 54,7 | 35 | 10,3 |
| São Filipe | 31,9 | 48,6 | 19,5 |
| Mosteiros | 42,6 | 44,1 | 13,3 |
| Santa Catarina - Fogo | 40,3 | 41,3 | 18,4 |
| Brava | 32,8 | 31,5 | 35,7 |

Fonte : Evaluation Aferida, calcul des auteurs

En plus des besoins en pilotage, certains facteurs ont une incidence directe sur les résultats. Bien entendu les variables retenues et présentées ici ne sont pas forcément directement ou indirectement dépendante des choix de politiques éducatives. Mais on pourra mettre en avant que l'abandon (temporaire) a des conséquences néfastes sur les

résultats des élèves. Par contre, l'implication des parents est un facteur réellement positif et le fait pour l'enseignant/le directeur d'école, de travailler avec les parents est un atout positif pour la réussite scolaire. Par ailleurs on remarque que les inégalités sociales continuent de se reproduire au niveau des résultats des apprentissages. Enfin il faudrait voir comment apporter l'électricité dans les communes qui n'en disposent pas encore étant donné l'effet significatif sur le score final des élèves.

Concernant les enseignants, tout en gardant à l'esprit la portée limitée de ces résultats, on soulignera ici l'importance de l'effet de pouvoir travailler avec internet (ce qui sous entend aussi que l'enseignant a accès à un ordinateur et à un ensemble de nouvelles technologies comme le lecteur de dvd, le vidéo ou rétro projecteur, etc., et qu'il a été formé pour s'en servir). De même la connaissance du système d'évaluation est positif, or dans l'échantillon des enseignants de l'évaluation « aferida », encore un tiers des enseignants déclarent ne pas connaître le système d'évaluation au primaire. On notera aussi l'influence positive de techniques pédagogiques favorisant l'intérêt de l'élève.

12. Si la parité dans les scolarisations selon le sexe est atteinte, il existe des disparités liées au niveau de richesse et au milieu de résidence

Les disparités entre filles et garçons dans l'accès aux différents niveaux d'enseignement n'existent pas au Cap-Vert et la probabilité d'accéder à l'enseignement supérieur au Cap-Vert est la même pour les filles que pour les garçons (environ 10% selon l'analyse du QUIBB 2007).

Par contre, on note des disparités dès l'accès à l'enseignement secondaire liées au niveau de richesse. La probabilité d'accéder au premier cycle de l'enseignement secondaire n'est que de 62,0% pour un enfant issu d'un ménage pauvre contre 87,3% pour un enfant issu d'un ménage plus riche (analyse du QUIBB 2007). Les écarts se creusent au fil des années d'études et si les enfants des ménages les plus riches ont une probabilité de 22,9% d'accéder à l'enseignement supérieur, cette probabilité n'est que de 2,0% pour les enfants issus des ménages les plus pauvres.

Tableau 6 - Probabilité d'accès par année d'études en fonction de municipalité de résidence, l'année 2007

| Região | 1° ano | 6° ano | 7° ano | 8° ano | 9° ano | 10° ano | 11° ano | 12° ano |
|-----------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ribeira Grande | 100,0 | 92,7 | 74,9 | 64,1 | 55,8 | 52,1 | 39,3 | 27,7 |
| Paul | 100,0 | 89,6 | 73,4 | 57,8 | 47,1 | 42,6 | 30,2 | 25,8 |
| Porto Novo | 98,8 | 95,3 | 68,0 | 53,9 | 47,6 | 35,3 | 31,2 | 19,1 |
| São Vicente | 100,0 | 93,0 | 82,8 | 69,7 | 56,2 | 48,4 | 39,9 | 34,3 |
| Ribeira Brava | 100,0 | 92,0 | 65,3 | 58,7 | 54,8 | 50,9 | 20,1 | 12,4 |
| Tarrafal de S. Nicolau | 98,6 | 92,8 | 64,8 | 45,9 | 44,1 | 35,3 | 15,9 | 12,5 |
| Sal | 100,0 | 83,8 | 75,2 | 74,1 | 59,3 | 46,0 | 33,4 | 19,2 |
| Boavista | 95,5 | 90,9 | 77,8 | 72,6 | 51,3 | 35,5 | 18,1 | 19,4 |
| Maio | 100,0 | 88,3 | 70,7 | 60,9 | 52,3 | 48,7 | 27,8 | 17,9 |
| Tarrafal de Santiago | 100,0 | 88,5 | 81,9 | 69,4 | 54,7 | 45,3 | 29,8 | 18,0 |
| Santa Catarina | 99,2 | 82,7 | 65,3 | 60,2 | 48,2 | 38,4 | 33,5 | 22,2 |
| Santa Cruz | 100,0 | 84,3 | 71,6 | 64,8 | 53,9 | 43,0 | 30,4 | 24,1 |
| Praia | 100,0 | 86,7 | 83,1 | 79,8 | 66,8 | 50,0 | 44,7 | 42,9 |
| São Domingo | 100,0 | 93,1 | 77,4 | 67,4 | 60,8 | 48,4 | 36,5 | 36,0 |
| São Miguel | 99,8 | 91,9 | 72,6 | 59,4 | 55,0 | 49,4 | 43,2 | 29,0 |
| São Lourenço dos Orgão | 100,0 | 88,6 | 75,2 | 61,4 | 54,9 | 42,2 | 31,6 | 22,8 |
| São Salvador do Mundo | 100,0 | 90,7 | 82,5 | 81,1 | 62,0 | 50,0 | 39,5 | 36,2 |
| Ribeira Gr.ande de Santiago | 100,0 | 84,5 | 52,6 | 47,2 | 36,2 | 30,5 | 18,2 | 13,9 |
| Mosteiros | 100,0 | 76,5 | 61,2 | 51,4 | 46,8 | 42,8 | 29,1 | 22,9 |
| São Filipe | 100,0 | 82,0 | 57,2 | 54,3 | 46,9 | 33,3 | 34,1 | 27,8 |
| Santa Catarina do Fogo | 100,0 | 76,8 | 46,2 | 42,8 | 37,1 | 21,6 | 21,3 | 16,8 |
| Brava | 99,0 | 75,7 | 52,1 | 46,3 | 23,2 | 18,2 | 15,8 | 20,7 |
| Cabo Verde | 99,8 | 87,5 | 74,6 | 67,1 | 55,7 | 44,6 | 36,2 | 30,4 |
| Intervalo de variação | [96 - 100] | [76 - 95] | [46 - 83] | [43 - 81] | [23 - 67] | [18 - 52] | [16 - 45] | [12 - 43] |

Source : Calculs des auteurs à partir du QUIBB 2007

Il existe également des disparités liées au milieu de résidence. Ces disparités sont moins prononcées que celles liées au niveau de richesse mais elles existent tout de même. Ainsi, si la probabilité d'entrer un jour à l'enseignement secondaire est de 82,6% pour un enfant issu d'un ménage vivant en zone urbaine, elle n'est que de 64,4% pour un enfant issu d'un ménage vivant en zone rurale. Toutefois, la disparité dans les scolarisations entre enfants de zone rurale et enfants de zone urbaine qui est apparente dès l'enseignement secondaire ne se creuse plus au fil des ans (contrairement aux disparités constatées entre plus riches et plus pauvres) et reste relativement constante. Ainsi, la probabilité d'accéder à l'enseignement supérieur n'est que de 3,5% pour les enfants issus de zone rurale, elle est de 12,8% pour les enfants de zone urbaine.

Enfin, il existe également des disparités dans les scolarisations selon la municipalité de résidence. Par exemple, la probabilité d'accéder un jour à l'enseignement secondaire est inférieure à 60% pour les enfants de Brava (52,1%), Santa Catarina do Fogo (46,2%), Sao Filipe (57,2%), Ribeira Grande de Santiago (52,6%), alors qu'elle est supérieure à 80% pour les enfants de Sao Vicente (82,8%), de Tarrafal de Santiago (81,9%), de Praia (83,1%), ou encore de Sao Salvador do Mundo (82,5%). Le tableau 4 qui suit présente ces disparités par municipalité par niveau d'enseignement.

13. 30% des ressources publiques allouées à l'éducation sont consommées par les 15% les plus riches

Tableau 7 - Propriété des différentes catégories sociales dans les dépenses publiques de l'éducation

| | % dans la population | % des ressources de l'éducation approprié | Indice d'appropriation relative |
|--------------------|----------------------|---|---------------------------------|
| Millieu | | | |
| Urbain | 54,5 | 69,1 | 1,9 |
| Rural | 45,5 | 30,9 | 1,0 |
| Sexe | | | |
| Garçon | 50,6 | 46,5 | 1,0 |
| Fille | 49,4 | 53,5 | 1,2 |
| Quintile de revenu | | | |
| q1 | 22,3 | 12,4 | 1,0 |
| q2 | 20,3 | 15,1 | 1,3 |
| q3 | 22,2 | 18,8 | 1,5 |
| q4 | 19,5 | 24,0 | 2,2 |
| q5 | 15,7 | 29,7 | 3,4 |

Source : chapitre 3, et calculs des auteurs à partir du QUIBB 2007

Les 10% les plus éduqués s'approprient 15% des ressources publiques d'éducation. Cette valeur est nettement moins élevée au Cap-Vert que dans la majorité des pays d'Afrique au sud du Sahara, dont la moyenne est de 47%.

Les inégalités de scolarisation dues aux caractéristiques socio-économiques se répercutent dans l'appropriation des ressources publiques allouées à l'éducation, les groupes les plus favorisés «bénéficiant» de plus de ressources publiques d'éducation. Ainsi, les urbains «s'approprient» 1,9 fois plus de ressources que les ruraux et les jeunes du quintile le plus riche, 3,4 fois plus de ressources que ceux du quintile le plus pauvre. Toutefois, ces disparités dans l'appropriation des ressources publiques sont faibles au regard d'un bon nombre de pays même si les disparités les plus prononcées que ce soit en termes de scolarisation ou d'appropriation des ressources publiques en éducation, se situent au niveau de la richesse des ménages.

14. Les coûts unitaires en termes de PIB par habitant se situent dans la moyenne des pays à niveau de richesse comparable

Tableau 8 - Comparaison internationale des coûts unitaires publics par niveau d'éducation en % du PIB par habitant entre 2000 et 6000 \$ US)

| | L'enseignement public de base | L'enseignement secondaire (général et technique) et IEFP publique | L'enseignement Supérieur public |
|-------------------------------|-------------------------------|---|---------------------------------|
| Cap-Vert (2009) | 14,8 | 17,7 | 71,0 |
| Angola (2006) | 7,8 | Nd | 80,8 |
| Azerbaïdjan (2006) | 5,2 | 8,0 | 8,9 |
| Belize (2007) | 14,3 | 21,0 | Nd |
| Buthan (2008) | 6,3 | 28,8 | Nd |
| Colombie (2008) | 12,4 | 14,8 | 26,0 |
| Congo (2007) | 4,2 | 24,4 | 167,6 |
| Dominique (2008) | 22,1 | 19,0 | Nd |
| El Salvador (2008) | 8,5 | 9,1 | 31,5 |
| Fidji (2008) | 17,5 | 16,3 | Nd |
| Géorgie (2008) | 14,7 | 15,4 | 11,3 |
| Guatemala (2007) | 10,2 | 5,9 | 19,0 |
| Iran (2008) | 13,5 | 20,3 | 20,7 |
| Jamaïque (2007) | 17,3 | 19,9 | Nd |
| Jordanie (2006) | 13,0 | 16,5 | Nd |
| Maldives (2008) | 26,8 | 29,3 | Nd |
| Maroc (2008) | 16,3 | 38,3 | 72,1 |
| Namibie (2008) | 15,7 | nd | 117,8 |
| Paraguay (2007) | 11,1 | 12,8 | Nd |
| Pérou (2007) | 7,3 | 8,9 | Nd |
| République Dominicaine (2008) | 7,4 | 6,5 | Nd |
| Sainte-Lucie (2007) | 13,6 | 17,6 | Nd |
| Swaziland (2006) | 16,3 | nd | 347,5 |
| Thaïlande (2006) | Nd | nd | 30,5 |
| Tunisie (2007) | 19,8 | 23,0 | 54,0 |
| Ukraine (2007) | Nd | nd | 25,1 |
| Moyenne des 26 pays | 13,2 | 17,8 | 72,3 |

Source : Ministère de l'Éducation, IEFP, Intitut Pédagogique, ICASE, Univ-CV, Ministère des Finances, et calculs des auteurs, Pôle de Dakar (UNESCO/BREDA), ISU

En moyenne, la scolarisation d'un élève à l'enseignement de base coûte 14,8% du PIB/habitant en 2009. Concernant l'enseignement secondaire en 2009, le coût unitaire pour le premier cycle est de 13,9% du PIB/habitant, de 18,5% du PIB/habitant pour le second cycle, de 23,7% du PIB/habitant pour le troisième cycle général et de 33,3% du PIB/habitant pour le troisième cycle technique et de 13,6% du PIB/habitant pour la formation professionnelle. Au total, tout l'enseignement secondaire (y compris la formation professionnelle) présente un coût unitaire de 17,7% du PIB/habitant en 2009.

Pour l'enseignement supérieur en 2009, un étudiant de l'enseignement public coûte 71,0% du PIB/habitant à l'Etat cap-verdien, 6,0% du PIB/habitant pour un étudiant du privé et 153,1% du PIB/habitant pour un étudiant qui suit ses études à l'étranger. Le coût d'un étudiant à l'institut pédagogique en 2009 est de 58,3% du PIB/habitant. L'alphabétisation d'un adulte coûte à l'Etat 7,9% du PIB/habitant en 2009. Enfin, le coût unitaire au préscolaire est le plus faible pour l'Etat puisqu'il est de 0,5% du PIB/habitant (du fait d'un financement majoritairement privé).

Si on compare les coûts unitaires de scolarisation au Cap-Vert avec des pays à niveau de richesse comparable, on se rend compte que les coûts unitaires au Cap-Vert pour l'enseignement de base public (14,8% du PIB/habitant), l'enseignement secondaire général et technique public y compris la formation professionnelle publique (17,7% du PIB/habitant) et l'enseignement supérieur public (71,0% du PIB/habitant) se situe dans la moyenne de ces pays (13,2% du PIB/habitant pour l'enseignement de base, 17,8% du PIB/habitant pour l'enseignement secondaire, 72,3% du PIB/habitant pour l'enseignement supérieur).

15. Des taux d'encadrement peu élevés et une rémunération des enseignants soutenable

Au niveau de l'enseignement de base, le rapport élèves par maître moyen dans les écoles publiques en 2009 est de 24. Les conditions d'encadrements sont donc bonnes mais cachent quelques disparités (cf. point 15).

Concernant les autres niveaux d'enseignement public, les taux d'encadrement des élèves par les professeurs sont également peu élevés : 24,6 au premier cycle de l'enseignement secondaire, 19,3 au second cycle de l'enseignement secondaire, 15,9 au troisième cycle de l'enseignement secondaire général, 10,8 au troisième cycle de l'enseignement secondaire technique, 11,9 à l'enseignement supérieur, et 14,2 à l'institut pédagogique.

Pour assurer l'encadrement des élèves, ils coexistent dans le système des enseignants (en classe) avec des catégories et des niveaux de rémunérations différents. Le tableau 9 présente les catégories des enseignants dans le système et le niveau de rémunération s'y rattachant.

Les rémunérations moyennes des enseignants en classe par niveau d'enseignement en unités de PIB/habitant varient de 2,36 à l'enseignement de base à 3,04 à l'enseignement secondaire général troisième cycle. On constate donc que les différences salariales entre les niveaux d'enseignement de base et d'enseignement secondaire sont très faibles.

Les différences les plus marquées dans les rémunérations se situent à l'intérieur de chaque niveau d'enseignement selon les différentes catégories d'enseignant. Ainsi, selon la catégorie, les salaires varient de 1,04 PIB/habitant à 4,87 PIB/habitant à l'enseignement de base, de 1,83 PIB/habitant à 4,15 PIB/habitant pour les professeurs du premier cycle du secondaire, de 1,83 à 4,04 PIB/habitant pour les professeurs du second cycle du secondaire, de 1,83 PIB/habitant à 4,20 PIB/habitant pour les professeurs du troisième cycle du secondaire général et de 1,81 PIB/habitant à 4,04 PIB/habitant pour les professeurs du troisième cycle du secondaire technique.

Tableau 9 - Rémunération moyenne annuelle de l'enseignant en classe (en unités du PIB par habitant) par catégorie et par niveau d'éducation

| | Enseignement de base | Enseignement Secondaire | | | |
|---|----------------------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | ESG 1e cycle | ESG 2e cycle | ESG 3e cycle | EST 3e cycle |
| Enseignants Basique Principal | 4,87 | | | | |
| Professeur de l'Enseignement de Base de 1a | 2,64 | | | | |
| Moniteur Spécial | 1,89 | 1,83 | 1,83 | 1,83 | 1,81 |
| Enseignants du Primaire/Animateur d'Éducation des Adultes A | 1,70 | | | | |
| Professeur de Poste Scolaire | 1,04 | | | | |
| Professeur de l'Enseignement Secondaire Principal | | 4,15 | 4,04 | 4,20 | 4,04 |
| Professeur de l'Enseignement Secondaire de 1a | | 3,52 | 3,57 | 3,62 | 3,58 |
| Professeur de l'Enseignement Secondaire | | 3,21 | 3,20 | 3,17 | 3,25 |
| Professeur de l'Enseignement Secondaire Auxiliaire | | 2,53 | 2,53 | 2,52 | 2,47 |
| Ensemble | 2,36 | 2,67 | 2,85 | 3,04 | 2,90 |

Source : Ministère de l'Éducation, Ministère des Finances et calculs des auteurs

16. L'allocation des enseignants dans les établissements scolaires est cohérente mais il existe quelques disparités entre les différentes municipalités pour l'enseignement de base

L'allocation du personnel enseignant, qui constitue le point central des questions de gestion administrative, se présente différemment selon le niveau d'enseignement abordé.

Pour l'enseignement de base, on observe une bonne cohérence dans l'allocation des enseignants aux écoles dans la mesure où seulement 4% (le degré d'aléa) des affectations ne s'expliquent pas par le nombre d'élèves dans les établissements publics ; or la moyenne de quelques pays comparateurs en Afrique sub-saharienne est de 28%. Toutefois, même si cette allocation semble cohérente au niveau national, il existe quelques disparités dans l'allocation des enseignants aux écoles entre les différentes îles et entre les différentes municipalités. En effet, si la municipalité et île de Sal présente un ratio élèves par enseignant de 33, celui de la municipalité de Paul n'est que de 16 soit une nette différence dans l'allocation des enseignants entre ces deux municipalités, comme le montre le tableau 8.

Par ailleurs, si le degré d'aléa dans le processus d'allocation des enseignants aux écoles pour la grande majorité des municipalités est inférieur à 10%, il existe des municipalités (Ribeira Grande de Santiago et Santa Catarina do Fogo) qui présentent des degrés d'aléas respectivement de 20,3 et 13,5%. Les aléas de ces municipalités peuvent être liés au fait qu'elles sont nouvelles et qu'elles connaissent encore des pénuries à la fois au niveau des infrastructures et au niveau des ressources humaines.

Même pour les municipalités qui ne présentent quasi pas d'aléa dans le processus d'allocation des enseignants aux écoles, on constate tout de même des disparités à l'intérieur de ces municipalités entre l'école la mieux dotée et l'école la moins bien dotée en enseignants. Par exemple, si dans la municipalité de Praia, le degré d'aléa dans le processus d'allocation des enseignants aux écoles est faible (3,2%), il existe un gros écart entre l'école la mieux dotée en enseignant (6 élèves par enseignant) et l'école la moins bien dotée (36 élèves par enseignant).

Tableau 10 - Répartition des enseignants des écoles publiques de l'éducation de base, 2008-2009, par municipalité

| | Rapport Élèves/ Professeur | Degré d'aléa dans l'allocation des enseignants (%) | Min | Max | Nombre d'écoles publiques |
|----------------------------|-------------------------------|--|----------|-----------|---------------------------------|
| CAP-VERT | 24 | 4,5 | 4 | 36 | 417 |
| SOTAVENTO | | | | | |
| Brava | 18 | 3,3 | 10 | 23 | 11 |
| Fogo | 22 | 3,7 | 12 | 33 | 48 |
| São Filipe | 22 | 3,0 | 13 | 27 | 27 |
| Santa Catarina do Fogo | 21 | 13,5 | 12 | 30 | 10 |
| Mosteiros | 24 | 1,9 | 14 | 33 | 11 |
| Santiago | 26 | 4,3 | 4 | 36 | 206 |
| Praia | 30 | 3,2 | 6 | 36 | 41 |
| Ribeira Grande de Santiago | 22 | 20,3 | 9 | 30 | 14 |
| São Domingos | 20 | 5,3 | 4 | 27 | 26 |
| Santa Catarina | 25 | 5,1 | 9 | 34 | 40 |
| São Salvador do Mundo | 24 | 3,6 | 15 | 29 | 11 |
| Santa Cruz | 23 | 3,6 | 9 | 30 | 24 |
| São Lourenço dos Órgãos | 20 | 7,0 | 14 | 26 | 10 |
| São Miguel | 21 | 3,0 | 11 | 26 | 18 |
| Tarrafal | 23 | 1,6 | 5 | 34 | 22 |
| Maio | 20 | 2,0 | 10 | 26 | 12 |
| BARLAVENTO | | | | | |
| Boa Vista | 22 | 0,5 | 6 | 32 | 7 |
| Sal | 33 | 0,2 | 12 | 35 | 6 |
| São Nicolau | 22 | 1,6 | 8 | 25 | 21 |
| Ribeira Brava | 19 | 1,3 | 9 | 23 | 15 |
| Tarrafal de São Nicolau | 22 | 0,2 | 8 | 25 | 6 |
| São Vicente | 26 | 4,0 | 10 | 34 | 33 |
| Santo Antão | 18 | 2,4 | 5 | 26 | 73 |
| Ribeira Grande | 17 | 4,6 | 5 | 23 | 31 |
| Porto Novo | 19 | 1,2 | 5 | 26 | 27 |
| Paul | 16 | 8,9 | 11 | 25 | 15 |

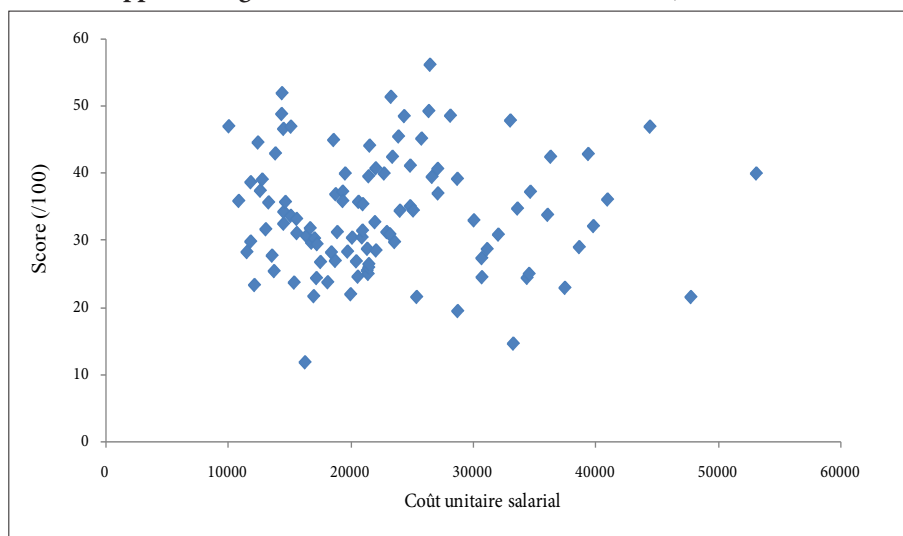
Source : Ministère de l'Éducation et du Sport

Concernant spécifiquement à l'enseignement secondaire, l'allocation des enseignants dans les établissements publics doit tenir compte du volume horaire de cours à dispenser dans ces établissements. Ainsi, on constate qu'il existe également une forte cohérence dans l'allocation des enseignants dans les établissements publics de l'enseignement secondaire au Cap-Vert puisque le degré d'aléa dans l'allocation des enseignants selon le volume horaire de cours à dispenser par établissement n'est que de 4%.

17. La gestion pédagogique est faible

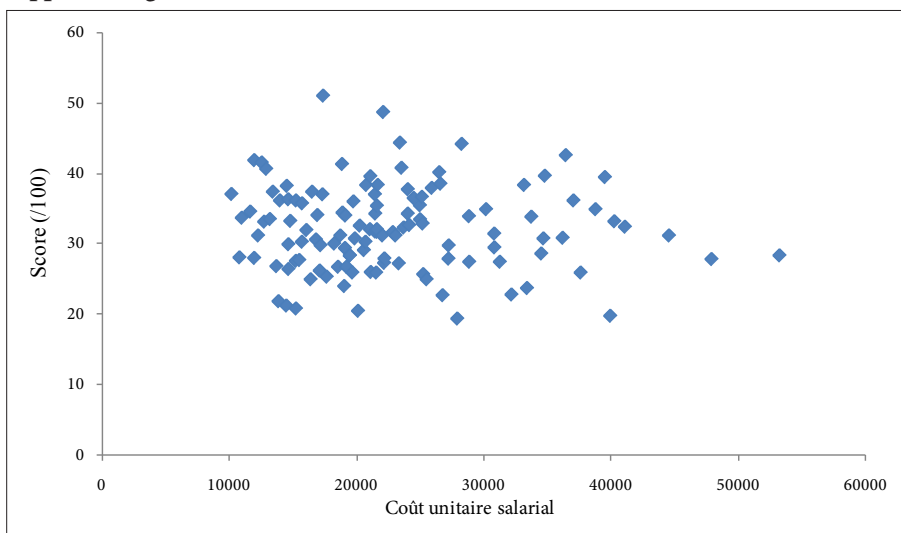
La gestion pédagogique constitue une des faiblesses du système éducatif cap-verdien, dans la mesure où la mise en regard des résultats des écoles et des moyens dont elles disposent révèle une absence de relation entre ces deux grandeurs.

Graphique 6 - Relation entre le coût unitaire de salaire, élève pour chaque école publique de l'éducation de base et les résultats obtenus en langue portugaise dans l'évaluation nationale des "afé-rition" dans l'apprentissage des élèves en 6e année, l'année 2010 (échantillon de 105 écoles)



Source : Calculs des auteurs à partir de base des données d'évaluation nationale "d'afé-rition" et du chapitre 3

Graphique 7 - Relation entre le coût unitaire salarial par élève pour école public de l'éducation de base et les résultats obtenus en mathématique dans l'évaluation national du teste "d'aférition" dans l'apprentissage scolaires des élèves du 6e, l'année 2010 (échantillon de 120 écoles).



Source : calculs des auteurs à partir de base des données d'évaluation national "d'aférition" et du chapitre 3

Des établissements disposant à priori de ressources raisonnables affichent des résultats médiocres alors que d'autres disposants de moyens plus modestes obtiennent de meilleurs résultats scolaires. Autrement dit, ce ne sont pas forcément les écoles qui ont les enseignants les mieux payés et les taux d'encadrement les meilleurs, qui obtiennent les meilleurs résultats à l'évaluation des apprentissages « aferida ».

18. Un léger déséquilibre dans la partie haute du système entre la production du nombre de diplômés de l'enseignement supérieur et les besoins sur le marché du travail

Le marché du travail au Cap-Vert est dominé par le secteur tertiaire qui emploie 58% de la population active occupée en 2007. Les emplois salariés (secteur moderne) emploient 59% de la population active occupée. Le reste de la population active occupée ont des emplois non-salariés (majoritairement informels).

Tableau 11 - Répartition de la population non scolarisé de 25-34 ans selon leur niveau d'éducation et de son statut, l'année 2007

| | Aucun % | Alpha. % | Education de base % | Secon. 1 ^o cycle % | Secon. 2 ^o cycle % | Secon. 3 ^o cycle % | Sup. % | Total % |
|--|---------|----------|---------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------|---------|
| Cadres | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 | 20 | 55 | 10 |
| Les employés et les travailleurs qualifiés | 6 | 13 | 20 | 28 | 31 | 33 | 27 | 24 |
| Les employés et les travailleurs non qualifiés | 16 | 17 | 19 | 21 | 9 | 10 | 1 | 15 |
| Agriculteurs/Pêcheurs | 11 | 5 | 8 | 5 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| Autres travailleurs non salariés | 17 | 28 | 25 | 22 | 27 | 16 | 4 | 21 |
| Chômeurs | 12 | 21 | 13 | 14 | 11 | 11 | 7 | 12 |
| Inactifs | 38 | 15 | 14 | 7 | 9 | 8 | 6 | 12 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 99 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Source : calculs des auteurs à partir de base des données du QUIBB 2007

D'un point de vue d'efficacité économique, pour l'ensemble des individus, la relation entre le niveau d'éducation et le statut dans l'emploi est assez cohérente. Les emplois de cadres sont essentiellement occupés par les personnes les plus éduquées, alors que les emplois les moins qualifiés sont surtout occupés par les personnes ayant les niveaux d'éducation les moins élevés. Cependant, on note que des emplois moyens (employés et ouvriers qualifiés) sont occupés par des sortants du supérieur (27% des individus 25-34 ans du supérieur) et que des emplois non qualifiés sont occupés par des individus ayant fait le troisième cycle de l'enseignement secondaire (10%).

Par ailleurs, on retrouve également une proportion non négligeable d'individus ayant fait les second et troisième cycles du secondaire et étant travailleurs non-salariés (pour l'essentiel des travailleurs informels : vendeurs...etc). Cela montre un léger déséquilibre dans la partie haute du système entre la production du nombre de diplômés de l'enseignement supérieur et les besoins sur le marché du travail.

En effet, plus d'un quart des diplômés de l'enseignement supérieur ne trouvent pas d'emplois de cadres et se rabattent sur des emplois qualifiés provoquant alors un décalage étant donné que près d'un quart des diplômés du troisième cycle de l'enseignement secondaire ne trouvent pas d'emplois qualifiés (car déjà occupés par des diplômés du supérieur) et se rabattent sur des emplois d'employés et d'ouvriers non-qualifiés et d'emplois informels prenant ainsi la place aux diplômés de l'enseignement de base et du

premier cycle de l'enseignement secondaire. Ce décalage structurel se traduit donc par un déclassement et par une plus forte proportion d'individus ne travaillant pas (inactifs et chômeurs), plus on descend dans la partie basse du système : 27% des individus de 25 à 34 ans sortants de l'enseignement de base ne travaillent pas, 21% pour ceux du premier cycle du secondaire alors qu'ils ne sont que 13% de l'enseignement supérieur à ne pas travailler.

Capítulo 1

O Contexto de desenvolvimento da Educação em Cabo Verde

A Educação em Cabo Verde é uma das áreas onde se registaram progressos notáveis, desde a independência nacional em 1975. De facto, a área da educação mereceu, desde essa altura, prioridade número um em todos os governos de Cabo Verde dos últimos 35 anos, o que contribuiu para um grande salto da Nação Cabo-verdiana no aspecto do desenvolvimento humano e, por conseguinte, no desenvolvimento económico e social.

Presentemente, tem-se a percepção de que a Educação em Cabo Verde precisa de dar um salto em termos qualitativos, por conseguinte é necessário determinar com precisão o estado da arte da Educação em Cabo Verde no que se refere ao nível de aprendizagem dos alunos.

Para uma caracterização real da Educação em Cabo Verde, é conveniente o seu enquadramento no contexto demográfico e económico, atendendo que estas duas variáveis constituem pontos fulcrais no processo de tomada de decisão política para o Sector.

I. A situação demográfica favorável

A população cabo-verdiana tem aumentado de 1990 a 2010 a um ritmo acelerado o que corresponde a uma variação de 43,9%. O crescimento médio anual na década de 1990 foi de 2,4% e de 2000 a 2010, registou-se uma forte descida do crescimento da população, uma vez que a taxa de crescimento passou para 1,2%. A população em 2010 segundo os dados provisórios do Censo 2010 é de 491 575 habitantes.

Apesar do crescimento elevado da população no período compreendido entre 1990 e 2010, a população na idade de escolarização dos Ensinos Básico e Secundário não cresceu, tendo-se mesmo verificado um decréscimo dos efectivos.

Um facto evidente na demografia em Cabo Verde é a alteração da estrutura da população por idades, que resulta de uma diminuição da taxa de natalidade e do índice sintético de fecundidade.

A estrutura demográfica demonstra que haverá uma fraca pressão da população escolarizável dos Ensinos Básico e Secundário no Sistema Educativo pelo que o grande desafio da Educação continuará a passar pela melhoria da qualidade, uma vez que já está ultrapassado o objectivo de escolarização universal.

Quadro 1.1 - Alguns indicadores demográficos, 1990-2010

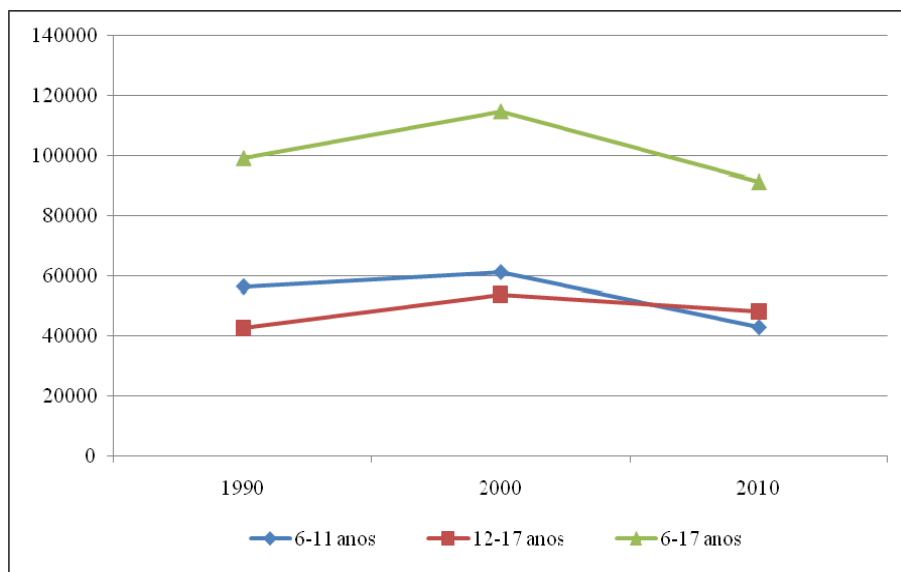
| | 1990 | 2000 | 2010 |
|--|---------|------------------|------------------|
| População total | 341.491 | 436.821 | 491.575 |
| Proporção 6-11 anos (%) | 16,5 | 17,9 | 12,6* |
| Proporção 12-17 anos (%) | 12,5 | 15,7 | 14,1* |
| | | 1990/2000 | 2000/2010 |
| Taxa de crescimento intercensitário da população (%) | | 2,4 | 1,2 |
| Taxa Bruta de Natalidade (por mil) | | 29,2 | |
| Taxa Bruta de Mortalidade (por mil) | | 6,8 | |
| Índice Sintético de Fecundidade (filhos/mulher) | | 4,0 | |
| Esperança de vida Homen (anos) | | 66,5 | |
| Esperança de vida Mulher (anos) | | 74,9 | |
| Esperança de vida total (anos) | | 70,8 | |

* Estimativas dos autores

Fonte: INE

A população dos 6 aos 17 anos teve um crescimento acentuado durante a década de 90 o que originou uma grande pressão sobre os estabelecimentos de ensino. Aliada à situação demográfica esteve a política de democratização do Ensino Básico, durante a década de 90, que se enquadrava na reforma educativa. A partir de 2000, a população escolarizável na idade dos 6 anos aos 17 anos teve uma quebra no seu crescimento que se repercutiu imediatamente nos efectivos escolares, com uma redução acentuada no seu crescimento.

Gráfico 1.1 - Evolução da população escolarizável de 6 a 17 anos, 1990-2020



Fonte : INE e estimativas dos autores

II. Situação social

II.1 - Uma diminuição significativa da pobreza entre 2001 e 2007


Cabo Verde continua a ser um país com elevado grau de vulnerabilidade, não obstante os progressos alcançados desde a independência em 1975.

O último inquérito da pobreza em Cabo Verde, realizado em 2007, demonstra uma diminuição da incidência da pobreza na população cabo-verdiana. Globalmente, a incidência da pobreza passou de 36,7% em 2001 para 26,6% em 2007. Porém, nos meios rurais, apesar da redução registada, o nível da pobreza continua a ser significativo, continuando a registar uma maior percentagem de pobres, em toda a dimensão, tanto na sua profundidade como na sua gravidade.

O perfil da pobreza em Cabo Verde indica que a pobreza é mais incidente nas famílias chefiadas por mulheres, analisado sob o ponto de vista de profundidade e intensidade.

A Educação é também um elemento que influencia e determina a pobreza. Em geral, registam-se os maiores níveis de incidência, profundidade e gravidade da pobreza no seio dos agregados familiares, cujos chefes não possuem qualificação.

Esquema 1.1 - Evolução da situação da pobreza entre 2001 a 2007

| Situação em 2012 |  | Situação em 2007 | |
|--|---|-------------------------------------|------------------------|
| 1. O número de pobres 163.200; | | 1. Diminuição para 130.900; | -32.300 Pessoas |
| 2. Nível a 36,7% da População; | | 2. Nível reduziu para 26,6%; | -10,1% |
| a) 25% nas Zonas Urbanas; | | a) ZU para 13,2%; | -11,8% |
| b) 51,1% nas Zonas Rurais; | | b) ZR para 44,3%; | -6,8% |
| 3. Profundidade da Pobreza 13,3%; | | 3. Prof. Reduziu para 8,1%; | -5,2% |
| a) 7,9% nas Zonas Urbanas; | | a) 3,3% nas ZU; | -4,6% |
| b) 20% nas Zonas Rurais; | | b) 14,3% nas ZR; | -5,7% |
| 4. Gravidade 6,5%; | | 4. Baixou para 3,4%; | -3,1% |
| a) 3,6% nas Zonas Urbanas; | | a) Para 1,3% ZU; | -2,3% |
| b) 10,2% nas Zonas Rurais; | | b) Para 6,3% ZR; | -3,9% |

Fonte: INE – Inquérito de pobreza 2001 e QUIBB 2007

Existe uma constatação de que há uma relação inversa entre os níveis de instrução e propensão de um indivíduo em ser pobre. Por este facto, a Educação deve ser considerada como uma arma poderosa nas estratégias e planos de redução da pobreza.

II.2 - O emprego

Em Cabo Verde, o mercado de trabalho é profundamente marcado por uma componente forte de desemprego estrutural. O desemprego está também relacionado com a estrutura produtiva ligada à agricultura, que é marcado pela sazonalidade da produção agrícola. Nos períodos de baixa actividade agrícola, o desemprego é mais intenso nos anos de fraca pluviosidade.

A taxa de desemprego em Cabo Verde afecta particularmente os jovens à procura do primeiro emprego. Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego chega aos 33% segundo o inquérito ao emprego realizado em 2008.

Segundo o estudo sobre o mercado do emprego em Cabo Verde, realizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 2008 a população activa era de 183 254, ou seja, mais 61 190 activos do que 16 anos antes e 11 941 acima do volume da força de trabalho de 2000. Dos activos, 149 680 são ocupados e 33 574 são desempregados, o que correspondente a uma taxa de desemprego de 18,3%.

II.3 - A Alfabetização

A alfabetização foi uma das prioridades de Cabo Verde logo após a independência nacional em 1975. Cabo Verde apresentava uma alta taxa de analfabetismo, nessa altura, e a luta contra o analfabetismo foi definida como prioridade. Hoje, o nível de alfabetização conseguido é considerado como um dos efeitos notáveis na política da Educação em Cabo Verde. Segundo o censo 2000, a taxa de analfabetismo nesse ano situava-se em 25,2%.

O QUIBB realizado em 2007 indica que o analfabetismo de 2000 a 2007 recuou de 25,2% para 20,4%. O analfabetismo nos jovens na idade de 15 a 24 anos é reduzido segundo o QUIBB 2007, situando-se nos 4,1%, sendo o sexo masculino com maior incidência do que o sexo feminino, 4,7% e 3,4%, respectivamente.

Verifica-se que o analfabetismo é mais acentuado nas pessoas do sexo feminino, com uma taxa de 26,9%, contra 13% nas pessoas do sexo masculino.

III. O contexto macroeconómico

III.1 - Uma situação macroeconómica favorável

Cabo Verde registou do ano 2000 a 2009 um crescimento do PIB a uma média anual de 6,1%. Em 2000 o PIB a preços constantes situava-se em 73 634 milhões de ECV, tendo passado para 125 497 milhões de ECV em 2009. Este crescimento não se reflectiu no crescimento das despesas correntes da Educação na mesma proporção que cresceu a uma taxa média anual de 5,7%.

Verifica-se, por conseguinte, um aumento considerável a nível de PIB por habitante a preços constantes de 2009 que passou de 168 568 ECV para 258 328 ECV, o que corresponde a um crescimento médio anual de 4,9%. Isso demonstra que o crescimento da população nesse período tem sido superior ao crescimento da economia do país.

Quadro 1.2 - Evolução do PIB e do PIB por habitante, 2000-2009

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Produto Interno Bruto (Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 64.539 | 69.380 | 72.758 | 79.527 | 82.086 | 86.185 | 97.384 | 107.252 | 121.303 | 125.497 |
| Variação do PIB base 100 em 2009 | 87,6 | 88,8 | 88,4 | 92,3 | 91,4 | 90,1 | 92,4 | 93,7 | 100,0 | 100,0 |
| a preços constantes de 2009 | 73.634 | 78.153 | 82.282 | 86.135 | 89.822 | 95.679 | 105.383 | 114.497 | 121.253 | 125.497 |
| Taxa de crescimento real (%) | | 6,1 | 5,3 | 4,7 | 4,3 | 6,5 | 10,1 | 8,6 | 5,9 | 3,5 |
| População | 436.821 | 442.010 | 447.261 | 452.574 | 457.950 | 463.390 | 468.895 | 474.465 | 480.101 | 485.804 |
| PIB por habitante (ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 147.746 | 156.965 | 162.675 | 175.721 | 179.248 | 185.989 | 207.689 | 226.048 | 252.662 | 258.328 |
| a preços constantes de 2009 | 168.568 | 176.814 | 183.969 | 190.323 | 196.139 | 206.476 | 224.747 | 241.319 | 252.557 | 258.328 |

Fonte: INE e Ministério das Finanças

III.2 - Aumento das receitas do Estado entre 2000 e 2009

As receitas do Estado têm crescido de 2000 a 2009. Em % do PIB, as receitas do Estado a preços correntes têm variado entre 28% no ano 2000 e 36% no ano 2007. Em 2009, os dados provisórios apontam para um registo de receitas do Estado de 28,9% do PIB.

Quadro 1.3 - Evolução das Receitas do Estado, 2000-2009

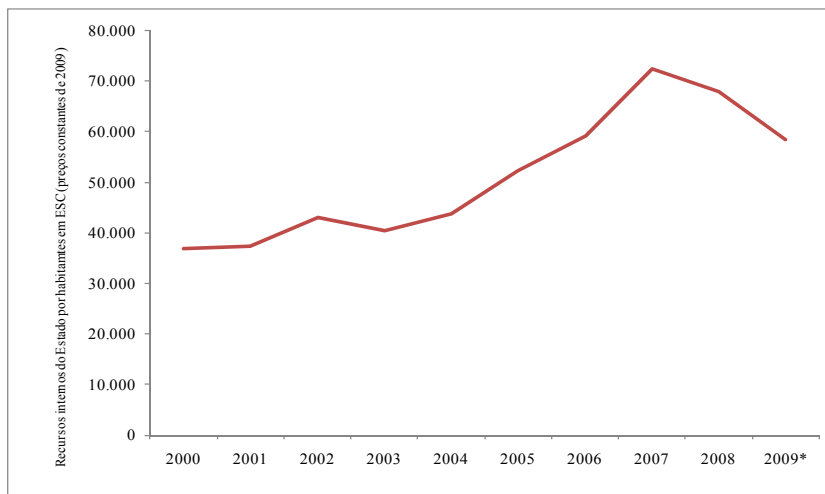
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009* |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Receitas do Estado (Milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 18.086 | 18.299 | 23.516 | 22.092 | 26.116 | 28.848 | 32.674 | 38.653 | 39.677 | 36.256 |
| Em % do PIB | 28,0 | 26,4 | 32,3 | 27,8 | 31,8 | 33,5 | 33,6 | 36,0 | 32,7 | 28,9 |
| a preços constantes de 2009 | 20.635 | 20.613 | 26.594 | 23.927 | 28.577 | 32.026 | 35.358 | 41.265 | 39.660 | 36.256 |
| Recursos internos | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 14.155 | 14.746 | 17.197 | 17.236 | 18.755 | 22.409 | 26.383 | 33.341 | 33.937 | 29.708 |
| Em % do PIB | 21,9 | 21,3 | 23,6 | 21,7 | 22,8 | 26,0 | 27,1 | 31,1 | 28,0 | 23,7 |
| a preços constantes de 2009 | 16.150 | 16.610 | 19.448 | 18.668 | 20.523 | 24.877 | 28.550 | 35.593 | 33.922 | 29.708 |
| Por habitante, a preços constantes de 2009 | 36.971 | 37.333 | 42.947 | 40.529 | 43.836 | 52.322 | 59.099 | 72.430 | 67.872 | 58.407 |
| Recursos externos | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 3.931 | 3.553 | 6.319 | 4.856 | 7.360 | 6.439 | 6.291 | 5.312 | 5.740 | 6.549 |
| Em % do PIB | 6,1 | 5,1 | 8,7 | 6,1 | 9,0 | 7,5 | 6,5 | 5,0 | 4,7 | 5,2 |
| a preços constantes de 2009 | 4.485 | 4.003 | 7.146 | 5.260 | 8.054 | 7.148 | 6.807 | 5.671 | 5.738 | 6.549 |

*Dados provisórios

Fonte: INE e Ministério das Finanças

Denota-se, também, um crescimento de recursos internos do Estado, cujo valor em % do PIB tem variado um pouco de 2000 a 2009. A média nesse período é de 24,7%, tendo registado o valor mais elevado em 2007 com 31,1%.

Gráfico 1.2 - Evolução dos recursos internos do Estado por habitantes em ECV (a preços correntes de 2009), 2000 - 2009

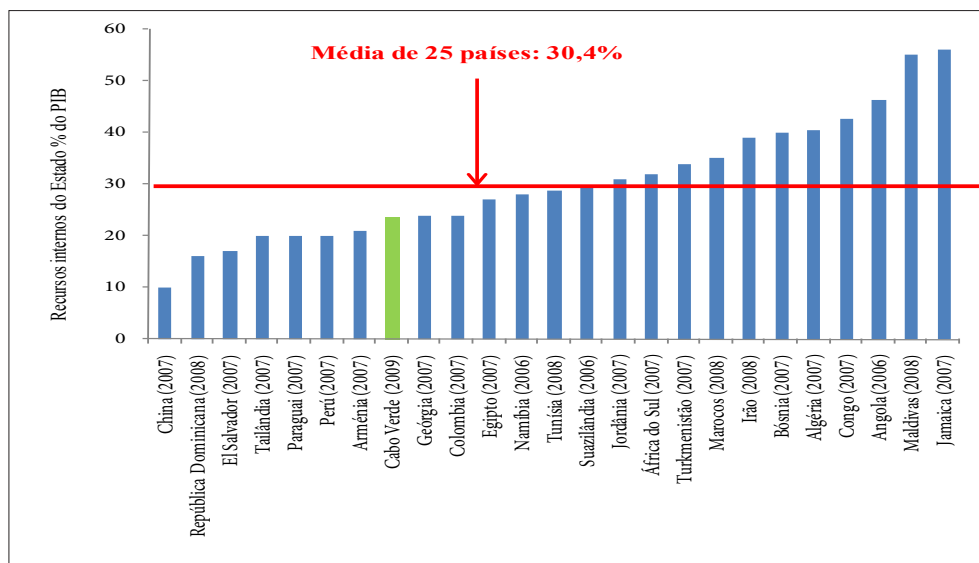


* Dados provisórios

Fonte: Ministério das Finanças e INE

Os recursos externos têm registado um valor considerável nas receitas totais do Estado, representando durante o período de 2000 a 2009, uma média de 6,4% do PIB. Em 2004, os recursos externos foi o mais elevado nas receitas totais do Estado, atingindo 7,3 mil milhões de ECV o que corresponde a 9% do PIB.

Gráfico 1.3 - Comparação internacional dos recursos internos do Estado em % do PIB (Países com um PIB/habitante entre 2000 e 6000 \$US em 2009)



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA) e Banco Mundial

Em termos comparativos, a nível internacional, o país pode ser comparado com o grupo de países com um PIB por habitante que se situa entre os 2000 e 6000 dólares. No grupo de 25 países, a média de recursos internos do Estado é de 30,4% do PIB acima do valor que se regista em Cabo Verde. A percentagem de recursos internos do PIB varia muito no grupo de países comparáveis a Cabo Verde, onde o valor mais elevado se regista na Jamaica com os recursos internos a atingir 56% do PIB e o valor mais baixo a registar-se na China, que os recursos internos se situam em 10% do PIB.

III.3 - ... e das despesas do Estado

As despesas totais do Estado, a preços correntes de 2009, registaram um crescimento contínuo desde 2000, atingindo uma taxa de variação de 87,5% em relação a 2000. Porém, é notória uma quase estagnação de despesas totais do ano 2000 para 2001 e uma ligeira quebra de 2002 para 2003, sendo a partir dessa altura com um registo de crescimento contínuo até 2010.

Em relação às despesas correntes, verifica-se um crescimento acentuado, registando-se uma variação de 95,7% embora se verifique uma quase estagnação entre 2000 e 2001.

Os juros da dívida correspondem a uma fracção de despesas correntes significativas, com uma média de 9% entre 2000 e 2009. Em 2002, os juros da dívida chegaram a atingir 13% das despesas correntes do Estado, equivalentes a mais de 2000 milhões de ECV.

Quadro 1.4 - Evolução das despesas do Estado e a necessidade de financiamento, 2000-2009

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Despesas totais do Estado (em milhões de ESC) | 23.142 | 23.409 | 26.794 | 25.641 | 26.853 | 31.910 | 36.165 | 37.208 | 41.768 | 43.390 |
| Despesas correntes | 13.687 | 13.730 | 17.075 | 17.474 | 18.007 | 19.857 | 22.462 | 23.245 | 25.164 | 26.793 |
| Juros da dívida | 1.021 | 1.336 | 2.162 | 1.998 | 2.056 | 1.927 | 1.920 | 1.881 | 1.847 | 1.897 |
| Despesas correntes sem dívida | 12.666 | 12.394 | 14.913 | 15.476 | 15.952 | 17.930 | 20.542 | 21.364 | 23.317 | 24.896 |
| Despesas de investimentos | 9.455 | 9.680 | 9.719 | 8.167 | 8.845 | 12.053 | 13.703 | 13.963 | 16.604 | 16.597 |
| financiados com recursos internos | 2.098 | 1.833 | 1.277 | 1.149 | 422 | 1.894 | 2.188 | 2.639 | 4.084 | 5.848 |
| financiados com recursos externos | 7.357 | 7.847 | 8.441 | 7.018 | 8.423 | 10.159 | 11.515 | 11.325 | 12.520 | 10.748 |
| % Despesas correntes sem dívida /despesas total | 54,7 | 52,9 | 55,7 | 60,4 | 59,4 | 56,2 | 56,8 | 57,4 | 55,8 | 57,4 |
| Necessidade de financiamento | 5.056 | 5.110 | 3.279 | 3.549 | 737 | 3.063 | 3.491 | -1.445 | 2.091 | 7.133 |
| Em % do PIB | 7,8 | 7,4 | 4,5 | 4,5 | 0,9 | 3,6 | 3,6 | -1,3 | 1,7 | 5,7 |

Fonte: Ministério das Finanças e INE

Durante o período em análise, a relação entre as despesas e as receitas do Estado demonstraram um valor do défice de financiamento que se situa em média de 10% em relação às despesas realizadas. As necessidades de financiamento em % do PIB têm variado muito. Corresponde a 7,8% em 2000, reduzindo para 0,9% em 2004 e cresceu de novo nos anos 2005 e 2006 e, em 2007, chegou a haver uma situação de necessidade de financiamento negativo, devido ao forte crescimento do PIB registados nos anos 2006 e 2007.

IV. As despesas da Educação

IV.1 - Um aumento contínuo das despesas da Educação durante o período 2000 a 2009

As despesas correntes da Educação, a preços constantes de 2009, têm conhecido um grande crescimento desde o ano 2000, passando de 3798 milhões de ECV para 6340 milhões de ECV. Esse crescimento corresponde a uma taxa de variação de 87%. Um dos factores que contribuiu muito para esse crescimento relaciona-se com a política de expansão do Ensino Secundário em todos os concelhos do país.

As despesas de investimentos foram mais acentuadas no início da década, com valores acima dos 2000 milhões de ECV nos três primeiros anos, tendo diminuído para menos de 2000 milhões de ECV nos anos subsequentes.

Quadro 1.5 - Evolução das despesas da Educação, 2000-2009

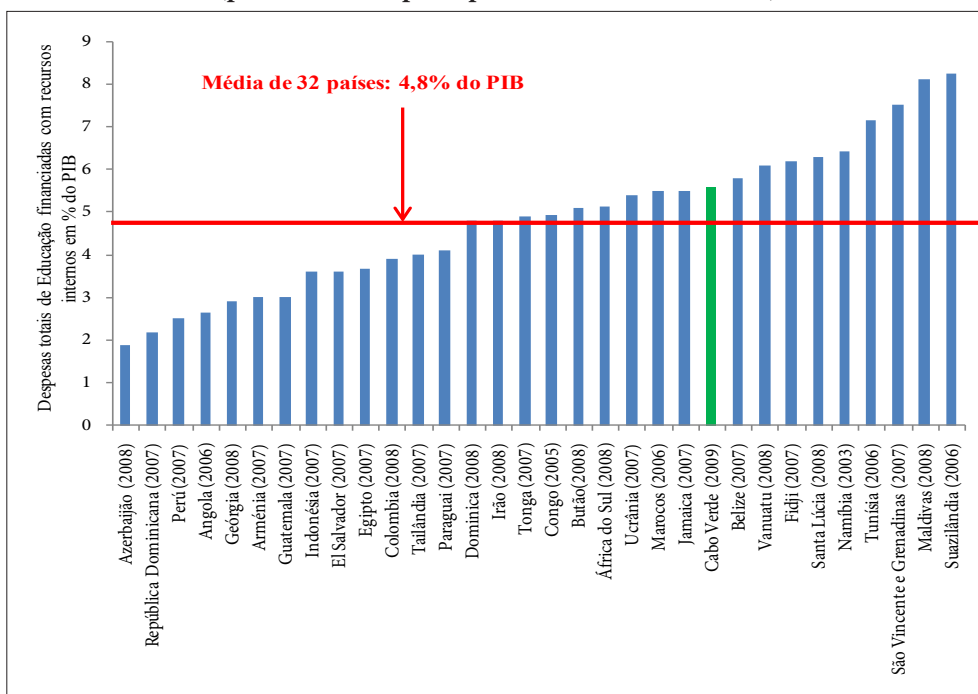
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006* | 2007* | 2008* | 2009* |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Despesas correntes (em milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 3.329 | 3.461 | 3.559 | 4.472 | 4.524 | 4.935 | 5.549 | 5.785 | 5.954 | 6.340 |
| a preços constantes de 2009 | 3.798 | 3.899 | 4.025 | 4.844 | 4.950 | 5.478 | 6.005 | 6.176 | 5.951 | 6.340 |
| por criança de 6 a 17 anos a preços constantes de 2009 | 25.867 | 26.128 | 26.872 | 32.349 | 33.192 | 37.028 | 41.075 | 42.481 | 41.324 | 44.466 |
| Despesas de investimentos (em milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 2.093 | 2.302 | 1.983 | 1.135 | 1.317 | 1.715 | 1.229 | 1.464 | 1.563 | 1.589 |
| a preços constantes de 2009 | 2.388 | 2.594 | 2.243 | 1.229 | 1.441 | 1.904 | 1.330 | 1.563 | 1.563 | 1.589 |
| % Despesas de investimentos financiados com recursos externos | 57,3 | 66,0 | 70,0 | 99,0 | 99,1 | 98,8 | 83,4 | 59,8 | 50,3 | 53,4 |
| Despesas totais (financiadas com recursos externos e internos) (em milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 5.422 | 5.764 | 5.543 | 5.607 | 5.841 | 6.650 | 6.778 | 7.249 | 7.517 | 7.930 |
| a preços constantes de 2009 | 6.186 | 6.493 | 6.268 | 6.073 | 6.391 | 7.382 | 7.335 | 7.739 | 7.514 | 7.930 |
| Despesas totais financiadas com recursos internos (em milhões de ECV) | | | | | | | | | | |
| a preços correntes | 4.223 | 4.244 | 4.154 | 4.484 | 4.535 | 4.956 | 5.708 | 6.326 | 6.682 | 7.026 |
| a preços constantes de 2009 | 4.818 | 4.780 | 4.697 | 4.857 | 4.963 | 5.502 | 6.177 | 6.753 | 6.679 | 7.026 |
| % do financiamento externo nas despesas totais | 22,1 | 26,4 | 25,1 | 20,0 | 22,4 | 25,5 | 15,8 | 12,7 | 11,1 | 11,4 |
| Financiamento externo nas despesas da Educação em % PIB | 1,9 | 2,2 | 1,9 | 1,4 | 1,6 | 2,0 | 1,1 | 0,9 | 0,7 | 0,7 |
| Despesas totais da Educação em % das despesas totais do Estado | 23,4 | 24,6 | 20,7 | 21,9 | 21,8 | 20,8 | 18,7 | 19,5 | 18,0 | 18,3 |
| Despesas correntes da Educação em % das despesas correntes do Estado | 24,3 | 25,2 | 20,8 | 25,6 | 25,1 | 24,9 | 24,7 | 24,9 | 23,7 | 23,7 |
| Despesas correntes da Educação em % das despesas correntes excluindo as dívidas do Estado | 26,3 | 27,9 | 23,9 | 28,9 | 28,4 | 27,5 | 27,0 | 27,1 | 25,5 | 25,5 |
| Despesas correntes da Educação em % das receitas internas do Estado | 23,5 | 23,5 | 20,7 | 25,9 | 24,1 | 22,0 | 21,0 | 17,4 | 17,5 | 21,3 |
| Despesas correntes da Educação em % do PIB | 5,2 | 5,0 | 4,9 | 5,6 | 5,5 | 5,7 | 5,7 | 5,4 | 4,9 | 5,1 |
| Despesas totais da Educação (financiamento interno e externo) em % do PIB | 8,4 | 8,3 | 7,6 | 7,1 | 7,1 | 7,7 | 7,0 | 6,8 | 6,2 | 6,3 |
| Despesas da Educação com recursos internos em % do PIB | 6,5 | 6,1 | 5,7 | 5,6 | 5,5 | 5,8 | 5,9 | 5,9 | 5,5 | 5,6 |

*Inclui o IEFPP

Fonte: Ministério das Finanças

O grupo de países comparáveis a Cabo Verde que apresentam um PIB por habitante compreendido entre 2000 e 6000 dólares possuem muitas diferenças entre si no que respeita a parte das despesas da Educação (despesas correntes e de investimentos) suportadas com recursos internos em % do PIB. A variação situa-se entre o Azerbaijão com 1,9% e a Suazilândia com 8,3%. Em Cabo Verde, o financiamento da Educação com recursos internos representa 5,3%, enquanto a média do grupo de 32 países comparáveis a Cabo Verde é de 4,8%.

Gráfico 1.4 - Comparação internacional de despesas totais da Educação em % do PIB (despesas correntes e de investimento) financiadas com recursos internos do Estado (países com PIB per capita entre 2000 e 6000 \$ US)



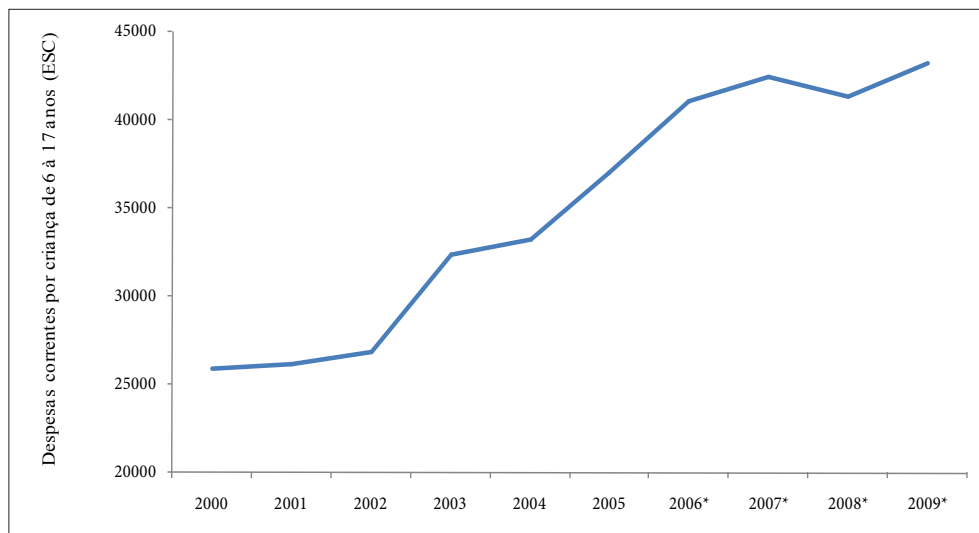
Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), Instituto de Estatísticas da UNESCO, *Global Monitoring Report 2010* (UNESCO)

IV.2 - A evolução das despesas da Educação por crianças de 6 a 17 anos mostra uma forte prioridade do Estado para o sector da Educação

As despesas da Educação a preços constantes de 2009 per capita de 6 a 17 anos, faixa etária abrangida pelos ensinos Básico e Secundário cresceram a uma taxa de variação de

69% de 2000 a 2009. Atendendo que a maior parte das despesas da Educação se concentra nos Ensinos Básico e Secundário, isso revela a prioridade que tem sido dispensada ao longo do período de 2000 a 2009 para esses dois níveis de ensino.

Gráfico 1.5 - Evolução das despesas correntes reais da Educação por indivíduos escolarizável de 6 a 17 anos (ECV de 2009), 2000-2009



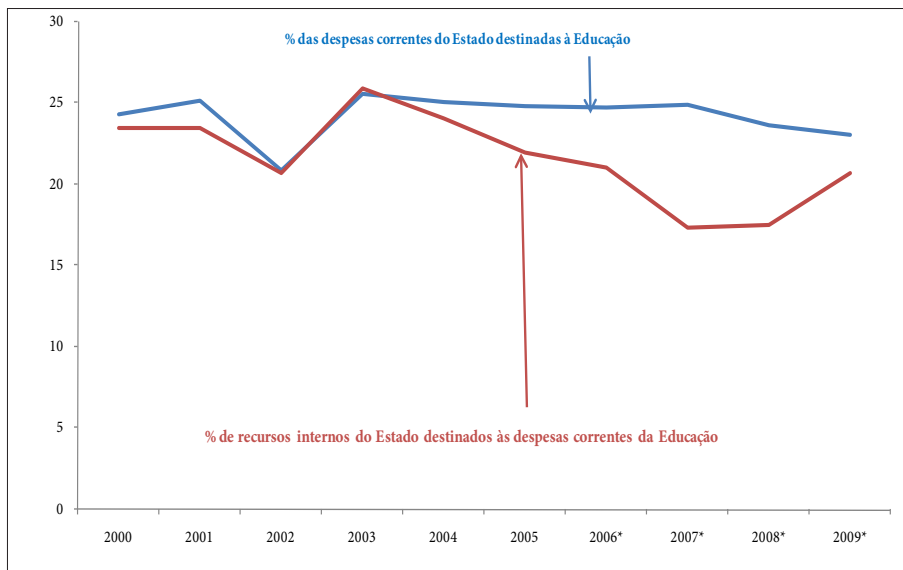
*Inclui o IIEFP

Fonte: Ministério das Finanças e INE

IV.3 - Uma repartição intersectorial de despesas correntes favorável à Educação e que se estabiliza entre 23% e 25% a partir de 2003

O peso das despesas correntes da Educação nas despesas correntes do Estado representava 24,3% em 2000 e em 2002 registou-se uma quebra, passando para 20,7%. A partir de 2003, nota-se uma tendência decrescente do peso das despesas correntes da Educação nas despesas correntes do Estado.

Gráfico 1.6 - Evolução das despesas correntes da Educação em % das despesas correntes do Estado e das receitas internas do Estado, 2000-2009

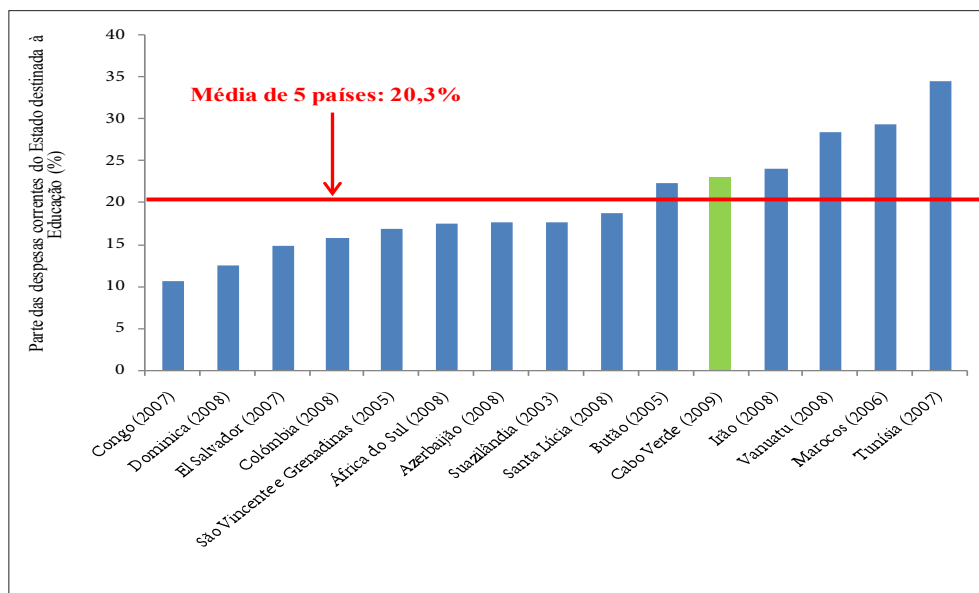


*Inclui o IEFP

Fonte: Ministério das Finanças

Nota-se que, em termos de repartição intersectorial das despesas correntes do Estado, o sector da Educação é o que absorve a maior massa monetária para fazer face às suas despesas correntes. O ano de 2002 é o ano em que se regista uma diminuição mais acentuada de despesas correntes do Estado e de recursos internos do Estado para as despesas correntes da Educação. Porém, verifica-se um claro decréscimo contínuo a partir do ano 2003 e uma inversão da tendência no ano 2007.

Gráfico 1.7 - Comparação internacional da parte (%) das despesas correntes do Estado destinada à Educação (países com PIB per capita entre 2000 e 6000 \$ US 2009)



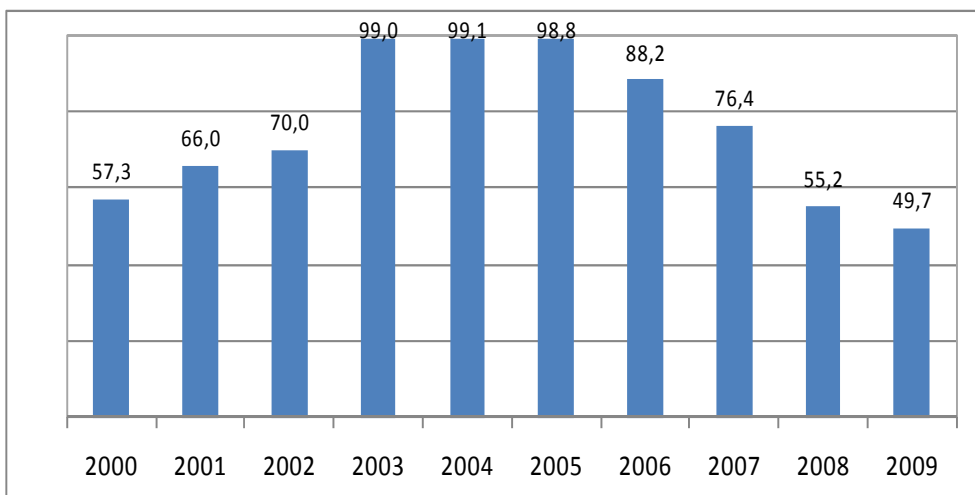
Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), Instituto de Estatísticas de UNESCO

A nível internacional, as despesas correntes destinadas à Educação variam muito, registando uma média de 20,3% no grupo de países (Congo (2007), Dominica (2008), El Salvador (2007), Colômbia (2008), São Vicente e Granadinas (2005), África do Sul (2008), Azerbaijão (2008), Suzilândia (2003), Santa Lúcia (2008), Butão (2005), Cabo Verde (2009), Irão (2008), Vanuatu (2008), Marrocos (2006), Tunísia (2007) com um PIB per capita que se situa entre 2000 e 6000 \$ US. Regista-se que nesse grupo de países, Cabo Verde está acima da média, com 23,7% de despesas correntes do Estado a serem canalizadas para a Educação.

IV.4 - Os recursos externos no financiamento de investimento da Educação revela uma tendência decrescente depois de uma série de anos de crescimento

O financiamento das despesas da Educação é muito dependente de recursos externos. A parte de recursos externos cobre essencialmente as despesas de investimento, uma vez que as despesas correntes são suportadas na íntegra pelas receitas internas do ano corrente do Estado.

Gráfico 1.8 - % das despesas de investimentos financiados com recursos externos



Fonte: Ministério das Finanças e Planeamento

No entanto, a importância de recursos externos no financiamento dos investimentos da Educação a partir de 2000 teve uma subida ascendente muito forte (no ano 2000 representava 53,7%) até 2005 (98,8%) seguindo-se uma descida igualmente acentuada a partir de 2005 até ao presente momento (49,7%).

Pese embora, o contributo fundamental dos recursos externos, é importante realçar que uma parte significativa desses recursos para o financiamento do investimento da Educação é concedida sob a forma de empréstimos. Em 2010, os recursos empréstimos para os investimentos em Educação no orçamento de Estado representava 66,2% do total de recursos provenientes de exterior.

Anexo do Capítulo 1

Anexo 1.1 - Nota sobre os dados demográficos

A descrição do contexto demográfico, no quadro do capítulo 1 do diagnóstico sectorial em Educação, comporta duas partes: A primeira parte consiste em descrever a evolução da população, evidenciando as suas características principais; A segunda parte descreve as tendências futuras da população, nomeadamente a população escolar.

O último Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) em Cabo Verde, datado de Junho de 2010, mostrou que a população real (população por faixa etária) de Cabo Verde em 2010 é bem inferior às projecções feitas a partir do recenseamento 2000. Prevvia-se uma população de 517 831 habitantes em 2010, ou seja, um crescimento médio anual da população de 1,7% entre 2000 e 2010, mas no recenseamento de Junho de 2010, os dados avançados indicam uma população de 491 575 habitantes, o que corresponde a um crescimento médio anual de 1,2% de 2000 e 2010. A taxa de crescimento real de população prevista entre 2000 a 2010 teve uma incidência sobre os indicadores de escolarização calculados até ao momento. Com efeito, as projecções realizadas a partir do recenseamento de 2000 sobrestimaram a população, contribuindo para subestimar os indicadores de escolarização. Neste momento, as novas estimações da população por idades entre 2000 e 2010 não estão disponíveis a nível do Instituto Nacional de Estatística (INE). No sentido de conhecer a situação mais próxima da realidade do sector da Educação entre 2000 e 2009, apresenta-se a presente nota que visa conhecer o nível de indicadores de escolarização durante esse período.

Por outro lado, no sentido de estimar as necessidades futuras do sector da Educação de acordo com as arbitragens da política educativa do Governo (abolição das propinas para o 1º ciclo do Ensino Secundário por exemplo), é igualmente importante conhecer as projecções da população no horizonte 2020. Neste momento, as perspectivas demográficas 2011-2020 que deveriam ser feitas a partir do recenseamento 2010 e outros indicadores (fecundidade, mortalidade etc.) ainda não estão disponíveis a nível do INE. A presente nota visa igualmente estimar as populações futuras por idades entre 2010 e 2020.

Posto isto, realça-se que as estimativas das populações apresentadas nesta nota são da responsabilidade dos autores.

1. Estimativas dos dados demográficos por idades entre 2000 e 2010 e sua incidência sobre os indicadores de escolarização

O quadro 1 que se segue, apresenta a população total por faixa etária (até 29 anos) dos dados provisórios saídos do RGPH de 2010 e a população total por faixa etária (até 29 anos) que tinha sido estimado por INE a partir do RGPH de 2000.

Quadro 1 - Comparação dos dados da população por faixa etária (até 25 – 29 anos) para o ano 2010 saídos do RGPH de 2010 e das projecções feitas a partir do RGPH de 2000

| | Dados provisórios ano 2010 (RGPH 2010) | Projecções ano 2010 (feitas a partir do RGPH de 2000) | Diferença |
|------------|---|--|-----------|
| 0-4 anos | 50.198 | 62.355 | -12.157 |
| 5-9 anos | 50.204 | 58.354 | -8.150 |
| 10-14 anos | 55.219 | 56.466 | -1.247 |
| 15-19 anos | 59.055 | 62.630 | -3.575 |
| 20-24 anos | 52.886 | 60.316 | -7.430 |
| 24-29 anos | 44.311 | 45.669 | -1.358 |
| Pop. Total | 491.575 | 517.831 | -26.256 |

Fonte: INE

Nota-se através deste quadro, a existência de diferenças consideráveis da população em 2010, entre os dados do RGPH 2010 e as projecções feitas pelo INE a partir do RGPH 2000. Pode-se pensar que as estimativas feitas por ano entre 2000 e 2010 a partir do RGPH de 2000 falharam na medida em que o crescimento médio anual da população foi menor do que o previsto. Presentemente, o objectivo é ter uma estimativa da população por faixa etária, mas igualmente por idades e por anos para o período considerado que seja o mais próximo possível da realidade. O quadro 2, que se segue, apresenta as taxas de crescimento médio anual por faixa etária observadas entre o RGPH de 2000 e de 2010.

Quadro 2 - População por faixa etária (até 25 a 29 anos) para 2000 e 2010 e taxa de crescimento médio anual da população

| | 2000 | 2010 | Taxa de crescimento médio anual |
|------------|---------|---------|---------------------------------|
| 0-4 anos | 57.746 | 50.198 | -1,4% |
| 5-9 anos | 64.536 | 50.204 | -2,5% |
| 10-14 anos | 63.474 | 55.219 | -1,4% |
| 15-19 anos | 49.487 | 59.055 | 1,8% |
| 20-24 anos | 36.761 | 52.886 | 3,7% |
| 24-29 anos | 28.982 | 44.311 | 4,3% |
| Pop. Total | 436.821 | 491.575 | 1,2% |

Fonte : INE e cálculo dos autores

Dos dados disponíveis não há nenhuma informação relativa à fecundidade, à mortalidade ou à situação socioeconómica. Supõe-se que o aumento da população total e da população por idade tenha sido linear entre 2000 e 2010. Assim, estima-se a população por faixa etária para cada ano entre 2001 e 2009, aplicando a taxa de crescimento médio anual observada por faixa etária, entre 2000 e 2010. O quadro 3 abaixo mostra os resultados obtidos por ano.

Quadro 3 - Estimativa da população por faixa etária (até 25 a 29 anos) e a população total por ano entre 2000 a 2010

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 0-4 | 57.746 | 56.943 | 56.151 | 55.370 | 54.599 | 53.840 | 53.091 | 52.352 | 51.624 | 50.906 | 50.198 |
| 5-9 | 64.536 | 62.935 | 61.375 | 59.853 | 58.368 | 56.921 | 55.509 | 54.132 | 52.790 | 51.481 | 50.204 |
| 10-14 | 63.474 | 62.596 | 61.730 | 60.876 | 60.033 | 59.203 | 58.384 | 57.576 | 56.779 | 55.994 | 55.219 |
| 15-19 | 49.487 | 50.370 | 51.268 | 52.182 | 53.113 | 54.060 | 55.024 | 56.005 | 57.004 | 58.020 | 59.055 |
| 20-24 | 36.761 | 38.123 | 39.535 | 40.999 | 42.518 | 44.092 | 45.726 | 47.419 | 49.176 | 50.997 | 52.886 |
| 25-29 | 28.982 | 30.239 | 31.550 | 32.919 | 34.346 | 35.836 | 37.390 | 39.012 | 40.704 | 42.469 | 44.311 |
| Pop. Total | 436.821 | 442.010 | 447.261 | 452.574 | 457.950 | 463.390 | 468.895 | 474.465 | 480.101 | 485.804 | 491.575 |

Fonte: INE e cálculo dos autores

Uma vez obtidos os dados demográficos por grupo etário em cada ano entre 2000 e 2010, torna-se importante que se considere esses dados por idade, na medida em que a taxa de acesso à educação é calculada comparando o número de novos inscritos por um determinado ano de estudo à população na idade legal de entrada na escola. Refira-se que a taxa bruta de escolarização é calculada dividindo os efectivos de um ciclo de estudos e a população em idade teórica de frequência neste ciclo (por exemplo: dos 6-11 anos para o Ensino Básico).

Quadro 4 - Estimativa da população por idade (0 aos 19 anos) entre 2000 e 2010

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 0 ano | 10.800 | 10.792 | 10.778 | 10.759 | 10.735 | 10.706 | 10.671 | 10.632 | 10.588 | 10.540 | 10.487 |
| 1 ano | 11.193 | 11.092 | 10.991 | 10.889 | 10.787 | 10.685 | 10.582 | 10.479 | 10.376 | 10.273 | 10.169 |
| 2 anos | 11.571 | 11.395 | 11.221 | 11.052 | 10.885 | 10.721 | 10.561 | 10.404 | 10.250 | 10.098 | 9.950 |
| 3 anos | 11.928 | 11.691 | 11.461 | 11.236 | 11.017 | 10.804 | 10.597 | 10.395 | 10.198 | 10.007 | 9.821 |
| 4 anos | 12.254 | 11.973 | 11.699 | 11.433 | 11.175 | 10.923 | 10.679 | 10.442 | 10.212 | 9.988 | 9.771 |
| 5 anos | 12.542 | 12.230 | 11.927 | 11.632 | 11.346 | 11.068 | 10.797 | 10.535 | 10.279 | 10.032 | 9.791 |
| 6 anos | 12.783 | 12.455 | 12.135 | 11.824 | 11.522 | 11.227 | 10.941 | 10.662 | 10.391 | 10.127 | 9.871 |
| 7 anos | 12.970 | 12.638 | 12.314 | 11.998 | 11.690 | 11.391 | 11.098 | 10.813 | 10.535 | 10.265 | 10.001 |
| 8 anos | 13.094 | 12.770 | 12.454 | 12.145 | 11.843 | 11.548 | 11.259 | 10.978 | 10.703 | 10.434 | 10.171 |
| 9 anos | 13.147 | 12.843 | 12.545 | 12.253 | 11.968 | 11.688 | 11.414 | 11.145 | 10.882 | 10.624 | 10.371 |
| 10 anos | 13.151 | 12.875 | 12.603 | 12.336 | 12.073 | 11.815 | 11.561 | 11.311 | 11.066 | 10.825 | 10.587 |
| 11 anos | 13.130 | 12.885 | 12.643 | 12.404 | 12.167 | 11.934 | 11.703 | 11.474 | 11.249 | 11.026 | 10.805 |
| 12 anos | 12.921 | 12.726 | 12.532 | 12.339 | 12.148 | 11.959 | 11.771 | 11.585 | 11.401 | 11.218 | 11.036 |
| 13 anos | 12.455 | 12.332 | 12.210 | 12.089 | 11.970 | 11.851 | 11.734 | 11.619 | 11.504 | 11.391 | 11.279 |
| 14 anos | 11.816 | 11.778 | 11.742 | 11.708 | 11.675 | 11.644 | 11.614 | 11.586 | 11.560 | 11.535 | 11.511 |
| 15 anos | 11.163 | 11.212 | 11.261 | 11.313 | 11.366 | 11.422 | 11.478 | 11.537 | 11.597 | 11.660 | 11.723 |
| 16 anos | 10.473 | 10.610 | 10.750 | 10.891 | 11.034 | 11.179 | 11.326 | 11.475 | 11.626 | 11.778 | 11.932 |
| 17 anos | 9.820 | 10.026 | 10.235 | 10.446 | 10.659 | 10.876 | 11.095 | 11.316 | 11.540 | 11.767 | 11.996 |
| 18 anos | 9.261 | 9.502 | 9.746 | 9.994 | 10.246 | 10.502 | 10.762 | 11.027 | 11.296 | 11.570 | 11.849 |
| 19 anos | 8.769 | 9.020 | 9.276 | 9.538 | 9.807 | 10.081 | 10.362 | 10.650 | 10.944 | 11.246 | 11.554 |

Fonte: INE e cálculo dos autores

Existem vários métodos para desagregar o grupo etário quinquenal em idade específica. Um deles é o multiplicador de *Sprague*¹. O quadro 4 apresenta a distribuição por faixa etária (entre 0 a 19 anos) obtido para cada ano, utilizando o método acima referido.

O mesmo período de estimativa foi utilizado para determinar a população masculina e feminina por faixa etária, por idade e por ano entre 2000 e 2010, tendo em conta a disponibilidade de informações por faixa etária, tanto para o ano 2000 (RGPH 2000) como para o de 2010 (RGPH 2010).

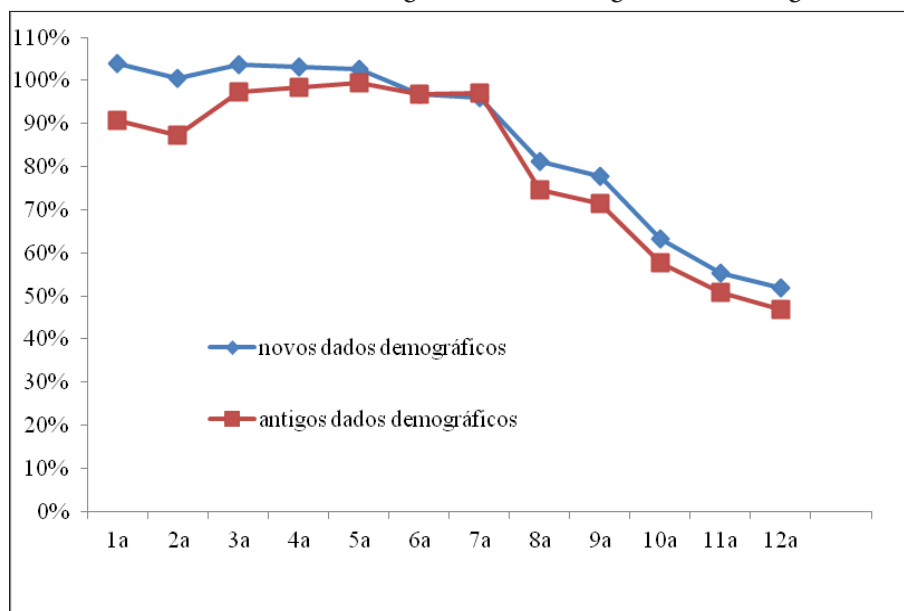
O gráfico 1, a seguir, mostra a incidência da estimativa feita com os novos dados demográficos entre 2000 e 2010, sobre o cálculo das taxas de acesso² nos diferentes anos de

¹ Este método é baseado numa relação estatística entre o efectivo de uma determinada idade e os efectivos de grupos quinquenais próximos. Assim, por exemplo, o número de efectivos obtido por desagregação de crianças na faixa etária dos (0-4 anos) será obtido através da ponderação dos coeficientes (multiplicadores de *Sprague*), as crianças em idade de (0-4 anos), mas também as dos (5 – 9 anos), dos (10-14 anos) e dos (15-19 anos), conforme nos indica o exemplo abaixo.

² A taxa de acesso por ano de estudos é calculada dividindo o número de novos inscritos (não repetentes) para o ano lectivo e a população em idade de frequência nesse mesmo ano lectivo (por exemplo, os 6 anos para calcular a taxa de acesso no 1º ano de escolaridade do Ensino Básico)

estudos para o ano 2009 em comparação com as calculadas a partir da estimativa dos dados demográficos assente no RGPH 2000.

Gráfico 1 - Perfil de escolarização transversal (taxa de acesso nos diferentes anos de estudos) no ano lectivo 2008/2009, abrangendo novos e antigos dados demográficos



Fonte: Ministério da Educação, INE, e cálculo dos autores

Apercebe-se aqui que os novos dados demográficos têm um impacto sobre a taxa de acesso por ano de estudos. Com efeito, por exemplo, os antigos dados demográficos subestimam largamente o acesso ao Ensino Básico. A taxa bruta de acesso ao 1º ano de escolaridade do Ensino Básico foi estimada em 90% em 2009, embora seja na realidade de 104%, de acordo com as novas projecções. Com excepção da “*taux d’achèvement*” (alunos que atingem com sucesso o 6º ano de escolaridade do Ensino Básico) e da taxa de acesso ao 1º ciclo do Ensino Secundário (7º ano de escolaridade), que permanecem praticamente inalteradas, todas as outras taxas de acesso são superiores à aquelas calculadas com os antigos dados demográficos.

2. Projecção dos dados demográficos por idade entre 2010 e 2020 no sentido de planificar os custos e as necessidades futuras para o Sistema Educativo

O planificador da Educação tem sempre a necessidade de conhecer o número de potenciais indivíduos a serem escolarizados, num futuro próximo, a fim de estimar, o melhor possível, as condições necessárias para alcançar os objectivos subjacentes da política educativa do país (por exemplo, calcular o custo de acesso para todos ao 1º ciclo do Ensino Secundário no horizonte 2015, livre de propinas, assim como as necessidades de professores e de construções escolares para se atingir esse propósito). Infelizmente, até ao momento, nenhuma projecção da população total, por faixa etária ou por idade no horizonte 2020, foi realizada após os resultados provisórios do RGPH 2010.

Quadro 5 - Estimativa da projecção da população por idade e por ano entre 2010 e 2020

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 0 ano | 10.487 | 10.457 | 10.426 | 10.396 | 10.365 | 10.335 | 10.305 | 10.274 | 10.244 | 10.214 | 10.184 |
| 1 ano | 10.169 | 10.467 | 10.436 | 10.405 | 10.375 | 10.345 | 10.314 | 10.284 | 10.254 | 10.224 | 10.194 |
| 2 anos | 9.950 | 10.133 | 10.430 | 10.399 | 10.369 | 10.338 | 10.308 | 10.278 | 10.248 | 10.218 | 10.188 |
| 3 anos | 9.821 | 9.903 | 10.085 | 10.381 | 10.350 | 10.320 | 10.290 | 10.260 | 10.229 | 10.200 | 10.170 |
| 4 anos | 9.771 | 9.766 | 9.848 | 10.029 | 10.323 | 10.292 | 10.262 | 10.232 | 10.202 | 10.172 | 10.143 |
| 5 anos | 9.791 | 9.710 | 9.705 | 9.786 | 9.967 | 10.258 | 10.228 | 10.198 | 10.168 | 10.139 | 10.109 |
| 6 anos | 9.871 | 9.725 | 9.645 | 9.640 | 9.721 | 9.900 | 10.189 | 10.159 | 10.130 | 10.100 | 10.070 |
| 7 anos | 10.001 | 9.803 | 9.658 | 9.578 | 9.573 | 9.654 | 9.832 | 10.119 | 10.090 | 10.060 | 10.031 |
| 8 anos | 10.171 | 9.923 | 9.727 | 9.583 | 9.504 | 9.499 | 9.579 | 9.755 | 10.041 | 10.011 | 9.982 |
| 9 anos | 10.371 | 10.070 | 9.824 | 9.630 | 9.488 | 9.409 | 9.405 | 9.483 | 9.658 | 9.941 | 9.912 |
| 10 anos | 10.587 | 10.238 | 9.940 | 9.698 | 9.507 | 9.366 | 9.289 | 9.284 | 9.362 | 9.534 | 9.813 |
| 11 anos | 10.805 | 10.404 | 10.061 | 9.769 | 9.531 | 9.343 | 9.205 | 9.129 | 9.124 | 9.200 | 9.370 |
| 12 anos | 11.036 | 10.562 | 10.170 | 9.835 | 9.549 | 9.317 | 9.132 | 8.998 | 8.923 | 8.919 | 8.993 |
| 13 anos | 11.279 | 10.736 | 10.274 | 9.893 | 9.567 | 9.289 | 9.063 | 8.884 | 8.752 | 8.680 | 8.676 |
| 14 anos | 11.511 | 10.939 | 10.540 | 10.087 | 9.713 | 9.393 | 9.120 | 8.898 | 8.722 | 8.593 | 8.522 |
| 15 anos | 11.723 | 11.151 | 10.597 | 10.210 | 9.772 | 9.409 | 9.099 | 8.835 | 8.619 | 8.449 | 8.324 |
| 16 anos | 11.932 | 11.350 | 10.796 | 10.259 | 9.885 | 9.460 | 9.109 | 8.809 | 8.553 | 8.345 | 8.180 |
| 17 anos | 11.996 | 11.566 | 11.002 | 10.465 | 9.944 | 9.582 | 9.170 | 8.830 | 8.539 | 8.291 | 8.089 |
| 18 anos | 11.849 | 11.659 | 11.241 | 10.692 | 10.171 | 9.665 | 9.313 | 8.912 | 8.582 | 8.299 | 8.058 |
| 19 anos | 11.554 | 11.539 | 11.355 | 10.948 | 10.413 | 9.905 | 9.413 | 9.069 | 8.680 | 8.358 | 8.082 |

Fonte: INE e cálculo dos autores

Dado que nenhuma informação se encontra disponível, no concernente aos comportamentos futuros da população cabo-verdiana em termos de fecundidade, de mortalidade, das condições socioeconómicas e de fluxos migratórios, etc., a única forma possível de calcular a população escolarizável por ano entre 2010 e 2020 é através daquilo que se produziu entre 2000 e 2010. Efectivamente, sabe-se que, por exemplo, as crianças nascidas em 2010 terão 6 anos em 2016 e 10 anos em 2020. Sabe-se também que as crianças com 5 anos em 2010 terão 6 anos em 2011 e 11 anos em 2016, respectivamente. Portanto, foi aplicada a taxa de crescimento médio anual observada pela *cohorte* de indivíduos entre 2000 e 2010, para estimar a idade desses indivíduos por ano entre 2010 e 2020. Por exemplo, em 2000 havia 10 800 crianças com 0 ano de idade e 10 587 crianças de 10 anos em 2010. Consequentemente, observa-se uma perda média anual desta *cohorte* de crianças entre 2000 e 2010 de 0,2%. É, por conseguinte, a mesma perda média anual que foi aplicada às crianças de 0 ano de idade de 2010 para se obter o número de indivíduos de 1 ano de idade em 2011, de 2 anos em 2012 e de 10 anos em 2020. Contudo, esta técnica não permite obter o número de nascimentos por ano (crianças de 0 ano). Para se estimar o número de crianças de 0 ano de idade por ano entre 2010 e 2020, foi aplicada a taxa de crescimento médio anual entre 2000 e 2010. O quadro 5 demonstra as projecções da população por idade (dos 0 aos 19 anos) entre 2010 e 2020.

Capítulo 2

Análise Global das escolarizações

A escolarização tem um papel importante na análise do Sistema Educativo, visto que permite uma reflexão sobre a existência, ou não, de restrições à entrada do Sistema Educativo de crianças em idade oficial de admissão quaisquer que sejam as razões.

Este capítulo analisa, numa primeira parte, a estrutura da escolarização e a sua evolução ao longo dos últimos anos no que se refere ao acesso dos efectivos, cobertura e repetência e, numa segunda parte, apresenta elementos importantes que condicionam a frequência escolar.

I. Análise quantitativa da escolarização

I.1 - Efectivos por nível de ensino

A evolução de número dos efectivos do Sistema Educativo Cabo-verdiano no período 2000/2001 a 2008/2009 aponta para um crescimento médio anual na ordem de 0,7% como se pode ler no quadro 2.1. A baixa taxa de crescimento é motivada pela diminuição de efectivos no Ensino Básico.

Os efectivos da Educação Pré-escolar passaram de 19 810 em 2000/2001 para 22 191 em 2008/2009, o que traduz num crescimento médio anual de 1,4%. O ensino privado desempenha um papel importante neste subsistema, pois no ano lectivo 2008/2009, 64,3% dos efectivos deste subsistema estavam matriculados nos estabelecimentos privados. O Ensino Básico, apesar da sua tendência decrescente, é ainda a mais importante em termos do número de efectivos uma vez que representa 43,8% do total de efectivos. Em termos evolutivos, entre 2000/2001 e 2008/2009, o número de efectivos diminuiu anualmente na ordem dos 2,6%, passando de 90 640 para 73 548. Este decréscimo é decorrente da diminuição da taxa de fecundidade e, conseqüentemente, diminuição da população em idade escolar, neste período. O ensino privado é pouco expressivo neste subsistema, uma vez que representa apenas 0,4% do total de alunos.

O Ensino Secundário representa 36,2% do total de efectivos. O ensino privado tem desempenhado um papel importante neste subsistema e em 2008/2009, os estabelecimentos privados acolhiam 12,5% de efectivos contra 87,5% do público. Nesse mesmo ano lectivo, o ensino técnico funcionou com 1688 efectivos (público e privado) o que representa 2,8% dos efectivos do secundário.

Em termos evolutivos, os efectivos do Ensino Secundário público cresceram anualmente em 2,2%. Mas, se se tiver em conta os efectivos do privado em 2008/2009, a taxa de crescimento médio anual no secundário passa para 3,9%. Este facto demonstra o importante peso do privado neste subsistema.

No que concerne à formação profissional, estima-se que no ano lectivo 2008/2009, o número de formandos inscritos nos diferentes centros de formação era de 2905. A estimativa foi feita com base na proporção de efectivos que concluíram com sucesso a formação nas diversas áreas no ano lectivo em referência.

Relativamente ao Ensino Superior, o número de efectivos no país passou de 717 em 2000/2001 para 8465 em 2008/2009, o que representa uma taxa de crescimento médio anual de 36,1%. Este crescimento deve-se ao aumento de instituições de Ensino Superior de carácter privado, bolsas de estudos e diversidade de ofertas formativas tanto no público como no privado, provocando o aumento da procura interna. No ano lectivo 2008/2009, as instituições privadas acolheram 61,7% do total da matrícula deste nível de ensino.

A taxa de crescimento médio anual dos efectivos da Educação e Formação de Adultos no mesmo período era de 1,5%. Esse crescimento é motivado pela entrada de jovens no ensino recorrente, que em 2008/2009 totalizavam 1034 efectivos.

Quadro 2.1 - Evolução de efectivos por nível de ensino

| | 2000-01 | 2005-06 | 2006-07 | 2007-08 | 2008-09 | TCMA |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| Pré – escolar | 19.810 | 21.358 | 21.576 | 22.148 | 22.191 | 1,4% |
| Público | 7.830 | 7.894 | 5.573 | 7.513 | 7.913 | 0,1% |
| Privado | 11.980 | 13.464 | 16.003 | 14.635 | 14.278 | 2,2% |
| Ensino Básico | 90.640 | 81.162 | 78.801 | 76.299 | 73.548 | -2,6% |
| Privado | | | 278 | 292 | 284 | |
| Ensino Secundário | 44.748 | 52.969 | 62.124 | 61.906 | 60.769 | 3,9% |
| 1º ciclo | 21.765 | 25.890 | 27.299 | 26.467 | 26.112 | 2,3% |
| Privado | * | * | 1.256 | 1.307 | 1.207 | |
| 2º ciclo | 14.338 | 16.436 | 19.806 | 20.296 | 20.328 | 4,5% |
| Via geral | 13.715 | 15.782 | 19.806 | 20.296 | 20.328 | 5,0% |
| Privado | * | * | 3.290 | 3.362 | 3.103 | |
| Via técnica | 623 | 654 | | | | |
| Privado | * | * | | | | |
| 3º ciclo | 8.645 | 10.643 | 15.019 | 15.143 | 14.329 | 6,5% |
| Via geral | 8.214 | 9.345 | 13.369 | 13.548 | 12.641 | 5,5% |
| Privado | | | 3 971 | 4 098 | 3107 | |
| Via técnica | 431 | 1.298 | 1.650 | 1.595 | 1.688 | 18,6% |
| Privado | * | * | 142 | 100 | 171 | |
| Formação profissional (Inscritos) | | | | | 2.905 | |
| Superior | 717 | 4567 | 5289 | 6658 | 8.465 | 36,1% |
| Universidades/ Escolas superiores públicas | 455 | 2.233 | 2.341 | 2.886 | 3.245 | 27,8% |
| Universidades/Escolas superiores privadas | 262 | 2.334 | 2.948 | 3.772 | 5.220 | 45,4% |
| Instituto Pedagógico | 518 | 611 | 574 | 754 | 808 | 5,7% |
| Alfabetização e Educação de Adultos | 2.565 | 4.040 | 3.330 | 3.414 | 2.896 | 1,5% |

*Dados não disponíveis
Fonte: DGPOG – MED

I.2 - Cobertura escolar por nível de ensino

A evolução de efectivos é o reflexo da cobertura escolar, que é medida pela taxa bruta de escolarização nos diferentes níveis de ensino e pelo número de estudantes nos ensinos técnico e superior por cada 100 000 habitantes. Entre 2000/2001 e 2008/2009 a taxa bruta de escolarização na Educação Pré-escolar passou de 54,3% para 72,3%, o que corresponde a um aumento de 18,0%.

O Ensino Básico teve uma diminuição de 2,6 pontos no mesmo período, passando de 116,1% para 113,5%. Esta situação é decorrente da diminuição de efectivos fora da idade de escolarização. O Ensino Secundário cresceu de forma significativa (22,8 pontos), passando de 65,0% em 2000/2001 para 87,8% em 2008/2009. A taxa de escolarização é superior no primeiro ciclo (114,0%), seguido do 2º ciclo (87,8%) e 3º ciclo (61,9%).

O número de alunos do Ensino Técnico por 100 000 habitantes aumentou entre 2000/2001 e 2004/2005, passando de 241 para 562 alunos. A partir desta data em que o ensino técnico passou a ser exclusivamente no 3º ciclo, começou a diminuir e em 2007/2008 atingiu 336 alunos por 100 000 habitantes. Em 2008/2009 voltou a aumentar atingindo os 352 alunos por 100 000 habitantes.

Relativamente ao Ensino Superior, o número de alunos por 100 000 habitantes aumentou de forma significativa passando de 164 em 2000/2001 para 1763 alunos em 2008/2009.

Quadro 2.2 - Taxa bruta de escolarização (em %) e nº de alunos por 100 000 habitantes**

| Níveis de ensino | 2000-01 | 2001-02 | 2002-03 | 2003-04 | 2004-05 | 2005-06 | 2006-07* | 2007-08* | 2008-09* |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|----------|
| Pré-escolar | 54,3% | 57,5% | 60,4% | 61,2% | 64,3% | 65,1% | 67,3% | 70,6% | 72,3% |
| Ensino Básico | 116,1% | 117,5% | 117,6% | 116,7% | 116,4% | 116,6% | 115,9% | 114,9% | 113,5% |
| Secundário (Geral e Técnico) | 65,0% | 70,0% | 72,1% | 72,4% | 76,5% | 76,8% | 90,0% | 89,6% | 87,8% |
| 1º ciclo | 86,0% | 93,7% | 99,4% | 98,5% | 107,3% | 108,7% | 116,1% | 114,1% | 114,0% |
| 2º ciclo | 62,2% | 64,5% | 67,3% | 70,1% | 70,7% | 71,3% | 85,8% | 87,8% | 87,8% |
| 3º ciclo | 42,3% | 47,3% | 45,0% | 44,9% | 48,4% | 48,3% | 67,0% | 66,4% | 61,9% |
| Secundário (Via Geral) | 63,5% | 67,9% | 69,4% | 69,1% | 72,8% | 74,0% | 87,6% | 87,3% | 85,3% |
| 1º ciclo | 86,0% | 93,7% | 99,4% | 98,5% | 107,3% | 108,7% | 116,1% | 114,1% | 114,0% |
| 2º ciclo | 59,5% | 59,8% | 60,8% | 62,8% | 63,8% | 68,4% | 85,8% | 87,8% | 87,8% |
| 3º ciclo | 40,2% | 45,6% | 43,3% | 42,1% | 43,9% | 42,4% | 59,6% | 59,4% | 54,6% |
| Ensino Técnico (Nº de alunos por 100 000 habitantes) | 241 | 322 | 415 | 506 | 562 | 421 | 352 | 336 | 352 |
| Ensino Superior (Nº de alunos por 100 000 habitantes) | 164 | 410 | 495 | 671 | 854 | 986 | 1.128 | 1.403 | 1.763 |

* As informações referentes aos Ensinos Básico e Secundário incluem o privado a partir de 2006/2007

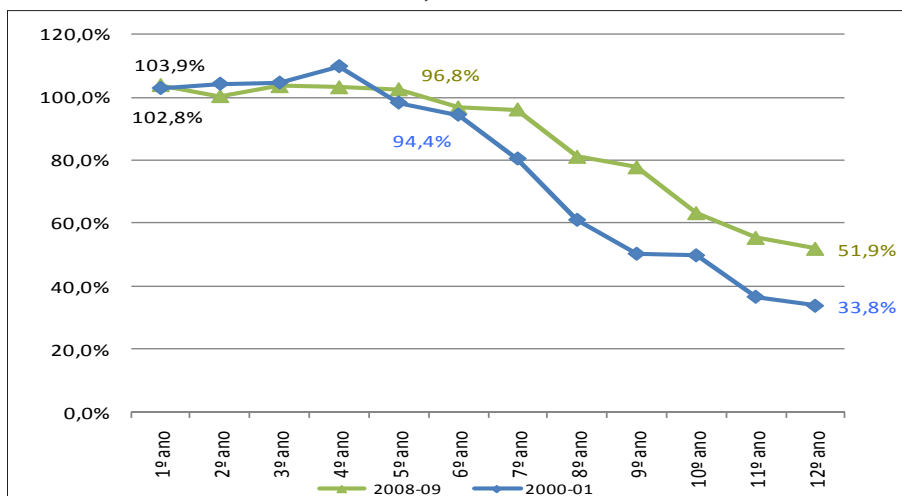
** Os indicadores nos períodos 2001-2002 e 2008-2009 foram calculados com base nas informações demográficas trabalhadas pela equipa a partir dos dados demográficos provisórios de 2010 (Capítulo 1)

Fonte: DGPOG – MED

I.3 - Percurso escolar: Análise dos perfis de escolarização transversal e de sobrevivência

O perfil de escolarização permite analisar de forma mais específica a escolarização, visualizando a taxa de acesso por ano de estudo. Nos anos lectivos 2000/2001 e 2008/2009, as taxas de acesso no 1º ano eram de 102,8 e 103,9%, respectivamente. Isto significa que todas as crianças em idade de entrada tiveram acesso ao Ensino Básico. As taxas de acesso no 2º, 3º e 4º anos foram ligeiramente inferiores em 2008/2009 comparativamente ao ano lectivo 2000/2001. A partir do 5º ano, o acesso foi muito superior em 2008/2009, relativamente ao 2000/2001. A taxa de acesso no 12º ano passou de 33,8% em 2000/2001 para 51,9% em 2008/2009, o que corresponde a um aumento de 18,1%.

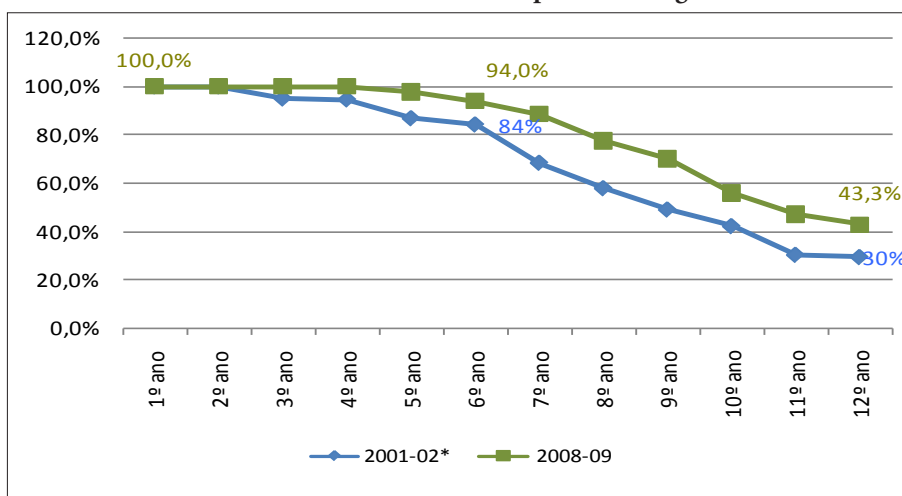
Gráfico 2.1 - Perfil de escolarização transversal, 2000/2001 e 2008/2009



Fonte: DGPOG – MED

A sobrevivência entre 2001/2002 e 2008/2009 melhorou em todos os anos de estudos. Dos alunos que ingressaram o 1º ano de estudo em 2008/2009, 94,0% conseguirão alcançar o 6º ano de escolaridade e 43,3% alcançarão o 12º ano no futuro. Se comparar com os alunos que ingressaram o 1º ano em 2001/2002, 84,0% teriam condições de alcançar o 6º ano e apenas 30% poderiam alcançar o 12º ano (ver gráfico 2.2).

Gráfico 2.2 - Perfil de sobrevivência pseudo – longitudinal*



* Inclui apenas ensino público (o privado no ES não representava mais do que 4%)

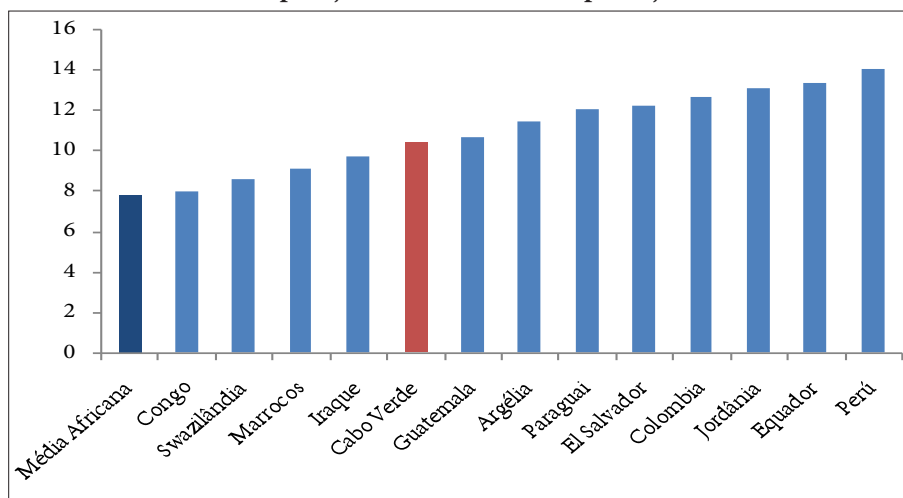
Fonte: DGPOG – MED

I.4 - Esperança de vida escolar

A esperança de vida escolar é definida como o número total de anos de escola que uma criança espera receber no futuro, tendo em conta as condições actuais de escolarização. A esperança de vida escolar melhorou em 1,4, passando de 9,2 em 2000/2001 para 10,6 em 2008/2009. Isto significa que, o número médio de anos de educação que uma criança espera alcançar é de 10,6 anos.

Em termos comparativos, Cabo Verde tem uma esperança de vida superior à média Africana (7,8) e também superior à maioria dos países do continente. Comparativamente aos Estados latinos, Cabo Verde apresenta uma esperança de vida menos elevada (ver gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 - Comparação internacional da esperança de vida escolar



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

II. Oferta e demanda escolar

II.1 - Análise entre acesso e distância comunidade-escola

A distância entre a comunidade e o estabelecimento de ensino pode constituir um factor importante na escolarização das crianças, uma vez que afecta o acesso e a permanência das mesmas na escola. Em Cabo Verde, a maioria das crianças tem acesso à escola (probabilidade de acesso no 1º ano é de 99,8%).

Entretanto, elas não têm a mesma possibilidade de ingressar no 6ºano de escolaridade. Se a probabilidade de acesso no 6º ano é alta (87,5%), ela é muito inferior ao acesso no 1º ano. Esta diferença espelha os problemas da manutenção das crianças na escola.

O estudo do impacto da distância no acesso e manutenção das crianças na escola seria mais pertinente se as informações de todos os indivíduos e de todas as famílias estivessem disponíveis, independentemente da sua frequência ou não à escola. Entretanto, fez-se o estudo com base nos dados administrativos fornecidos pela DGPOG e constatou-se que o acesso ao Ensino Básico não constitui um problema para as crianças em Cabo Verde.

O quadro, abaixo, representa a proporção de alunos que se situam a mais de 1km e os que habitam também a mais de 3km.

Quadro 2.3 - Proporção de alunos que percorrem mais de 1 e 3 kms respectivamente para chegarem à escola por concelho

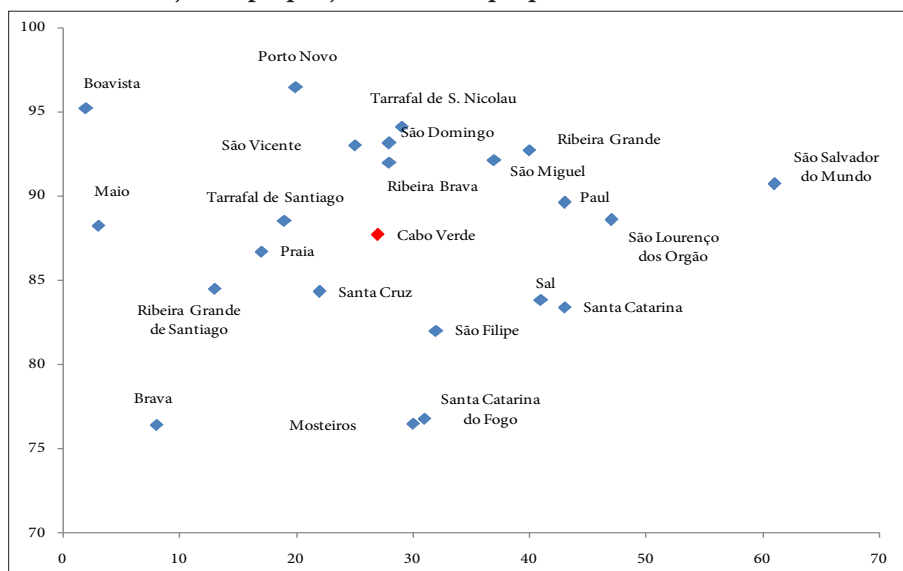
| Região | > 1 km | > 3 km | Região | > 1 km | > 3 km |
|-----------------------|--------|--------|-------------------------|--------|--------|
| Boavista | 2% | 1% | Santa Catarina do Fogo | 31% | 3% |
| Brava | 8% | 1% | Santa Cruz | 22% | 2% |
| Maio | 3% | 3% | São Domingos | 28% | 4% |
| Mosteiros | 30% | 1% | São Filipe | 32% | 2% |
| Paul | 43% | 5% | São Lourenço dos Orgãos | 47% | 5% |
| Porto Novo | 20% | 5% | São Miguel | 37% | 2% |
| Praia | 17% | 2% | São Salvador do Mundo | 61% | 19% |
| Ribeira Brava | 28% | 9% | São Vicente | 25% | 2% |
| Rª Grande de Santiago | 13% | 0% | Tarrafal de São Nicolau | 29% | 3% |
| Ribeira Grande | 40% | 10% | Tarrafal de Santiago | 19% | 1% |
| Sal | 41% | 2% | Cabo Verde | 27% | 4% |
| Santa Catarina | 43% | 9% | | | |

Fonte: DGPOG – MED

Os dados mostram que, de um modo geral, os estabelecimentos escolares estão próximos dos alunos. A análise do quadro 2.3 permite verificar que apenas 4% dos alunos percorrem mais de 3km para chegarem à escola e 27% percorrem mais de 1km. A proporção de alunos que percorrem mais de 1km varia de 61% (São Salvador do Mundo) a 2% (Boavista) revelando uma forte disparidade entre concelhos.

O gráfico 2.4 representa a razão entre a probabilidade de acesso ao 6º ano e a probabilidade de acesso ao 1º ano (próximo da taxa de manutenção) em função da proporção de alunos que percorrem mais de 1 km (casa - escola). Não existe uma relação aparente entre essas duas variáveis, ou seja, não é necessariamente nos concelhos onde os alunos estão mais longe das escolas que a taxa de manutenção é mais baixa. Os concelhos da Brava, Santa Cruz e Ribeira Grande de Santiago têm uma taxa de manutenção relativamente baixa, mas a proporção de alunos que percorrem mais do que 1km é muito mais baixa do que nos outros concelhos. Contrariamente, os concelhos de São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Paul e Ribeira Grande apresentam uma taxa de manutenção relativamente elevada, apesar de uma boa parte dos alunos (40%) percorrer mais do que 1km para chegar à escola.

Gráfico 2.4 - Probabilidade de acesso ao 6º ano/Probabilidade de acesso ao 1º ano em função da proporção de alunos que percorrem mais de 1km



Fonte: Cálculo dos autores

II.2 - Continuidade educativa

A continuidade educativa na escola é definida como a possibilidade que é dada aos alunos de continuarem os seus estudos, fornecendo o nível imediatamente superior no mesmo estabelecimento.

O quadro 2.4 mostra que 67,1% das escolas do Ensino Básico funcionam com todos os anos de escolarização e recebem 89,4% do total de alunos. Os 32,9% das escolas que não funcionam com todos os anos de escolaridade recebem 10,6% do total dos alunos.

Quadro 2.4 - Distribuição de escolas e alunos do Ensino Básico segundo ofertas dos níveis

| Número de anos (classes) leccionados nas escolas | Escolas | | Alunos | |
|--|---------|-----------|--------|-----------|
| | Número | Proporção | Número | Proporção |
| 1 ano | 4 | 1,0% | 57 | 0,1% |
| 2 anos | 22 | 5,2% | 909 | 1,2% |
| 3 anos | 11 | 2,6% | 432 | 0,6% |
| 4 anos | 87 | 20,7% | 4 894 | 6,7% |
| 5 anos | 14 | 3,3% | 1 516 | 2,1% |
| Escolas que não funcionam com todos os níveis | 138 | 32,9% | 7 808 | 10,6% |
| 6 anos | 282 | 67,1% | 65 740 | 89,4% |
| Total | 420 | 100,0% | 73 548 | 100,0% |

Fonte: DGPOG – MED e cálculo dos autores

Como se pode ler no quadro 2.5, a continuidade dentro de cada ciclo do Ensino Secundário é de 100%, o que significa que todos os alunos que iniciaram o 1º ano do ciclo têm possibilidade de continuar o ano seguinte na mesma escola. Entretanto, 97,4% das escolas do 1º ciclo tem continuidade no 2º ciclo o que representa 98,3% de alunos.

Relativamente ao Ensino Básico, a continuidade é de 93,8% o que representa 97,1% de alunos. A continuidade da 2ª para 3ª fase é de apenas 79,0%. Nas escolas onde se verifica a descontinuidade, os alunos continuam os seus estudos nas escolas centrais ou noutras mais próximas.

Quadro 2.5 - Proporção de alunos e escolas /continuidade educativa entre 2007/2008 e 2008/2009

| Ensino Básico | 1º -> 2º | 2º -> 3º | 3º -> 4º | 4º -> 5º | 5º -> 6º | Total EB | 7º -> 8º | 8º -> 9º | 9º -> 10º | Total dos 2 ciclos |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|--------------------|
| % de escolas | 99,0 | 97,0 | 96,9 | 79,0 | 97,5 | 93,8 | 100,0 | 97,4 | 100,0 | 99,1 |
| % de alunos | 99,3 | 98,9 | 98,5 | 91,2 | 98,3 | 97,1 | 100,0 | 98,3 | 100,0 | 99,4 |

Fonte: DGPOG – MED e cálculo dos autores

II.3 - Recursos (Estabelecimentos públicos)

O número de salas de aula aumentou no Ensino Secundário de forma significativa nos últimos 8 anos, passando de 731 em 2000/2001 para 924 em 2008/2009. Este aumento é resultado de construções de escolas secundárias feitas em vários concelhos. No Ensino Básico regista-se um ligeiro aumento, apesar da diminuição de efectivos verificados nos últimos anos.

Quadro 2.6 - Evolução de número de salas

| Níveis de ensino | 2000-01 | 2001-02 | 2002-03 | 2003-04 | 2004-05 | 2005-06 | 2006-07 | 2007-08 | 2008-09 |
|-------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Ensino Básico | 1796 | 1782 | 1813 | 1804 | 1807 | 1808 | 1820 | 1824 | 1823 |
| Ensino Secundário | 731 | 791 | 828 | 809 | 834 | 873 | 880 | 904 | 924 |

Fonte: DGPOG – MED

Capítulo 3

Aspectos financeiros da Educação

A análise dos aspectos financeiros do sector da Educação é um ponto-chave na medida em que, toda a política educacional deve levar em conta as limitações financeiras e as arbitragens necessárias a que o sistema está sujeito. O Governo de Cabo Verde tomou a decisão de abolir as despesas com as propinas no primeiro ciclo do Ensino Secundário e a longo prazo, no segundo ciclo do Ensino Secundário, o que torna necessário analisar as consequências desta decisão, em termos de implicação nos custos para o sistema. Além disso, a assunção plena das cantinas escolares pelo Estado após o ano lectivo 2010/2011 constitui também um desafio para o país, tendo em conta os encargos financeiros que essa medida acarreta.

Ao longo deste capítulo, vai-se examinar os recursos mobilizados para o Sistema Educativo Cabo-verdiano, a sua evolução e a sua distribuição de acordo com cada nível de ensino e sua natureza. Esta análise é realizada principalmente no financiamento público, mas também vai tratar dos encargos financeiros das famílias com a educação dos filhos.

Uma estimativa dos custos unitários por nível de ensino público será proposto, focalizando a análise sobre a variação de custos unitários. A remuneração de professores constitui o cerne da presente análise, na medida em que se trata da despesa mais importante das despesas públicas da Educação.

I. Evolução das despesas da Educação

Como foi mencionado no capítulo 1, as despesas totais da Educação em Cabo Verde representaram entre 5,5% e 6,5% do PIB ao longo dos últimos dez anos (2000-2009). Em 2009, são estimados em 5,6% do PIB. A proporção das despesas públicas correntes (executado) atribuídas ao sector da Educação representou entre 20,8% e 25,6% no mesmo período (2000-2009) e ficou em 23,1% em 2009, evidenciando a grande prioridade dada ao sector da Educação.

I.1 - Evolução das despesas correntes

**Quadro 3.1 - Evolução das despesas correntes do Estado para a Educação a preços constantes
(Milhões de ECV de 2009), 2000-2009**

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| MED | 3.798,4 | 3.899,1 | 4.025,4 | 4.844,1 | 4.950,1 | 5.478,3 | 5.907,8 | 6.072,4 | 5.852,0 | 6.113,9 |
| IEFP | nd | nd | nd | nd | nd | 46,3 | 48,8 | 51,9 | 49,6 | 54,7 |
| Total | 3.798,4 | 3.899,1 | 4.025,4 | 4.844,1 | 4.950,1 | 5.524,6 | 5.956,5 | 6.124,3 | 5.901,7 | 6.168,6 |

Fonte: Ministério das Finanças e IEFP

O quadro 3.1 apresenta as despesas correntes executadas no sector da Educação de 2000 a 2009 expressas a preços constantes de 2009.

De uma forma geral, as despesas com a Educação têm evoluído positivamente. No período de 2000 a 2009, as despesas têm multiplicado por 1,6 em termos reais, passando de 3.798,4 para 6.168,6 milhões ECV.

**Quadro 3.2 - Evolução das despesas correntes do Estado para a Educação por natureza de despesas
(%), 2000-2009**

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005* | 2006* | 2007* | 2008* | 2009* |
|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Massa salarial | 93,6% | 92,2% | 92,3% | 86,5% | 90,8% | 90,5% | 90,4% | 89,4% | 89,1% | 88,7% |
| Bens e serviços | 0,1% | 0,0% | 0,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,1% |
| Fornecimentos de serviços externos | 1,7% | 1,1% | 1,7% | 2,2% | 2,0% | 2,7% | 2,5% | 2,7% | 3,2% | 3,7% |
| Transferências | 4,4% | 6,5% | 5,4% | 10,9% | 7,2% | 6,7% | 6,9% | 7,6% | 7,7% | 7,3% |
| Outras despesas correntes | 0,2% | 0,2% | 0,4% | 0,5% | 0,0% | 0,1% | 0,2% | 0,3% | 0,0% | 0,3% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

* Com despesas da IEFP

Fonte: Ministério das Finanças e IEFP

Se se analisar as despesas segundo a sua natureza (quadro 3.2), constata-se uma ligeira evolução na sua estrutura. De facto, a parte das despesas com os salários passou de 94% aproximadamente em 2000 para cerca de 89% em 2009, os serviços externos cresceram, passando de 1,7% para 3,7% e as transferências passaram de 4,4% para 7,3%, no mesmo período.

I.2 - Evolução das despesas com investimentos

Os gastos com investimentos no sector têm evoluído de forma irregular, incluindo os que são financiados com recursos internos. A preços constantes de 2009, as despesas passaram de 1019,6 milhões de ECV em 2000 para 739,7 milhões de ECV em 2009, depois de ter atingido os 12,5 milhões de ECV em 2004. A parte das despesas com investimentos financiados com recursos externos diminuiu progressivamente a partir de 2005, (a preços constantes de 2009) representando cerca de 849,3 milhões de ECV em 2009.

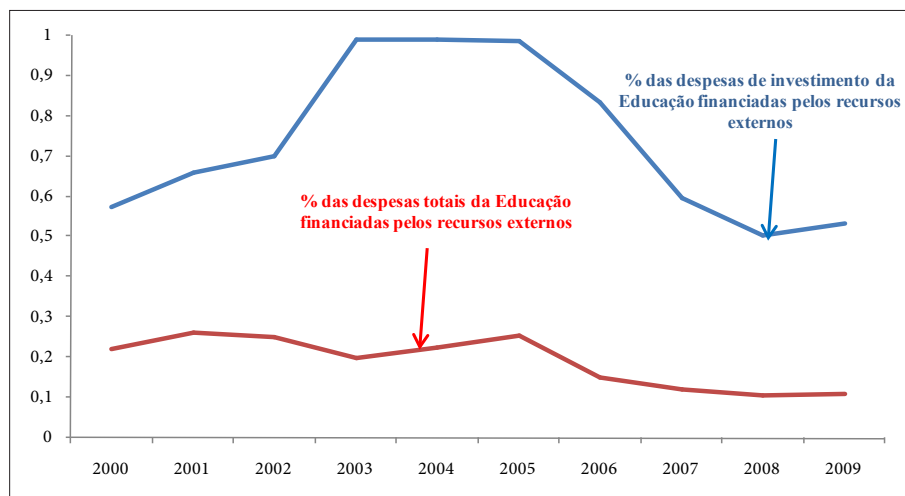
Durante o período 2000-2009, o financiamento do investimento beneficiou, fundamentalmente, os Ensinos Básico, Secundário e superior. Inicialmente, Ensino Superior recebeu o maior investimento (2000 a 2002), posteriormente, o Ensino Secundário recebeu a maior parte do investimento (em termos financeiros). Durante esse período, o investimento total ascendeu a 6075 milhões de ECV para o Ensino Secundário, 3930 milhões de ECV para o Ensino Superior, e 2523 milhões de ECV para o Ensino Básico.

Quadro 3.3- Evolução das despesas de investimentos da Educação por nível de ensino a preços constantes
(Milhões de ECV de 2009), 2000-2009

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Com recursos internos | | | | | | | | | | |
| Pré-escolar | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 0,0 |
| Ensino Básico | 6,0 | 12,9 | 20,3 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 15,5 | 2,5 | 0,0 | 7,2 |
| Ensino Secundário | 76,6 | 61,8 | 24,0 | 3,9 | 8,9 | 20,8 | 53,4 | 67,5 | 156,4 | 75,6 |
| Ensino Superior | 919,8 | 801,1 | 627,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 24,7 | 30,2 | 87,8 | 68,9 |
| Alfabetização de adultos | 0,0 | 0,0- | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Ação Social Escolar | 17,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 26,2 | 125,4 | 154,6 | 189,8 |
| Gestão e Coordenação do Sistema | 0,0 | 5,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 8,6 | 3,5 |
| Formulação e execução da política nacional de formação de Quadros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 7,7 | 3,7 | 2,8 | 1,8 | 1,6 | 9,7 | 29,7 |
| Administração Central do Ministério da Educação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| IEFP | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 98,9 | 401,1 | 359,0 | 365,0 |
| Total (1) | 1 019,6 | 881,2 | 672,1 | 12,7 | 12,5 | 23,6 | 220,6 | 628,7 | 777,3 | 739,7 |
| Com recursos externos | | | | | | | | | | |
| Pré-escolar | 0,0 | 21,7 | 5,9 | 12,2 | 8,2 | 51,1 | 19,7 | 8,9 | 5,3 | 7,0 |
| Ensino Básico | 412,7 | 359,5 | 331,4 | 401,8 | 369,6 | 319,3 | 99,9 | 75,4 | 77,8 | 10,3 |
| Ensino Secundário | 733,1 | 551,0 | 579,1 | 376,8 | 702,1 | 1 210,8 | 361,6 | 383,5 | 338,4 | 289,8 |
| Ensino Superior | 113,4 | 453,5 | 282,3 | 93,7 | 1,2 | 35,4 | 202,3 | 111,8 | 31,7 | 44,7 |
| Alfabetização de adultos | 63,5 | 15,9 | 34,7 | 150,2 | 24,0 | 11,5 | 5,3 | 50,1 | 0,0 | 0,0 |
| Ação Social Escolar | 45,5 | 309,6 | 336,1 | 181,7 | 190,9 | 221,6 | 187,0 | 72,9 | 30,7 | 15,4 |
| Gestão e Coordenação do Sistema | 0,0 | 1,1 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 11,2 | 0,0 | 4,7 | 7,2 | 0,7 |
| Formulação e execução da política nacional de formação de Quadros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 132,6 | 19,5 | 36,1 | 27,6 | 25,1 | 2,0 |
| Administração Central do Ministério da Educação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| IEFP | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 197,2 | 199,2 | 269,1 | 479,3 |
| Total (2) | 1.368,2 | 1.712,4 | 1.570,9 | 1.216,4 | 1.428,7 | 1.880,3 | 1.109,1 | 934,1 | 785,3 | 849,3 |
| Total (1+2) | 2.387,8 | 2.593,6 | 2.243,0 | 1.229,2 | 1.441,2 | 1.903,9 | 1.329,7 | 1.562,8 | 1.562,6 | 1.589,0 |

Fonte: Ministério das Finanças e IEFP

Gráfico 3.1 - Evolução da proporção das despesas da Educação financiadas com recursos externos, 2000-2009



Fonte: Ministério das Finanças, IEFP, e cálculo dos autores

O gráfico 3.1 mostra a participação das despesas de capital financiadas com recursos externos e a parte das despesas totais. Constatou-se que a maior parte das despesas de capital no sector da Educação entre 2003 e 2006 foram financiadas com recursos externos. Desde 2007, o orçamento destinado a investimentos em Educação são quase idênticos entre os recursos internos do Estado e recursos externos.

II. Análise detalhada das despesas correntes da Educação do ano 2009

Nesta parte analisam-se as diferentes categorias de despesas correntes para o ano de 2009 em função dos níveis de ensino. Nota-se, que existem as despesas correntes financiadas directamente pelo orçamento de funcionamento do Estado, mas Cabo Verde apresenta a particularidade de financiar igualmente as despesas correntes por intermédio de projectos de investimentos (nos orçamentos de investimentos do Estado). O ano 2009 foi retido por corresponder ao ano mais recente, cuja informação do orçamento de execução se encontra disponível.

II.1 - As despesas correntes financiadas pelo orçamento do Estado

II.1.1 - A distribuição do pessoal da Educação e das despesas correntes

É possível apresentar as informações concernentes às pessoas empregadas nos estabelecimentos escolares públicos segundo: i) sua função (professor, outro pessoal; ii) o tipo de instituições nas quais trabalham; e iii) o nível de estudos a que estão afectos. Estas informações estão no quadro que apresenta também a massa salarial para cada tipo de estruturas e outras despesas correntes. Trata-se, aqui, apenas de despesas correntes da Educação executadas. O quadro 3.4 apresenta esta consolidação do pessoal e das finanças do sector.

Registe-se que a construção deste quadro exigiu numerosas fontes entre as quais os dados i) da DGPOG do Ministério da Educação e Desporto (Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação e Serviço de Gestão Financeira e Patrimonial); ii) do Instituto Pedagógico; iii) da Uni-CV; iv) do IEFP e v) da FICASE.

Os dados do quadro 3.4 fornecem uma base para todo o trabalho que se seguirá, mas os montantes financeiros que estão incluídos (todas as despesas do orçamento actual do Estado destinado à Educação) devem ser objecto de uma repartição, por nível de ensino. Na verdade, alguns custos são transversais, envolvendo mais do que um nível de ensino (exemplo: outros custos operacionais para o Ensino Secundário, que não são distribuídos entre os 1.º, 2.º e 3.º ciclos) e ainda as despesas transversais que abrangem o conjunto do Sistema Educativo (por exemplo, despesas do Gabinete do Ministro). Portanto, é importante repartir as despesas por nível de ensino de acordo com um critério específico para cada tipo de despesa. A distribuição das despesas totais do orçamento por nível da Educação é reflectida no quadro 3.5, a seguir.

**Quadro 3.4 - Distribuição do pessoal e despesas correntes do Estado reconstituído
(Milhões de ECV), ano 2009**

| | Número de pessoal | | Despesas correntes (milhões de ECV) | | | | | | | | Total |
|--|-----------------------|--------------|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------|--------------|-------------|--------------|----------------|
| | | | Massa salarial | | | Outras despesas de fornecimentos | Transferências | Bolsas* | | | |
| | Professores nas salas | Outros | Total | Em Cabo Verde | No exterior | | | | | | |
| | Professores nas salas | Outros | Professores nas salas | Outros | Total | | | Público | Privado | No exterior | |
| Estabelecimentos e serviços desconcentrados | | | | | | | | | | | |
| Ensino Básico | 3.059 | 1.425 | 1.864,4 | 641,4 | 2.505,8 | 28,7 | 7,5 | - | - | - | 2.542,0 |
| ESG 1º ciclo | 1.013 | 185 | 698,7 | 119,1 | 817,8 | 36,8 | 16,2 | - | - | - | 2.297,1 |
| ESG 2º ciclo | 893 | 163 | 656,8 | 105,0 | 761,8 | | | - | - | - | |
| ESG 3º ciclo | 600 | 109 | 471,9 | 70,6 | 542,5 | | | - | - | - | |
| EST 3º ciclo | 141 | 26 | 105,5 | 16,5 | 122,0 | | | - | - | - | |
| IEFP | nd | nd | 18,6 | | 18,6 | - | - | - | - | - | 18,6 |
| Total (1) | 5.705 | 1.908 | 3.815,9 | 952,6 | 4.768,5 | 65,5 | 23,7 | | | | 4.857,7 |
| Estabelecimentos e instituições autónomos | | | | | | | | | | | |
| Instituto Pedagógico ³ | 57 | 25 | 68,7 | 9,6 | 78,2 | 9,7 | - | - | - | - | 88,0 |
| FICASE | - | 14 | | 13,8 | 13,8 | 12,7 | 20,2** | - | - | - | 46,6 |
| UNI-CV ⁴ | 273 | 127 | 422,7 | 422,7 | 72,2 | - | - | - | - | 494,9 | |
| Total (2) | 330 | 166 | 491,3 | 23,4 | 514,7 | 94,6 | 20,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 629,5 |
| Serviços centrais | | | | | | | | | | | |
| DGEBS | - | 35 | - | 26,0 | 26,0 | 0,9 | 2,5 | - | - | - | 86,2 |
| DGEFA | - | 100 | - | 55,3 | 55,3 | 1,4 | | - | - | - | |
| DGESC | - | 14 | - | 8,4 | 8,4 | 0,9 | 4,5 | 100,8*** | 76,3 | 211,2 | 402,2 |
| Inspecção geral | - | 22 | - | 20,1 | 20,1 | 0,8 | | - | - | - | 21,0 |
| Gabinete Ministro | - | 13 | - | 9,6 | 9,6 | 1,7 | 10,9 | - | - | - | 135,9 |
| Secretário de Estado | - | 48 | - | 28,6 | 28,6 | 31,5 | | - | - | - | |
| Comissão Nacional de UNESCO | - | 3 | - | 2,5 | 2,5 | 0,3 | | - | - | - | |
| GEP (DGPOG) | - | 16 | - | 11,3 | 11,3 | 39,6 | | - | - | - | |
| IEFP | - | nd | - | 26,9 | 26,9 | 9,2 | - | - | - | - | 36,1 |
| Total (3) | 0 | 251 | 0,0 | 188,8 | 188,8 | 86,3 | 17,9 | 100,8 | 76,3 | 211,2 | 681,4 |
| TOTAL (1+2+3) | 6.035 | 2.325 | 4.307,3 | 1.164,8 | 5.472,0 | 246,5 | 61,7 | 100,8 | 76,3 | 211,2 | 6.168,6 |

* As bolsas concedidas aos estudantes do Ensino Superior e do Instituto Pedagógico são geridas pelo FAEF fazendo parte de transferências (são registadas como transferências). No entanto, estão destacadas de transferências.

** transferência para o funcionamento das residências estudantis do Ensino Secundário.

*** bolsas para estudantes do Instituto Pedagógico (29,4 milhões de ECV) e da UNI-CV (71,4 milhões de ECV).

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Univ-CV e cálculo dos autores

³As receitas do Instituto Pedagógico para o ano 2009 decompõem-se no seguinte: i) transferência do Estado de 74,9 milhões de ECV e ii) recursos próprios (e registo das receitas do Estado que corresponde às despesas de inscrição de estudantes e outras) num montante de 15,8 milhões de ECV; uma receita total de 90,7 Milhões de ECV em 2009 o que faz com que o IP tenha um saldo positivo de 2,8 milhões de ECV no ano 2009 (uma vez que as despesas correspondem a 88 milhões de ECV).

**Quadro 3.5 - Distribuição das despesas correntes por tipo de despesa e nível de ensino
(Milhões de ECV) de 2009**

| | Massa salarial | | Outras despesas de fornecimentos | Transferências | Bolsas | | | Total | Distribuição |
|--------------------------|-----------------------------|--------|----------------------------------|----------------|---------------|-------------|--------------|----------------|---------------|
| | Professores em sala de aula | Outros | | | Em Cabo-Verde | | No exterior | | |
| | | | | | Público | Privado | | | |
| Pré-escolar | - | 0,8 | 0,7 | 0,6 | - | - | - | 2,1 | 0,0% |
| Ensino Básico | 1.864,4 | 697,6 | 70,8 | 14,7 | - | - | - | 2.647,5 | 42,9% |
| ESG 1º ciclo | 698,7 | 137,4 | 27,2 | 19,4 | - | - | - | 882,7 | 14,3% |
| ESG 2º ciclo | 656,8 | 121,5 | 24,8 | 13,4 | - | - | - | 816,5 | 13,2% |
| ESG 3º ciclo | 471,9 | 82,1 | 17,4 | 7,4 | - | - | - | 578,8 | 9,4% |
| EST 3º ciclo | 105,5 | 19,1 | 3,9 | 1,2 | - | - | - | 129,6 | 2,1% |
| IEFP | 18,6 | 26,9 | 9,2 | 0,0 | - | - | - | 54,7 | 0,9% |
| Ensino Superior | 435,6 | | 79,3 | 4,7 | 71,4 | 76,3 | 211,2 | 878,6 | 14,2% |
| Instituto Pedagógico | 68,7 | 10,4 | 10,9 | 0,1 | 29,4 | - | - | 119,4 | 1,9% |
| Alfabetização de adultos | - | 56,1 | 2,4 | 0,3 | - | - | - | 58,8 | 1,0% |
| Total | 5.472,0 | | 246,5 | 61,7 | 100,8 | 76,3 | 211,2 | 6.168,6 | 100,0% |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IEFP, Instituto Pedagógico, ICASE, Uni-CV e cálculo dos autores

Frequentemente, há projectos de investimentos que financiam despesas de funcionamento no quadro dos mesmos. Por exemplo, o projecto de investimento das cantinas escolares onde se encontra a compra de géneros alimentares mas igualmente os salários do pessoal que aí trabalha. Por conseguinte, torna-se necessário integrar estas despesas nas despesas de funcionamento do Sistema Educativo.

⁴ As receitas da Uni-CV do ano económico de 2009 provêm das seguintes fontes: i) transferência do Estado de 250,1 milhões de ECV; ii) recursos próprios e iii) registados nas receitas do Estado) num montante de 251,9 milhões de ECV (sendo 240,8 mil provenientes da taxa de inscrição dos estudantes), perfazendo, um total de receitas no valor de 502,0 milhões de ECV em 2009, o que corresponde a um saldo positivo da Uni-CV de 7,1 milhões de ECV (já que as despesas são de 494,9 milhões de ECV).

II.1.2 - Despesas correntes dos projectos de investimento na Educação financiadas pelo Estado

Quadro 3.6 - Distribuição de despesas correntes dos projectos de investimento de FICASE e IEFP por tipo de despesa e nível de ensino (Milhões de ECV) de 2009

| | Centros de Formação | | Cantinas escolares | | | Transportes Escolares | Materiais Didácticos | Bolsas | | |
|----------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|-----------------------|----------------------|-------------|---------|--------------|
| | Massa salarial | Outros | Massa salarial | Alimento | Outros | | | Público | Privado | Total |
| Pré-escolar | | | | 4,5 | 3,0 | | | | | 7,5 |
| Ensino Básico | | | 70,9 | 41,6 | 27,7 | | 5,8 | | | 145,9 |
| ESG 1º ciclo | | | | | | 4,7 | 2,0 | 4,4 | | 11,0 |
| ESG 2º ciclo | | | | | | 3,2 | 1,4 | 3,5 | 0,2 | 8,4 |
| ESG 3º ciclo | | | | | | 1,8 | 0,8 | 2,1 | 0,2 | 4,8 |
| EST 3º ciclo | | | | | | 0,3 | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,8 |
| IEFP | 29,1 | 10,0 | | | | | | 8,4 | | 47,5 |
| Ensino Superior | | | | | | | | 9,3 | 9,3 | |
| Instituto Pedagógico | | | | | | | | 2,3 | | 2,3 |
| Total | 29,1 | 10,0 | 70,9 | 46,0 | 30,7 | 10,0 | 10,0 | 30,7 | | 237,5 |

Fonte: IEFP, FICASE e cálculo dos autores

O quadro 3.6 apresenta a repartição das despesas correntes dos projectos de investimentos da FICASE e do IEFP. Estas despesas correntes elevam-se a 237,5 Milhões de ECV e concerne essencialmente a: i) massa salarial dos centros de formação Profissional do IEFP e do pessoal das cantinas escolares para o Ensino Básico, ii) alimentação e despesas de funcionamento das cantinas escolares do Pré-escolar e do Ensino Básico, 3) transporte escolar dos alunos do Ensino Secundário, iv) material didáctico para os alunos dos ensinos Básico e Secundário e v) bolsas de estudos para os mais desfavorecidos dos ensinos Secundário e Superior.

II.1.3 - Resumo das despesas correntes financiadas pelo orçamento do Estado (incluindo as despesas correntes dos projectos de investimento), distribuição intrasectorial, sem incluir as despesas referentes ao pagamento de salários dos professores

O quadro 3.7 faz a síntese do total das despesas correntes da Educação por tipo e por nível de ensino, quer as financiadas pelo orçamento de funcionamento do Estado quer pelo projecto de investimento. Resume, portanto, a distribuição intrasectorial das despesas correntes da Educação financiadas pelo Estado.

Quadro 3.7 - Distribuição do total das despesas correntes da Educação (incluindo as despesas correntes dos projectos de investimento) por tipo de despesa e nível de ensino (Milhões de ECV) de 2009

| | Massa salarial | | | Despesas administrativas e pedagógicas | | Outras despesas* | | | Bolsas | | Outras bolsas* | | Total | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|-----------------------|--|---|------------------------|------------------------------|--------------------------|---------|---------|----------------|---------|---------|---------|
| | Professores em sala de aula | Outros | Pessoal das cantinas* | Despesas administrativas e pedagógicas | Outras despesas por materiais didácticos* | Alimentação cantinas** | Outras despesas por cantinas | Transportes Escolares*** | Público | Privado | Público | Privado | | |
| Pré-escolar | - | 0,8 | - | 1,3 | - | 4,5 | 3,0 | - | - | - | - | - | - | 9,5 |
| Ensino Básico | 1.864,4 | 697,6 | 70,9 | 85,5 | 5,8 | 41,6 | 27,7 | - | - | - | - | - | - | 2.793,4 |
| ESG 1º ciclo | 698,7 | 137,4 | - | 46,5 | 2,0 | - | - | 4,7 | - | - | 4,4 | - | - | 893,7 |
| ESG 2º ciclo | 656,8 | 121,5 | - | 38,2 | 1,4 | - | - | 3,2 | - | - | 3,5 | 0,2 | - | 824,8 |
| ESG 3º ciclo | 471,9 | 82,1 | - | 24,8 | 0,8 | - | - | 1,8 | - | - | 2,1 | 0,2 | - | 583,6 |
| EST 3º ciclo | 105,5 | 19,1 | - | 5,0 | 0,1 | - | - | 0,3 | - | - | 0,3 | 0,0 | - | 130,3 |
| IEFP | 47,7 | 26,9 | - | 19,1 | - | - | - | - | - | - | 8,4 | - | - | 102,2 |
| Ensino Superior e Ciência | 435,6 | - | 84,1 | - | - | - | - | - | 71,4 | 76,3 | 4,5 | 4,8 | - | 676,7 |
| Ensino Superior no exterior | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 211,2 | - | - | - | 211,2 |
| Instituto Pedagógico | 68,7 | 10,4 | - | 10,9 | - | - | - | - | 29,4 | - | 2,3 | - | - | 121,7 |
| Alfabetização de adultos | - | 56,1 | - | 2,7 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 58,8 |
| Total | 5.572,0 | | | 318,2 | 10,0 | 46,0 | 30,7 | 10,0 | 388,4 | | 25,5 | 5,2 | 6.406,1 | |

* Financiadas pela FICASE (despesas correntes do projecto de investimento).

**Valores suportados pelo Estado. Em 2009, esses montantes representam 25% das despesas totais da alimentação para o Ensino Básico e 30% para a educação Pré-escolar (sendo os restantes foram suportadas pelo PAM).

*** 4134 alunos do Ensino Secundário que beneficiaram do transporte escolar em 2009.

**** sendo 29,1 milhões de ECV das despesas salariais dos professores financiadas nas despesas correntes dos projectos de investimento.

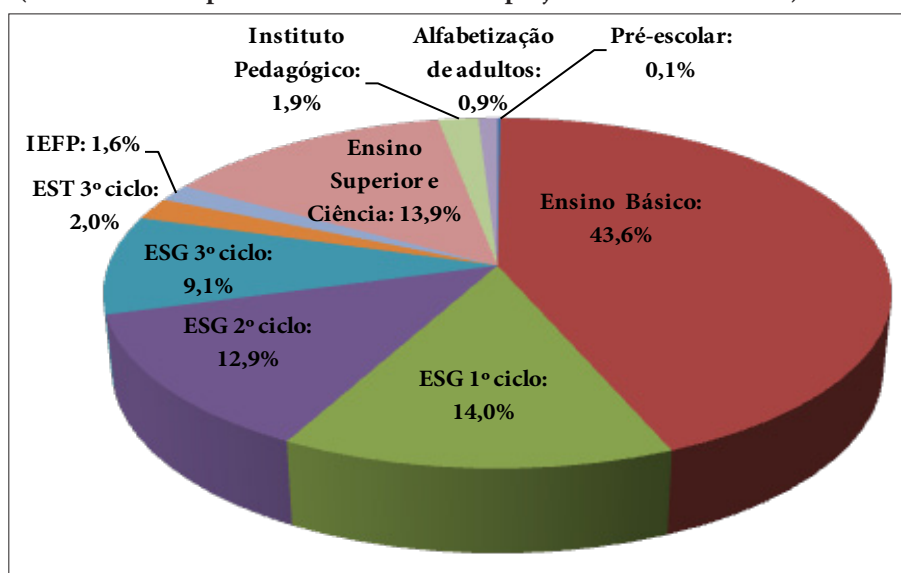
***** sendo 10,0 milhões de ECV de despesas administrativas e pedagógicas financiadas sobre as despesas correntes dos projectos de investimento.

Fonte: Ministério da Educação, IEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Uni-CV e cálculo dos autores.

Como demonstram os dados do quadro 3.7, o total das despesas correntes da Educação, em 2009, representavam 6406,1 milhões de ECV.

Para além das despesas globais do sector, é também interessante examinar a estrutura das despesas correntes entre os diferentes níveis de ensino. A importância dada a cada nível de ensino mostra as prioridades estabelecidas para cada um dos níveis de ensino, traduzidas no financiamento público do sector, manifestando o resultado na implementação das políticas e estratégias educativas estabelecidas.

Gráfico 3.2 - Distribuição intra-sectorial (%) das despesas correntes da Educação (incluindo as despesas de fornecimento dos projectos de investimento) ano 2009



Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IIEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Univ-CV e cálculo dos autores

No gráfico 3.2, nota-se a prioridade dada a cada subsector, já que se refere à afectação intra-sectorial das despesas correntes da Educação. Em 2009, o Ensino Básico absorveu 43,6% das despesas correntes, valor ligeiramente acima da média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento, como ilustra o quadro 3.8 (média de 41,1%). Entretanto, constata-se que o 1º ciclo do Ensino Secundário Geral absorve 14,0% das despesas correntes da Educação, bem como o Ensino Superior que se situa no mesmo patamar, comparativamente aos países com o mesmo nível de desenvolvimento. Relativamente ao Pré-escolar, apenas 0,1% das despesas correntes da Educação no orçamento de Estado é alocado, na medida em que os profissionais deste nível de ensino e o pessoal afecto às cantinas escolares são assumidos pelas autarquias.

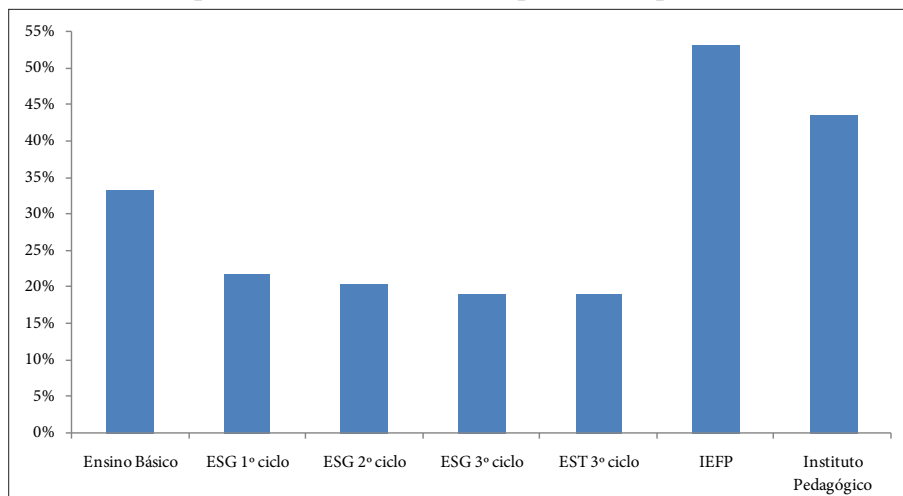
Quadro 3.8 - Comparação internacional de distribuição intra-sectorial (%) das despesas correntes da Educação (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)

| | Ensino Básico | Ensino Secundário (Geral e Técnico) e IIEFP | Ensino Superior | Outros |
|-----------------------------|---------------|---|-----------------|--------|
| Cabo Verde (2009) | 43,6 | 39,6 | 13,9 | 3,0 |
| África do Sul (2008) | 46,0 | 35,5 | 15,3 | 3,2 |
| Angola (2006) | 28,6 | 44,2 | 8,5 | 18,7 |
| Azerbaijão (2006) | 20,0 | 59,9 | 8,4 | 11,7 |
| Belize (2007) | 50,4 | 43,4 | 0,7 | 5,5 |
| Colômbia (2008) | 41,7 | 45,4 | 12,4 | 0,5 |
| Congo (2007) | 18,0 | 54,6 | 25,6 | 1,8 |
| El Salvador (2008) | 43,3 | 25,2 | 22,4 | 9,1 |
| Geórgia (2008) | 37,2 | 38,3 | 12,0 | 12,5 |
| Guatemala (2007) | 65,4 | 13,8 | 12,1 | 8,7 |
| Irão (2008) | 28,9 | 48,2 | 21,0 | 1,9 |
| Jamaica (2007) | 37,1 | 33,8 | 21,6 | 7,5 |
| Peru (2007) | 40,8 | 37,1 | 11,9 | 10,2 |
| República Dominicana (2007) | 61,5 | 18,8 | 15,2 | 4,5 |
| Vanuatu (2008) | 54,5 | 36,2 | 6,5 | 2,8 |
| Média nos 15 países | 41,1 | 38,3 | 13,8 | 6,8 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IIEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Univ-CV, cálculo dos autores, Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), ISU

É igualmente pertinente observar a percentagem das despesas de funcionamento, à excepção de salários dos professores em cada nível de ensino, a fim de se verificar em que medida os diferentes elementos que as compõem, nomeadamente as despesas administrativas, pedagógicas e sociais que são levadas em conta (gráfico 3.3). Assim, se esta despesa se eleva a 33,3% no Ensino Básico, ela corresponde a 21,8 %, 20,4 %, 19,1% e 19,1% no Ensino Secundário Geral do 1º ciclo, do 2º ciclo e do 3º ciclo (via geral e via técnica), respectivamente. Outrossim, a percentagem das despesas excluindo as de salários dos professores, é relativamente significativa para o IIEFP e para o Instituto Pedagógico, representando 53,3% e 43,6%, respectivamente.

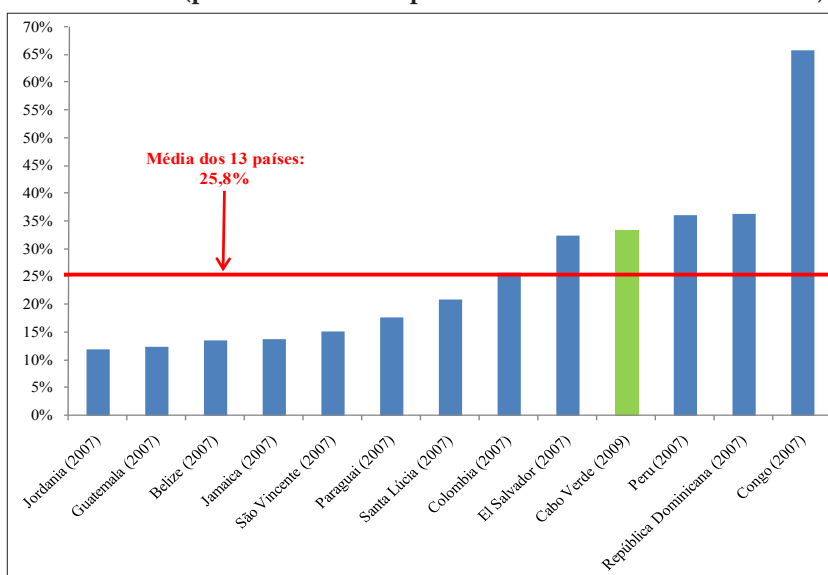
Gráfico 3.3 - % das despesas, excluindo salários dos professores, por nível de ensino, ano 2009



Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, e cálculo dos autores

O gráfico 3.4, que se segue, ilustra a situação do país no que concerne às despesas correntes de funcionamento, sem incluir os salários dos professores do Ensino Básico, comparativamente aos países com o mesmo nível de desenvolvimento. Refira-se que Cabo Verde se situa nos 33,3%, valor superior à média (25,8%) dos 13 países representados.

Gráfico 3.4 - Comparação internacional de % das despesas não salariais dos professores do Ensino Básico (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$ US)



Fonte: Ministério da Educação e Desporto, FICASE, cálculo dos autores, Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA) e ISU

II.2 - Os custos unitários públicos de escolarização

Para estimar os custos unitários de escolarização, pode-se proceder de forma directa reportando-se ao montante das despesas correntes executadas durante um ano por nível de ensino entre os alunos escolarizados neste nível durante o mesmo ano. O quadro 3.9, a seguir, mostra os resultados obtidos durante o ano de 2009 nos diferentes níveis de ensino. Além disso, os valores dos custos unitários são expressos em unidades monetárias e em unidades do PIB por habitante.

Quadro 3.9 - Custos unitários públicos correntes anuais por nível de ensino, ano 2009

| | Despesas correntes total (Milhões ECV) | Número de alunos | Custo unitário público (em ECV) | Custo unitário público em % do PIB p/ habitante |
|-------------------------------------|--|------------------|---------------------------------|---|
| Pré-escolar (público) | 9,5 | 7 913 | 1 207 | 0,5 |
| Ensino Básico (público) | 2 793,4 | 73 264 | 38 128 | 14,8 |
| Ensino Secundário e IIEFP (público) | 2 534,2 | 56 086 | 45 184 | 17,5 |
| Ensino Secundário (público) | 2 432,0 | 53 181 | 45 731 | 17,7 |
| ESG 1º ciclo | 893,7 | 24 905 | 35 883 | 13,9 |
| ESG 2º ciclo | 824,6 | 17 225 | 47 874 | 18,5 |
| ESG 3º ciclo | 583,4 | 9 534 | 61 193 | 23,7 |
| EST 3º ciclo | 130,3 | 1 517 | 85 903 | 33,3 |
| IIEFP (público) | 102,2 | 2 905 | 35 168 | 13,6 |
| Ensino Superior | 887,9 | 8 999 | 98 671 | 38,2 |
| Superior público | 595,6 | 3 245 | 183 536 | 71,0 |
| Superior privado | 81,2 | 5 220 | 15 549 | 6,0 |
| Superior no exterior | 211,2 | 534 | 395 514 | 153,1 |
| Instituto Pedagógico | 121,7 | 808 | 150 638 | 58,3 |
| Alfabetização de adultos | 58,8 | 2 896 | 20 303 | 7,9 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IIEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Uni-CV, Ministério das Finanças, e cálculo dos autores

A despesa pública corrente por aluno no ensino público varia de 1207 ECV para o Pré-escolar a 183 536 ECV para o Ensino Superior e Ciência. Esta despesa é de 38 128 ECV para o Ensino Básico e de 45 731 ECV para o Ensino Secundário, mas com a diferenciação entre os ciclos, uma vez que se estende a 35 883 ECV para o 1º ciclo do Ensino Secundário Geral,

a 61 193 ECV para o 3º ciclo do Ensino Secundário Geral e a 85 903 ECV para o 3º ciclo do Ensino Secundário Técnico.

Em termos de comparabilidade internacional, os custos unitários públicos nos diferentes níveis de ensino, os dados disponíveis numa amostragem dos países seleccionados com o mesmo nível de desenvolvimento que Cabo Verde expressa em unidades de PIB por habitante, são apresentados no quadro 3.10.

Quadro 3.10 - Comparação internacional dos custos unitários públicos por nível de ensino em % do PIB por habitante (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)

| | Ensino Básico público | Ensino Secundário (Geral e Técnico) e IIEFP público | Ensino Superior público |
|------------------------------|-----------------------|---|-------------------------|
| Cabo Verde (2009) | 14,8 | 17,7 | 71,0 |
| Angola (2006) | 7,8 | Nd | 80,8 |
| Azerbaijão (2006) | 5,2 | 8,0 | 8,9 |
| Belize (2007) | 14,3 | 21,0 | Nd |
| Buthan (2008) | 6,3 | 28,8 | Nd |
| Colómbia (2008) | 12,4 | 14,8 | 26,0 |
| Congo (2007) | 4,2 | 24,4 | 167,6 |
| Dominica (2008) | 22,1 | 19,0 | Nd |
| El Salvador (2008) | 8,5 | 9,1 | 31,5 |
| Fidji (2008) | 17,5 | 16,3 | Nd |
| Geórgia (2008) | 14,7 | 15,4 | 11,3 |
| Guatemala (2007) | 10,2 | 5,9 | 19,0 |
| Irão (2008) | 13,5 | 20,3 | 20,7 |
| Jamaica (2007) | 17,3 | 19,9 | Nd |
| Jordânia (2006) | 13,0 | 16,5 | Nd |
| Maldivas (2008) | 26,8 | 29,3 | Nd |
| Marrocos (2008) | 16,3 | 38,3 | 72,1 |
| Namíbia (2008) | 15,7 | nd | 117,8 |
| Paraguai (2007) | 11,1 | 12,8 | Nd |
| Peru (2007) | 7,3 | 8,9 | Nd |
| Répubblica Dominicana (2008) | 7,4 | 6,5 | Nd |
| Santa Lúcia (2007) | 13,6 | 17,6 | Nd |
| Suazilândia (2006) | 16,3 | nd | 347,5 |
| Tailândia (2006) | Nd | nd | 30,5 |
| Tunísia (2007) | 19,8 | 23,0 | 54,0 |
| Ucrânia (2007) | Nd | nd | 25,1 |
| Média de 26 países | 13,2 | 17,8 | 72,3 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, IIEFP, Instituto Pedagógico, FICASE, Univ-CV, Ministério das Finanças e Planeamento e cálculo dos autores, Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA) e ISU.

Estas informações demonstram a situação do país, tendo em conta a comparabilidade internacional. Para o Ensino Básico, o nível de despesa pública por aluno é de 14,8% do PIB p/ habitante em Cabo Verde, enquanto que a média dos outros países se situa nos 13,2% do PIB p/habitante. No Ensino Secundário público (geral e técnico) e IEFP, o custo unitário público corresponde a 17,7% do PIB p/habitante, próximo da média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento (17,8% do PIB p/habitante). Finalmente, no Ensino Superior público o valor da despesa por estudante situa-se nos 71,0% do PIB por habitante contra 72,3% do PIB por habitante que é a média dos países acima referenciados.

II.3 - Factores que afectam os custos unitários públicos

II.3.1 - Número de alunos por professor

De uma forma geral, o rácio alunos/professor por nível de ensino em Cabo Verde é relativamente baixo, o que demonstra que as condições de enquadramento dos alunos são muito aceitáveis (quadro 3.11).

Quadro 3.11 - Número de alunos por professor no ensino público por nível de ensino, ano 2009

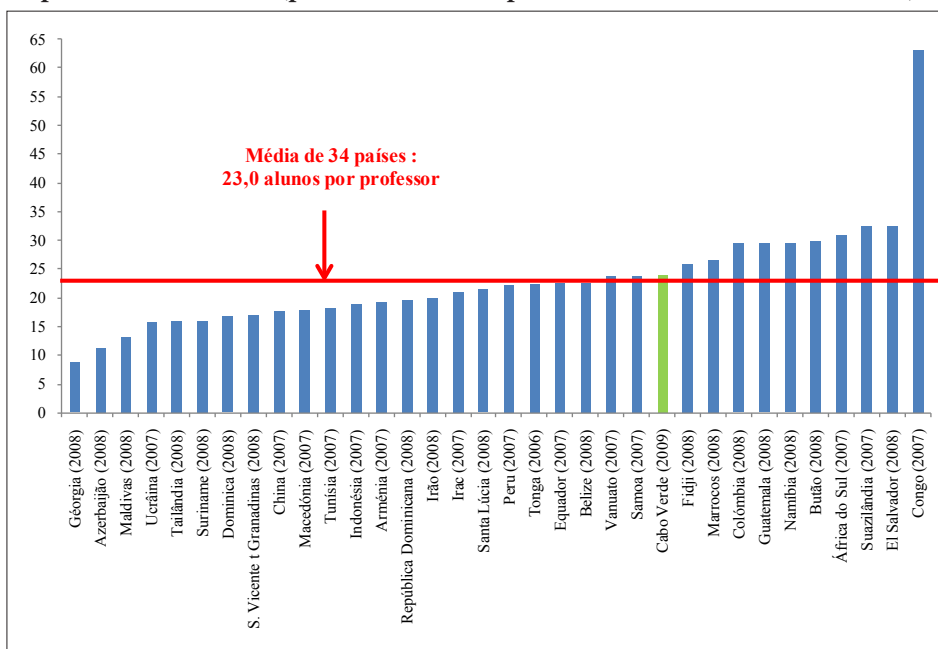
| | Número de alunos no público | Número de professores no público | Número de alunos por professor no público |
|----------------------|-----------------------------|----------------------------------|---|
| Ensino Básico | 73 264 | 3 059 | 24,0 |
| ESG 1º ciclo | 24 905 | 1 013 | 24,6 |
| ESG 2º ciclo | 17 225 | 893 | 19,3 |
| ESG 3º ciclo | 9 534 | 600 | 15,9 |
| EST 3º ciclo | 1 517 | 141 | 10,8 |
| Superior (UNI-CV) | 3 245 | 273 | 11,9 |
| Instituto Pedagógico | 808 | 57 | 14,2 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, Instituto Pedagógico, Uni-CV e cálculo dos autores

Assim, o Ensino Básico público apresenta um rácio alunos/professor de 24, o que o situa ligeiramente acima da média comparado com os países do mesmo nível de desenvolvimento equivalente a 23 (gráfico 3.5). No Ensino Secundário, o rácio diminuiu na razão inversa dos níveis de escolaridade. Assim, se este corresponde a 24,6 alunos/professor no 1º ciclo do secundário, passa para 15,9 no 3º ciclo do Secundário Geral e 10,8 no secundário Técnico. Relativamente ao Ensino Superior público (Uni-CV), este

situa-se a 11,9 estudantes/professor e 14,2 para o Instituto Pedagógico que capacita professores tanto para os ensinos Pré-escolar e Básico, como para a Educação e Formação de Adultos.

Gráfico 3.5 - Comparação internacional do número de alunos por professor do ensino público para o Ensino Básico (países com um PIB por habitante entre 2000 e 6000 \$US)



Fonte: Ministério da Educação e Desporto, FICASE, cálculo dos autores, Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA) e ISU

II.3.2 - Os Salários

Sabe-se que os salários constituem a maior rúbrica de despesas da Educação, nomeadamente, nos ensinos Básico e Secundário. Assim, é imperativo ter uma ideia do custo médio de professores por nível de ensino para se ver se essa remuneração é sustentável, ou não, pelo país, na perspectiva de aumento da oferta escolar a fim de atender à crescente demanda.

O quadro 3.12 apresenta o salário médio anual do pessoal docente tanto do Ensino Básico como do Ensino Secundário, geral e técnico, por ciclo de estudos.

**Quadro 3.12 - Remuneração média anual de professor na sala de aula
(em unidades de PIB por habitante) por categoria e nível de ensino**

| | Ensino Básico ⁵ | Ensino Secundário ⁶ | | | |
|--|----------------------------|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | ESG 1º ciclo | ESG 2º ciclo | ESG 3º ciclo | EST 3º ciclo |
| Professores de Ensino Básico Principal | 4,87 | | | | |
| Professor de Ensino Básico de 1a | 2,64 | | | | |
| Monitor Especial | 1,89 | 1,83 | 1,83 | 1,83 | 1,81 |
| Professor Primário/Animador Educação Adultos A | 1,70 | | | | |
| Professor de Posto Escolar | 1,04 | | | | |
| Professor de Ensino Secundário Principal | | 4,15 | 4,04 | 4,20 | 4,04 |
| Professor de Ensino Secundário de 1ª | | 3,52 | 3,57 | 3,62 | 3,58 |
| Professor de Ensino Secundário | | 3,21 | 3,20 | 3,17 | 3,25 |
| Professor de Ensino Secundário Adjunto | | 2,53 | 2,53 | 2,52 | 2,47 |
| Total | 2,36 | 2,67 | 2,85 | 3,04 | 2,90 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, Ministério das Finanças e Planeamento e cálculo dos autores

Em 2009, os professores do Ensino Básico recebiam um salário anual médio de 2,36 unidades de PIB per capita, o que representa 609 486 ECV. Os professores do 1º ciclo do Ensino Secundário Geral custavam em média 2,67 unidades do PIB per capita, ou seja, 690 014 ECV, os do 2º ciclo do Ensino Secundário Geral 2,85 unidades do PIB per capita equivalente a 735 477 ECV, os do 3º ciclo do Ensino Secundário Geral 3,04 unidades do PIB per capita, correspondente a 786 550 ECV, e os do 3º ciclo do Ensino Secundário Técnico 2,90 unidades do PIB per capita o que representa 749 748 ECV.

⁵A decomposição de números de professores do Ensino Básico com turmas, por estatuto, categoria, grau e antiguidade, e as massas salariais e salários correspondentes estão disponíveis nos anexos III.1, III.2 e III.3. Note-se que o salário médio de um professor do Ensino Básico com turma que é de 2,4 unidade de PIB por habitante é 2,8 PIB por habitante nos professores de «quadro» e de 2,0 PIB por habitante nos professores «contratados». Contudo, não há diferença de tratamento em termos de salários entre os dois estatutos. A diferença está relacionada unicamente com a antiguidade média que é mais elevada nos professores «quadros».

⁶Se no Ensino Básico a antiguidade constitui um factor de diferença nas remunerações dos professores com a mesma categoria, estas diferenças são nulas entre os professores do Ensino Secundário que trabalham nas salas de aulas. O ajustamento se faz pelos números de horas que teoricamente cada professor dispensa em que, quanto mais antigo é o professor, menos horas trabalha. A decomposição do corpo docente segundo a antiguidade e número de horas a dispensar no Ensino Secundário por ciclo é apresentada no anexo III.4.

O quadro 3.12 demonstra igualmente a diversidade de pagamentos no mesmo nível de ensino por categoria de professor. Da mesma forma, o salário médio está sujeito à antiguidade dos professores, em especial para os do Ensino Básico (ver anexo 3.1, 3.2 e 3.3). Relativamente ao Ensino Secundário, a antiguidade não exerce qualquer impacto sobre o salário do professor, deduzida através da redução da carga horária: quanto mais tempo na carreira menos carga horária lhe é atribuída (ver anexo 3.4).

II.4 - Reconstituição dos custos unitários públicos

Quadro 3.13 - Reconstituição do custo unidade público por nível de ensino (alunos das escolas públicas), ano 2009

| | Ensino básico | Ensino Secundário | | | |
|--|---------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | ESG 1º ciclo | ESG 2º ciclo | ESG 3º ciclo | EST 3º ciclo |
| Estabelecimentos e serviços desconcentrados | | | | | |
| Remuneração média professor nas salas (ECV) | 609 486 | 690 014 | 735 477 | 786 550 | 749 748 |
| Alunos por professor | 24,0 | 24,6 | 19,3 | 15,9 | 10,8 |
| Custo unidade professor nas salas (ECV) | 25 448 | 28 054 | 38 130 | 49 500 | 69 522 |
| Remuneração média pessoal de apoio (ECV) | 450 122 | 644 565 | 644 565 | 644 565 | 644 565 |
| Alunos por pessoal de apoio | 51,4 | 134,8 | 105,7 | 87,1 | 59,1 |
| Custo unidade pessoal de apoio (ECV) | 8 755 | 4 781 | 6 097 | 7 401 | 10 904 |
| Custo unidade pessoal cantinas escolares (ECV) | 967 | | | | |
| Custo unidade salarial dos estabelecimentos e serviços desconcentrados (ECV) | 35 170 | 32 836 | 44 226 | 56 900 | 80 426 |
| Custo unidade das despesas salariais dos serviços centrais (ECV) | 767 | 737 | 959 | 1206 | 1664 |
| Custo unidade das despesas administrativas e pedagógicas (ECV) | 1 246 | 1 948 | 2 296 | 2 682 | 3 400 |
| Custo unidade alimentação e fornecimento cantinas escolares (ECV) | 945 | | | | |
| Custo unidade fornecimento transportes escolares (ECV) | | 188 | 188 | 188 | 188 |
| Custo unidade bolsas | | 175 | 206 | 217 | 224 |
| Custo unidade fornecimento e salários pessoal dos serviços centrais (ECV) | 2 958 | 3 048 | 3 648 | 4 293 | 5 476 |
| Custo unidade total (ECV) | 38 128 | 35 883 | 47 874 | 61 193 | 85 903 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, FICASE e cálculo dos autores

Depois de analisar o enquadramento dos alunos, bem como o estatuto e remuneração dos professores, factores extremamente importantes da política educativa, pode-se voltar à questão da reconstituição total dos custos unitários públicos, conjugando a influência de outros factores. O quadro 3.13 propõe essa estruturação.

A par disso, analisa-se o nível de custos unitários tal como foi avaliada anteriormente de maneira a estruturar o custo de inscrição orçamental global dos efectivos escolarizáveis. Essa estruturação ajuda a compreender a importância dos diferentes factores na determinação dos custos unitários, considerando-se útil recordar a existência de uma relação estrutural de base que liga o custo total (CA), o custo unitário (UC) e o número de crianças que frequentam a escola (NES). Assim esta relação contém implicitamente a cobertura da escola, em comparação com NES, com o NEF e o número de crianças em idade escolar na população:

$$CA = CU \times NES$$

Se, por exemplo, se deseja que NES seja igual NEF no Ensino Secundário Geral do 1º ciclo, a relação é então escrita $CAS1 = CU \times NEF$ e pode deduzir-se o custo global do objectivo da escolaridade universal para o 1º ciclo do Ensino Secundário.

III. As contribuições/despesas das famílias na educação

As despesas das famílias aparecem como uma fonte de financiamento fundamental do Sistema Educativo Cabo-verdiano nomeadamente através de receitas provenientes de inscrição para os níveis da Educação pós Ensino Básico. No entanto, ainda que não existam as despesas de inscrição no Ensino Básico, não se pode considerar que não existem encargos para as famílias já que se contabilizam os custos com os uniformes, os fornecimentos de materiais escolares, mas igualmente, as despesas de exames, bem como outras despesas conexas. É, por conseguinte, importante conhecer a amplitude destas despesas educativas para as famílias a fim de ver as medidas de política para os mais desfavorecidos economicamente. Além disso, o Governo Cabo-verdiano tem por objectivo suprimir progressivamente as despesas de inscrição no primeiro ciclo seguidamente no segundo ciclo do secundário. É, por conseguinte, importante ter uma ideia precisa das despesas de inscrição suportadas pelas famílias para estes níveis de ensino interessando-se, igualmente, às outras despesas.

Inicialmente, o tratamento e a análise da base de dados do inquérito das famílias, QUIBB 2007, permite ter uma ideia mais precisa das despesas das famílias em Educa-

ção por nível de ensino e por tipo de despesa. Subsequentemente, a análise específica das despesas de inscrição no Ensino Secundário (despesas de inscrição recolhidas pelos estabelecimentos escolares em 2009 de acordo com os dados administrativos) parece incontornável para se ter elementos efectivos para seguidamente avaliar o custo real de uma política que visa suprimir as despesas de inscrição no primeiro ciclo e posteriormente no segundo ciclo do secundário.

III.1 - As despesas das famílias para Educação

O tratamento e a análise da base de dados do QUIBB 2007 permitem ter resultados sobre as despesas globais das famílias para a educação⁷, distinguindo ao mesmo tempo a sua participação de acordo com o nível de ensino e de acordo com o tipo de despesa. Estas despesas das famílias foram trazidas em ECV a preços constantes de 2009 a fim de poder estabelecer complementaridades e comparações com os dados financeiros detalhados que emanam do orçamento do Estado do ano 2009.

O quadro 3.14, que se segue, apresenta a despesa média das famílias por criança escolarizada por nível de ensino e a parte das despesas suportadas pelas famílias nas despesas correntes nacionais da Educação (Estado + famílias).

Quadro 3.14 - Estimativa das despesas das famílias para a escolarização das suas crianças, 2009

| | Pré-esc. | Ens. Básico | Ens Sec. 1º ciclo | Ens. Sec. 2º ciclo | Ens. Sec. 3º ciclo | Supe-rior | Total |
|--|----------|-------------|-------------------|--------------------|--------------------|-----------|---------|
| Despesa por criança em ECV de 2007 | 3.600 | 1.650 | 3.506 | 5.559 | 7.738 | 30.896 | |
| Despesa por criança em ECV de 2009 | 3.803 | 1.712 | 3.677 | 5.836 | 8.270 | 31.752 | |
| Efectivos escolares em 2009 | 22.191 | 73.548 | 26.112 | 20.328 | 14.329 | 8.465 | 164.973 |
| Despesas totais em 2009 (Milhões de ECV de 2009) | | | | | | | |
| Despesas das famílias | 84,4 | 125,9 | 96,0 | 118,6 | 118,5 | 268,8 | 812,3 |
| Despesas correntes do Orçamento do Estado | 9,5 | 2 793,4 | 893,7 | 824,8 | 714,0 | 676,7 | 5.912,2 |
| Despesas correntes totais (famílias + Estado) | 93,9 | 2 919,3 | 989,7 | 943,5 | 832,5 | 945,5 | 6.724,5 |
| % das despesas correntes suportadas pelas famílias | 89,8% | 4,3% | 9,7% | 12,6% | 14,2% | 28,4% | 12,1% |

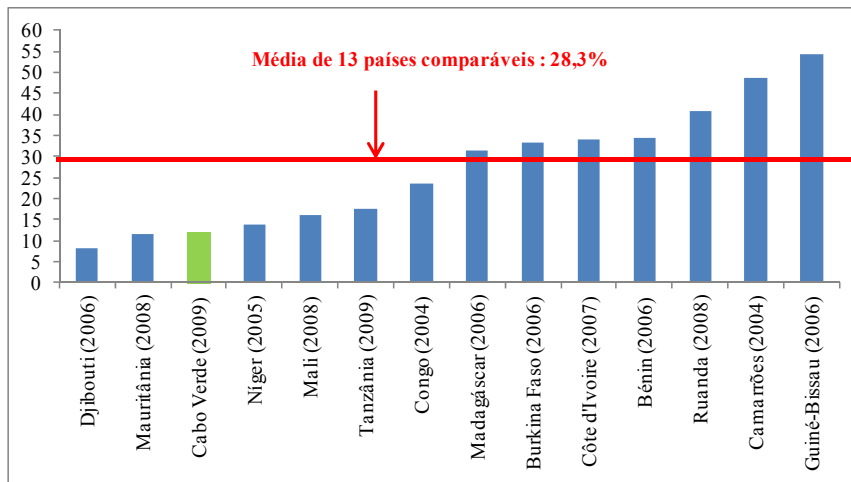
Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007, Capítulo 2 e dados do Ministério das Finanças e Planeamento

⁷ São consideradas aqui as despesas directas (despesas de inscrição, livros escolares, materiais e fornecimentos) e as despesas conexas (uniformes, despesas de aprendizagem). As outras despesas (despesas extras ligados aos livros não escolares, à música, à dança etc.) não são tidas em conta nas despesas da Educação das famílias porque são consideradas como demasiado afastadas.

No geral, considera-se que as despesas das famílias em Educação no ano 2009⁸ representavam um total de 812,3 milhões de ECV. A despesa unitária das famílias aumenta progressivamente com o nível de ensino, excepto para o Pré-escolar que se encontra quase no mesmo nível que a do primeiro ciclo do Ensino Secundário. Assim, a despesa média para as famílias por criança escolarizada é cerca de 1700 de ECV, a preços de 2009, para o Ensino Básico e é cerca de 32 000 de ECV, a preços de 2009, para o Ensino Superior. Ela é de 3800 de ECV, a preços de 2009, para uma criança escolarizada no ensino Pré-escolar.

Quando se observa a parte das despesas suportadas pelas famílias em 2009 nas despesas correntes nacionais da Educação (orçamento do Estado + despesas das famílias), apercebe-se que esta parte aumenta progressivamente com o nível de ensino a partir do Ensino Básico. Se as famílias suportam apenas 4% das despesas nacionais para o Ensino Básico, esta passa a 10% para o primeiro ciclo do secundário, a 13% e 14% para o segundo e terceiro ciclos, e à 28% para o Ensino Superior. É a nível do Pré-escolar que a parte suportada pelas famílias é mais elevada, dado que as famílias suportam 90% das despesas correntes nacionais para este nível de ensino, ou seja, a quase totalidade das despesas. No total, as famílias suportam 12% das despesas correntes nacionais da Educação. Pode-se comparar este número com os de outros países da África subsariana como ilustra o gráfico 3.6, que se segue.

Gráfico 3.6 - Parte (%) das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação em 2009 (Estado + famílias)



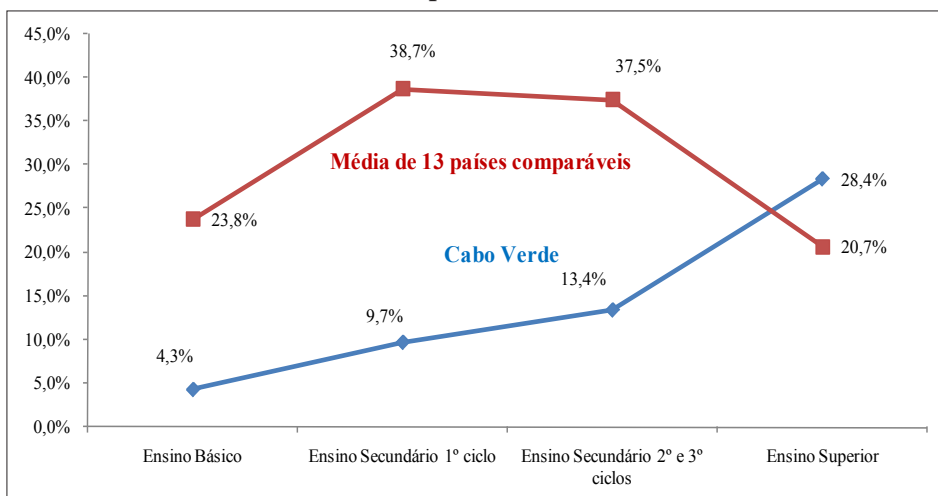
Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007, do Capítulo 2 e dos dados do Ministério das Finanças e Planeamento

⁸ As despesas das famílias de 2007 foram trazidas em moeda constante de 2009 a fim de o poder associar com os dados financeiros do orçamento corrente do Estado de 2009.

Assim, a parte das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação representa 12% em Cabo Verde. Ela situa-se largamente abaixo da média dos treze países comparáveis para os quais estes dados estão disponíveis (28,3%). O Estado faz um esforço elevado na assunção das despesas da Educação em Cabo Verde de modo a permitir que as famílias suportem menos custo possível, assim como o Jibuti (8%), a Mauritânia (11%), o Níger (14%) ou ainda o Mali (16%). É importante estabelecer uma comparação internacional das despesas correntes nacionais suportadas pelas famílias por nível de ensino. O gráfico 3.7, que se segue, apresenta a situação de Cabo Verde em relação à média dos 13 países comparáveis.

Apercebe-se que a contribuição das famílias por nível de ensino, com excepção do Ensino Superior, é claramente mais elevado nos países comparáveis a Cabo Verde: 23,8% em média do Ensino Básico contra 4,3% em Cabo Verde, 38,7% em média para o primeiro ciclo do secundário contra 9,7% em Cabo Verde, 37,5% em média para os do segundo e terceiro ciclos do Ensino Secundário⁹ contra 13,4% em Cabo Verde. O fraco peso das despesas das famílias cabo-verdianas nas despesas nacionais relativas ao Ensino Básico contribuiu, sem dúvida, para que Cabo Verde tenha atingido a escolarização básica universal contrariamente à maioria dos países comparáveis.

Gráfico 3.7 - Parte das despesas das famílias nas despesas correntes nacionais da Educação (Estado + famílias) por nível de ensino, ano 2009



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

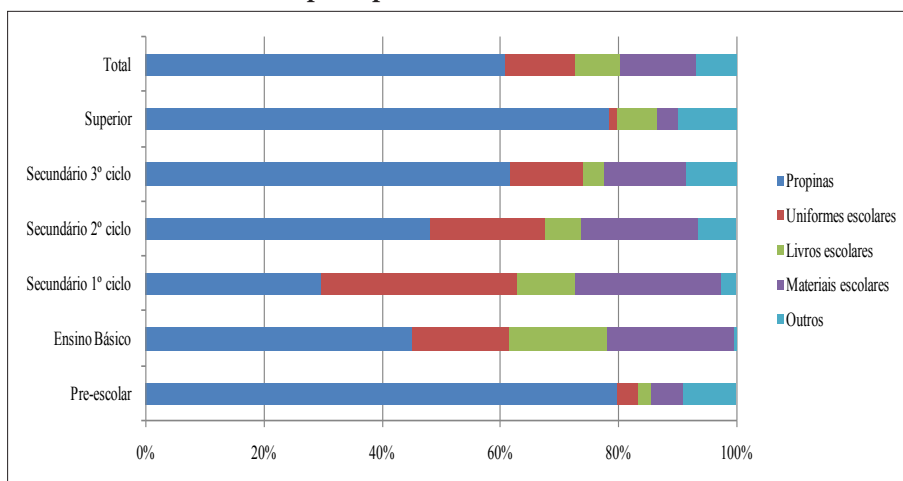
⁹ O Ensino Secundário nos outros países comparáveis é decomposto em dois ciclos. Assim, o 2º e o 3º constituem um único ciclo em Cabo Verde. Foi agrupado nesse sentido e comparado com o 2º ciclo dos outros países.

Para o Ensino Superior, apercebe-se que as famílias cabo-verdianas contribuem mais em valor relativo do que nos outros países comparáveis. No entanto, esta contribuição mais elevada não é para tanto injusta, dado que permitiu ao Estado afectar mais recursos para os níveis mais baixos da pirâmide educativa e, por conseguinte, escolarizar maior número de crianças (todas as crianças vão e terminam o Ensino Básico e quase todas as crianças têm acesso ao primeiro ciclo do Ensino Secundário). Vê-se que para os países comparáveis a Cabo Verde, a contribuição das famílias em valor relativo é mais importante no superior e nos níveis baixos da pirâmide educativa, mesmo que os benefícios individuais sejam mais elevados para os diplomados do Ensino Superior (lucros de rendimentos) onde se encontram essencialmente estudantes do meio mais favorecidos.

Cabo Verde, por ter uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos em Educação que os outros países comparáveis, permite aos mais pobres terminar o Ensino Básico e a um grande número aceder ao primeiro ciclo do secundário, instaurando ao mesmo tempo medidas que permitem aos mais pobres prosseguir os seus estudos a nível do Ensino Superior por meio de ajudas sociais orientadas.

Uma das prioridades do governo cabo-verdiano é agora suprimir as despesas de inscrição para as famílias do primeiro ciclo do Ensino Secundário e, seguidamente, as do segundo ciclo do Ensino Secundário, a fim de atingir um Ensino universal de oito anos e seguidamente de dez anos. É, por conseguinte, importante ver a distribuição das despesas das famílias por natureza de despesas para cada nível de ensino para constatar o que representam as despesas escolares para as famílias. O gráfico 3.8 apresenta esta distribuição.

Gráfico 3.8 - Distribuição das despesas das famílias em Educação por natureza de despesas para cada nível de ensino



Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Apercebe-se que, no conjunto do Sistema Educativo, a maioria das despesas das famílias para a educação vai para as despesas escolares (61%). Analisando essas despesas por nível de ensino, verifica-se que é a nível do Pré-escolar, do terceiro ciclo do Ensino Secundário e do Ensino Superior que a parte das despesas das famílias que vão para às despesas escolares é mais elevada, pois 80%, 62% e 79% respectivamente, das despesas das famílias vão para estes níveis de ensino. A nível do Ensino Básico, as despesas das famílias vão maioritariamente para as despesas escolares (45%), mesmo que as despesas de inscrição no ensino público sejam abolidas. Trata-se, por conseguinte, das despesas escolares suportadas pelas famílias cujas crianças frequentam o ensino privado.

Embora a maioria das despesas das famílias no Ensino Básico sejam despesas escolares, é notório que as despesas das famílias para este nível de ensino são extremamente fracas em relação aos outros níveis e em relação à contribuição do Estado para este nível de ensino. No que respeita especificamente ao primeiro ciclo do Ensino Secundário, apercebe-se que a principal fonte de despesas para as famílias são os uniformes que os alunos devem usar (33%) em detrimento das despesas escolares (30%) e os fornecimentos escolares (25%).

Assim, se se efectivar a abolição das despesas de inscrição neste nível de ensino, tal medida teria certamente um efeito importante para a escolarização das crianças neste nível de ensino. É aconselhável que se aplique uma política que visa tornar gratuitos os uniformes (ou ainda suprimir os uniformes das escolas), pois teria um impacto igualmente considerável (ou mesmo importante) na escolarização das crianças neste nível de ensino, na medida em que os menos possedentes não teriam mais que suportar essa despesa. Uma política mais intensa de disponibilização dos fornecimentos escolares para os menos possedentes teria igualmente um impacto significativo no objectivo da universalização do primeiro ciclo do Ensino Secundário. Para o segundo ciclo do Ensino Secundário, são as despesas escolares que constituem a maioria das despesas para as famílias que têm as suas crianças escolarizadas neste nível de ensino (48%). Os uniformes e os fornecimentos escolares constituem igualmente fontes de despesas não negligenciáveis para as famílias, pois são 19% e 20%, respectivamente.

O tratamento e a análise do QUIBB 2007 para a estimativa das despesas das famílias em Educação em Cabo Verde apresentam informações muito importantes, na medida em que podem ser tomadas pelo Governo Cabo-verdiano a fim de diminuir encargos das famílias a certos níveis de ensino, seguindo o objectivo de educação para todos. A via escolhida actualmente pelo Governo Cabo-verdiano é a de abolir as despesas de inscrição no primeiro ciclo do Ensino Secundário, seguidamente no segundo ciclo. Uma

análise detalhada das despesas de inscrição para estes níveis de ensino permitirá ter uma ideia mais precisa do custo suplementar que poderia ter sido gerado em 2009 se o Estado tivesse assumido as despesas de inscrição.

III.2 - Detalhes sobre as despesas da Educação no Ensino Secundário (numa perspectiva de assunção destas despesas pelo Estado a médio prazo)

O Governo de Cabo Verde decidiu eliminar as propinas no 1º ciclo do Ensino Secundário e a longo prazo está a estudar a possibilidade de se estender ao 2º ciclo desse nível, pelo que se torna indispensável analisar o que esses custos representaram para o Estado, em 2009. Salienta-se que para as famílias mais desfavorecidas, cujos educandos frequentam o Ensino Secundário, essas taxas já são pagas pelo Estado através da FICASE. Esses valores relativos às bolsas de estudo são apresentados no ponto II.1.3, no quadro 3.7 na coluna “outras bolsas” para o Ensino Secundário Geral e Técnico do 1º ao 3º ciclo, representando um total de 10,3 milhões de ECV nas escolas públicas. Note-se também que o montante individual de honorários difere por ciclo, e que dentro de um mesmo ciclo o valor varia de acordo com o rendimento anual dos pais (Decreto-Lei n.º 18/2002, de 19 de Agosto).

O quadro 3.15, que se segue, faz o ponto de situação dos emolumentos no Ensino Secundário, apresentando o valor total das taxas cobradas pelos estabelecimentos de ensino públicos (e semi-privados) assim como o número de alunos, diferenciando as taxas financiadas na sua totalidade ou em parte pela FICASE (bolsas do Estado) bem como o número de beneficiários e taxas financiadas no seu todo ou em parte pelas famílias e o número de estudantes. Os dados são referentes ao ano 2009.

Quadro 3.15 - Propinas de inscrição e frequência no Ensino Secundário e sua distribuição, consoante o pagamento directo pelas famílias e / ou pagas pela FICASE, ano 2009

| | ESG 1º ciclo | ESG 2º ciclo | ESG 3º ciclo | EST 3º ciclo | Total |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------|
| Propinas de Inscrição e frequência total (Milhões de ECV) (1) | 38,3 | 33,2 | 36,7 | 5,5 | 113,7 |
| Número total de alunos | 24.905 | 17.225 | 9.534 | 1.429 | 53.093 |
| Propinas financiadas pela FICASE a 100% (Milhões de ECV) (2) | 4,4 | 3,5 | | | 7,9 |
| Número de alunos beneficiários da FICASE a 100% | 3.630 | 2.366 | | | 5.996 |
| Propinas financiadas pela FICASE a 50% (Milhões de ECV) (3) | | | 2,1 | 0,3 | 2,4 |
| Número de alunos beneficiários da FICASE a 50% | | | 1.380 | 227 | 1.607 |
| Propinas financiadas pelas famílias (Milhões de ECV) (1) - (2) - (3) | 34,0 | 29,7 | 34,6 | 5,1 | 103,4 |
| Número de alunos a pagar propinas completa | 21.275 | 14.859 | 8.154 | 1.202 | 45.490 |
| Número de alunos pagando 50% de propinas | | | 1.380 | 227 | 1.607 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, FICASE e cálculo dos autores

No geral, a taxa de matrícula e frequência, em 2009, para o Ensino Secundário público representava 113,7 milhões de ECV para um total de 53 093 alunos, traduzindo-se num valor médio de cerca de 2142 ECV por aluno. Este montante está repartido da seguinte forma: 38,3 milhões de ECV para 24 905 alunos no primeiro ciclo do Ensino Secundário Geral cujo valor médio por aluno é cerca de 1539 ECV; 33,2 milhões de ECV para 17 225 alunos do 2º ciclo do Ensino Secundário Geral num valor médio de cerca de 1928 ECV por aluno; 36,7 milhões de ECV para 9534 alunos do terceiro ciclo de Ensino Secundário Geral representando em média cerca de 3849 ECV por aluno e 5,5 milhões de ECV para 1429 alunos no 3º ciclo do Ensino Secundário Técnico o que traduz em média cerca de 3849 ECV por aluno.

No entanto, nem todas as famílias podem pagar essas taxas (total ou parcialmente). Na verdade, algumas famílias (desfavorecidas) têm beneficiado do apoio do Estado através da FICASE (bolsas de estudo). Assim, 3630 estudantes do 1º ciclo foram beneficiados com 1200 ECV, representando um total de 4,4 milhões de ECV e 2366 alunos da 2º ciclo taxa de inscrição no valor de 1500 ECV, representando um total de 3,5 milhões de ECV. Concernente ao 3º ciclo, a FICASE assumiu as taxas de inscrição em 50% (1500 ECV) abrangendo 1380 estudantes da via geral num total de 2,1 milhões e 227 estudantes do ensino técnico num total de 0,3 milhões de escudos. Os outros 50% foram suportados directamente pelas famílias (1500 CV).

Assim, as despesas reais das famílias relativamente ao pagamento de propinas dos seus educandos no Ensino Secundário somam cerca de 103,4 milhões de ECV, com a seguinte distribuição: (i) 34,0 milhões para o 1º ciclo; (ii) 29,7 milhões para o 2º ciclo; (iii) 34,6 milhões para o 3º ciclo (via geral) e 5,1 milhões para o 3º ciclo da via técnica. É esta quantia correspondente às despesas das famílias no 1º ciclo que o Estado deveria adicionar no orçamento da Educação em 2009, se a taxa de inscrição para o 1º ciclo fosse eliminada para o mesmo número de alunos matriculados.

Anexo do Capítulo 3

Anexo 3.1 - Número de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade, ano 2009

| | Número de professores do Ensino Básico | | | | | | | | | | | | Total |
|--|--|------------|------------|------------|-----------|---------------|--------------------------|------------|------------|------------|-----------|---------------|-------|
| | Quadro - antiguidade | | | | | | Contratado - antiguidade | | | | | | |
| | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Sub-Total (1) | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Sub-Total (2) | |
| Professores de Ensino Básico Principal | 1 | 14 | 28 | 46 | 36 | 125 | 4 | 0 | 0 | 1 | 2 | 7 | 132 |
| 8/A | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 7 |
| 8/B | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| 8/C | 0 | 10 | 15 | 27 | 12 | 64 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 65 |
| 8/D | 0 | 3 | 12 | 17 | 22 | 54 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 56 |
| Professor de Ensino Básico de 1ª | 487 | 189 | 110 | 70 | 39 | 895 | 683 | 93 | 28 | 10 | 1 | 815 | 1 710 |
| 7/A | 336 | 86 | 66 | 28 | 16 | 532 | 667 | 85 | 26 | 7 | 1 | 786 | 1 318 |
| 7/B | 148 | 88 | 39 | 38 | 20 | 333 | 13 | 8 | 2 | 3 | 0 | 26 | 359 |
| 7/C | 3 | 15 | 5 | 2 | 2 | 27 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 30 |
| 7/D | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Monitor Especial | 22 | 12 | 16 | 24 | 13 | 87 | 455 | 56 | 21 | 4 | 4 | 540 | 627 |
| 5/A | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 4 | 165 | 6 | 3 | 1 | 0 | 175 | 179 |
| 5/C | 20 | 11 | 15 | 15 | 7 | 68 | 290 | 50 | 18 | 3 | 3 | 364 | 432 |
| 5/D | 1 | 0 | 0 | 6 | 5 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| 5/E | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| 5/G | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Professor Primário/Animador Educação Adultos A | 8 | 17 | 69 | 48 | 38 | 180 | 55 | 81 | 44 | 23 | 3 | 206 | 386 |
| 3/A | 3 | 6 | 13 | 4 | 4 | 30 | 55 | 77 | 41 | 19 | 1 | 193 | 223 |
| 3/B | 2 | 9 | 45 | 23 | 5 | 84 | 0 | 4 | 3 | 2 | 0 | 9 | 93 |
| 3/C | 1 | 2 | 7 | 18 | 15 | 43 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 46 |
| 3/D | 1 | 0 | 4 | 3 | 10 | 18 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 |
| 3/E | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 6 |
| Professor de Posto Escolar | 4 | 1 | 0 | 0 | 1 | 6 | 181 | 14 | 1 | 2 | 0 | 198 | 204 |
| 1/A | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5 | 181 | 14 | 1 | 2 | 0 | 198 | 203 |
| 1/C | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 522 | 233 | 223 | 188 | 127 | 1 293 | 1 378 | 244 | 94 | 40 | 10 | 1 766 | 3 059 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto e cálculo dos autores

Anexo 3.2 - Massa salarial de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade (Milhões ECV), ano 2009

| | Massa salarial de professores do Ensino Básico (Milhões ECV) | | | | | | | | | | | | Total |
|--|---|------------|------------|------------|-----------|---------------|--------------------------|------------|------------|------------|-----------|---------------|---------|
| | Quadro - antiguidade | | | | | | Contratado - antiguidade | | | | | | |
| | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Sub-Total (1) | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Sub-Total (2) | |
| Professores de Ensino Básico Principal | 0,8 | 15,0 | 33,4 | 59,1 | 50,5 | 158,7 | 3,2 | 0,0 | 0,0 | 1,3 | 2,8 | 7,4 | 166,0 |
| 8/A | 0,8 | 0,9 | 0,0 | 1,0 | 0,0 | 2,7 | 3,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,2 | 6,0 |
| 8/B | 0,0 | 0,0 | 1,1 | 1,1 | 2,5 | 4,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 4,7 |
| 8/C | 0,0 | 10,7 | 17,5 | 34,1 | 16,3 | 78,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,4 | 1,4 | 80,0 |
| 8/D | 0,0 | 3,4 | 14,8 | 22,7 | 31,7 | 72,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,3 | 1,4 | 2,8 | 75,4 |
| Professor de Ensino Básico de 1ª | 315,9 | 137,1 | 86,2 | 60,2 | 36,1 | 635,5 | 436,2 | 65,5 | 21,5 | 8,4 | 0,9 | 532,6 | 1 168,1 |
| 7/A | 214,3 | 60,3 | 50,5 | 23,2 | 14,3 | 362,6 | 425,4 | 59,6 | 19,9 | 5,8 | 0,9 | 511,6 | 874,2 |
| 7/B | 99,5 | 65,1 | 31,5 | 33,2 | 18,8 | 248,1 | 8,7 | 5,9 | 1,6 | 2,6 | 0,0 | 18,9 | 267,0 |
| 7/C | 2,1 | 11,7 | 4,2 | 1,8 | 2,0 | 21,8 | 2,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,1 | 24,0 |
| 7/D | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,9 | 1,0 | 3,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,0 |
| Monitor Especial | 10,6 | 6,2 | 9,0 | 17,1 | 8,9 | 51,9 | 208,2 | 28,9 | 11,8 | 2,4 | 2,8 | 254,0 | 305,8 |
| 5/A | 0,0 | 0,5 | 0,5 | 1,1 | 0,0 | 2,1 | 71,0 | 2,8 | 1,5 | 0,6 | 0,0 | 76,0 | 78,1 |
| 5/C | 9,5 | 5,7 | 8,5 | 10,7 | 4,6 | 39,0 | 137,2 | 26,0 | 10,2 | 1,8 | 2,0 | 177,2 | 216,2 |
| 5/D | 0,5 | 0,0 | 0,0 | 4,5 | 3,5 | 8,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 8,6 |
| 5/E | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,8 | 2,3 |
| 5/G | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 |
| Professor Primário/Animador Educação Adultos A | 3,1 | 6,9 | 31,2 | 24,0 | 21,9 | 87,2 | 19,4 | 31,6 | 18,7 | 10,7 | 1,7 | 82,2 | 169,4 |
| 3/A | 1,1 | 2,3 | 5,5 | 1,8 | 2,0 | 12,7 | 19,4 | 29,9 | 17,4 | 8,7 | 0,5 | 76,0 | 88,7 |
| 3/B | 0,7 | 3,7 | 20,2 | 11,2 | 2,6 | 38,5 | 0,0 | 1,6 | 1,3 | 1,0 | 0,0 | 4,0 | 42,5 |
| 3/C | 0,4 | 0,9 | 3,3 | 9,2 | 8,3 | 22,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,0 | 0,6 | 1,6 | 23,6 |
| 3/D | 0,5 | 0,0 | 2,2 | 1,8 | 6,4 | 10,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 10,8 |
| 3/E | 0,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,6 | 3,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,7 | 0,7 | 3,8 |
| Professor de Posto Escolar | 1,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 1,8 | 48,1 | 4,1 | 0,3 | 0,7 | 0,0 | 53,2 | 55,0 |
| 1/A | 1,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,4 | 48,1 | 4,1 | 0,3 | 0,7 | 0,0 | 53,2 | 54,6 |
| 1/C | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,4 |
| Total | 331,5 | 165,4 | 159,9 | 160,4 | 117,9 | 935,1 | 715,2 | 130,1 | 52,3 | 23,6 | 8,2 | 929,3 | 1 864,4 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto e cálculo dos autores

Anexo 3.3 - Remuneração média anual de professores do Ensino Básico por vínculo, categoria, classe e antiguidade em unidades do PIB por habitante, ano 2009

| | Remuneração média anual de professores do Ensino Básico (% de PIB por habitante) | | | | | | | | | | | | |
|--|--|------------|------------|------------|-----------|-------|--------------------------|------------|------------|------------|-----------|-------|--------|
| | Quadro - antiguidade | | | | | | Contratado - antiguidade | | | | | | Juntos |
| | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Total | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Total | |
| Professores de Ensino Básico Principal | 3,1 | 4,1 | 4,6 | 5,0 | 5,4 | 4,9 | 3,1 | | | 5,2 | 5,4 | 4,1 | |
| 8/A | 3,1 | 3,4 | | 4,1 | | 3,5 | 3,1 | | | | | 3,1 | 3,3 |
| 8/B | | | 4,1 | 4,4 | 4,8 | 4,5 | | | | | | | 4,5 |
| 8/C | | 4,1 | 4,5 | 4,9 | 5,3 | 4,8 | | | | | 5,3 | 5,3 | 4,8 |
| 8/D | | 4,4 | 4,8 | 5,2 | 5,6 | 5,2 | | | | 5,2 | 5,6 | 5,4 | 5,2 |
| Professor de Ensino Básico de 1ª | 2,5 | 2,8 | 3,0 | 3,3 | 3,6 | 2,7 | 2,5 | 2,7 | 3,0 | 3,3 | 3,5 | 2,5 | 2,6 |
| 7/A | 2,5 | 2,7 | 3,0 | 3,2 | 3,5 | 2,6 | 2,5 | 2,7 | 3,0 | 3,2 | 3,5 | 2,5 | 2,6 |
| 7/B | 2,6 | 2,9 | 3,1 | 3,4 | 3,6 | 2,9 | 2,6 | 2,9 | 3,1 | 3,4 | | 2,8 | 2,9 |
| 7/C | 2,7 | 3,0 | 3,3 | 3,6 | 3,8 | 3,1 | 2,7 | | | | | 2,7 | 3,1 |
| 7/D | | | | 3,7 | 4,0 | 3,8 | | | | | | | 3,8 |
| Monitor Especial | 1,9 | 2,0 | 2,2 | 2,8 | 2,7 | 2,3 | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 2,3 | 2,7 | 1,8 | 1,9 |
| 5/A | | 1,8 | 2,0 | 2,2 | | 2,0 | 1,7 | 1,8 | 2,0 | 2,2 | | 1,7 | 1,7 |
| 5/C | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 2,8 | 2,6 | 2,2 | 1,8 | 2,0 | 2,2 | 2,4 | 2,6 | 1,9 | 1,9 |
| 5/D | 1,9 | | | 2,9 | 2,7 | 2,8 | | | | | | | 2,8 |
| 5/E | | | | 3,1 | 3,0 | 3,0 | | | | | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 5/G | 2,4 | | | | | 2,4 | | | | | | | 2,4 |
| Professor Primário/Animador Educação Adultos A | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 1,9 | 2,2 | 1,9 | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 2,2 | 1,5 | 1,7 |
| 3/A | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 1,9 | 1,6 | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 1,9 | 1,5 | 1,5 |
| 3/B | 1,5 | 1,6 | 1,7 | 1,9 | 2,0 | 1,8 | | 1,6 | 1,7 | 1,9 | | 1,7 | 1,8 |
| 3/C | 1,5 | 1,7 | 1,8 | 2,0 | 2,1 | 2,0 | | | | 2,0 | 2,1 | 2,0 | 2,0 |
| 3/D | 1,8 | | 2,1 | 2,3 | 2,5 | 2,3 | | | | | | | 2,3 |
| 3/E | 1,8 | | | | 2,5 | 2,4 | | | | | 2,5 | 2,5 | 2,4 |
| Professor de Posto Escolar | 1,0 | 1,1 | | | 1,7 | 1,2 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | | 1,0 | 1,0 |
| 1/A | 1,0 | 1,1 | | | | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | | 1,0 | 1,0 |
| 1/C | | | | | 1,7 | 1,7 | | | | | | | 1,7 |
| | 2,5 | 2,7 | 2,8 | 3,3 | 3,6 | 2,8 | 2,0 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 3,2 | 2,0 | 2,4 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto, Ministério das Finanças e Planeamento e cálculo dos autores

Anexo 3.4 - Número de professores do Ensino Secundário e número de horas de ensino, por ciclo e antiguidade, ano 2009

| | Número de professores do Ensino Secundário por antiguidade | | | | | | Número de horas de ensino | |
|---|--|------------|------------|------------|-----------|--------|---------------------------|----------------|
| | < 15 anos | 15-19 anos | 20-24 anos | 25-29 anos | > 29 anos | Total | média por professor | Total estimado |
| Ensino Secundário Geral ciclo 1° | 827 | 88 | 38 | 43 | 17 | 1 013 | 21,3 | 21 555 |
| Ensino Secundário Geral ciclo 2° | 692 | 98 | 48 | 33 | 22 | 893 | 21,1 | 18 884 |
| Ensino Secundário Geral ciclo 3° | 443 | 76 | 33 | 29 | 19 | 600 | 21,0 | 12 590 |
| Ensino Secundário Técnico ciclo 3° | 116 | 12 | 4 | 4 | 5 | 141 | 21,3 | 2 991 |
| Total | 2 078 | 274 | 123 | 109 | 63 | 2 646 | 21,2 | 56 020 |
| Número de horas de fornecer por professor | 22,0 | 20,0 | 18,0 | 16,0 | 14,0 | 21,2 | | |
| Número de horas total de ensino estimado | 45 707 | 5 473 | 2 214 | 1 744 | 882 | 56 020 | | |

Fonte: Ministério da educação e Desporto e cálculo dos autores

Anexo 3.5 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 1° ciclo

| Rendimentos brutos do agregado familiar/ano (em contos) | Rendimento mensal do agregado familiar | Propina anual |
|---|--|---------------|
| Até 300 | [0 ; 25 000\$00] | 1 200\$00 |
| Mais de 300 a 580 |]25 000\$00 ; 48 330\$00] | 1 500\$00 |
| Mais de 580 a 1000 |]48 330\$00 ; 83 333\$00] | 4 000\$00 |
| Mais de 1000 a 1500 |]83 333\$00 ; 125 000\$00] | 6 000\$00 |
| Mais de 1500 a 1800 |]125 000\$00 ; 150 000\$00] | 9 000\$00 |
| Mais de 1800 | > 150 000\$00 | 12 000\$00 |

Fonte: Decreto-lei nº 18/2002 De 19 de Agosto

Anexo 3.6 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 2º ciclo

| Rendimentos brutos do agregado familiar/ano (em contos) | Rendimento mensal do agregado familiar | Propina anual |
|---|--|---------------|
| Até 300 | [0 ; 25 000\$00] | 1 500\$00 |
| Mais de 300 a 580 |]25 000\$00 ; 48 330\$00] | 2 000\$00 |
| Mais de 580 a 1000 |]48 330\$00 ; 83 333\$00] | 6 000\$00 |
| Mais de 1000 a 1500 |]83 333\$00 ; 125 000\$00] | 9 000\$00 |
| Mais de 1500 a 1800 |]125 000\$00 ; 150 000\$00] | 12 000\$00 |
| Mais de 1800 | > 150 000\$00 | 15 000\$00 |

Fonte: Decreto-lei nº 18/2002 De 19 de Agosto

Anexo 3.7 - Quadro de propinas de frequência do Ensino Secundário 3º ciclo

| Rendimentos brutos do agregado familiar/ano (em contos) | Rendimento mensal do agregado familiar | Propina anual |
|---|--|---------------|
| Até 300 | [0 ; 25 000\$00] | 3 000\$00 |
| Mais de 300 a 580 |]25 000\$00 ; 48 330\$00] | 5 000\$00 |
| Mais de 580 a 1000 |]48 330\$00 ; 83 333\$00] | 8 000\$00 |
| Mais de 1000 a 1500 |]83 333\$00 ; 125 000\$00] | 11 000\$00 |
| Mais de 1500 a 1800 |]125 000\$00 ; 150 000\$00] | 15 000\$00 |
| Mais de 1800 | > 150 000\$00 | 18 000\$00 |

Fonte: Decreto-lei nº 18/2002 de 19 de Agosto

Capítulo 4

A eficácia interna e a qualidade dos serviços educativos

A eficácia interna de um Sistema Educativo calcula-se pela capacidade que o mesmo tem de manter na escola o maior número possível de estudantes que acedem a cada um dos seus níveis de ensino e pela qualidade do nível médio das aprendizagens dos estudantes que ela escolariza. Também, são de suma importância os recursos (qualificação dos professores, capacidade das salas, qualidade dos edifícios, equipamentos e materiais pedagógicos), pois a avaliação da qualidade de uma escola deve ser feita em função dos resultados obtidos pelos alunos. A análise das relações existentes entre as condições da escola e os resultados em termos de aprendizagens permitem identificar os factores mais eficazes para melhorar a qualidade de aprendizagem nas escolas.

O objectivo deste capítulo é analisar a eficácia interna do Sistema Nacional em termos de fluxos dos alunos, o nível da sua qualidade e apoiar os decisores numa melhor tomada de decisão.

I. Melhorias na eficácia interna do sistema/persistência de repetências e abandono elevado em alguns ciclos

Os abandonos precoces e as repetências constituem perturbações que um Sistema Educativo procura reduzir ao máximo para melhorar a sua eficácia. No Sistema Educativo Cabo-verdiano não se pode falar de uma tendência constante perante os registos oscilatórios (variações positivas e negativas) efectuados ao longo dos últimos oito anos lectivos.

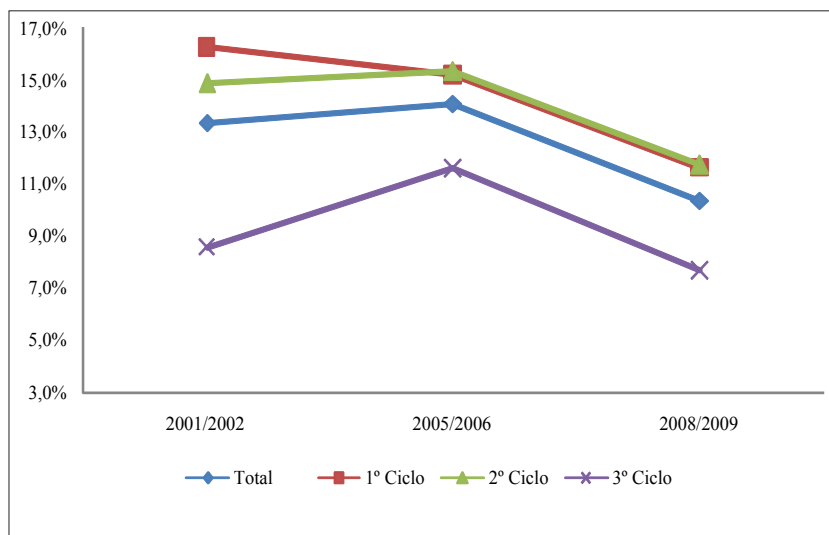
I.1 - As Repetências

No Ensino Básico, em termos gerais, os abandonos e as repetências diminuíram no período de 2001/2002 a 2008/2009, apesar de se verificar algumas oscilações. Num olhar

sobre o gráfico, é bem visível um aumento de repetência, ainda que ligeiro, do ano lectivo 2001/2002 para 2005/2006 na ordem de 0,7%, passando de 13,4% para 14,1%, seguida de uma diminuição mais acentuada em 2008/2009, situando-se em 10,4%.

Em relação aos ciclos, houve uma diminuição moderada no 1º ciclo (2001/2002 para 2005/2006) passando de 16,3% para 15,2%. No ano lectivo 2008/2009, regista-se um decréscimo mais significativo à volta dos 3,6% atingindo 11,6%. Os 2º e 3º ciclos conheceram uma diminuição menos expressiva, passando de 14,9 e 8,6 em 2001/2002 para 11,7 e 7,7 pontos percentuais, respectivamente em 2008/2009.

Gráfico 4.1 - Evolução da percentagem de repetência por ciclo no Ensino Básico entre 2001/2002 e 2008/2009

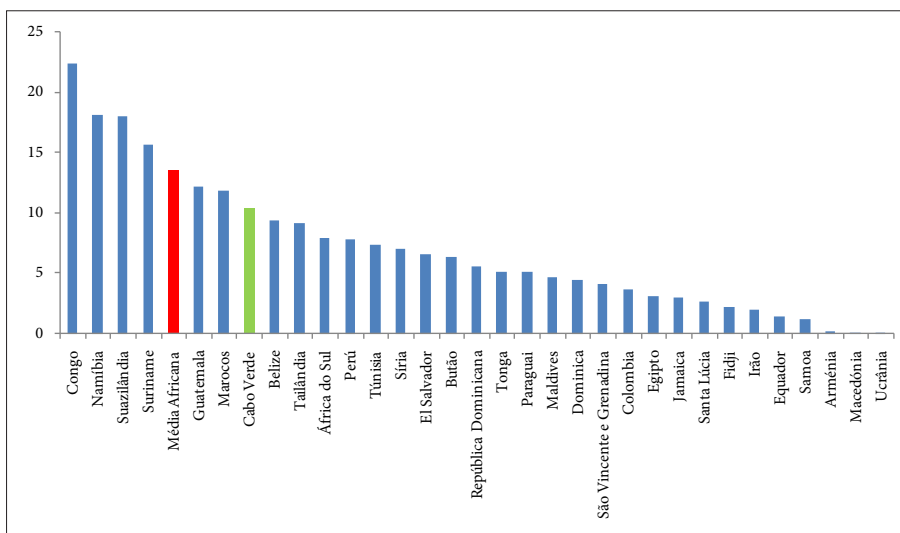


Fonte: DGPOG – MED

O gráfico 4.2, que se segue, apresenta a situação de Cabo Verde relativa aos repetentes no Ensino Básico, comparando-o com outros países que têm o mesmo nível de desenvolvimento, ou seja, com países comparáveis (PIB por habitante compreendido entre 2000 a 6000 dólares) e com a média africana.

Nota-se que a percentagem de repetência no Ensino Básico em Cabo Verde é mais baixa em comparação com a média africana. Contudo, ela é elevada quando comparada com outros países como as ilhas Samoa, a Santa Lúcia, Fidji e a Jamaica que apresentam percentagens de repetências inferiores a 5%.

Gráfico 4.2 - Comparação internacional da percentagem de repetentes no Ensino Básico, ano 2009

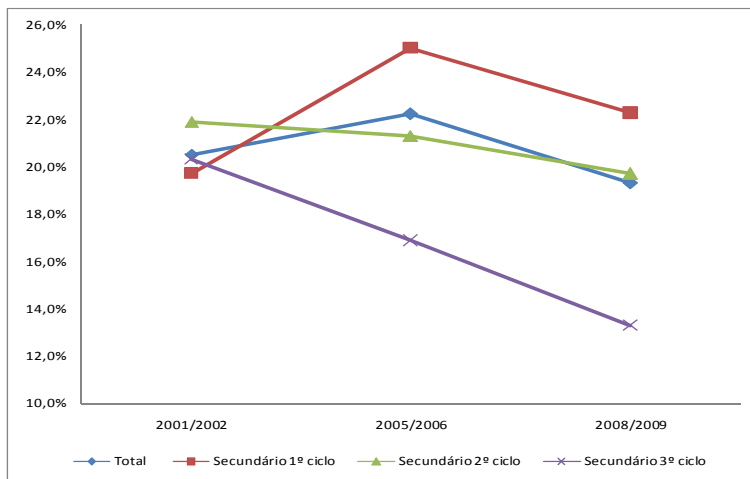


Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), ISU

No Ensino Secundário, nota-se que as repetências diminuíram no período em referência (2001/2002 a 2008/2009), passando de 20,5% para 19,3%, tendo atingido o ponto mais alto no ano lectivo 2005/2006, em que se situou em 22,2%. Embora se tenha verificado a diminuição de repetência, considera-se que ainda ela é elevada neste nível de ensino, pois situa-se em 19,3% a nível global (público e privado), sendo 20,3% no público e 12,3% no privado.

Quanto ao abandono, verifica-se uma variação positiva de 1,4% no ano lectivo 2008/2009 em relação ao 2001/2002, passando de 9,4 para 8,0%. Ao nível dos ciclos, em média, as repetências no período em análise (2001/2002 a 2008/2009) são de 22,5, 20,3 e 16,7 pontos percentuais para 1º, 2º e 3º ciclos, respectivamente. Constata-se que no 1º ciclo registou-se um aumento de 2,5 % entre os anos lectivos em análise. É de realçar que houve maior diminuição de repetência no 3º ciclo, passando de 20,3% para 13,3% no mesmo período, o que traduz um decréscimo de 7,0%. Em relação ao ensino privado, no ano lectivo 2008/2009, o 1º ciclo sobressai pela negativa com 15,4%, seguido dos dois últimos ciclos com 13,3% e 10,3%, respectivamente.

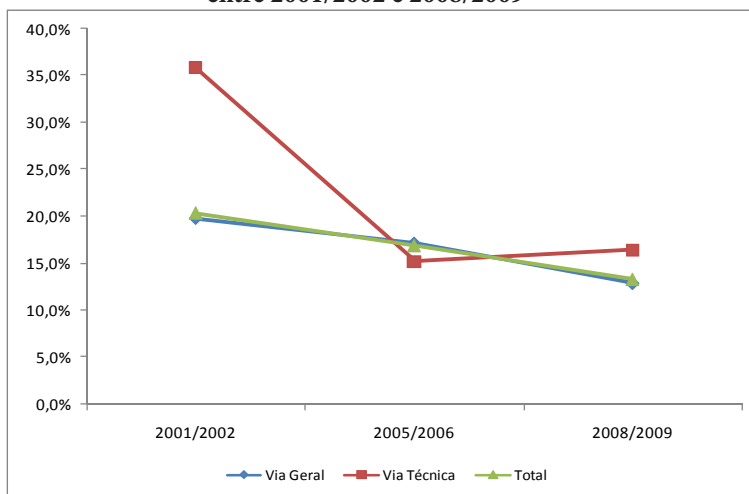
Gráfico 4.3 - Evolução da percentagem de repetência por ciclo no Ensino Secundário entre 2001/2002 e 2008/2009



Fonte: DGPOG – MED

Analisando o mesmo nível de ensino por vias, nota-se que em 2001/2002 a percentagem de repetência no 3º ciclo era de 35,8% na via técnica e de 19,8% na via geral. Houve melhoria significativa ao longo desses anos com uma diminuição de 19,4% na via técnica e 6,9 % na via geral, situando-se nos 16,5% e 12,9% respectivamente, no ano lectivo 2008/2009. Em 2008/2009, a percentagem de repetência no último ano do 3º ciclo era de 22,9% na via técnica e 17,3% na via geral.

Gráfico 4.4 - Evolução da percentagem de repetência por via no Ensino Secundário entre 2001/2002 e 2008/2009

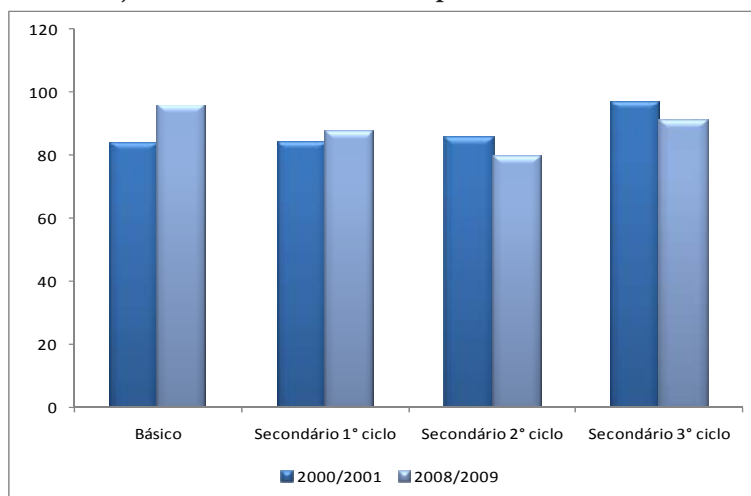


Fonte: DGPOG – MED

I.2 - Sobrevivência dos alunos

No que se refere à taxa de sobrevivência no Ensino Básico, constata-se que houve maior sobrevivência no ano lectivo 2008/2009 do que em 2001/2002. Analisando o Ensino Secundário por ciclos, verifica-se que houve uma melhoria na taxa de sobrevivência no período referenciado. No ano lectivo 2001/2002, 84,7% dos alunos sobreviveram no 1º ciclo, 86,2% e 97,1% no 2º e 3º ciclos, respectivamente. Da análise comparada entre os dois anos lectivos evidencia-se maior sobrevivência escolar no primeiro ciclo, à excepção do 7º ano de escolaridade.

Gráfico 4.5 - Evolução de taxa de sobrevivência por ciclo entre 2001/2002 e 2008/2009



Fonte: DGPOG – MED e cálculo dos autores

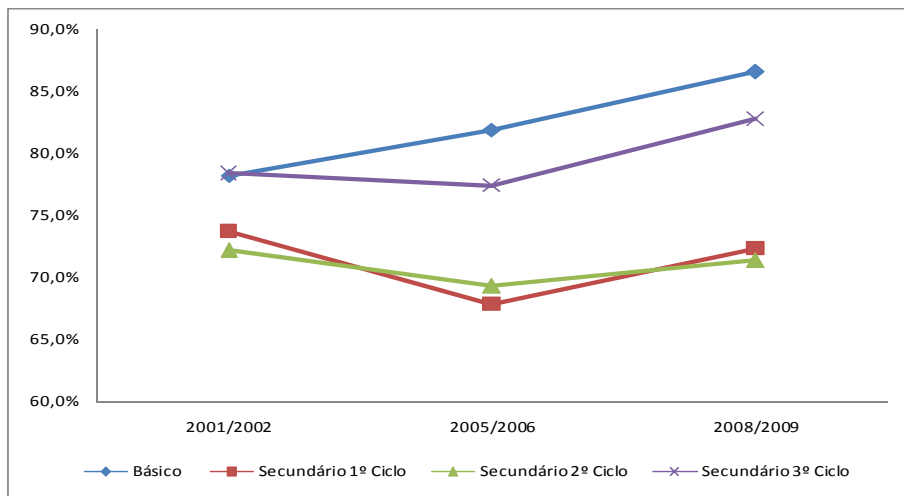
I.3 - Coeficiente da eficácia interna

Em termos de eficácia interna, Cabo Verde teve uma evolução satisfatória ao longo dos anos em análise, tendo o Ensino Básico melhor posicionado do que o Ensino Secundário. O coeficiente da eficácia interna no Ensino Básico passou de 78,2% em 2001/2002 para 81,8% em 2005/2006 e atingiu 86,5% em 2008/2009.

No Ensino Secundário houve um decréscimo de 5,8 pontos percentuais no 1º ciclo, passando de 73,6% em 2001/2002 para 67,8% em 2005/2006, seguido de um aumento de 4,5 pontos percentuais em 2008/2009, atingindo 72,3%. No 2º ciclo, nota-se um decréscimo na ordem dos 2,8% de 2001/2002 para 2005/2006 (72,1% contra 69,3%) e

um aumento de 2,0% em 2008/2009. Para o 3º ciclo houve uma diminuição de 1,0% de 2001/2002 para 2005/2006 (78,4% contra 77,4%) seguida de um acréscimo de 5,3 pontos percentuais, traduzido num coeficiente de eficácia igual à 82,7% em 2008/2009. Estes resultados demonstram que em 2008/2009, o desperdício dos recursos destinados à Educação é causado pelos abandonos e repetências que, apesar de se registar a redução, continuam elevados.

Gráfico 4.6 - Evolução de coeficiente de eficácia interna por ciclo entre 2001/2002 e 2008/2009

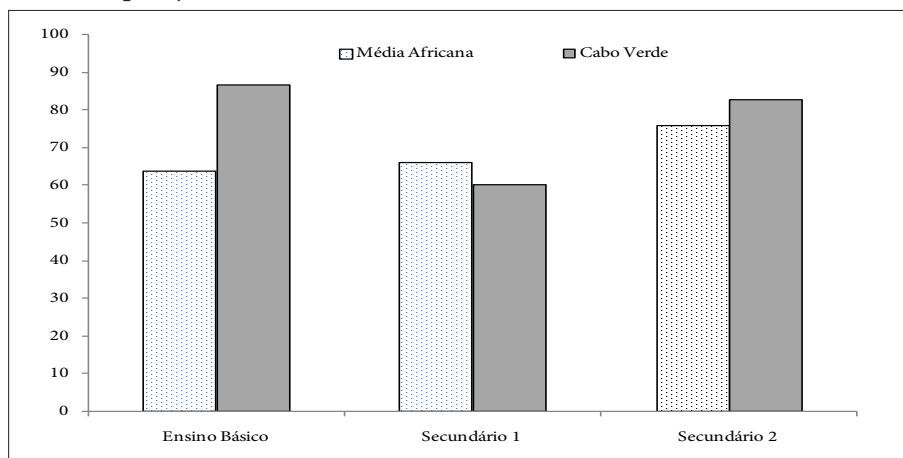


Fonte: DGPOG – MED e cálculo dos autores

No Ensino Básico, 13,5% dos recursos mobilizados para este nível de ensino são desperdiçados dado que são utilizados para os anos repetidos e ou para os alunos que não atingiram o fim deste nível de ensino (repetências e abandonos).

No Ensino Secundário, registou-se um ligeiro aumento de desperdício dos recursos, visto que aumentou nos 1º e 2º ciclos do período em estudo (2001/2002 a 2008/2009). No 3º ciclo, verifica-se uma redução significativa, passando de 21,6 para 17,3 pontos percentuais. Salienta-se que o desperdício tem como causa as repetências e os abandonos, sendo que o primeiro indicador é o maior responsável pela perda de eficácia neste nível do ensino.

Gráfico 4.7 - Comparação de coeficiência de eficácia interna de Cabo Verde com a média africana



* Secundário 1 refere-se aos primeiro e segundo ciclos; secundário 2 refere-se ao terceiro ciclo
 Fonte : Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA) e cálculo dos autores

Constata-se que a eficácia interna no Ensino Básico em Cabo Verde é melhor quando comparada com a média africana, mas o mesmo não se pode dizer em relação ao Ensino Secundário, onde a diferença é muito fraca quando comparada com a média dos países africanos.

II. A qualidade das aprendizagens

Se é dada uma grande atenção à escolarização das crianças, uma atenção importante também deve ser dada à aquisição de conhecimentos e de competências esperados durante esse processo. A medida desses conhecimentos e dessas competências não é tarefa fácil, pois implica a disponibilidade de dados específicos. É igualmente importante permitir ao País situar o nível de desempenho do seu Sistema Educativo em relação aos outros países. Conhecer o nível de desempenho é útil, mas é, igualmente, muito importante identificar os factores que agem sobre a qualidade das aprendizagens. Três categorias de dados são mobilizadas nesta parte: i) os dados provenientes do inquérito às famílias IDSR 2005 que permitem questionar a capacidade do Sistema Educativo Cabo-verdiano para alfabetizar sustentavelmente (saber ler correctamente) os indivíduos segundo os seus níveis de ensino; ii) estão disponíveis os dados provenientes de uma avaliação nacional das competências escolares dos alunos do 6º ano de escolaridade do Ensino Básico referentes ao ano lectivo 2009/2010 (avaliação aferida); iii) Também estão

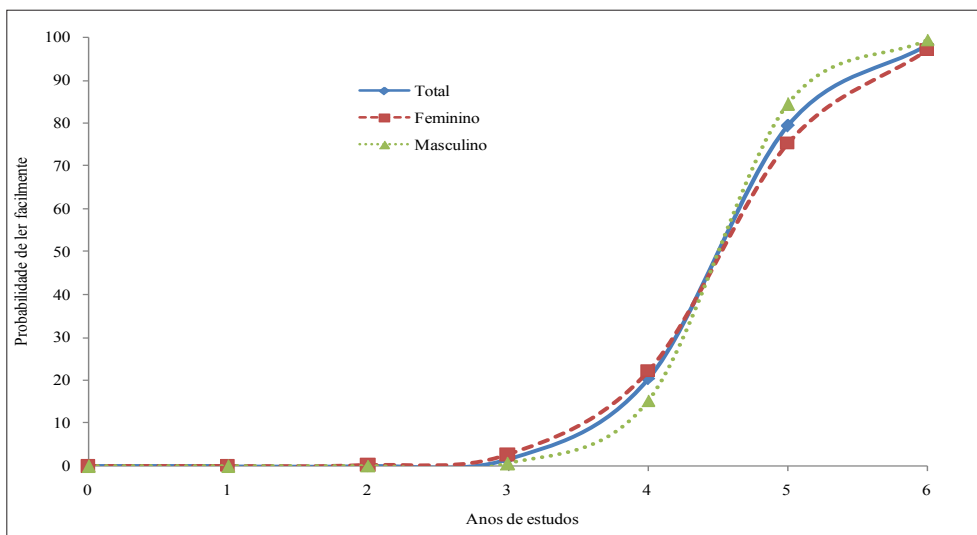
disponíveis os dados dos exames dos alunos do Ensino Básico por escolas referentes ao mesmo ano lectivo (2009/2010).

II.1 - A probabilidade de saber ler sem dificuldades segundo os anos de estudos

Os dados do Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR, 2005) permitiram fazer uma estimativa de adultos que foram escolarizados. Os resultados obtidos mostraram que a probabilidade dos adultos saberem ler facilmente é de 1,7% no 3º ano, 20,5% no 4º ano, 79,7% e 98,3% no 5º e 6º anos de estudos, respectivamente.

Observando o gráfico, que se segue, nota-se que a probabilidade de saber ler entre os sexos é maior no feminino no 3º e 4º anos de estudos, representando 2,6% e 22,2% contra 0,6% e 15,3% no sexo masculino. A situação inverte-se no 5º e 6º anos de estudos, dando vantagens ao sexo masculino cujas percentagens são de 84,4% e 99,4% contra 75,3% e 97,0%, respectivamente.

Gráfico 4.8 - Probabilidade de saber ler em função de anos de estudos (adultos 24-44 anos)

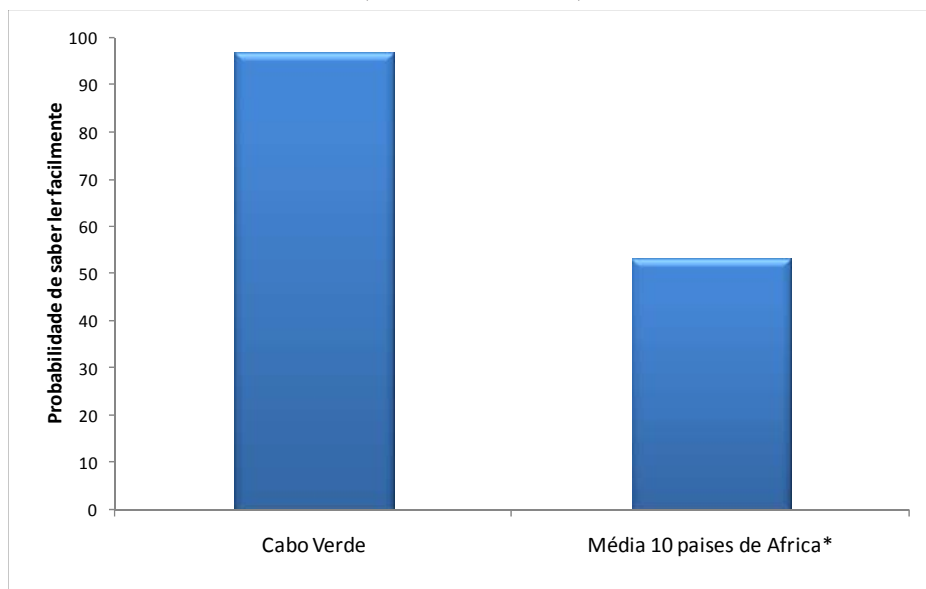


Fonte: Cálculo dos autores a partir dos dados do IDSR 2005

Em termos de comparação internacional, os resultados precedentes revelam um bom nível de Alfabetização e Educação de Adultos em Cabo Verde, bem como a eficácia do Sistema Educativo.

Como foi mencionado anteriormente, são necessários seis anos de estudos para que os adultos se escolarizem efectivamente (ler e escrever). Enquanto que nos 10 (dez) países africanos mencionados, em média, apenas 53,2% de adultos conseguem escolarizar-se efectivamente após seis anos de escolarização, em Cabo Verde esta percentagem é de 98,3.

Gráfico 4.9 - Análise comparada sobre a probabilidade de saber ler com 6 anos de estudos (adultos 24-44 anos)



* Benin, Burkina Faso, Tchad, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Niger
Fonte: Cálculo dos autores a partir dos dados do IDSR 2005, e Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

II.2 - A avaliação nacional das competências escolares no fim do 6º ano de Ensino Básico

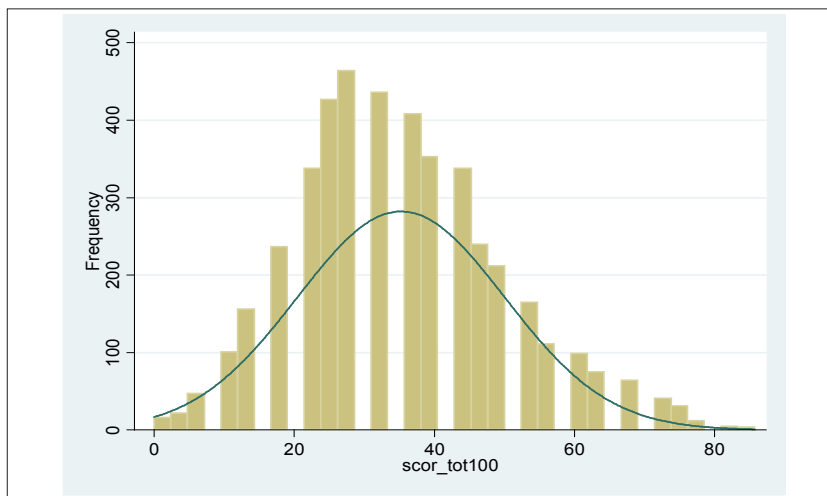
II.2.1 - Uma forte heterogeneidade nas competências dos alunos mas igualmente por escola e por concelho

O Ministério da Educação e Desporto implementou, em 2010, uma avaliação aferida com a finalidade de medir o grau de realização dos principais objectivos fixados no Plano Nacional de Educação para Todos e contribuir para a adequação das medidas de políticas da Educação a adoptar.

Todavia, nesta primeira experiência, apenas uma parte de dados foi explorada. A avaliação realizada em Junho de 2010 permitiu testar os alunos do 6º ano de escolaridade nas disciplinas de Português e Matemática. O número de itens comuns a todos os alunos foi suficientemente rastreado, particularmente em Matemática. Esta restrição não permite explorar os resultados somente da disciplina de Matemática. Assim, ainda que o conjunto de *scores* seja apresentado, as análises foram realizadas apenas sobre o score de Português e sobre o score global. Em contrapartida, um grande número de itens foi testado, o que deverá permitir a Cabo Verde dispôr de um importante banco de itens para as próximas avaliações.

Mesmo que ainda se revele difícil estudar de forma precisa o nível de realização dos principais objectivos, várias análises puderam ser realizadas. A avaliação aferida versou sobre um teste aplicado em Junho de 2010 a uma amostra de alunos do fim da 3ª fase do Ensino Básico (6º ano) nas disciplinas de Português e Matemática. O *score* médio desses alunos é cerca de 35 (sobre uma escala de 0 à 100), com um desvio padrão de 14,8. Pode-se observar a variação que existe entre os resultados, no gráfico, que se segue.

Gráfico 4.10 - Distribuição de score global sobre o conjunto dos alunos avaliados no fim de 6º ano do Ensino Básico



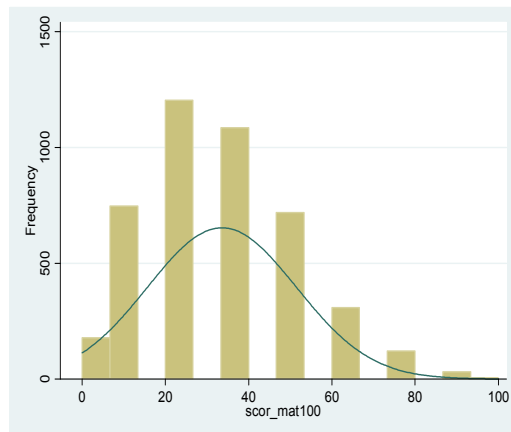
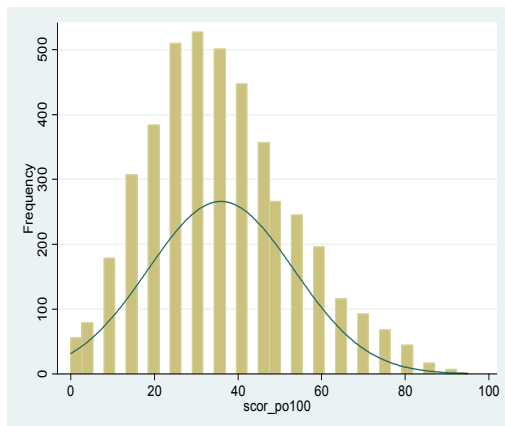
Fonte: Avaliação Aferida, cálculo dos autores

Como se pode observar no gráfico, existe uma forte variação nos resultados obtidos pelos alunos, pois os *scores* da maior parte dos alunos situam-se entre 21 e 42. O gráfico 4.11 a seguir apresenta a distribuição dos *scores* da avaliação em Português e Matemática.

Gráfico 4.11 - Distribuição de score da avaliação em Português e em Matemática

Português

Matemática

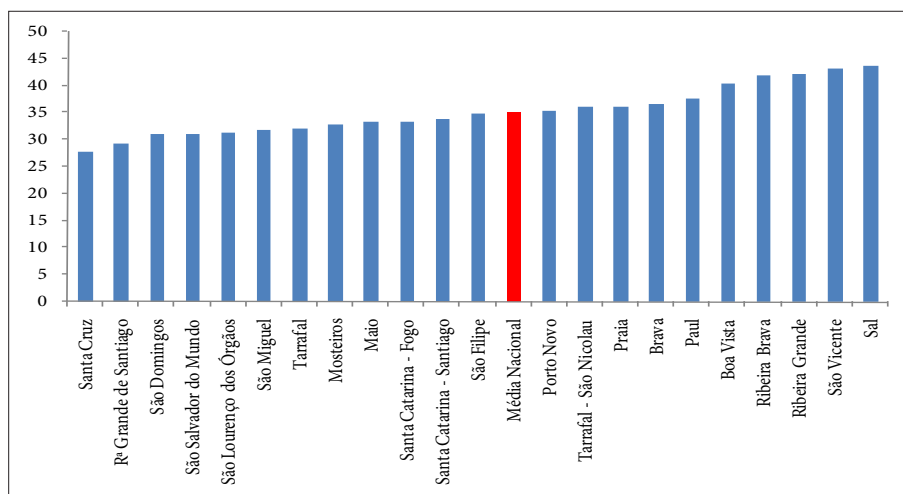


Fonte: Avaliação Aferida 2010, cálculo dos autores

Realmente, as médias não variam de uma disciplina para outra, da mesma maneira que a forma geral da distribuição dos *scores* individuais. O valor médio do *score* é de 35,9 em Português e de 35,5 em Matemática.

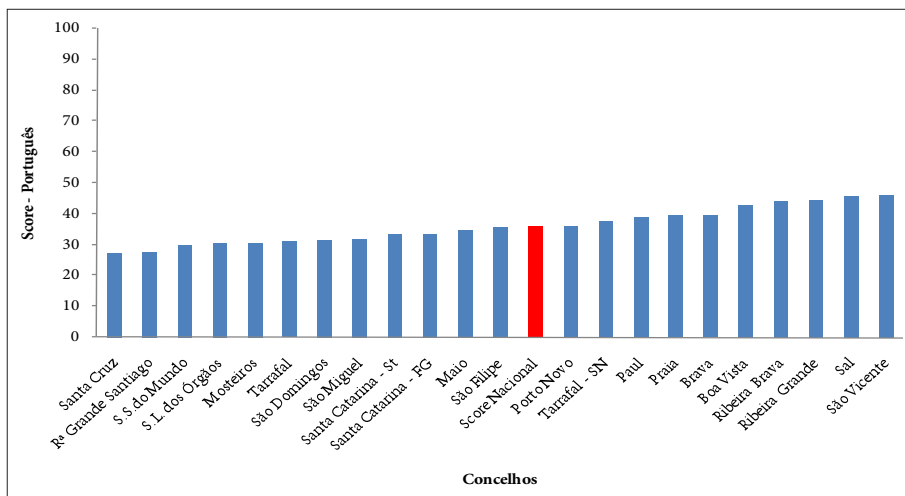
Admite-se que existe uma grande diversidade de *scores* dentro da mesma região e da mesma turma onde se podem observar as diferenças de médias entre os concelhos nos gráficos que se seguem:

Gráfico 4.12 - Score global por Concelho



Fonte: Avaliação Aferida 2010 e cálculo dos autores

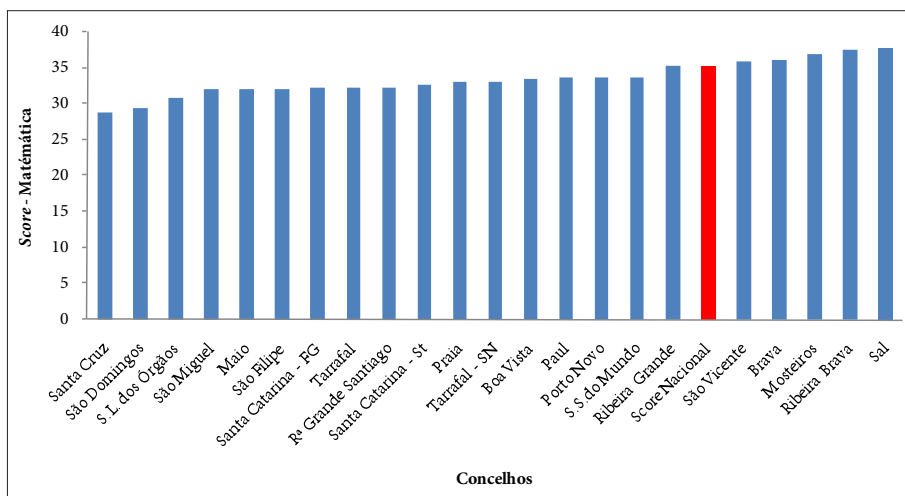
Gráfico 4.13 - Score de Português por concelho



Fonte: Avaliação Aferida 2010 e cálculo dos autores

Nota-se que muitos concelhos estão melhor posicionados tanto na disciplina de Português como na de Matemática. Os concelhos do Sal, São Vicente, Ribeira Brava e Brava estão acima da média nacional em ambas disciplinas.

Gráfico 4.14 - Score de Matemática por concelho



Fonte: Avaliação Aferida 2010 e cálculo dos autores

Do mesmo modo, verifica-se que muitos concelhos ocupam sempre os últimos lugares no quadro de classificação em ambas as disciplinas, como são os casos de Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos e Tarrafal.

Para além de medir o *score* médio, uma análise interessante consiste em medir a percentagem de alunos que chegam a dominar, ou não, uma parte dos conteúdos de ensino. Com efeito, este método necessita que os pedagogos psicométricos calculem os níveis de dificuldade de cada item e que haja uma aproximação com perfis de saída do fim do Ensino Básico e os curricula para identificar o nível mínimo de exigência correspondente a uma boa assimilação de conhecimentos/competências. Por conseguinte seguiu-se o método que procura identificar limites de níveis a fim de reagrupar os alunos em três grupos (fortes, médios e fracos).

A fim de identificar os três grupos, estabelece-se uma relação entre os resultados obtidos na avaliação aferida com os resultados obtidos pelos alunos sobre uma amostra aleatória às avaliações habituais do fim da fase, a qual permitiu identificar as notas ou limites destes três grupos (um grupo, com cerca de 900 alunos, estava retido para esta aproximação). Com efeito, aquando das avaliações de fim de fase, os alunos eram classificados em função do seu nível (Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom). Baseando-se na hipótese de que a avaliação do fim da 3ª fase em Português mede mais ou menos as mesmas competências que o teste de Português da avaliação AFERIDA, chega-se a distinguir três grupos. A aplicação deste método permite caracterizar o grupo fraco, que integra os alunos cujo *score* é inferior a 30 pontos e o grupo forte pelos alunos cujo *score* é superior a 45 (o grupo médio situa-se entre os dois limites).

De acordo com esta categorização, segue a distribuição dos alunos de 6º ano em 2009/2010 (quadro 4.1).

Quadro 4.1 - Repartição dos alunos de 6º ano segundo o nível de *score* em Português

| Grupo de <i>score</i> | Percentagem de alunos |
|------------------------------------|-----------------------|
| <i>Score</i> fraco (inferior a 30) | 34.4 |
| <i>Score</i> médio | 41.3 |
| <i>Score</i> bom (superior a 45) | 24.3 |

Fonte: Avaliação Aferida 2010 e cálculo dos autores

Um quarto de alunos tem um *score* considerado bom, correspondente a um bom con-

trolho do programa de Português. Além disso, 41% dos alunos (quase metade) tem um score considerado médio e corresponde a um controlo correcto dos programas.

Considerando que o domínio dos programas pelos alunos é um objectivo central, este resultado sugere que esforços sejam feitos para melhorar a situação, pois mais de um terço dos alunos não tem ainda um nível de conhecimento suficiente no fim de 6º ano de escolaridade.

De uma forma complementar, é interessante ver em que medida esta fraqueza do sistema partilha aos alunos os conteúdos do programa que variam entre os diferentes concelhos. O quadro 4.2, que se segue, apresenta as percentagens dos alunos por grupo de nível ao exame de Português, por concelhos.

Quadro 4.2 - Repartição dos alunos do 6º ano por concelho, segundo o nível de score em Português

| Concelhos | Porcentagem de alunos | | |
|----------------------------|-----------------------|-------------|-----------|
| | Score fraco | Score médio | Score bom |
| Porto Novo | 29,7 | 47,7 | 22,6 |
| Paul | 22,3 | 50,3 | 27,4 |
| Ribeira Grande | 17,1 | 43 | 39,9 |
| São Vicente | 15,7 | 37,4 | 46,9 |
| Tarrafal de São Nicolau | 35,8 | 35 | 29,2 |
| Ribeira Brava | 18,3 | 43,6 | 38,1 |
| Sal | 12,4 | 43,3 | 44,3 |
| Boa Vista | 20,5 | 17,2 | 62,3 |
| Maio | 31,8 | 48,5 | 19,7 |
| Tarrafal - Santiago | 43,2 | 43,2 | 13,6 |
| Santa Catarina -Santiago | 40,1 | 37,6 | 22,3 |
| Santa Cruz | 54 | 38,1 | 7,9 |
| São Miguel | 42,3 | 40,5 | 17,2 |
| São Salvador do Mundo | 44,6 | 45,4 | 10 |
| São Lourenço dos Órgãos | 47,3 | 38,7 | 14 |
| São Domingos | 44,6 | 39,3 | 16,1 |
| Praia | 29,8 | 38,5 | 31,7 |
| Ribeira Grande de Santiago | 54,7 | 35 | 10,3 |
| São Filipe | 31,9 | 48,6 | 19,5 |
| Mosteiros | 42,6 | 44,1 | 13,3 |
| Santa Catarina - Fogo | 40,3 | 41,3 | 18,4 |
| Brava | 32,8 | 31,5 | 35,7 |

Fonte: Avaliação Aferida 2010 e cálculo dos autores

De entre os vinte e dois concelhos, apenas cinco (a verde no quadro 4.2) têm uma proporção de alunos com um limiar de controlo superior à média nacional, por conseguinte, considerado como Bom. Onze concelhos têm uma proporção de alunos fracos em Português, mais elevado do que a média nacional (a cor laranja no quadro 4.2). É importante considerar este aspecto porque se a fraqueza é mais ou menos a mesma nos diferentes concelhos, deve-se pensar o mais cedo possível que esta fraqueza pode ser do próprio sistema. Se essa fraqueza varia muito de um concelho para outro (e por

consequente de uma escola para outra) esses aspectos são de carácter mais pedagógico/didático. Pode se sublinhar que os concelhos de Santa Cruz e Santa Catarina do Fogo parecem apresentar maiores dificuldades, visto que mais do que um aluno sobre dois tem um nível fraco em Português.

II.2.2 - Identificação de alguns factores que influenciam sobre o *score* de aprendizagem

Aquando da avaliação aferida, os questionários também foram preenchidos pelos alunos de 6º ano, bem como pelos seus respectivos professores. Estes questionários contêm variáveis descritivas e variáveis de percepção. A fusão dos ficheiros de dados e dos resultados dos testes permite estabelecer a relação entre estas duas esferas e de estimar a potencial influência de certas características sobre o *score*, o que permite então prosseguir para a identificação da influência de certos elementos sobre as aprendizagens dos alunos.

Quadro 4.3 - Efeito de algumas variáveis explicativas sobre o score do aluno

| Variáveis explicativas | Variável dependente | | | |
|--|--|---------------|---|---------------|
| | Resultados em Português do fim do 6º ano 2009/2010 | | Resultado global do fim do 6º ano 2009/2010 | |
| | Coefficiente | Significativa | Coefficiente | Significativa |
| Aluno do sexo feminino | .082 | * | .085 | * |
| Idade dos alunos | -.069 | *** | -.066 | *** |
| Um familiar do aluno é emigrante no estrangeiro | .105 | ns | .104 | ns |
| Nível de riqueza da família do aluno | .11 | *** | .107 | *** |
| O aluno abandonou durante o ano | -.235 | * | -.245 | ** |
| O aluno frequentou Pré-escolar | -.029 | ns | -.019 | ns |
| Os pais dos alunos assistem às reuniões de pais | .208 | ** | .216 | ** |
| Nº de pessoas que habitam na mesma casa | -.032 | *** | -.032 | *** |
| A mãe do aluno tem curso superior | .084 | ns | .073 | ns |
| O pai do aluno tem curso superior | .433 | *** | .44 | *** |
| O aluno vive com os pais | .114 | ** | .114 | ** |
| O aluno participa nos trabalhos domésticos | -.252 | *** | -.256 | *** |
| O concelho é electrificado | .254 | *** | .26 | *** |
| O Professor é do sexo feminino | .062 | ns | .067 | ns |
| Antiguidade do professor no ensino | -.031 | ns | -.038 | ns |
| O professor tem outro trabalho a mais no exercício da sua função de ensinar | -.116 | ns | -.125 | ns |
| O professor pensa que as tarefas administrativas interferem regularmente no seu trabalho | -.113 | ** | -.121 | ** |
| O professor declara que o Director promove a cooperação entre professores | .101 | ns | .148 | ns |
| O professor utiliza regularmente os objectos de actualização para ensinar Matemática | .188 | *** | .161 | *** |
| O professor utiliza regularmente a história, poemas para ensinar a gramática | .74 | *** | .749 | *** |
| O professor utiliza internet no quadro do seu trabalho | -.421 | *** | -.424 | *** |
| O professor agride verbalmente os seus alunos | .148 | * | .164 | *** |
| O professor conhece os resultados do sistema de avaliação nacional | .619 | * | .533 | ns |
| | R2 = 0,181 | | R2 = 0,184 | |

*Significativo ao limiar de 10%; **Significativo ao limiar de 5%; ***Significativo ao limiar de 1%; NS: não significativo

Fonte: Avaliação Aferida, cálculo dos autores

Nota-se que os resultados dos alunos são, pelo menos em parte, dependentes das suas características pessoais. Assim, quando se considera as variáveis como o tipo e o meio social, está-se em condições de explicar certa proporção da variância dos resultados escolares. Ainda que o Sistema Educativo tenha pouca consideração sobre estes elementos exógenos, é importante que as características individuais figurem na análise de modo que as medidas do impacto das variáveis alvo sejam apreciadas sem enviesamento. Contudo, associar-se-á, essencialmente, à análise dos factores sobre os quais os responsáveis da política educativa podem orientar os seus meios para melhorar as aprendizagens, e por conseguinte a qualidade do Sistema Educativo.

De entre as variáveis disponíveis na base de dados dos questionários da avaliação, treze factores relacionados com o aluno foram testados e dez ao nível dos professores. No final, dezoito mostraram um efeito sobre *score* dos alunos, sabendo que o nível de análise ao qual estas informações estão disponíveis é o da turma.

Recorda-se que é necessário continuar a ser prudente sobre o grau da variância explicada, ou seja, sobre a interpretação da variável professor na avaliação Aferida. Com efeito, aquando da sua escolaridade no Ensino Básico, um aluno terá vários professores e os dados disponíveis permitem trabalhar sobre as características de um só professor. Admitindo-se este princípio, observa-se os efeitos das variáveis do ano 2009/2010, mas sabe-se que os alunos foram escolarizados em outras condições nos anos anteriores.

Examina-se agora o impacto das variáveis significativas do aluno, tendo em conta os resultados de aprendizagem:

- * O sexo do aluno tem um ligeiro impacto no *score* do aluno. O facto de ser uma rapariga, favorece o resultado no fim do 6º ano.
- * A idade do aluno tem um efeito negativo/significativo sobre o *score* dos alunos. Entre duas crianças, uma de 10 anos e outra de 12 anos, a diferença do *score* médio no 6º ano é de 0,14 ponto a favor da primeira.
- * Uma variável dita de “riqueza” foi criada a partir das respostas ao questionário. Era-lhes pedido os tipos de bens dos quais dispunham (automóvel, casa de banho, fogão-a-gaz, etc.) bem como outros critérios (nº de pessoas que vive na mesma casa, etc.). A variável é baseada na posse/disposição destes pontos. Vê-se que o facto de ser procedente de um meio favorecido tem um efeito significativo e positivo para o *score* do aluno.
- * O facto de um aluno ter abandonado a sua escolarização durante o Ensino Básico

e seguidamente retornado, constitui um efeito significativo e negativo sobre o resultado dos testes.

- * A implicação dos pais é uma vantagem significativa. Assim, o *score* médio das crianças cujos pais vão às reuniões de pais e encarregados de educação dos alunos é, em média, de 0.20 pontos superiores.
- * O facto de viver numa casa com uma família numerosa tem um impacto negativo e significativo nos resultados do aluno.
- * Um aluno cujo pai tem curso superior vê o seu *score*, em média, aumentar 0.4 pontos mais que o de um aluno cujo pai não atingiu este nível de estudos.
- * O facto de uma criança viver com os seus pais (pai e mãe) é um ponto que favorece melhores resultados escolares;
- * A participação nas tarefas domésticas tem um efeito significativo e negativo para o resultado médio do aluno.
- * Os concelhos electrificados têm um efeito positivo e significativo sobre o *score* dos alunos que ali residem;

Naturalmente, as variáveis retidas e aqui apresentadas não são necessariamente, de forma directa ou indirecta, dependentes das escolhas de políticas educativas. Mas poder-se-à avançar que o abandono (temporário) tem consequências nefastas sobre os resultados dos alunos. Em contrapartida, a implicação dos pais é um factor realmente positivo e o facto de o professor/director da escola trabalhar com os pais é uma vantagem positiva para o sucesso escolar. Além disso, observa-se que as desigualdades sociais continuam a reproduzir-se a nível dos resultados das aprendizagens. Por último, é necessário aumentar para 100% a taxa de cobertura da electricidade nos concelhos que ainda não atingiram esse indicador, tendo em conta o seu efeito sobre o *score* final dos alunos.

No que diz respeito às variáveis significativas dos professores:

- * Quando as tarefas administrativas interferem demasiado e frequentemente no seu trabalho, verifica-se um impacto negativo e significativo no nível das aprendizagens dos alunos.
- * Tanto em Matemática como em Português, a utilização de técnicas pedagógicas específicas (utilização de assuntos de actualidade para ensinar Matemática e utilização de poesia e de história para ensinar a Gramática) favorece melhores resultados.

- * O facto de o professor utilizar Internet para preparar o seu trabalho revela-se ser muito positivo e muito significativo. Em média, os alunos dos professores que utilizam Internet no âmbito do seu trabalho vêem seu *score* aumentar mais 0,7 ponto.
- * As agressões dos professores têm um impacto negativo e significativo no nível de aprendizagem dos alunos.
- * O conhecimento do sistema de avaliação do Ensino Básico pelo professor é um factor que influencia positivamente no resultado dos seus alunos.

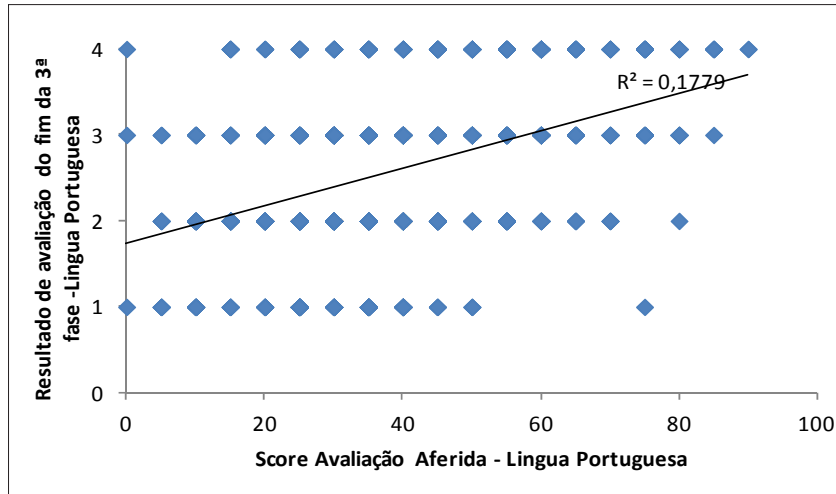
Encontram-se, nestes factores ligados ao professor, informações que podem ser bem utilizadas para trabalhar sobre a estratégia de política educativa. Sublinha-se aqui a importância do efeito de poder trabalhar com Internet (o que, em relação ao questionário, subentende também que o professor tem acesso a um computador e a um conjunto de novas tecnologias como o leitor de dvd, o vídeo ou retro projetor, etc., e que foi formado para se servir desses instrumentos). Do mesmo modo, o conhecimento do sistema de avaliação é positivo, pois na amostra um terço de professores declara não conhecer o sistema de avaliação no Ensino Básico. Nota-se também a influência positiva de técnicas pedagógicas que favorecem o interesse do aluno.

II.2.3 - Existe uma forte obliquidade de notação no seio dos professores

Sabe-se que muito frequentemente, os resultados dos alunos nas turmas dependem fortemente da apreciação dos professores. Normalmente, num sistema equitativo e sem enviesamento de notação muito marcadas, espera-se que os resultados das avaliações efectuadas nas turmas e notadas pelos professores apresentem uma forte correlação com avaliações estandardizadas efectuadas a nível nacional.

Em Cabo Verde, o Ministério da Educação e Desporto dispõe de resultados das avaliações do ano em curso e das avaliações do fim da fase (1^a, 2^a, e 3^a), a nível de cada concelho. Estas avaliações são notadas pelos professores das próprias turmas. Assim, estas informações podem ser comparadas com os resultados obtidos pelos alunos na avaliação AFERIDA. Pode-se observar no gráfico abaixo a comparação, para os mesmos alunos, entre o nível obtido aquando da avaliação feita nas turmas no fim de 3^a fase (6^o ano) e o *score* obtido na avaliação AFERIDA em Português (no 6^o ano) sobre uma amostra de 800 alunos (um ponto representa várias dezenas de alunos).

Gráfico 4.15 - Relação entre o resultado em Português na avaliação do fim da 3ª fase (6º ano) e o score em Português na avaliação aferida no 6º ano



Fonte: Avaliação Aferida e avaliação do fim de fase - cálculo dos autores

Pode-se já observar através do coeficiente R^2 que existe uma fraca correlação entre dois *score* ($R^2 = 17\%$). Com efeito, pode-se ver, por exemplo, que os alunos que estão no nível 1, por conseguinte insuficiente, aquando da avaliação do fim da fase, têm resultados que vão de 0 a mais de 70 pontos. Do mesmo modo, certos alunos tiveram maus resultados na avaliação AFERIDA enquanto que foram avaliados como muito bons na avaliação de fim de fase.

O exemplo do gráfico acima e os gráficos por concelhos (cf. os anexos) mostram também que há pouca ou nenhuma relação entre o nível dos alunos do fim da 3ª fase e o seu resultado no teste de avaliação AFERIDA em língua portuguesa.

Estas diferenças podem ser explicadas pelo enviesamento de notas, visto que o professor pode ser influenciado pelo seu quotidiano, o contexto no qual exerce a sua profissão e o nível dos seus alunos. Entre as causas destes enviesamentos, pode-se citar:

- os arranjos internos: a notação de um professor pode servir para manter um bom clima de trabalho numa turma, incentivar os alunos que apresentam dificuldades (neste caso, as notas são enviesadas em alta), assegurar ou restaurar a autoridade do professor, aprovando o comportamento de certos alunos (neste caso, as notas são enviesadas em baixa);
- os arranjos externos: o professor pode ter em conta o que pensa ou o que espera

conseguir de pessoas externas à sua turma (d direcção do estabelecimento, pais de alunos... etc.) e muito frequentemente não se afastar de médias e distribuições das notas que considera aceitáveis, o que faz com que ele tenha tendência a “sobre – notar” uma pergunta mal executada pelo conjunto da turma e a “sub – notar” uma pergunta muito bem executada pelo conjunto da turma.

Ademais, observando esta falta de relação entre os dois resultados para cada região, os desvios de resultados podem também ser influenciados pela falta de normalização na preparação dos testes como pela sua correcção. Actualmente, o Ministério da Educação e Desporto direcciona a sua prioridade para a qualidade e o acompanhamento das aprendizagens e a continuação deste trabalho em curso deverá permitir aprofundar estas questões e como é óbvio minimizar estas dificuldades.

Anexo do Capítulo 4

Anexo 4.1 - Evolução da percentagem da repetência por nível de ensino

| Nível de Ensino | 2000/2001 | 2001/2002 | 2002/2003 | 2003/2004 | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 | 2007/2008 | 2008/2009 |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| em % | | | | | | | | | |
| Básico | | | | | | | | | |
| 1º | 0,1 | 0,0 | 0,7 | 1,2 | 1,5 | 1,5 | 1,6 | 1,1 | 1,1 |
| 2º | 25,5 | 27,5 | 28,1 | 26,2 | 27,3 | 24,9 | 24,2 | 22,5 | 20,3 |
| 3º | 0,0 | 0,0 | 0,7 | 0,6 | 10,2 | 14,1 | 13,2 | 12,3 | 11,0 |
| 4º | 21,9 | 25,2 | 25,9 | 22,8 | 23,7 | 16,4 | 15,3 | 13,5 | 12,5 |
| 5º | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,6 | 8,9 | 11,5 | 8,9 | 8,2 | 6,8 |
| 6º | 14,6 | 16,1 | 15,3 | 16,3 | 17,9 | 11,7 | 11,0 | 8,9 | 8,5 |
| Total | 11,9 | 13,4 | 13,4 | 13,0 | 15,5 | 14,1 | 12,9 | 11,6 | 10,4 |
| Secundário | | | | | | | | | |
| 7º | 12,1 | 16,2 | 16,0 | 16,8 | 25,9 | 27,5 | 24,7 | 26,0 | 24,2 |
| 8º | 23,9 | 23,5 | 25,6 | 23,6 | 27,1 | 21,9 | 22,0 | 18,4 | 20,0 |
| 9º | 18,2 | 17,3 | 17,4 | 18,7 | 22,6 | 27,1 | 22,4 | 22,5 | 23,5 |
| 10º | 20,8 | 27,0 | 23,3 | 22,5 | 21,0 | 13,2 | 12,3 | 12,8 | 14,6 |
| 11º | 12,2 | 14,2 | 14,8 | 13,0 | 12,0 | 12,4 | 9,5 | 9,6 | 8,5 |
| 12º | 21,0 | 26,0 | 23,2 | 21,3 | 25,1 | 21,5 | 17,9 | 19,4 | 17,9 |
| Total | 17,9 | 20,5 | 20,1 | 19,6 | 23,4 | 22,2 | 19,8 | 19,6 | 19,3 |

Fonte: DGPOG – MED

Anexo 4.2 - Coeficiente de Eficácia Interna no Ensino Básico e Secundário – 2001/2002, 2005/2006 e 2008/2009

| Nível de Ensino | em % | | |
|--------------------------------|---------------|-------------|-------------|
| | Anos Lectivos | | |
| | 2011/2002 | 2005/2006 | 2008/2009 |
| Básico | | | |
| Eficácia Interna Global | 78,2 | 81,8 | 86,5 |
| sem repetência | 90,2 | 95,1 | 96,7 |
| sem abandono | 86,7 | 86,1 | 89,5 |
| Secundário 1º Ciclo | | | |
| Eficácia Interna Global | 73,6 | 67,8 | 72,3 |
| sem repetência | 91,7 | 90,5 | 93,4 |
| sem abandono | 80,3 | 74,9 | 77,4 |
| Secundário 2º Ciclo | | | |
| Eficácia Interna Global | 72,1 | 69,3 | 71,3 |
| sem repetência | 92,6 | 88,3 | 88,9 |
| sem abandono | 77,9 | 78,5 | 80,2 |
| Secundário 3º Ciclo | | | |
| Eficácia Interna Global | 78,4 | 77,4 | 82,7 |
| sem repetência | 98,5 | 93,1 | 95,4 |
| sem abandono | 79,5 | 83,1 | 86,7 |

Fonte: DGPOG – MED

Anexo 4.3 - Nível de alfabetização dos adultos (24-44 anos) consoante a frequência escolar na juventude (IDSR 2005)

| Anos de estudos | Ler facilmente (%) | Ler com dificuldades (%) | Não sabe ler (%) | Total (%) |
|-----------------|--------------------|--------------------------|------------------|-----------|
| 1º | 0,1 | 0,0 | 0,7 | 1,2 |
| 2º | 25,5 | 27,5 | 28,1 | 26,2 |
| 3º | 0,0 | 0,0 | 0,7 | 0,6 |
| 4º | 21,9 | 25,2 | 25,9 | 22,8 |
| 5º | 0,0 | 0,0 | 0,8 | 0,6 |
| 6º | 14,6 | 16,1 | 15,3 | 16,3 |
| Total | 11,9 | 13,4 | 13,4 | 13,0 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir dos dados do IDSR 2005

Anexo 4.4 - Os diferentes tipos de avaliação

Sistema de Avaliação do Ensino Básico Decreto-Lei nº 43/2003 de 27 de Outubro

Artigo 7º

(Modalidades de Avaliação)

A avaliação tem as seguintes modalidades, as quais devem harmonizar-se de forma a contribuírem para o sucesso dos alunos e a qualidade do sistema de ensino, sendo elas:

- a) Avaliação Diagnóstica;
- b) Avaliação Formativa;
- c) Avaliação Sumativa;
- d) Avaliação Aferida.

Artigo 8º

(Avaliação diagnóstica)

1. A avaliação diagnóstica é aplicada pelos professores com o fim de averiguar a posição do aluno face às aprendizagens anteriores que servem de base (pré-requisitos) para a aquisição de outras no sentido de prever as dificuldades futuras e, em certos casos, resolver situações presentes. Esta modalidade é aplicada antes de iniciar uma nova unidade ou ciclo de aprendizagem. Os resultados desta avaliação deverão ser obtidos por objectivos, não fazendo sentido a atribuição de uma classificação.

2. A aplicação desta modalidade é de responsabilidade conjunta do professor, em diálogo com os alunos e com os órgãos de orientação técnico/pedagógica.

Artigo 9º

(Avaliação Formativa)

1. A avaliação formativa é uma modalidade de avaliação aplicada pelos professores com o fim de determinar a posição do aluno ao longo de uma unidade de ensino, no sentido de identificar as dificuldades e de lhes dar solução.

2. Esta modalidade consiste na recolha e tratamento, com carácter sistemático e contínuo, dos dados relativos aos vários domínios de aprendizagem, que revelem os conhecimentos, as habilidades, as capacidades e atitudes desenvolvidas.

3. A avaliação formativa tem carácter qualitativo e é aplicada através de instrumentos diversos aplicados individualmente ou em grupo, devendo registar-se as informações de forma a permitir a tomada de medidas educativas de orientação e superação das dificuldades dos alunos.

4. A aplicação desta modalidade é da responsabilidade conjunta do professor, em diálogo com os alunos e com os órgãos e serviços de coordenação e orientação técnico – pedagógicas.

Artigo 10°

(Avaliação Sumativa)

1. A Avaliação Sumativa é aplicada com o fim de ajuizar o progresso realizado pelos alunos no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir os resultados já recolhidos na avaliação do tipo formativo e obter indicadores que permitam aperfeiçoar o processo de ensino.

2. Esta modalidade de avaliação corresponde a um balanço final e consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e capacidades dos alunos no final de um período de ensino aprendizagem, tomando por referência os objectivos relevantes do programa da disciplina pelo que se realiza em momentos pontuais, ocorrendo ordinariamente no final de unidades, trimestres, ano ou ciclo.

3. A Avaliação Sumativa compreende a Avaliação Sumativa interna e a Avaliação Sumativa externa.

4. A Avaliação Sumativa Interna é da responsabilidade conjunta do professor e do Núcleo Pedagógico do Pólo, sob a orientação da delegação concelhia do departamento governamental responsável pela educação, e destina-se a informar ao aluno, aos encarregados de educação, e aos órgãos directivos da escola do cumprimento dos objectivos curriculares e a fundamentar a tornada de decisões sobre o percurso escolar do aluno.

5. A Avaliação Sumativa Interna consiste na realização de testes escritos e ou orais, trabalhos de pesquisa e outros trabalhos, organizados pelos professores e coordenadores das disciplinas, aplicados a nível da escola tanto nas disciplinas de carácter anual como bianual.

6. A Avaliação Sumativa Externa é da responsabilidade conjunta da Equipa Pedagógica Concelhia e da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário e tem por objectivo contribuir para a homogeneidade nacional das classificações permitindo a conclusão deste nível de ensino.

7. A Avaliação Sumativa Externa consiste na realização de Provas Finais da 3ª fase, constituídas por provas escritas e organizadas nos termos previstos neste diploma.

Artigo 11°

(Avaliação Aferida)

1. A avaliação aferida não tem efeitos na classificação ou na progressão escolar dos alunos. E aplicada pela Direcção Geral do Ensino Secundário ou por outras entidades competentes designadas para o efeito, pelo Ministério da Educação, com o fim de controlar a qualidade do ensino e contribuir para a adequação de medidas de política educativa a adoptar.

2. Esta modalidade pode ser aplicada a nível local ou nacional e é realizada através de provas elaborados por especialistas os quais devem ser aferidos a critérios decorrentes dos objectivos do ensino, com base em padrões comuns no domínio dos saberes e aptidões.

3. Estas provas poderão ser aplicados em qualquer momento do processo de ensino aprendizagem e a análise dos seus resultados contribuirá para a tomada de decisões para a melhoria do Sistema Educativo.

Anexo 4.5 - Cálculo dos limiares de competências

Sistema de Avaliação do Ensino Básico - Decreto-Lei nº 43/2003 de 27 de Outubro

Artigo 12º

(Classificação Qualitativa e Quantitativa)

1. As informações classificativas são emitidas de forma quantitativa e qualitativa, nos seguintes termos:

- a) Muito Bom — De 20 a 17 valores;
- b) Bom — De 16 a 14 valores;
- c) Suficiente — De 13 a 10 valores;
- d) Insuficiente — Inferior a 10 valores.

2. As classificações quantitativas são sempre referidas a unidades.

Nível Nacional

Notas obtidas pelos alunos de nível insuficiente no fim de 3ª fase

| Variável | Obs | Mean | Std. Err. | [95% Conf. Interval] |
|------------|-----|----------|-----------|----------------------|
| scor_po100 | 70 | 26.07143 | 1.683844 | 22.71225 29.4306 |

Notas obtidas pelos alunos de nível suficiente no fim de 3ª fase

| Variável | Obs | Mean | Std. Err. | [95% Conf. Interval] |
|------------|-----|----------|-----------|----------------------|
| scor_po100 | 339 | 31.78466 | .7615069 | 30.28677 33.28255 |

Notas obtidas pelos alunos de nível bom no fim de 3ª fase

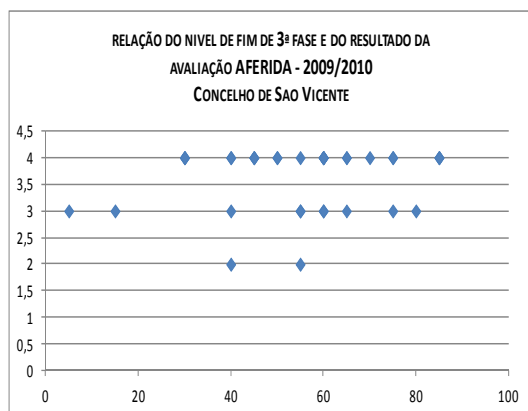
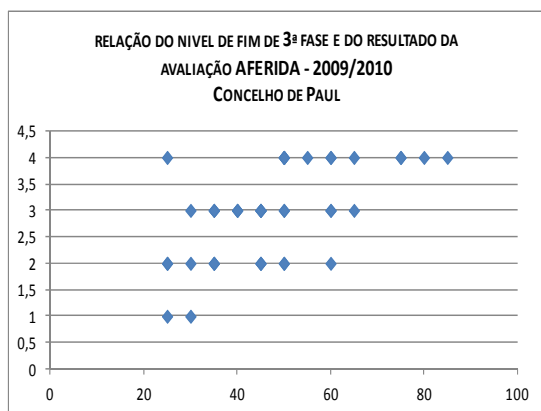
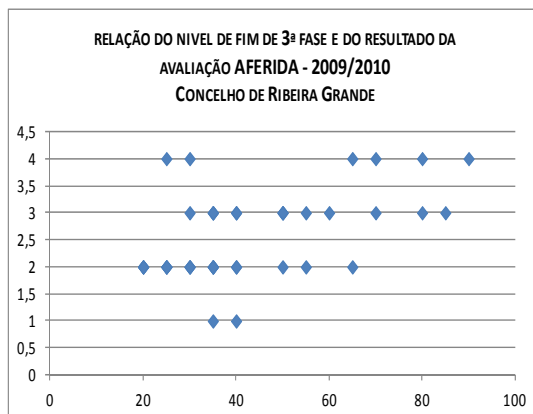
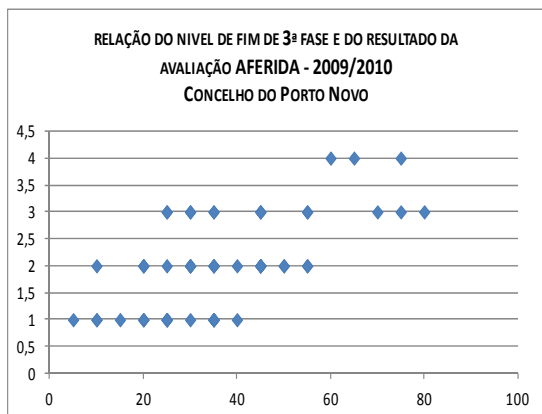
| Variável | Obs | Mean | Std. Err. | [95% Conf. Interval] |
|------------|-----|----------|-----------|----------------------|
| scor_po100 | 296 | 40.64189 | 1.002619 | 38.6687 42.61508 |

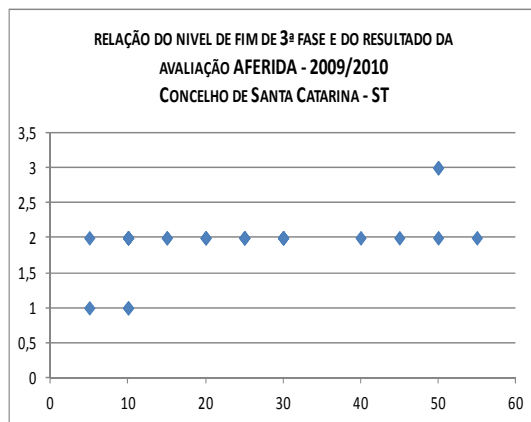
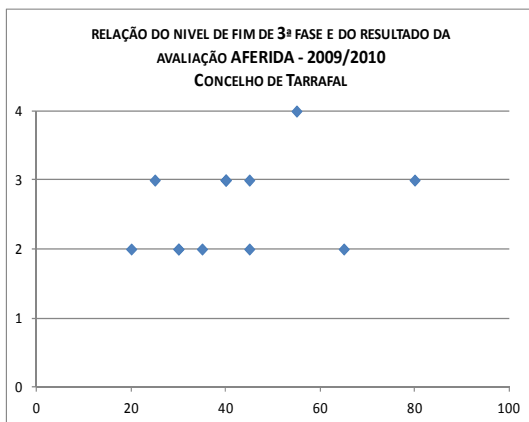
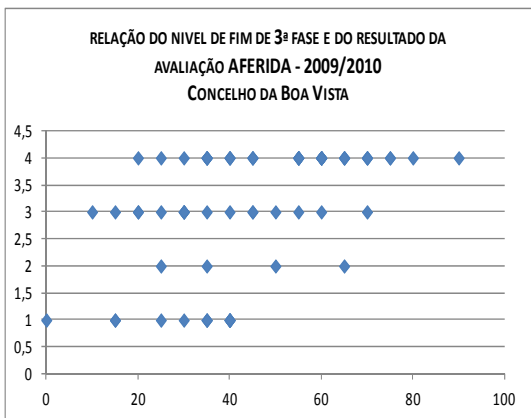
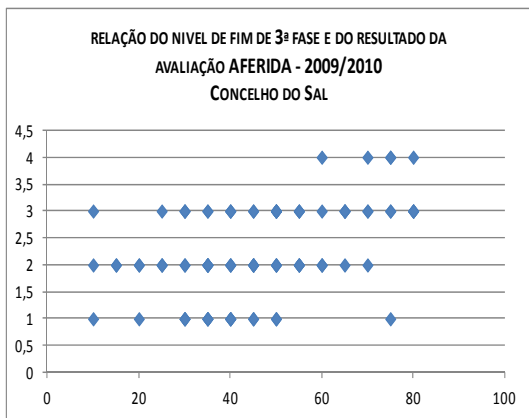
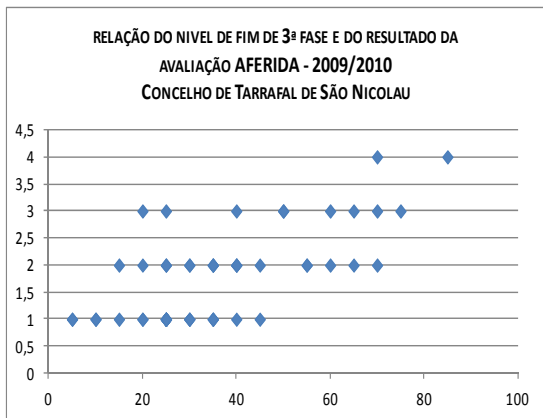
Notas obtidas pelos alunos de nível muito bom no fim de 3ª fase

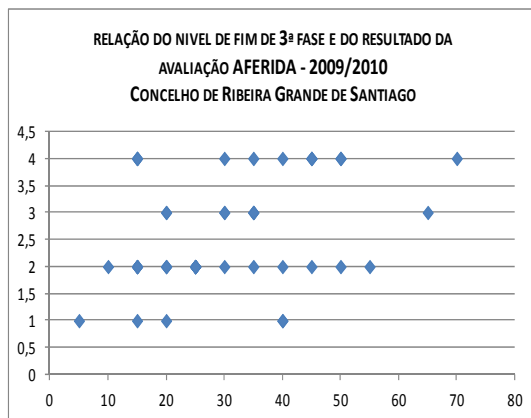
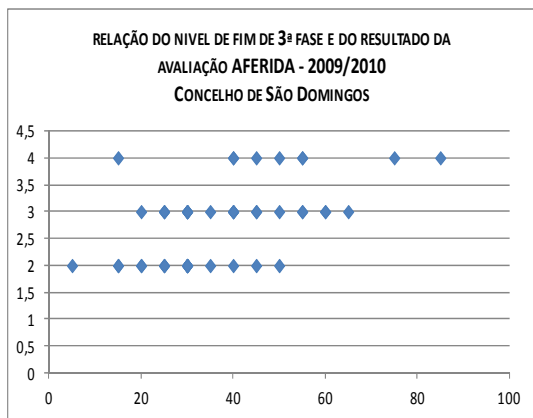
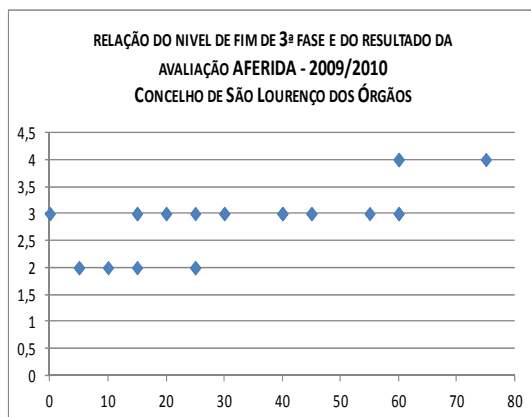
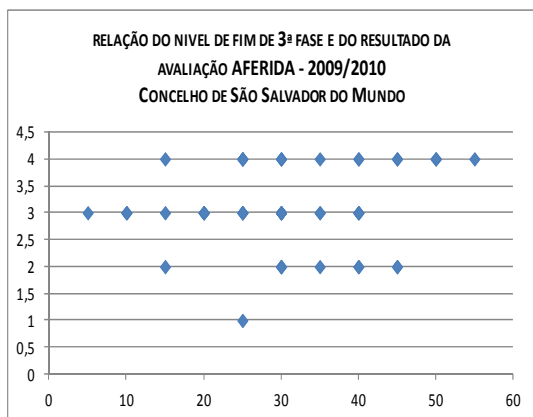
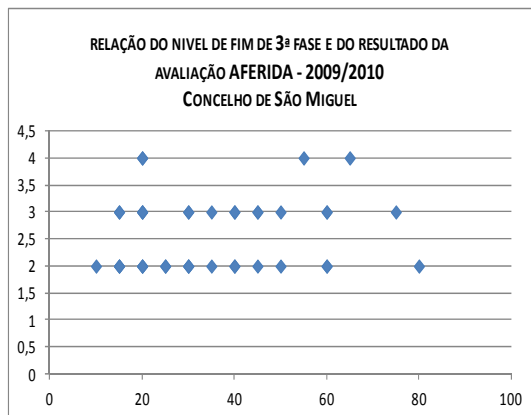
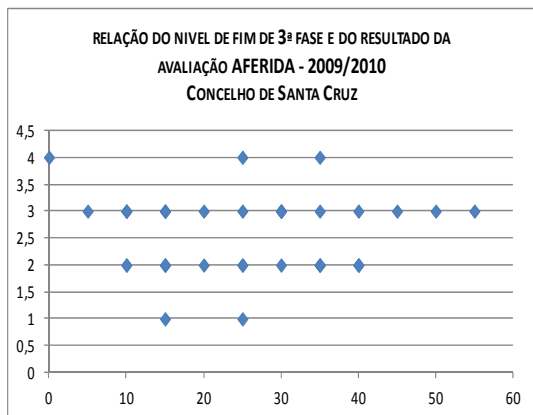
| Variável | Obs | Mean | Std. Err. | [95% Conf. Interval] |
|------------|-----|----------|-----------|----------------------|
| scor_po100 | 173 | 52.57225 | 1.478328 | 49.65425 55.49025 |

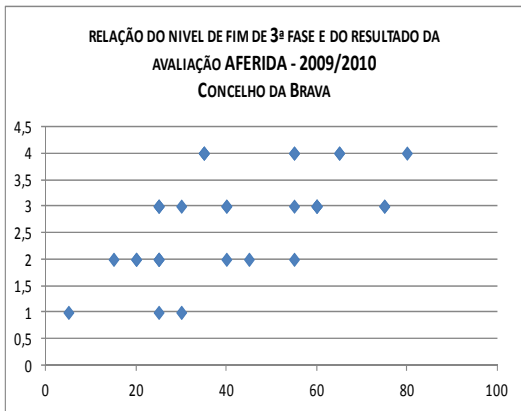
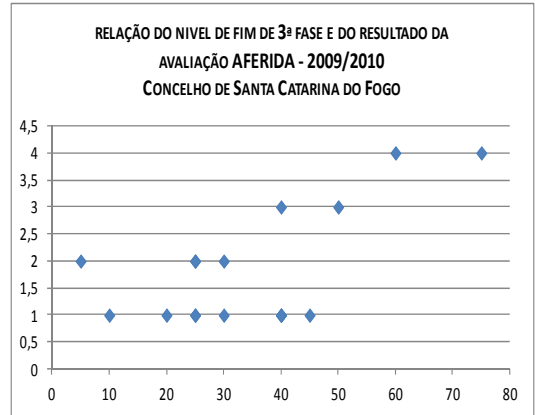
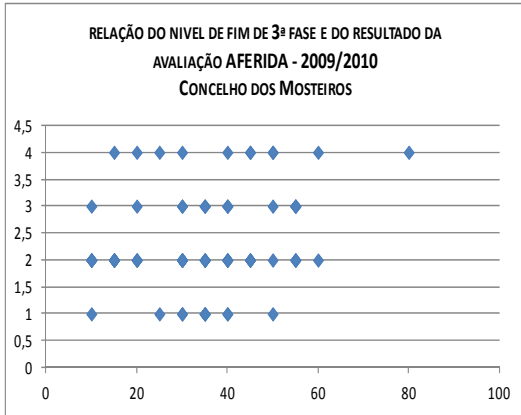
Anexo 4.6 - Relação do nível de fim da 3ª fase e do resultado na avaliação AFERIDA – 2009/2010, por concelho (884 observações)

O número de observações para certos concelhos não são suficiente para análises, por isso não constam deste grupo. Trata-se dos concelhos do Maio, Praia e São Filipe.









Anexo 4.7 - Modelos de regressão, Avaliação Aferida, 2009/2010

```
. reg scoreP sexo idade par_emig riqueza2 abandon jard_inf reun_pais home_hbts mere_level3 pere_level3 home_pais home_tr
```

```
> abal mun_elec sexo_ens v10_outro_traba ens_admin ens_coop metho_exo_actu metho_hist_gra ens_web ens_agres ens_eval
```

```
Source |      SS      df      MS      Number of obs = 1114
-----+-----
      Model | 186.773743   23  8.12059752      F( 23, 1090) = 11.91
      Residual | 743.083775 1090  .681728234      Prob > F   = 0.0000
-----+-----
      Total | 929.857518 1113  .835451499      R-squared   = 0.2009
      Adj R-squared = 0.1840
      Root MSE   = .82567

-----+-----
scoreP |      Coef.   Std. Err.      t    P>|t|   [95% Conf. Interval]
-----+-----
      sexo |  .0853738   .05037   1.69  0.090   -.0134592   .1842069
      idade | -.0669076   .017834  -3.75  0.000   -.1019004   -.0319147
      par_emig | .1047352   .0801975   1.31  0.192   -.0526237   .2620942
      riqueza2 | .1075935   .0300892   3.58  0.000   .0485541   .1666328
      abandon | -.2457216   .1251063  -1.96  0.050   -.491198   -.0002452
      jard_inf | -.01956    .0567464  -0.34  0.730   -.1309046   .0917845
      reun_pais | .2165514   .0889897   2.43  0.015   .0419409   .3911618
      home_hbts | -.0326272   .0109392  -2.98  0.003   -.0540914   -.011163
      mere_level3 | .0731797   .1744551   0.42  0.675   -.269126   .4154854
      pere_level3 | .4403921   .1261566   3.49  0.001   .1928549   .6879293
      home_pais | .1148192   .0518334   2.22  0.027   .0131146   .2165238
      home_trabal | -.2566034   .0933277  -2.75  0.006   -.4397257   -.0734811
      mun_elec | .2608353   .0674248   3.87  0.000   .1285382   .3931323
      sexo_ens | .0676259   .0528555   1.28  0.201   -.0360841   .1713359
      v10_| -.0385501   .0196765  -1.96  0.050   -.0771582   .0000581
      outro_traba | -.1259646   .0888135  -1.42  0.156   -.3002294   .0483002
      ens_admin | -.1215187   .0573964  -2.12  0.034   -.2341386   -.0088988
      ens_coop | .1482067   .1082085   1.37  0.171   -.0641139   .3605273
```


| | | | | | | |
|--------------|----------|----------|-------|-------|-----------|-----------|
| metho_exo_~u | .1202431 | .0618802 | 1.94 | 0.052 | -.0011747 | .2416608 |
| metho_hist~a | .1619911 | .058996 | 2.75 | 0.006 | .0462326 | .2777496 |
| ens_web | .7496706 | .1237021 | 6.06 | 0.000 | .5069495 | .9923917 |
| ens_agres | -.424648 | .0821326 | -5.17 | 0.000 | -.5858039 | -.2634921 |
| ens_eval | .1644077 | .0562028 | 2.93 | 0.004 | .0541298 | .2746856 |
| _cons | .5331868 | .3263996 | 1.63 | 0.103 | -.1072557 | 1.173629 |

Capítulo 5

Impacto da Educação no desenvolvimento

O impacto da Educação sobre o desenvolvimento é medido em termos de redução do risco da pobreza, de envio das crianças à escola, da melhoria dos comportamentos em matéria da saúde e de reprodução, do registo dos nascimentos assim como, dos desempenhos (inserção profissional e rendimentos) dos jovens a partir do Sistema Educativo na esfera produtiva. Numa perspectiva macroeconómica, a questão é de saber até que ponto a distribuição das escolarizações e formações finais de uma geração é óptima do ponto de vista do interesse colectivo para o desenvolvimento do país.

I. Investimento no capital humano: um impacto social significativo

Para medir o verdadeiro efeito da Educação e, em particular, dos diferentes níveis de escolaridade no desenvolvimento social, é importante calcular os efeitos líquidos, controlando outros factores sócio-demográficos (idade, sexo, local de residência, nível de riqueza...), que também são muitas vezes ligados ao nível de educação do indivíduo. Os efeitos líquidos da Educação aqui apresentados são os efeitos estimados para os indivíduos “médios” (com características médias de todas as variáveis de controlo), que não diferem entre si pelo número de anos de estudos efectuados. O cálculo desses efeitos líquidos é efectuado pela utilização de modelos econométricos que explicam as diferenças entre indivíduos no domínio social pelo número de anos de estudos feitos, utilizando as outras variáveis socio-demográficas como variáveis de controlo. Estes efeitos são diferentes das estatísticas descritivas simples, que dão as modalidades de tal variável de desenvolvimento humano em função do número de anos de estudos feitos.

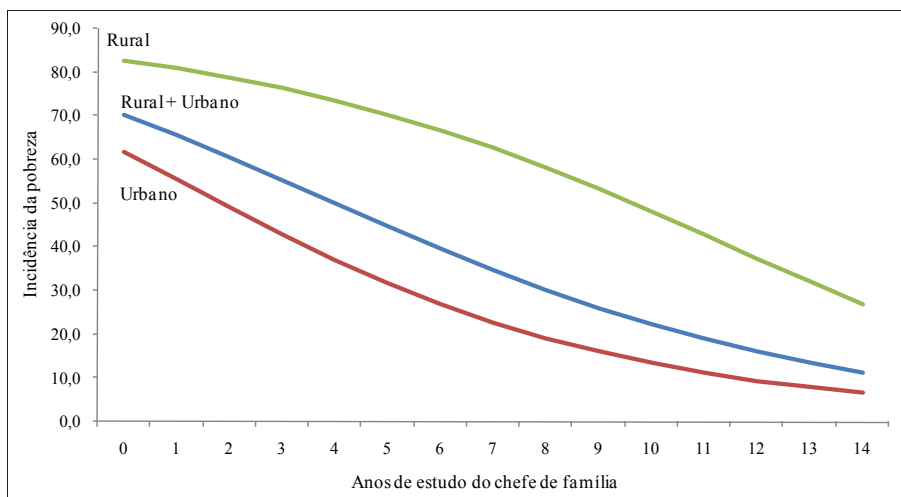
I.1 - O risco da pobreza diminui com o nível de educação

Em consonância com o gráfico 5.1 efectuado a partir de dados do QUIBB 2007, pode-se afirmar que, à medida que aumentam os anos de estudos do chefe de família a pobre-

za tende a diminuir. A linha de tendência respeitante ao conjunto dos chefes de família inquirida (rural e urbano) apresenta um total de 70,4% de incidência da pobreza nos que não têm nenhum nível de instrução contra 11,4% nos chefes de família que conseguiram completar 14 anos de estudos, ou seja, uma diferença de 59%, o que permite aferir que a pobreza está directamente ligada ao nível de escolaridade dos chefes de família.

Analisando a incidência da pobreza segundo o meio de residência do chefe de família, os dados demonstram que ela é mais acentuada no meio rural, com valores mais elevados nas famílias onde o chefe apresenta o nível de escolaridade mais baixo. Este facto deve-se a expectativas de vida no meio urbano, nomeadamente na oferta do emprego. A linha que evidencia a incidência da pobreza no meio rural registou valor à volta de 83% nos chefes de família sem nenhum nível de escolaridade e 62% no meio urbano, contra 27% e 7% para os que conseguiram completar 14 anos de estudos nos meios rural e urbano, respectivamente.

Gráfico 5.1 - Probabilidade de estar nos 60% das famílias mais pobres, com idade compreendida entre os 15 – 59 anos, segundo o meio de residência e o nível de escolaridade do chefe de família



Fonte: Cálculo dos autores efectuados a partir de dados do QUIBB 2007

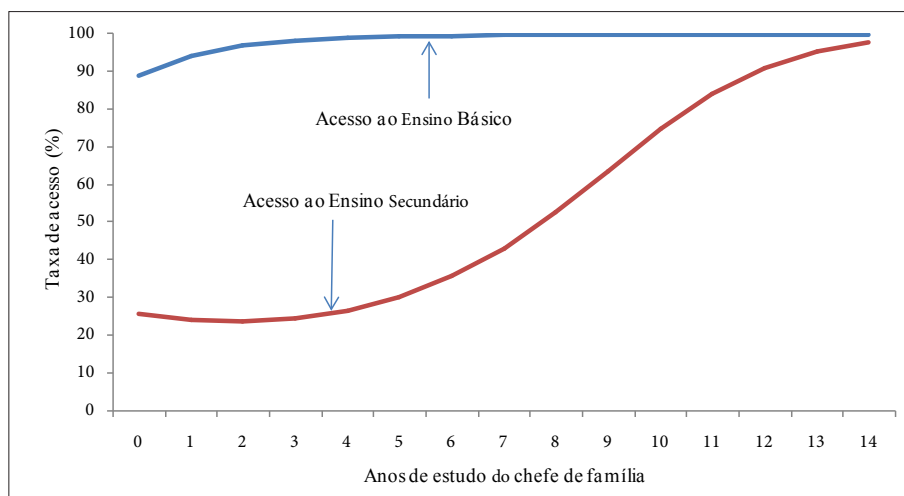
I.2 - O nível de educação do chefe de família tem um efeito benéfico sobre a escolarização das crianças

O gráfico 5.2 demonstra a correlação entre o nível de escolaridade do chefe de família e o acesso das crianças aos diferentes subsistemas de ensino.

Globalmente, a maioria dos chefes de família consegue colocar as crianças na escola, ou seja, uma boa percentagem das crianças tem acesso ao Ensino Básico. Para os diferentes níveis de escolaridade dos chefes de família, a taxa de acesso das crianças ao Ensino Básico registou valores acima de 90%, exceptuando os sem nível de escolaridade, cuja taxa de acesso das crianças foi ligeiramente inferior (89%). A elevada taxa de acesso no Ensino Básico deve-se ao facto de ela ser obrigatória e gratuita.

Relativamente a taxa de acesso das crianças ao primeiro ciclo do Ensino Secundário, o gráfico evidencia uma queda acentuada nas crianças cujos pais apresentam baixo nível de escolaridade (taxa de acesso inferior a 45% nos chefes de família com anos de estudos inferior a 8, passando a registar valor superior a 90% nos alunos cujos pais têm 12 anos ou mais de escolaridade).

Gráfico 5.2 - Probabilidade das crianças do agregado familiar terem acesso ao Ensino Básico e ao primeiro ciclo do Ensino Secundário, por nível de escolaridade do chefe de família (15-59 anos)



Fonte: Cálculo dos autores efectuados a partir de dados do QUIBB 2007

I.3 - O nível de educação materna afecta a demografia e a saúde

I.3.1 - A educação da mãe ajuda a retardar a idade do primeiro parto, espaçar os nascimentos, aumentar a probabilidade de uso dos métodos contraceptivos e de reduzir o número de filhos por mulher

Quadro 5.1 - Efeito da Educação segundo o número de ano de estudos sobre as variáveis demográficas

| Número de anos de estudo | Idade da mãe ao nascimento do 1º filho | Espaçamento dos nascimentos em anos | % de uso de métodos contraceptivos moderno | Número total de nascimentos |
|--------------------------|--|-------------------------------------|--|-----------------------------|
| 0 | 18,8 | 2,9 | 59,4 | 5,3 |
| 2 | 19,1 | 3,2 | 69,2 | 4,9 |
| 4 | 19,5 | 3,5 | 75,7 | 4,6 |
| 6 | 20,0 | 3,7 | 79,7 | 4,2 |
| 8 | 20,6 | 3,9 | 81,7 | 3,7 |
| 10 | 21,3 | 4,1 | 82,2 | 3,3 |
| 12 | 22,1 | 4,3 | 81,1 | 2,9 |
| 14 | 23,0 | 4,4 | 78,4 | 2,4 |

Fonte: Cálculo dos autores efectuados a partir de dados de IDSR 2005

Este quadro permite relativizar a importância da educação das mães no comportamento perante os nascimentos e no uso de métodos contraceptivos modernos. De acordo com os dados apresentados, a idade da mãe a quando do nascimento do primeiro filho, o intervalo de tempo entre os nascimentos, o conhecimento dos métodos contraceptivos modernos e o número de nascimentos vivos têm uma relação directa com o número de anos de estudos da mãe. Nota-se que as mães que nunca foram à escola, a chegada do primeiro filho verifica-se por volta dos 19 anos de idade enquanto nas que conseguem atingir 14 anos de estudos, o primeiro nascimento acontece aos 23 anos de idade.

Quanto ao espaçamento dos nascimentos, o quadro apresenta uma diferença de 1,4 anos entre uma mulher que nunca frequentou a escola e a que conseguiu atingir 14 anos de estudos. Este número aumenta com o nível de estudo, chegando a 4,4 anos após 14 anos de estudos. Há uma clara evidência da diferença do espaçamento dos nascimentos, em anos, entre mulheres sem instrução (2,9) e as mulheres com nível de educação mais elevado (4,4).

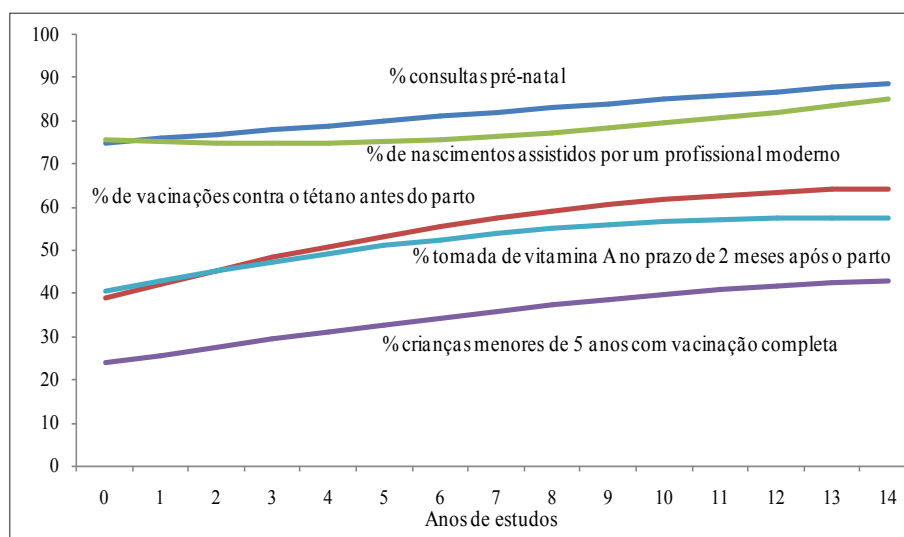
A utilização de um método contraceptivo moderno é positivamente correlacionada com o nível de instrução das mães, o que significa, que quanto mais elevada é a escolaridade da mãe, mais é a probabilidade de conhecer os métodos contraceptivos (59,4% nas mães sem nível e 78,4% de uso nas mães com 14 anos de estudos, ou seja, uma diferença de 19%). O que significa que há ganhos adicionais na probabilidade do uso de contraceptivos após 14 anos de estudos.

Há uma clara diferença entre o número total de filhos na mulher que nunca foi à escola e a que completou 14 anos de estudos. Pode-se afirmar que quanto mais anos de estudos a mãe conseguir alcançar, menor é a probabilidade dos nascimentos se verificar (5,3 filhos por mulher que nunca frequentou a escola contra 2,4 filhos por mulher, após ter completado 14 anos de estudos).

I.3.2 - A educação da mãe favorece o acompanhamento médico durante a gravidez e o parto, melhora a vacinação das crianças e reduz a mortalidade infanto-juvenil

O gráfico 5.3 mostra a probabilidade de se ter atitudes favoráveis à saúde materna em função do número de anos de escolaridade das mulheres na idade compreendida entre os 15-59 anos.

Gráfico 5.3 - Frequência de comportamentos em matéria de saúde para a mãe e o filho segundo a duração dos estudos da mãe (idade compreendida entre 15-59 anos)



Fonte: Cálculo dos autores efectuados a partir de dados de IDSR 2005

Quanto à probabilidade de fazer consultas pré-natais, nota-se que as percentagens aumentam, progressivamente, com o número de anos de estudo da mulher. As mulheres sem nível de instrução apresentam uma taxa próxima dos 75%, enquanto as mulheres que conseguem atingir 14 anos de estudos apresentam uma taxa acima dos 90%.

Verifica-se que a probabilidade de uma mulher tomar vitamina A após o parto é de 23,7% para mulheres sem nenhum nível de instrução contra 42,9% para mulheres com 14 anos de estudos, uma diferença de 19,2%. Pode-se afirmar que a responsabilidade perante os cuidados de saúde tem uma relação directa com o grau de escolaridade da mulher.

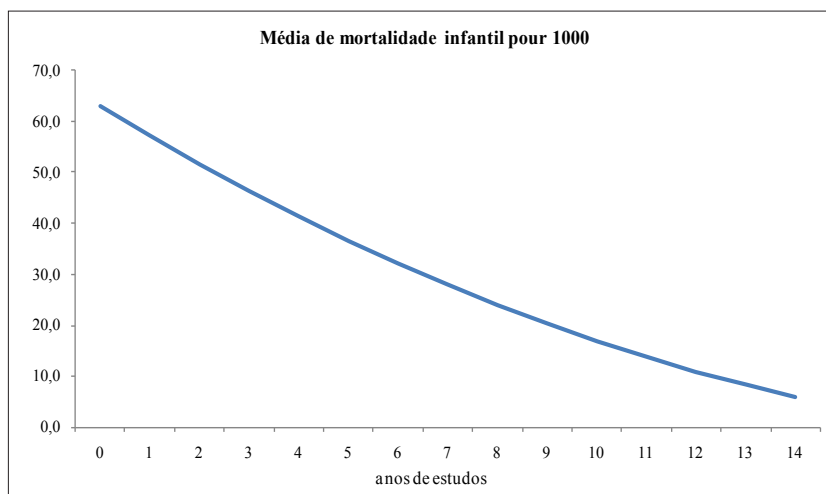
Relativamente à assistência por um profissional moderno durante o parto, os ganhos em termos comportamentais são favoráveis para as mulheres com anos de estudos mais elevados (84,9%) contra 75,5% para mulheres sem nível de instrução, uma ligeira diferença, na ordem de 9,3%.

De igual modo, a vacinação completa nas crianças menores de 5 anos está directamente dependente dos anos de estudos da mãe, com uma diferença de 16,9% entre as mulheres com 14 anos de estudos e as mulheres sem nenhum nível de instrução.

Há uma diferença significativa, cerca de 25,3% entre as mulheres sem instrução e mulheres com 14 anos de estudo, no que se refere à imunização contra o tétano antes do parto, ou seja, 38,9% nas mulheres sem instrução contra 64,2% nas mulheres com 14 anos de estudo.

O gráfico 5.4 apresenta a probabilidade de uma criança morrer antes dos 5 anos de idade em função da duração dos estudos das mães com idade compreendida entre os 15 e 59 anos. Trata-se de identificar a existência de correlação entre a educação das mulheres e seus comportamentos em matéria de saúde dos filhos.

Gráfico 5.4 - Probabilidade de uma criança morrer antes dos 5 anos de idade, segundo a duração dos estudos da mãe (15-59 anos de idade)

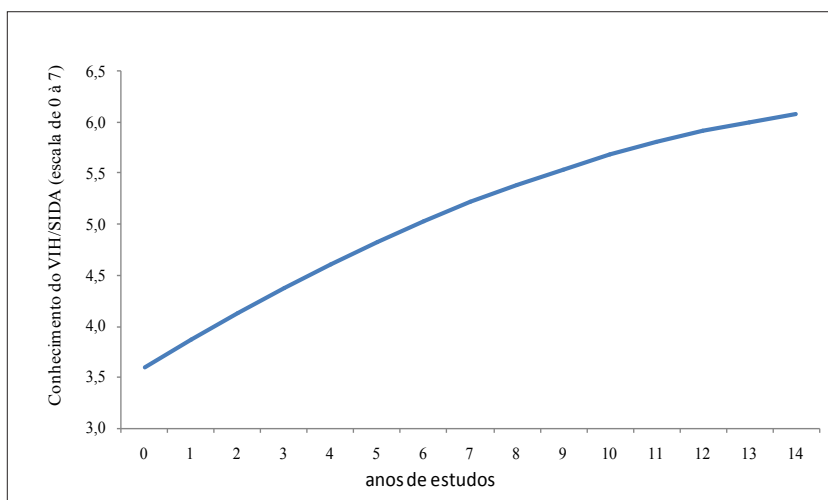


Fonte: Cálculo dos autores efectuados a partir de dados de IDSR 2005

Os cálculos apontam para uma probabilidade média de mortalidade dos filhos menores de cinco anos de idade de 40 por 1000 crianças nas mães com idade compreendida entre 15-59 anos e com 0 a 14 anos de estudos. E essa probabilidade diminui linearmente com o número de anos de estudo das mulheres. De 62,9% nas mulheres que nunca frequentaram a escola para 6,0% nas mulheres com 14 anos de estudos, ou seja, uma diferença de 56,9%, o que demonstra que os valores mais baixos se apresentam nas mães com escolaridade mais elevada.

I.4 - O nível de educação dos indivíduos tem um impacto positivo no conhecimento dos modos de transmissão do HIV/SIDA

Gráfico 5.5 - Efeitos de educação dos indivíduos (15-59 anos de idade) sobre o conhecimento do VIH/SIDA e seus modos de transmissão (escala de 0 a 7)



Fonte: Cálculo dos autores a partir de dados de IDSR 2005

Este gráfico põe em relação duas variáveis, o conhecimento do VIH/SIDA e os modos de contracção do vírus numa escala de 0 a 7 (0 representa nenhum conhecimento e 7 um conhecimento muito bom) e os anos de estudos dos indivíduos com idade compreendida entre os 15 e 59 anos.

O conhecimento do VIH/SIDA nos indivíduos sem nenhum nível de estudo é de 3,6% contra 6,1% nos que atingem 14 anos de estudos, uma diferença de 2,5 numa escala de 0 a 7.

Os anos de estudos dos indivíduos têm uma relação directa com o conhecimento da doença e dos modos de transmissão, o que significa que quanto mais anos de estudos o indivíduo conseguir alcançar, melhor é o conhecimento do VIH/SIDA e do seu modo de transmissão.

I.5 - Análise dos ganhos marginais

Nesta parte, a finalidade é de demonstrar o impacto social de diferentes níveis Educativos numa variedade de dimensões sociais. O elemento de base será composto por cada nível de ensino considerado como um todo para melhor apreciar a sua contribuição na adopção de um comportamento social esperado. Ela consiste na determinação do ganho médio ou o valor acrescentado entre dois níveis consecutivos de ensino concluído e entre os diferentes ciclos do Ensino Secundário: nenhum nível e Ensino Básico completo; Ensino Básico completo e o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo; primeiro ciclo do Ensino Secundário completo e o segundo ciclo do Ensino Secundário completo; segundo ciclo do Ensino Secundário completo e o terceiro ciclo do Ensino Secundário completo; terceiro ciclo do Ensino Secundário completo e o Ensino Superior (2 anos de estudos).

O cálculo do valor acrescentado de cada etapa é utilizado para responder às seguintes questões: os efeitos sociais da Educação aumentam com o nível de educação? eles estão presentes desde os mais baixos níveis de educação ou a sua magnitude é importante somente a partir de um certo nível de educação?

Os efeitos sobre os comportamentos ligados à alfabetização

No que diz respeito aos comportamentos relacionados com a alfabetização, nota-se um impacto significativo em termos de ganho para o Ensino Básico completo (98%), mais de $\frac{3}{4}$ do total dos ganhos observados. Seguidamente, observa-se um ganho muito reduzido para o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo e nulo para os restantes níveis.

Os efeitos sobre os comportamentos associados ao risco de pobreza

Relativamente aos comportamentos ligados ao risco da pobreza, verifica-se que o Ensino Básico completo por si só apresenta mais de metade do impacto, valor este justificável, uma vez que a pobreza tem uma relação directa com o nível de instrução dos chefes de família.

Quadro 5.2 - Medida consolidada¹⁰ do impacto social na idade adulta de diferentes níveis educativos numa variedade de dimensões sociais

| Domínio do impacto | Diferença entre os iletrados e o Ensino Básico completa | Diferença entre o Ensino Básico completa e o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo | Diferença entre o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo e o segundo ciclo do Ensino Secundário completo | Diferença entre o segundo ciclo do Ensino Secundário completo e o terceiro ciclo do Ensino Secundário completo | Diferença entre o terceiro ciclo do Ensino Secundário completo e o Ensino Superior (2 anos) |
|--|---|---|--|--|---|
| Alfabetização | 98 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Risco de pobreza | 52 | 16 | 13 | 11 | 8 |
| Educação das crianças | 56 | 13 | 16 | 11 | 5 |
| Acesso ao Ensino Básico | 97 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| Acesso ao 1º ciclo do Ensino Secundário | 14 | 24 | 30 | 23 | 9 |
| População | 53 | 13 | 11 | 11 | 11 |
| Idade para o primeiro parto | 29 | 14 | 17 | 19 | 21 |
| Espaçamento dos nascimentos | 55 | 14 | 12 | 10 | 8 |
| Uso de métodos contraceptivos moderno | 89 | 9 | 2 | 0 | 0 |
| Número total de nascimentos | 39 | 14 | 15 | 15 | 16 |
| Saúde maternal | 41 | 15 | 15 | 15 | 14 |
| Consultas pré-natais | 44 | 15 | 14 | 14 | 13 |
| Vacinação anti-tétano | 65 | 14 | 10 | 7 | 3 |
| Parto assistido | 0 | 17 | 23 | 28 | 31 |
| Toma da vitamina A | 55 | 15 | 13 | 10 | 7 |
| Saúde e mortalidade infantil | 62 | 14 | 11 | 8 | 5 |
| Vacinação completa | 71 | 14 | 10 | 5 | 0 |
| Mortalidade antes de completar os 5 anos de idade | 54 | 14 | 12 | 11 | 9 |
| Conhecimento do VIH/SIDA | 58 | 14 | 12 | 9 | 7 |
| Pontuação global | 60 | 12 | 11 | 9 | 7 |
| Índice (Ensino Básico =100) | 100 | 21 | 19 | 16 | 12 |
| Despesa pública anual por aluno (ECV 2009) | 38 128 | 35 883 | 47 874 | 64 585* | 98 671 |
| Despesa pública acumulada (ECV 2009) | 228 769 | 71 767 | 95 749 | 129 171 | 197 343 |
| Índice global Custo-benefício (Ensino Básico =100) | 100 | 66 | 45 | 27 | 14 |

* Custo médio unitário do 3º ciclo do Ensino Secundário englobando o Ensino Geral e o Ensino Técnico.

Fontes: Cálculo dos autores a partir de dados de IDSR 2005, do QUIBB 2007 e do Capítulo 3

¹⁰ Se tomar o exemplo da vacinação anti-tétano durante a gravidez, a diferença entre a probabilidade estimada de ter esse comportamento entre as mulheres que nunca frequentaram a escola (38,9%) e aquelas tendo atingido um nível de educação superior (64,2%) é de 25,3% (=64,2%-38,9%), normaliza esta diferença para 100%, o que permite obter a contribuição de cada nível de ensino: se a probabilidade da diferença entre uma mulher sem educação formal e uma com um nível superior é de 100%, a decomposição deste nos diz que a diferença entre uma mulher sem instrução e uma que tenha concluído o Ensino Básico é de 65% (= (55,4%-38,9%) / 25,3%); ou seja, a probabilidade de que a diferença entre «Ensino Básico» e «sem instrução» dividido pela diferença da probabilidade entre «Ensino Superior» e «Analfabeto».

Os efeitos sobre os comportamentos na educação das crianças

Os maiores ganhos registam-se também no Ensino Básico completo apresentando mais de metade do impacto em termos de ganhos, ficando as restantes com valores inferiores a 20%. De realçar os 5% no nível superior e o registo de 97% de impacto em termos de ganhos no acesso ao Ensino Básico na educação básica completa.

Os efeitos sobre os comportamentos na população

Igualmente, nota-se que o Ensino Básico completo, por si só, apresenta mais de metade dos ganhos na população. Segue-se o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo (13%), enquanto os restantes apresentam igual valor (11%) de ganhos.

Quanto à idade da mãe no primeiro nascimento, verifica-se um impacto significativo em termos de ganho para cada um dos diferentes níveis, com destaque para o Ensino Básico completo (29%).

Relativamente ao espaçamento dos nascimentos, os maiores ganhos registam-se no Ensino Básico completo com cerca de 55%, registando diferenças pouco expressivas entre os restantes níveis.

Comparando os ganhos da Educação no uso de métodos contraceptivos modernos, os dados afirmam que os ganhos são de 89% para mulheres habilitadas com o Ensino Básico completo em relação às que não têm nenhum nível de instrução. O primeiro e o segundo ciclos do Ensino Secundário completos apresentam valores ínfimos. Os restantes níveis não apresentam nenhum ganho da Educação sob o uso de métodos contraceptivos modernos.

Os ganhos da Educação no número total de nascimentos evidenciam valores significativos nos diferentes níveis, com maior expressividade para o Ensino Básico completo em relação aos sem nenhum nível de instrução (39%), primeiro ciclo do Ensino Secundário completo (14%), segundo ciclo do Ensino Secundário completo (15%), terceiro ciclo do Ensino Secundário completo (15%) e o Ensino Superior (16%).

Os efeitos sobre os comportamentos na saúde materna

Em termos de comportamentos relacionados com a saúde materna, verifica-se um impacto significativo em termos de ganho para cada um dos diferentes níveis de estudos, com destaque para o Ensino Básico completo (41%). Nota-se que os ganhos são idênticos para os três ciclos do Ensino Secundário (15%) e uma diferença de 1% entre os ensinos Secundário e Superior.

Igualmente, para as consultas pré-natais, os ganhos são significativos, com notável realce para o Ensino Básico completo (44%).

Os dados relativo aos ganhos da educação na vacinação anti-tétano é mais expressiva no Ensino Básico completo em relação à população sem nível de instrução com mais de metade dos ganhos (65%).

No que tange ao parto assistido, nota-se que o Ensino Básico completo não apresenta nenhum ganho adicional, enquanto que no Ensino Superior os ganhos na educação são de 31%.

O Ensino Básico completo apresenta mais de metade dos ganhos (55%) relativo a toma de vitamina A, contra 7% no Ensino Superior.

Os efeitos sobre os comportamentos na saúde e mortalidade infantil

Em termos de ganhos da Educação na saúde e mortalidade infantil, os dados apontam mais de metade dos ganhos no Ensino Básico completo (62%), decrescendo à medida em que se aumentam os níveis de estudo, 14% para o primeiro ciclo do Ensino Secundário completo, 11% para o segundo ciclo do Ensino Secundário completo, 8% para o terceiro ciclo do Ensino Secundário completo e 5% para o Ensino Superior.

No que concerne à vacinação completa, numa análise por nível de Educação, nota-se que o Ensino Básico completo apresenta ganho importante (71%), comparativamente com os restantes níveis.

Particularmente, a mortalidade antes de completar os cinco anos de idade, de uma forma geral, os ganhos são significativos para os diferentes níveis, com realce para o Ensino Básico completo (54%).

Finalmente, sobre o conhecimento do VIH/SIDA, os principais ganhos são obtidos no Ensino Básico (58%), ficando o Ensino Superior com 7% de ganhos adicionais.

Na pontuação geral, a diferença entre os iletrados e o Ensino Básico completo destaca-se em relação aos outros níveis, com mais de metade dos ganhos (60%).

Da análise dos dados apresentados no quadro 5.2, relativo à despesa pública na Educação dos alunos, verifica-se que para os diferentes níveis apresentados, o Ensino Superior é o que apresentou maior gasto anual por aluno no ano 2009. Se se considerar as despesas por níveis de ensino (Básico, Secundário e Superior), o Secundário é o que apresenta valor mais elevado. De realçar, o facto de se ter considerado apenas dois anos

de estudos para o Ensino Superior, enquanto que para o básico e secundário considerou-se seis anos de estudos cada.

Numa análise da despesa pública acumulada, o quadro evidencia um gasto substancial para o Ensino Básico em relação aos restantes níveis apresentados. Se se considerar todos os anos de estudo por níveis de ensino a que pertencem os ciclos, o Ensino Secundário apresenta-se com maiores gastos acumulados por aluno, comparativamente com os ensinos Básico e Superior.

II. Os efeitos da Educação na esfera económica e emprego

II.1 - Uma primeira descrição do mercado de trabalho nacional

II.1.1 - Uma prospectiva global

Para descrever o mercado de trabalho em Cabo Verde, foram utilizados os dados de base do inquérito às famílias mais recente, QUIBB 2007. Segundo as informações recolhidas neste inquérito, estima-se que havia, na data do inquérito, cerca de 287 000 indivíduos na idade compreendida entre 15 e 64 anos, dos quais, 229 000 já não frequentariam às escolas. O quadro 5.3, abaixo, apresenta algumas características básicas desta população.

Quadro 5.3 - A população nacional 15-64 anos, ano 2007

| Estado | Género | | | Sector | | |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Homens | Mulheres | Total | Primário | Secundário | Terciário |
| Inactivo | 31.714 (23%) | 55.687 (37%) | 87.401 (30%) | | | |
| Desempregado | 17.165 (13%) | 22.414 (15%) | 39.579 (14%) | | | |
| Empregado | 87.805 (64%) | 72.184 (48%) | 159.989 (56%) | 25.290 (16%) | 42.617 (27%) | 92.082 (58%) |
| Total | 136.684 (100%) | 150.285 (100%) | 286.969 (100%) | | | |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

Neste grupo de idade, muito significativo, contam-se mais mulheres (à volta de 150 000) do que homens (cerca de 137 000). Mas o estatuto perante o emprego difere de forma mais ou menos marcada pelo género. Enquanto 23% dos homens estão em situação de inactividade (eles não têm um emprego, não procuram nem trabalham mesmo que lhes sejam proposto um), este valor é de 37% nas mulheres para um valor total de 30% para os dois sexos. A situação do desemprego (no sentido lato¹¹) é relativamente frequente, uma vez que refere-se a 14% da população do grupo de idade não escolarizada. Se fôr considerada a taxa de desemprego calculada no grupo da população activa (empregados e desempregados), a taxa de desemprego está estimada em 19,8%, com uma certa diferença de género, uma vez que esta taxa é estimada em 16,4% nos homens e 23,7% nas mulheres. Em comparação com os homens, as mulheres, além de serem mais inactivas, encontram-se mais frequentemente no desemprego. Quando optam por uma actividade profissional, têm o maior risco de não encontrar um emprego, o que incentiva um certo número de mulheres a não o procurar. Em 2007, a população activa ocupava apenas 56% da categoria global da idade considerada não escolarizada. Essa proporção era de 64% para os homens e de apenas 48% para as mulheres.

O lado direito do quadro apresenta a distribuição da população activa ocupada no momento do inquérito, segundo o sector de actividade económica. Em Cabo Verde, a população activa ocupada encontra-se essencialmente no sector terciário, uma vez que representava 58% do emprego total, em 2007. O sector secundário, por sua vez, representava 27% dos activos ocupados. O sector primário é o que oferece menos postos de trabalho, visto que não conta mais do que 16% dos activos ocupados.

II.1.2 - Um aumento da proporção de empregos no sector industrial em relação ao sector agrícola

O quadro 5.4 apresenta a repartição da população activa em várias categorias de idades.

¹¹ Significa que são considerados desempregados, os indivíduos que estão sem emprego e i) que afirmam procurar trabalho ou ii) dizem não procurar emprego uma vez que não há emprego disponível para eles no mercado do trabalho mas que ocupariam um emprego amanhã se lhes for oferecido um.

Quadro 5.4 - A distribuição dos empregos ocupados por sectores segundo a geração, 2007

| Categoria de idades | 15-64 anos | | 25-34 anos | | 35-49 anos | | 50-64 anos | |
|---------------------|------------|-----|------------|-----|------------|-----|------------|------|
| | Número | % | Número | % | Número | % | Número | % |
| Primário | 25.290 | 16 | 4.746 | 11 | 8.670 | 15 | 4.762 | 25 |
| Secundário | 42.617 | 27 | 12.468 | 28 | 14.214 | 24 | 3.431 | 18 |
| Terciário | 92.082 | 58 | 27.918 | 62 | 35.468 | 61 | 10.521 | 56 |
| Total | 159.989 | 100 | 45.132 | 100 | 58.351 | 100 | 18.715 | 100% |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

Estas informações por grupos etários não fornecem exactamente uma dimensão temporal da análise, mas elas demonstram, de forma muito clara, a dinâmica estrutural em curso sobre o mercado de trabalho nacional. Pode-se observar uma redução da proporção de emprego no sector primário da economia cabo-verdiana que passa de 25% dos postos de trabalho na faixa etária de mais de 50 anos para 11% e 15% para os de 25-34 e 35-49 anos, respectivamente. Enquanto a proporção dos empregos ocupados por grupos etários oscilou no sector terciário regista-se, um forte crescimento “industrial” visto que a proporção dos empregos ocupados por faixa etária no sector secundário aumentou com os grupos mais jovens. Com efeito, se a proporção dos empregos ocupados no sector secundário não ultrapassa os 18% nos indivíduos com idade compreendida entre os 50-64 anos, essa proporção passa a registar 24% nos com idade entre os 35-49 anos e 28% para aqueles com 25-34 anos. Além disso, é notória os limites estruturais dessas mudanças na medida em que, o aumento da proporção de emprego dos jovens no sector terciário é relativamente fraco.

II.1.3 - A distribuição público/privado do emprego segundo a qualificação

Quadro 5.5 - A população activa ocupada segundo o tipo de emprego e grupos etários, 2007

| Categoria de idades | 15-64 anos | | 25-34 anos | | 35-49 anos | | 50-64 anos | |
|--|------------|-----|------------|-----|------------|-----|------------|-----|
| | Número | % | Número | % | Número | % | Número | % |
| Estatuto do emprego | | | | | | | | |
| Empregos assalariados | 93.964 | 59 | 28.938 | 64 | 32.684 | 56 | 9.149 | 49 |
| Executivos do privado | 5.526 | 3 | 1.365 | 3 | 2.271 | 4 | 888 | 5 |
| Executivos do público | 10.714 | 7 | 4.531 | 10 | 4.429 | 8 | 1.302 | 7 |
| Empregados e trabalhadores do sector privado | 32.241 | 20 | 11.144 | 25 | 9.437 | 16 | 2.083 | 11 |
| Empregados e trabalhadores do sector público | 11.338 | 7 | 3.093 | 7 | 5.217 | 9 | 1.482 | 8 |
| Sem qualificação no sector privado | 22.325 | 14 | 6.101 | 14 | 6.305 | 11 | 1.716 | 9 |
| Sem qualificação no sector público | 11.819 | 7 | 2.703 | 6 | 5.026 | 9 | 1.678 | 9 |
| Empregos não assalariados | 66.025 | 41 | 16.195 | 36 | 25.667 | 44 | 9.566 | 51 |
| Agrícola | 19.389 | 12 | 3.496 | 8 | 6.182 | 11 | 3.956 | 21 |
| Não agrícola | 46.636 | 29 | 12.698 | 28 | 19.485 | 33 | 5.610 | 30 |
| Total | 159.989 | 100 | 45.133 | 100 | 58.351 | 100 | 18.715 | 100 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

O quadro 5.5 apresenta a classificação formal dos empregos ocupados, na medida em que, é nesses empregos oferecidos pela economia cabo-verdiana que os indivíduos que saem do Sistema Educativo e da formação procuram sua inserção profissional. Evidencia ainda, a distribuição dos empregos ocupados de forma global, segundo as três classes de idades consideradas no quadro anterior. Estes dados e estruturas são instrutivos a mais de um título:

* A primeira observação de interesse diz respeito à distribuição dos empregos assalariados e dos empregos não assalariados (essencialmente informal). De uma maneira geral, em 2007, os empregos não assalariados ofereceu 41% dos empregos no país sendo, a agricultura e a pesca com 12% do emprego total e os outros (vendedores, artesãos, etc.) com 29% do conjunto da população activa ocupada. Os assalariados representaram, em 2007, 59% dos empregos.

Se se introduzir a dimensão grupos etários, verifica-se que os empregos não assalariados (essencialmente informal) são significativamente menos presentes nos grupos etários mais jovens (36% para o grupo etário de 25 a 34 anos, 44% para o

de 35 a 49 anos e de 51% para o grupo de mais de 50 anos). No entanto, pode-se constatar que se trata essencialmente da parte dos trabalhadores agrícolas não assalariados que diminui com os grupos etários, pois, os não assalariados, não agrícolas (vendedores, artesãos, etc.) permanecem quase constante. Isto demonstra que: i) a proporção dos empregos agrícolas diminuiu com o tempo em favor dos empregos assalariados do sector moderno; ii) existe uma espécie de saturação de emprego dos funcionários; iii) aqueles que não encontram um emprego no sector moderno tendem a recair sobre as oportunidades no sector informal, não agrícola.

- * A segunda observação refere-se particularmente, aos empregos assalariados modernos. De uma forma geral, o sector público representava em 2007, 36% do emprego moderno contra 64% para o sector privado (quadro 5.6).

Observa-se que a “dinâmica” do emprego público e privado é completamente diferente. Na verdade, enquanto o emprego público representava 49% dos empregos assalariados modernos para a faixa etária de 50 aos 64 anos, esse número passa para 45% para os de 35-49 anos e 36% para os com idade de 25 aos 34 anos.

Além disso, e de forma complementar, é importante sublinhar que a estrutura de qualificação dos empregos oferecidos difere, de acordo com o sector, público ou privado. Assim, enquanto que os do quadro com idade compreendida entre os 50 e 64 anos representam 29% do emprego público, estes não contam mais do que 19% do emprego no sector privado. Em contrapartida, o sector privado emprega muito mais do que o público nos empregos assalariados/trabalhadores (44% para o sector privado contra 33% para o sector público). Os sectores empregam em proporções quase idênticas nos empregos não qualificados (38% e 37%, respectivamente).

Ao introduzir a dimensão grupo de idades, nota-se que os empregados de quadros tendem a aumentar no sector público quando se considera as idades mais jovens. Nos 29% contam-se os indivíduos com mais de 50 anos, nos 44% a faixa etária de 25 à 34 anos, enquanto tende a diminuir no sector privado, passando assim de 19% (indivíduos acima de 50 anos) para 7% (indivíduos de 25 à 34 anos). Assim, pode-se deduzir que os jovens que integram o sector privado, em primeira instância, são funcionários qualificados e ficam sujeitos à promoção durante a sua carreira para se tornar quadros. No que concerne ao sector público, seria interessante fazer uma avaliação das condições salariais dos quadros mais antigos caso eles preferem passar para o sector privado, mais remunerado, deixando assim, o lugar aos jovens, neste sector, para aceder aos cargos de direcção.

Quadro 5.6 - Estrutura do emprego moderno por sector e qualificação, 2007

| Categoria de idades | 15-59 anos | | 25-34 anos | | 35-49 anos | | 50-64 anos | |
|-------------------------------------|------------|-----|------------|-----|------------|-----|------------|-----|
| | Número | % | Número | % | Número | % | Número | % |
| Sector e tipo de emprego | | | | | | | | |
| Emprego moderno | 93.964 | 100 | 28.938 | 100 | 32.684 | 100 | 9.149 | 100 |
| Público | 33.871 | 36 | 10.328 | 36 | 14.672 | 45 | 4.462 | 49 |
| Privado | 60.092 | 64 | 18.610 | 64 | 18.013 | 55 | 4.687 | 51 |
| Empregados de Quadros | | | | | | | | |
| Público | 10.714 | 32 | 4.531 | 44 | 4.429 | 30 | 1.302 | 29 |
| Privado | 5.526 | 9 | 1.365 | 7 | 2.271 | 13 | 888 | 19 |
| Empregos assalariados/trabalhadores | | | | | | | | |
| Público | 11.338 | 33 | 3.093 | 30 | 5.217 | 36 | 1.482 | 33 |
| Privado | 32.241 | 54 | 11.144 | 60 | 9.437 | 52 | 2.083 | 44 |
| Empregos não qualificados | | | | | | | | |
| Público | 11.819 | 35 | 2.703 | 26 | 5.026 | 34 | 1.678 | 38 |
| Privado | 22.325 | 37 | 6.101 | 33 | 6.305 | 35 | 1.716 | 37 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

II.2 - Articulação entre os produtos do Sistema Educativo e as estruturas produtivas

Para estabelecer a articulação entre essas grandezas segue-se duas perspectivas complementares: a primeira consiste em examinar o estatuto profissional (empregos por tipos e desempregados) dos indivíduos na população activa segundo seu nível de estudo e sua faixa etária; a segunda consiste em estimar, de um lado, o número de saídas do Sistema Educativo nos diferentes níveis de estudos e, do outro lado, as estimativas de criação de empregos por qualificação e comparar essas duas grandezas. Esses dois pontos serão abordados sucessivamente.

II.2.1 - Estatutos no emprego segundo o nível de estudos

Para conduzir esta análise, distribuiu-se a população segundo o nível de escolaridade alcançado e a seguir, para cada um desses níveis, foi examinado a situação profissional, separando os inactivos, os desempregados e os com emprego distinguindo, no interior deste último, a natureza no emprego (funcionários públicos, funcionários privados e

desempregados). O quadro 5.7 abaixo apresenta as informações globais contidas na base do QUIBB 2007 para o total da população inquirida no momento do inquérito, com idade compreendida entre 15 e 64 anos.

Quadro 5.7 - Distribuição dos indivíduos de 15-64 anos, segundo o nível de educação e o estatuto perante o emprego, 2007

| | Sem instrução | Ensino Básico | Secundário 1º ciclo | Secundário 2º ciclo | Secundário 3º ciclo | Superior | Total |
|---|---------------|---------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------|-------|
| | em % | | | | | | |
| Emprego | | | | | | | |
| Funcionário público | 8 | 10 | 6 | 10 | 15 | 45 | 12 |
| Funcionário privado | 11 | 25 | 22 | 19 | 18 | 19 | 21 |
| Conta própria (essencialmente informal) | 32 | 32 | 17 | 12 | 11 | 7 | 23 |
| Parte de empregados no trabalho | 37 | 52 | 62 | 70 | 76 | 90 | 59 |
| Desempregado | 10 | 15 | 19 | 10 | 16 | 6 | 14 |
| Inactivo | 39 | 18 | 37 | 49 | 41 | 22 | 30 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

Analisando os dados por nível de estudos, observa-se uma relação crescente entre o nível de estudos e os indivíduos que são funcionários públicos. Os habilitados com o segundo ciclo do secundário representam 10% dos funcionários públicos, 15% dos indivíduos habilitados com o terceiro ciclo do secundário são funcionários públicos e esta proporção ultrapassa a 45% dos que concluem o Ensino Superior. Verifica-se assim, que a maioria dos que saem do Ensino Superior encontram-se no sector público, pois apenas 19% trabalha no sector privado.

Observando os dados dos funcionários do sector privado, constata-se que a maioria dos trabalhadores que possuem o Ensino Secundário (independentemente do ciclo) encontra-se no sector privado (22% das saídas do primeiro ciclo, 19% das saídas do segundo ciclo, 18% das saídas do terceiro ciclo). No entanto, a maioria das saídas do Ensino Secundário não trabalha, estando desempregados ou inactivos (56% das saídas do primeiro ciclo, 59% das saídas do segundo ciclo e 57% das saídas do terceiro ciclo).

Finalmente, quando se observa a parte dos trabalhadores (sector formal) no total dos empregos (empregados e não empregados, essencialmente informal), pode-se aperceber que a relação é crescente com o nível de estudos. Com efeito, se os trabalhadores sem

nível de estudos ocupam maioritariamente os empregos assalariados (37% dos empregos). A tendência inverteu-se a partir do Ensino Básico, uma vez que os trabalhadores com esse nível de ensino são cerca de 52% a ocupar um emprego, seguida de 76% para os que saem do terceiro ciclo do Ensino Secundário e 90% dos empregos ocupados pelos diplomados do Ensino Superior.

A situação aqui descrita refere-se a grupo de idades muito diferentes, pelo que é útil ver num período mais recente a relação que existe entre as saídas do Sistema Educativo e a sua absorção no mercado de trabalho.

II.2.2 - Os empregos ocupados pelos jovens de 25 a 34 anos segundo o nível em que saem do Sistema Educativo

Tendo em conta uma geração recente, a análise é feita com uma abordagem de equilíbrio global do mercado de trabalho em termos de *stocks* para se observar a relação que existe entre os que saem do Sistema Educativo recentemente e sua absorção no mercado de trabalho. Para isso, comparou-se a população com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos e seu nível de educação com o estatuto no trabalho ocupado.

Quadro 5.8 - Repartição da população de 25-34 anos segundo seu nível de educação e seu estatuto, ano 2007

| | em % | | | | | | | Total |
|---|---------------|-------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|------|-------|
| | Sem instrução | Alfa. | Ensino Básico | Secun. 1º ciclo | Secun. 2º ciclo | Secun. 3º ciclo | Sup. | |
| Quadros | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 | 20 | 55 | 10 |
| Empregados/trabalhadores qualificados | 6 | 13 | 20 | 28 | 31 | 33 | 27 | 24 |
| Empregados/trabalhadores não qualificados | 16 | 17 | 19 | 21 | 9 | 10 | 1 | 15 |
| Agricultores/Pescadores | 11 | 5 | 8 | 5 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| Outros trabalhadores não assalariados | 17 | 28 | 25 | 22 | 27 | 16 | 4 | 21 |
| Desempregados | 12 | 21 | 13 | 14 | 11 | 11 | 7 | 12 |
| Inactivos | 38 | 15 | 14 | 7 | 9 | 8 | 6 | 12 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 99 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007.

Para todos os indivíduos, a relação entre o nível de escolaridade e o estatuto no emprego é muito coerente. Os empregos dos Quadros são essencialmente ocupados pelas pessoas mais instruídas, enquanto os empregos dos menos qualificados são sobretudo ocupados pelas pessoas com níveis de educação mais baixo. No entanto, nota-se igualmente que os empregos médios (empregados/trabalhadores qualificados) são ocupados por aqueles que saem do Ensino Superior (27% dos indivíduos de 25-34 anos com Ensino Superior) e os empregos não qualificados são ocupados por indivíduos que fizeram o terceiro ciclo do Ensino Secundário (10%). Além disso, há igualmente uma percentagem significativa de indivíduos que fizeram o segundo e terceiro ciclos do Ensino Secundário e que são trabalhadores por conta própria (na sua maioria trabalhos informais, com destaque para comércio). Isso mostra um ligeiro desequilíbrio na parte superior do sistema entre a produção do número de diplomados do Ensino Superior e as necessidades no mercado de trabalho. Na verdade, mais de um quarto dos diplomados do Ensino Superior não encontra emprego de quadro, causando, assim, uma queda nos empregos qualificados, provocando um desfasamento de quase um quarto dos diplomados do 3º ciclo do Ensino Secundário que não consegue encontrar empregos qualificados (já ocupados por diplomados do nível superior). Verifica-se uma queda sobre os empregos de trabalhadores e operários não qualificados e empregos informais, dando assim lugar aos diplomados do Ensino Básico e do primeiro ciclo do Ensino Secundário. Esse desfasamento estrutural se traduz, por uma desclassificação e por uma maior proporção de indivíduos não empregados (inactivos e desempregados), quando mais se direcciona para a parte inferior do sistema. Dos indivíduos de 25 a 34 anos, 27% e 21% que saem do Ensino Básico e do 1º ciclo do Ensino Secundário, respectivamente, não trabalham, enquanto que os com o Ensino Superior, apenas 13% se encontra nesta situação.

Estas observações demonstram algumas dificuldades que os jovens formados com Ensino Superior têm em aceder a um emprego de quadro. Estas dificuldades de empregos dos formados com o Ensino Superior têm consequências igualmente nos habilitados com o terceiro ciclo do Ensino Secundário por causa do aumento da concorrência dos formados com o Ensino Superior ao longo dos tempos, diminuindo as suas oportunidades de ter acesso aos empregos que eles poderiam ocupar com as suas qualificações académicas.

II.2.3 - Balanço formação-empregos, análise de fluxo

Em vez de atacar os “stocks” (os formados e os empregos) como na análise anterior, é interessante manter e conduzir uma análise em termos de “fluxo”. Para isso, procurou-se

colocar a oferta de qualificações produzidas em diferentes níveis do Sistema Educativo com vagas disponíveis de acordo com as suas características no mercado de trabalho, durante um ano recente.

Na perspectiva de estabelecer um equilíbrio entre a formação e o emprego nos últimos anos, procurou-se olhar para um *pseudo* grupo de idade de milhares de jovens que saem do sistema escolar durante um ano recente. De um lado, a distribuição actual dos níveis terminais de escolarização e, do outro, os empregos disponíveis, normalmente segundo seus tipos ou nível de qualificação.

A distribuição dos níveis terminais de formação pode derivar directamente da estimação do perfil de escolarização. A distribuição dos empregos oferecidos numa base anual, nos últimos anos, é mais difícil de estabelecer. De facto, geralmente não se dispõe de tais estatísticas, por isso, deve-se: i) identificar directamente os empregos ocupados com os que saem do sistema (inquérito de acompanhamento); ii) ter disponíveis dois inquéritos em duas datas diferentes; iii) agir por estatística comparativa e integrar na análise, as criações líquidas de empregos e de renovações.

No contexto cabo-verdiano, os empregos disponíveis anualmente, nos últimos anos, foram estimados a partir da base de dados do inquérito do agregado familiar (QUIBB 2007), tendo em conta os empregos conseguidos entre Julho e Dezembro de 2007 por aqueles que saíram do Sistema Educativo em Junho de 2007 (durante um ano inteiro). Deve-se estar ciente de que estes números são apenas ordens de grandeza, mas a experiência tem mostrado que esta forma de proceder produz números que se revelam razoavelmente próximos dos obtidos com os procedimentos mais complexos e mais específicos (quando estes dados existem) e razoavelmente próxima da realidade.

Ao comparar estas duas distribuições [classificados i) por nível terminal crescente na esfera da Educação/formação e ii) indo do sector informal ao sector formal, e dos empregos menos qualificados à aqueles que são mais qualificados] obtêm-se uma ideia quantitativa global da pertinência dos regimes em matéria de repartição das escolarizações por nível de educação/formação com referência às demandas quantitativas e qualitativas da economia do país nos últimos anos. Pode se estimar em cerca de 14 000 indivíduos, o tamanho do *pseudo-coorte* que entra na vida activa e que encontrou um emprego em 2007. Com base nestas análises, o quadro 5.9, que se segue, apresenta os resultados obtidos.

Quadro 5.9 - Balanço quantitativo Educação-Emprego, fluxo com base anual, 2007

| Distribuição das saídas do Sistema Educativo | | | Distribuição dos empregos disponíveis aos que saem do Sistema Educativo | | |
|--|------|--------|---|------|--------|
| Superior | 23% | 3.220 | Quadros | 14% | 2.000 |
| Secundário 3º ciclo | 32% | 4.480 | Trabalhadores qualificados | 27% | 3.800 |
| Secundário 2º ciclo | 22% | 3.080 | Trabalhadores não qualificados | 30% | 4.200 |
| Secundário 1º ciclo | 18% | 2.520 | Outros empregos não assalariados (informal essencialmente) | 23% | 3.200 |
| Ensino Básico | 4% | 560 | Agricultores / pescadores | 6% | 800 |
| Total da coorte | 100% | 14.000 | Total de empregos oferecidos | 100% | 14.000 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007 e Capítulo 2

Na parte inferior do quadro, constata-se que cerca de 4% dos jovens se inserem na vida activa unicamente após ter concluído o Ensino Básico. Mesmo que o Ensino Básico de seis anos apareça como requisito mínimo adquirido pelos indivíduos, à semelhança de grande número de países africanos, muitas crianças não entram na escola ou não concluem o Ensino Básico. Pensa-se, que esta proporção de jovens tem de melhorar significativamente as suas condições de vida, porque esses jovens se ocupam essencialmente da agricultura, dos empregos informais e dos empregos não qualificados.

Seguidamente, constata-se na parte superior, em particular no Ensino Superior, um desequilíbrio entre o número de formados e o número de empregos disponíveis. De facto, estima-se que o número de saídas do Ensino Superior para a procura de um emprego em Cabo Verde está à volta de 3220, enquanto o número de empregos de quadros disponíveis anualmente é de apenas 2000, um rácio de 1,6 de saídas para o emprego. Nestas condições, assiste-se a situações de desemprego e desclassificação, o que quer dizer que os que saem do Ensino Superior ocupam muitas vezes empregos de nível de qualificação inferior às que possuem. Este efeito de retrogradação cria igualmente concorrência com os que saem do terceiro ciclo do Ensino Secundário que vão ocupar alguns trabalhos não qualificados.

Nota-se, neste capítulo, que existe um ligeiro desequilíbrio entre o número de diplomados do Ensino Superior que estão no mercado de trabalho e o número de trabalhos disponíveis que correspondam ao seu nível de qualificação. Mesmo que este desequilíbrio não seja alarmante, cria-se um fosso na estrutura do sistema, dado que os diplomados do Ensino Superior continuam, às vezes, em empregos menos qualificados e que

normalmente deveriam retornar aos diplomados do segundo e terceiro ciclos do Ensino Secundário. Paralelamente, vê-se que o essencial do valor a adicionar da educação sobre o comportamento esperado dos indivíduos na esfera social (saúde, reprodução, etc.) é obtido com um Ensino Básico completo e que o primeiro ciclo do Ensino Secundário fornece um complemento de valor adicional, mesmo que todas as crianças cabo-verdianas não concluam este nível.

Convém estar vigilante sobre o equilíbrio entre as saídas do Sistema Educativo e as necessidades do mercado de trabalho a fim de evitar que este desequilíbrio aumente ainda mais. Por isso, é aconselhável permitir que a nova geração aumente ainda mais o primeiro ciclo do Ensino Secundário, enquanto tenta actuar dentro das proporções razoáveis de acesso ao Ensino Superior. A fim de controlar o acesso ao Ensino Superior nas proporções razoáveis, uma das vias possível, seria a de permitir aos jovens saídos do segundo ciclo do Ensino Secundário continuar seus estudos em programas técnicos e profissionais no nível do terceiro ciclo do Ensino Secundário e, em seguida, inserí-los no mercado de trabalho. O Ensino Técnico e Profissional, para se desenvolver, deve ser objecto de uma análise precisa que procurará reforçar os sectores mais promissores para o emprego em conformidade com as necessidades económicas reais do país.

Capítulo 6

Equidade e disparidade no Sistema Educativo Cabo-verdiano

As informações sobre a equidade são importantes na descrição de um Sistema Educativo em matéria de acesso, escolarização e beneficiação dos recursos públicos afectos à educação. A educação constitui um investimento útil para o indivíduo visto que contribui para a sua melhor inserção social e económico. O desenvolvimento económico está ligado, em parte, ao nível médio da educação duma população e é portanto necessário que toda a população atinja o nível mínimo de educação. Para tal, é fundamental que todos tenham as mesmas oportunidades de se escolarizar.

O objectivo deste capítulo é estudar as disparidades que poderão existir entre as diferentes categorias sociais e entre as regiões do país em matéria de escolarização. Procura-se ainda obter respostas para as seguintes questões:

- i) Será que todas as crianças cabo-verdianas têm as mesmas oportunidades no acesso aos diferentes níveis de ensino?
- ii) Será que a despesa pública da Educação beneficia todos na mesma proporção?

I. Equidade e disparidade nas escolarizações

I.1 - Perspectiva global

O quadro 6.1 mostra a repartição das crianças/jovens (5-25 anos) por género, localização, nível de vida e frequência dos diferentes níveis de ensino. A análise do quadro permite-nos concluir o seguinte:

- i) a relação entre a população (5-25 anos) do meio urbano e a do meio rural é de 1,2. Isto significa que em cada 100 pessoas no meio rural, há 120 no meio urbano;
- ii) a população masculina na faixa etária 5-25 anos é ligeiramente superior à feminina (2%) ou seja para cada 100 meninas existem 102 rapazes;

- iii) em relação às pessoas (5-25 anos) que frequentam ou que já frequentaram o Ensino Superior, no meio urbano é 9,5 vezes maior do que no meio rural. No que concerne ao género, as meninas são 15% superiores aos rapazes;
- iv) a frequência do Ensino Superior é 12,7 vezes superior para as pessoas mais possedentes (com maior rendimento) se comparadas com as menos possedentes;
- v) há uma clara vantagem das meninas relativamente à frequência do Pré-escolar, Ensino Secundário (2º e 3º ciclos) e Ensino Superior. Há mais rapazes que nunca frequentaram qualquer nível de escolarização;
- vi) com excepção do Ensino Básico, a frequência aos diversos níveis de ensino é superior no meio urbano.

Quadro 6.1 - Repartição de jovens (5 – 25 anos) segundo nível de instrução, género, localização e nível de vida, ano 2007

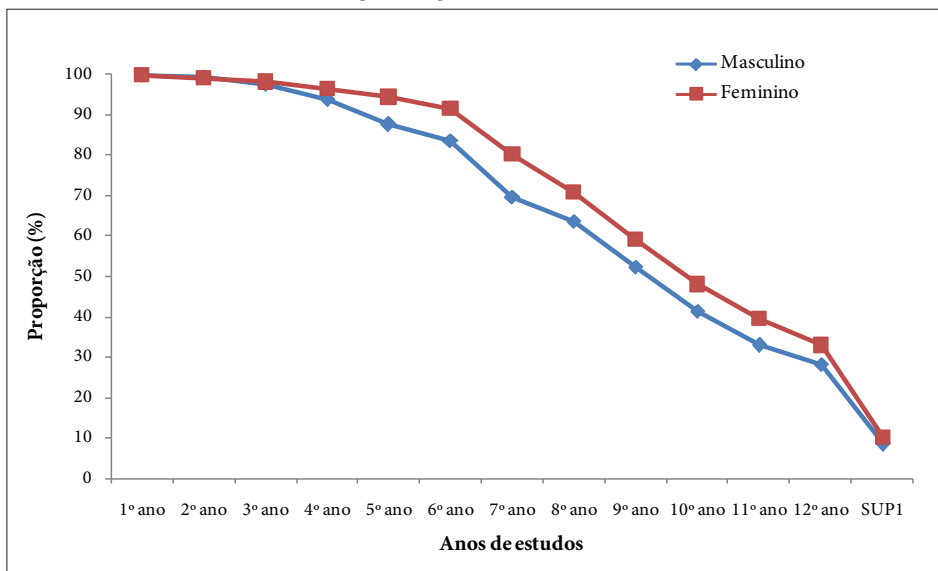
| Meio de residência | Frequência de estudo mais alto (grupo) | | | | | | | | % na população | Efectivos |
|--|--|---------------|-------------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|----------|----------------|-----------|
| | Nenhuma instrução | Alfabetização | Pré-escolar | Básico | 1º Ciclo Secundário | 2º Ciclo Secundário | 3º Ciclo Secundário | Superior | | |
| Urbano | 55,3 | 63,8 | 55,5 | 47,9 | 56,4 | 60,5 | 65,4 | 90,5 | 54,5 | 131.961 |
| Rural | 44,7 | 36,2 | 44,5 | 52,1 | 43,6 | 39,5 | 34,6 | 9,5 | 45,5 | 110.258 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 242.219 |
| Sexo | | | | | | | | | | |
| Masculino | 51,8 | 52,0 | 48,6 | 53,5 | 51,4 | 45,1 | 44,9 | 46,0 | 50,6 | 122.559 |
| Feminino | 48,2 | 48,0 | 51,4 | 46,5 | 48,6 | 54,9 | 55,1 | 54,0 | 49,4 | 119.662 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 242.221 |
| Quintil das despesas anuais per capita | | | | | | | | | | |
| q1 | 39,8 | 18,3 | 20,0 | 27,2 | 20,4 | 17,4 | 12,9 | 1,8 | 22,3 | 53.980 |
| q2 | 27,0 | 12,3 | 20,6 | 21,9 | 20,2 | 18,3 | 18,2 | 4,6 | 20,3 | 49.231 |
| q3 | 18,3 | 39,0 | 19,1 | 22,8 | 23,6 | 21,4 | 20,5 | 11,6 | 22,2 | 53.701 |
| q4 | 9,6 | 16,2 | 19,9 | 16,4 | 21,8 | 23,7 | 23,4 | 27,5 | 19,5 | 47.265 |
| q5 | 5,3 | 14,2 | 20,5 | 11,7 | 13,9 | 19,2 | 25,0 | 54,4 | 15,7 | 38.047 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 242.224 |
| Rapaz/menina | 1,07 | 1,08 | 0,95 | 1,15 | 1,06 | 0,82 | 0,82 | 0,85 | 1,02 | 1,02 |
| Urbano/Rural | 1,24 | 1,76 | 1,25 | 0,92 | 1,29 | 1,53 | 1,89 | 9,52 | 1,20 | 1,20 |
| (q5+q4)/(q1+q2) | 0,22 | 0,99 | 1,00 | 0,57 | 0,88 | 1,20 | 1,56 | 12,70 | 0,83 | 0,83 |

Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados do QUIBB 2007

I.2 - Disparidade de acesso segundo o sexo

A proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino segundo género está reflectida no gráfico 6.1. Esta proporção demonstra a probabilidade de uma criança cabo-verdiana em aceder aos diferentes níveis de ensino. Não existe disparidade de género no acesso ao Ensino Básico. Entretanto, existem diferenças nos três últimos anos do Ensino Básico e à entrada do Ensino Secundário com vantagens para as meninas. Este resultado poderá ser explicado, em parte, pela maior percentagem de repetência nos rapazes. Em 2009, a percentagem de rapazes repetentes era de 12% e 22% nos ensinos Básico e Secundário contra 8% e 19% nas meninas.

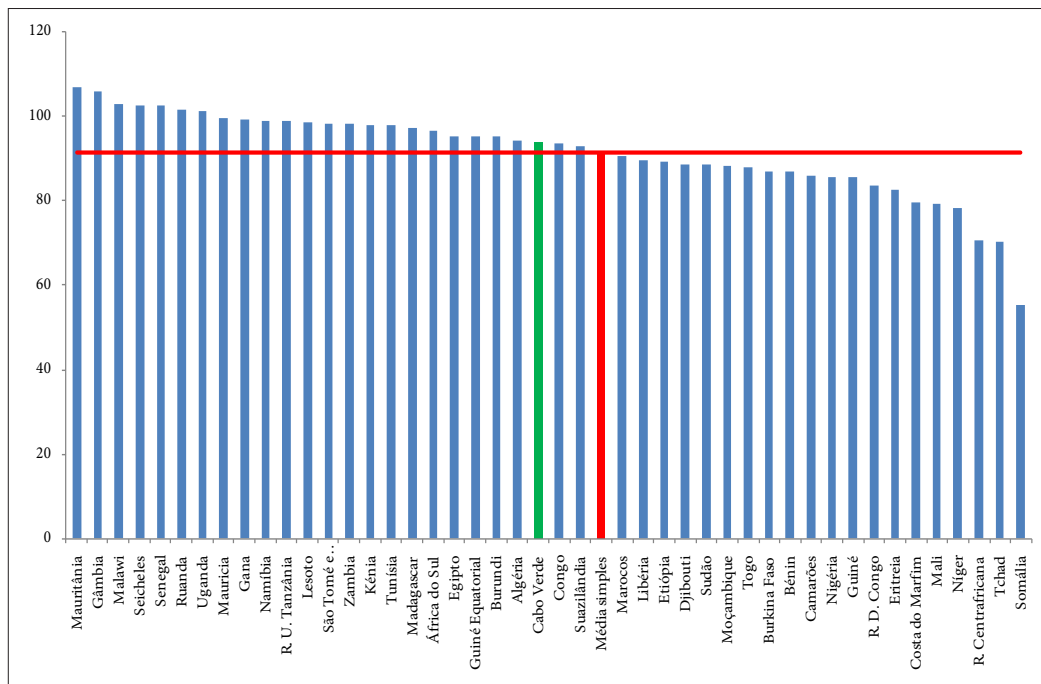
Gráfico 6.1 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino segundo género, ano 2007



Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

O rácio entre as taxas brutas de escolarização (TBE) segundo o género demonstra que o índice de paridade no Ensino Básico é de 0,928 em Cabo Verde, ou seja, em cada 100 rapazes escolarizados há 93 meninas também escolarizadas. Este indicador mostra uma ligeira vantagem dos rapazes em relação às meninas. Este facto pode estar relacionado com o nível de repetência nos rapazes visto que a repetência aumenta a taxa bruta de escolarização.

Gráfico 6.2 - Índice de paridade de género no Ensino Básico em alguns países de África em 2008 ou próximo, ano 2007



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA), ISU

A situação da disparidade acontece em quase todos os países comparáveis, à excepção de Namíbia e Maurícia. Relativamente ao Ensino Secundário a disparidade é mais acentuada e regista-se em todos os países. Entretanto, se nos outros países africanos a disparidade é a favor dos rapazes, já em Cabo Verde a situação é inversa, com as meninas a registar uma clara vantagem em relação aos rapazes, pois o índice de paridade meninas/rapazes é de 1,156 no 1º ciclo e 1,201 no conjunto de 2º e 3º ciclos (9º, 10º, 11º e 12º anos).

I.3 - Disparidade de acesso segundo o nível de vida

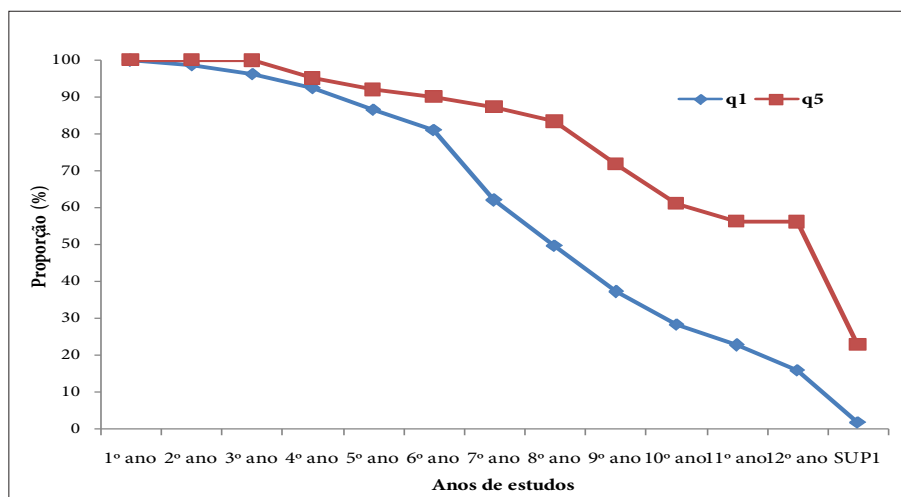
O nível de vida¹² das crianças não condiciona o seu acesso ao Ensino Básico. As crianças pertencentes às famílias menos possedentes têm as mesmas possibilidades de aceder

¹² O nível de vida aproxima-se à despesa total por pessoas numa família. As famílias mais ricas são as com despesa por cabeça superior no 5º quintil. As mais pobres têm uma despesa inferior por cabeça no 1º quintil.

ao Ensino Básico que as pertencentes às famílias mais possedentes. Entretanto, as diferenças aumentam com o aumento do nível de escolarização. Assim, a probabilidade de acedem ao último ano do Ensino Básico é 81% para as crianças pertencentes às famílias com menos recursos contra 90% para crianças pertencentes às famílias com mais recursos. A desvantagem no acesso ao 1º ciclo do Ensino Secundário é mais acentuada para as crianças pertencentes às famílias menos possedentes. Neste nível, a probabilidade de acesso é de 62% contra 87% para as crianças que se encontram na posição contrária.

As crianças com menos recursos permanecem menos tempo no sistema. O gráfico 6.3 mostra que as crianças do Ensino Básico pertencentes às famílias melhor posicionadas em termos financeiros têm 2 vezes mais possibilidades de permanecerem até ao 6º ano de escolaridade do que as pertencentes às famílias que se encontram na posição contrária. O acesso ao Ensino Superior é 11,5 vezes superior para as pessoas pertencentes às famílias mais ricas, sendo a probabilidade de acesso de 2,0% para as pessoas pertencentes às famílias mais pobres contra 22,9% para as mais ricas.

Gráfico 6.3 - Proporção de uma geração que acede a diferentes níveis de ensino segundo o nível de vida, ano 2007

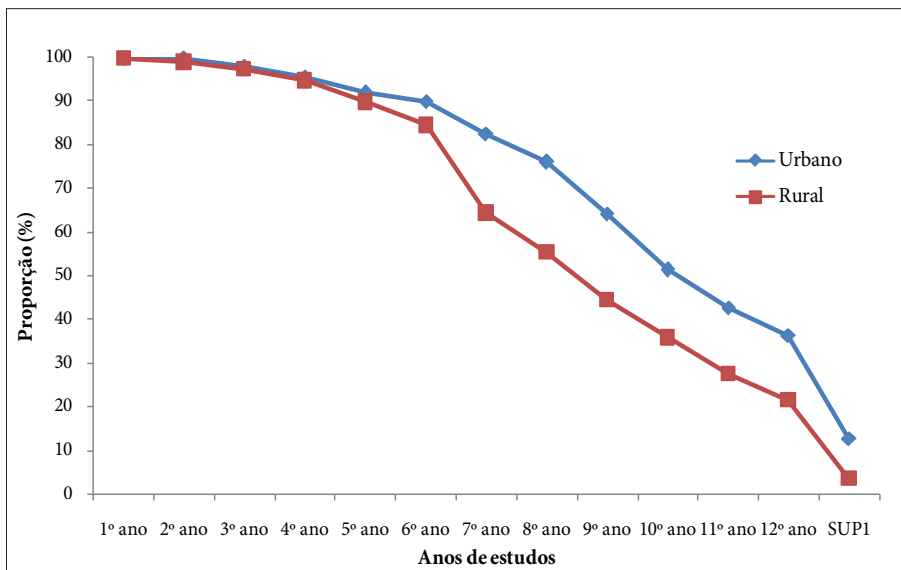


Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

I.4 - Disparidade de acesso segundo o meio de residência

Não existe disparidade de acesso ao 1º ano do Ensino Básico segundo o meio de residência. Todas as crianças, quer do meio urbano quer do meio rural, têm a mesma oportunidade de acederem à escola (probabilidade de acesso ao 1º ano é de 99,8%).

Gráfico 6.4 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino segundo o meio de residência, ano 2007

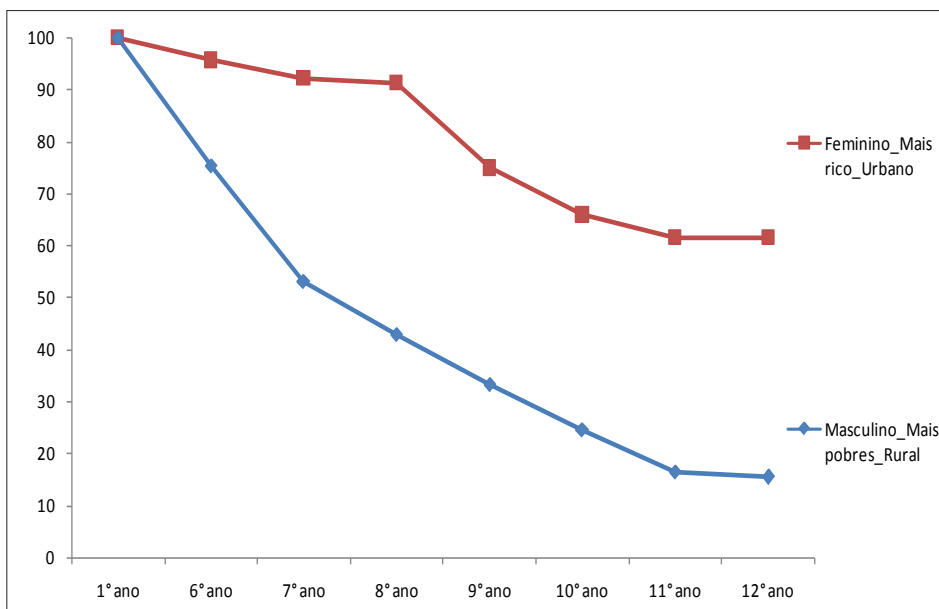


Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

As diferenças entre o meio urbano e o meio rural acontecem ao longo dos anos de estudos e em detrimento do último, mas não são significativas. Os dados mostram que a taxa de manutenção dos alunos na escola é superior no meio urbano. (ver quadro 6.3 modelo econométrico de manutenção).

O estudo de disparidade da escolarização segundo o sexo, nível de vida e meio de residência permite apresentar os grupos extremos e apreciar a diferença entre eles. O grupo mais favorecido é constituído pelas meninas do meio urbano pertencentes às famílias mais ricas e o mais desfavorecido é constituído pelos rapazes do meio rural pertencentes às famílias mais pobres.

Gráfico 6.5 - Proporção de uma geração que acede aos diferentes níveis de ensino por grupos extremos, ano 2007



Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

I.5 - Disparidade segundo o concelho de residência

A probabilidade de acesso ao 1º ano é praticamente generalizada em todos os concelhos e situa-se entre 96% e 100%, respectivamente. Destacam-se pela negativa, os concelhos de Porto Novo, Tarrafal de São Nicolau, Boavista e Santa Catarina cujas percentagens encontram-se abaixo da média nacional.

No 6º ano de escolaridade, a probabilidade de acesso ronda os 87,5%. Entretanto, nota-se alguma diferença de acesso entre os concelhos com uma variação de 19,6%. O concelho da Brava com 75,7% apresenta menor probabilidade de acesso e o de Porto Novo encontra-se na posição contrária com 95,3%. A desigualdade entre os concelhos é mais acentuada no Ensino Secundário cujos valores rondam os 37, 39, 44, 34, 29 e 31 pontos percentuais seguindo a mesma ordem dos anos de estudos que o compõem.

Quadro 6.2 - Probabilidade de acesso por ano de estudo segundo concelho de residência, ano 2007

| Região | 1º ano | 6º ano | 7º ano | 8º ano | 9º ano | 10º ano | 11º ano | 12º ano |
|-------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ribeira Grande | 100,0 | 92,7 | 74,9 | 64,1 | 55,8 | 52,1 | 39,3 | 27,7 |
| Paul | 100,0 | 89,6 | 73,4 | 57,8 | 47,1 | 42,6 | 30,2 | 25,8 |
| Porto Novo | 98,8 | 95,3 | 68,0 | 53,9 | 47,6 | 35,3 | 31,2 | 19,1 |
| São Vicente | 100,0 | 93,0 | 82,8 | 69,7 | 56,2 | 48,4 | 39,9 | 34,3 |
| Ribeira Brava | 100,0 | 92,0 | 65,3 | 58,7 | 54,8 | 50,9 | 20,1 | 12,4 |
| Tarrafal de São Nicolau | 98,6 | 92,8 | 64,8 | 45,9 | 44,1 | 35,3 | 15,9 | 12,5 |
| Sal | 100,0 | 83,8 | 75,2 | 74,1 | 59,3 | 46,0 | 33,4 | 19,2 |
| Boavista | 95,5 | 90,9 | 77,8 | 72,6 | 51,3 | 35,5 | 18,1 | 19,4 |
| Maio | 100,0 | 88,3 | 70,7 | 60,9 | 52,3 | 48,7 | 27,8 | 17,9 |
| Tarrafal de Santiago | 100,0 | 88,5 | 81,9 | 69,4 | 54,7 | 45,3 | 29,8 | 18,0 |
| Santa Catarina | 99,2 | 82,7 | 65,3 | 60,2 | 48,2 | 38,4 | 33,5 | 22,2 |
| Santa Cruz | 100,0 | 84,3 | 71,6 | 64,8 | 53,9 | 43,0 | 30,4 | 24,1 |
| Praia | 100,0 | 86,7 | 83,1 | 79,8 | 66,8 | 50,0 | 44,7 | 42,9 |
| São Domingos | 100,0 | 93,1 | 77,4 | 67,4 | 60,8 | 48,4 | 36,5 | 36,0 |
| São Miguel | 99,8 | 91,9 | 72,6 | 59,4 | 55,0 | 49,4 | 43,2 | 29,0 |
| São Lourenço dos Orgão | 100,0 | 88,6 | 75,2 | 61,4 | 54,9 | 42,2 | 31,6 | 22,8 |
| São Salvador do Mundo | 100,0 | 90,7 | 82,5 | 81,1 | 62,0 | 50,0 | 39,5 | 36,2 |
| Rª Grande de Santiago | 100,0 | 84,5 | 52,6 | 47,2 | 36,2 | 30,5 | 18,2 | 13,9 |
| Mosteiros | 100,0 | 76,5 | 61,2 | 51,4 | 46,8 | 42,8 | 29,1 | 22,9 |
| São Filipe | 100,0 | 82,0 | 57,2 | 54,3 | 46,9 | 33,3 | 34,1 | 27,8 |
| Santa Catarina do Fogo | 100,0 | 76,8 | 46,2 | 42,8 | 37,1 | 21,6 | 21,3 | 16,8 |
| Brava | 99,0 | 75,7 | 52,1 | 46,3 | 23,2 | 18,2 | 15,8 | 20,7 |
| Cabo Verde | 99,8 | 87,5 | 74,6 | 67,1 | 55,7 | 44,6 | 36,2 | 30,4 |
| Intervalo de variação | [96 - 100] | [76 - 95] | [46 - 83] | [43 - 81] | [23 - 67] | [18 - 52] | [16 - 45] | [12 - 43] |

Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

I.6 - Impacto de certas características sociais e demográficas sobre a permanência dos alunos no Ensino Básico

O acesso ao Ensino Básico é garantido a todas as crianças, mas a possibilidade de permanecerem até ao 6º ano é condicionado pelos factores sócio demográficos e económicos e que se reportam no ambiente (familiar, concelhio, meio de residência, etc.). O quadro 6.3 mostra o impacto dos 5 factores sobre a possibilidade dos alunos permanecerem na escola até ao 6º ano. A baixa taxa do coeficiente de determinação (Pseudo R²) reflecte a não inclusão de outros factores no modelo. De acordo com as variáveis utilizadas, o sexo, o nível de vida das famílias e a zona de residência têm grande influência na manutenção dos alunos na escola. A possibilidade de manutenção das meninas na escola é maior (2,22 vezes) do que os rapazes, é maior nos jovens que vivem no meio urbano (1,76) do que os que vivem no meio rural e é, também, superior nos jovens pertencentes às famílias mais ricas. O nível de instrução do chefe da família tem um papel muito importante, ou seja, quanto maior for o nível de instrução do chefe maior é a possibilidade do jovem manter-se na escola.

Quadro 6.3 - Modelização econométrica da manutenção (população 15-17 anos), ano 2007

| Variáveis independentes | Bruto | | | Líquido em relação às outras variáveis independentes | | | Efectivos |
|-------------------------------|-----------------|------------------|------------------------|--|------------------|-----------------------------|-----------|
| | Efeito marginal | Rácio de chances | Significativida- de | Efeito marginal | Rácio de chances | Signifi- cativida- de | |
| sexo | | | | | | | |
| 1. Rapaz | (MR) | (MR) | | (MR) | (MR) | | 23 177 |
| 2. Menina | 0,08 | 2,28 | *** | 0,07 | 2,22 | *** | 22 341 |
| Sexo do CF (chefe de família) | | | | | | | |
| 1. Rapaz | (MR) | (MR) | | (MR) | (MR) | | 21558 |
| 2. Menina | 0,02 | 1,25 | *** | 0,03 | 1,45 | *** | 23 960 |
| Instrução do CF | | | | | | | |
| 1. Nenhuma | (MR) | (MR) | | (MR) | (MR) | | 11 983 |
| 2. Primária | 0,05 | 1,57 | *** | 0,04 | 1,46 | *** | 27 802 |
| 3. Secundária ou mais | 0,08 | 3,14 | *** | 0,06 | 2,29 | *** | 5 733 |
| Índice do nível de vida | | | | | | | |
| 1. Quintil 1 | (MR) | (MR) | | (MR) | (MR) | | 9 761 |
| 2. Quintil 2 | 0,03 | 1,34 | *** | 0,02 | 1,29 | *** | 9 145 |
| 3. Quintil 3 | 0,05 | 1,84 | *** | 0,04 | 1,62 | *** | 10 127 |
| 4. Quintil 4 e 5 | 0,09 | 2,62 | *** | 0,06 | 1,94 | *** | 16 485 |
| Meio de residência | | | | | | | |
| 1. Rural | (MR) | (MR) | | (MR) | (MR) | | 20 583 |
| 2. Urbano | 0,06 | 1,76 | *** | 0,02 | 1,27 | *** | 24 935 |

Efectivo ponderado (incluídos na análise): 45 590.

Proporção de sim: 88,2% (correspondendo a um efectivo ponderado de 40 219).

Pseudo R-deux (último modelo): 5,3%.

MR: Modalidade de referência; S.S. sem significado; Nível de significância: * = 5%, ** = 1%, *** = 0,1%.

Fonte: Cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

II. Repartição dos recursos públicos em Educação

Esta secção permite verificar como é que os recursos públicos são distribuídos na educação, utilizando o princípio que quanto maior for o nível de acesso de um indivíduo, maior é o consumo dos recursos afectos ao Sistema Educativo.

Com base na taxa de acesso e os custos unitários nos diferentes níveis de ensino, é possível calcular a proporção de pessoas que deixam o Sistema Educativo, bem como a

repartição estrutural dos recursos públicos para a Educação. Sobre uma *cohorte* de 100 pessoas, em média, 95 acederam ao Ensino Básico, o que significa que 5 crianças (100-95) não beneficiaram dos recursos públicos da Educação neste nível de ensino.

Dos 95 alunos do Ensino Básico, 85 alcançaram o 1º ciclo do Ensino Secundário, o que significa que 10 não beneficiaram dos recursos disponibilizados para este nível. Entretanto, esses alunos terão beneficiados de 2 196 182\$00 (dois milhões, cento e noventa e seis mil e cento e oitenta e dois escudos) (9,6 x 228 769\$00), o que representa 4,9 % do total.

Dos 100 alunos que iniciaram a *cohorte*, 14 alcançaram o Ensino Superior e beneficiaram de 26% do total de recursos disponibilizados.

A distribuição dos recursos públicos da Educação pode igualmente ser apresentada sobre a forma de curva de Lorenz (gráfico 6.6) estabelecida sobre a base de valores acumulados da proporção de indivíduos (níveis terminal de estudos) e os valores acumulados de recursos públicos consumidos.

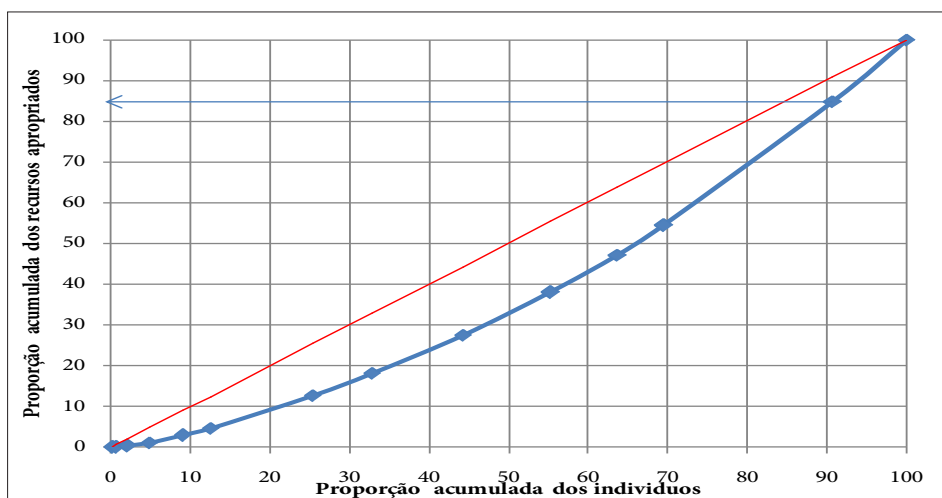
De acordo com o gráfico, pode-se constatar que 10% das pessoas que alcançaram maior nível de escolarização, consumiram 15% dos recursos públicos da Educação e os restantes 85% foram consumidos por 90% menos escolarizadas. O índice de Gini é de 0,27 o que demonstra que há uma boa distribuição dos recursos públicos entre os diferentes indivíduos duma geração.

Quadro 6.4 - Distribuição estrutural das despesas públicas na Educação numa *cohorte* de 100 crianças (Probabilidade de acesso por nível)

| 1. Níveis | 2. Custo unitário por ano (ECV) | 3. Número de anos de escolarização | % <i>Cohorte</i> | | Recursos públicos (ECV) | | Recursos públicos acumulados (ECV) | | 10. % acumulado de indivíduos (Xi) |
|---------------------|---------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|--|--|------------------------------------|--|------------------------------------|
| | | | 4. Nível de escolarização (TMS), em % | 5. Nível terminal | 6. Nível de escolarização (recursos consumidos dentro de um nível) | 7. Nível terminal (recursos consumidos dentro de um nível) | 8. Recursos acumulados pelo grupo | 9. Proporção (%) dos recursos acumulados | |
| Não escolarizada | 0 | 0 | 100 | 5,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5,16 |
| Básico | 38.128 | 6 | 94,8 | 9,6 | 228.769 | 228.769 | 2.202.093 | 4,9 | 14,78 |
| Secundário 1º ciclo | 35.883 | 2 | 85,2 | 20,7 | 71.767 | 300.536 | 6.218.023 | 13,9 | 35,47 |
| Secundário 2º ciclo | 47.874 | 2 | 64,5 | 15,7 | 95.749 | 396.284 | 6.217.477 | 13,9 | 51,16 |
| Secundário 3º ciclo | 64.585 | 2 | 48,8 | 35 | 129.171 | 525.455 | 18.411.058 | 41,2 | 86,2 |
| Superior | 79.946 | 4 | 13,8 | 13,8 | 319.782 | 845.237 | 11.664.273 | 26,1 | 100 |
| Todos os níveis | 0 | 0 | 0 | 100 | 845.237 | 2.296.281 | 44.712.925 | 100 | 0 |

Fonte: Capítulo 3, e cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

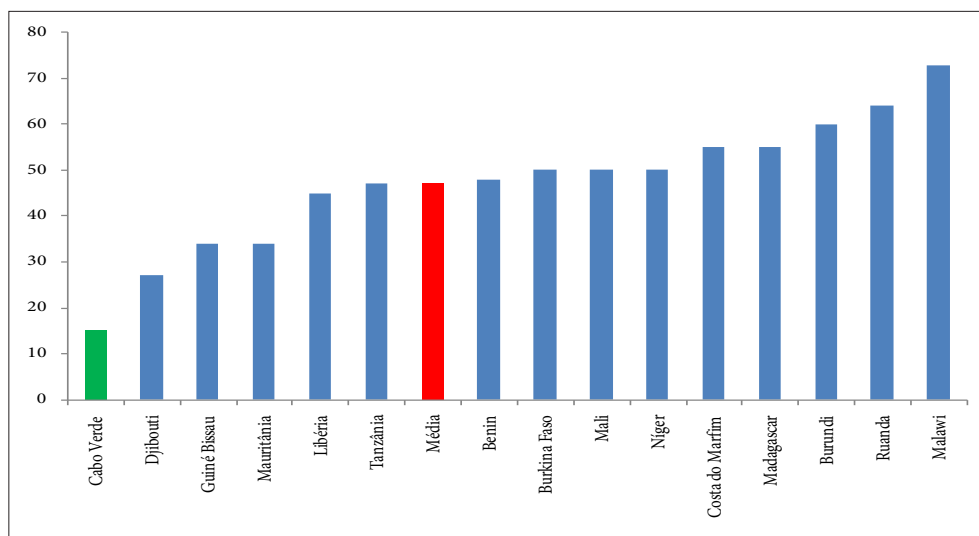
Gráfico 6.6 - Curva de Lorenz da distribuição dos recursos públicos na Educação



Fonte: Capítulo 3, e cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Comparativamente a outros países africanos com informações disponíveis no período 2006 – 2009, o Sistema Educativo Cabo-verdiano é o que apresenta maior equidade relativamente a distribuição de recursos. A proporção de recursos públicos em Educação consumida por 10% das pessoas mais educadas no Malawi ascende a 70%.

Gráfico 6.7 - Proporção de recursos públicos (nas despesas correntes) consumidos por 10% de pessoas mais educadas em alguns países africanos em 2008 ou anos próximos



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

A apropriação dos recursos públicos da Educação varia em função das categorias sociais (localização, género e quintil de rendimento). Por conseguinte, a população do meio urbano, que representa 54,5%, apropria de 69,1% dos recursos públicos da Educação e a do meio rural, que representa 45,5%, beneficia apenas de 30,9% desses recursos, traduzindo num índice de apropriação relativa de 1,9 e 1,0 para os do meio urbano e rural, respectivamente (5-25 anos).

Como se pode ler no quadro 6.5, o índice de apropriação relativa é de 1,2 para as meninas e de 1,0 para os rapazes. As pessoas com mais rendimento, apesar de serem menos representativas na população, apropriam-se de mais recursos.

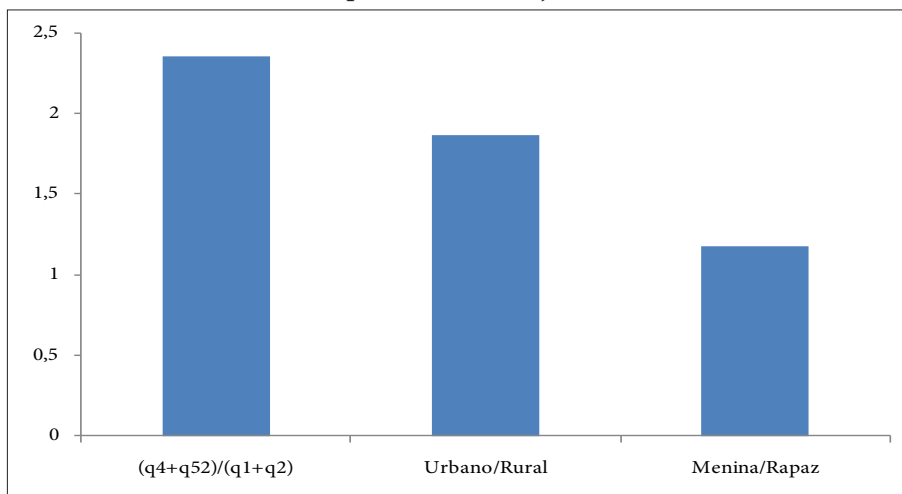
Quadro 6.5 - Apropriação das diferentes categorias sociais na despesa pública da Educação

| | % na população | % do recurso da educação apropriada | Índice de apropriação relativa |
|-----------------------|----------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| Localização | | | |
| Urbana | 54,5 | 69,1 | 1,9 |
| Rural | 45,5 | 30,9 | 1,0 |
| Género | | | |
| Rapaz | 50,6 | 46,5 | 1,0 |
| Menina | 49,4 | 53,5 | 1,2 |
| Quintil de rendimento | | | |
| q1 | 22,3 | 12,4 | 1,0 |
| q2 | 20,3 | 15,1 | 1,3 |
| q3 | 22,2 | 18,8 | 1,5 |
| q4 | 19,5 | 24,0 | 2,2 |
| q5 | 15,7 | 29,7 | 3,4 |

Fonte: Capítulo 3 e cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Em termos comparativos, a maior diferença de apropriação de recursos situa-se na categoria dos quintis de rendimento, ou seja, as pessoas mais ricas são as que mais beneficiam dos recursos públicos da Educação. A menor diferença situa-se no género com ligeira vantagem para as meninas.

Gráfico 6.8 - Apropriação comparada das diferentes categorias sociais e da despesa pública da Educação



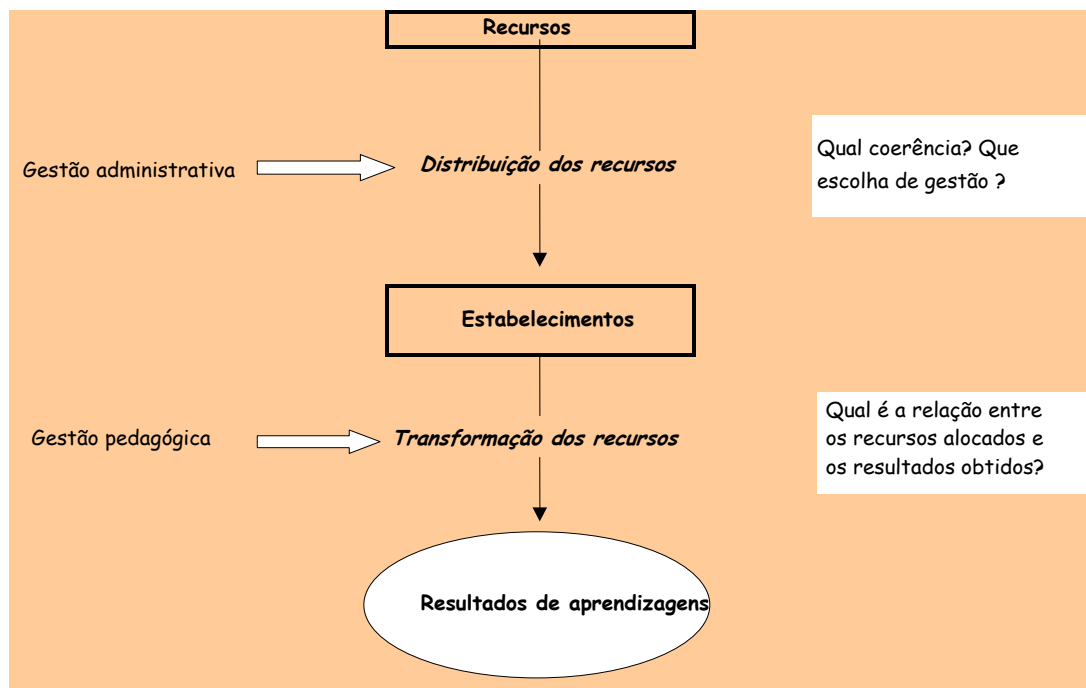
Fonte: Capítulo 3 e cálculo dos autores a partir do QUIBB 2007

Capítulo 7

A Gestão Administrativa e Pedagógica do Sistema

A gestão de um Sistema Educativo visa traduzir, em realidade, a política educacional (estratégia e os recursos mobilizados), através de duas funções principais: a de distribuição dos recursos (pessoas, materiais, etc.) do nível central dos estabelecimentos escolares (gestão administrativa); a de garantir que os recursos mobilizados, a nível de cada escola, se transformem em resultados tangíveis para os alunos (gestão pedagógica).

Esquema 7.1 - Processos de gestão administrativa e pedagógica do Sistema Educativo



Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

I. A Gestão Administrativa

I.1 - Afecção dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico

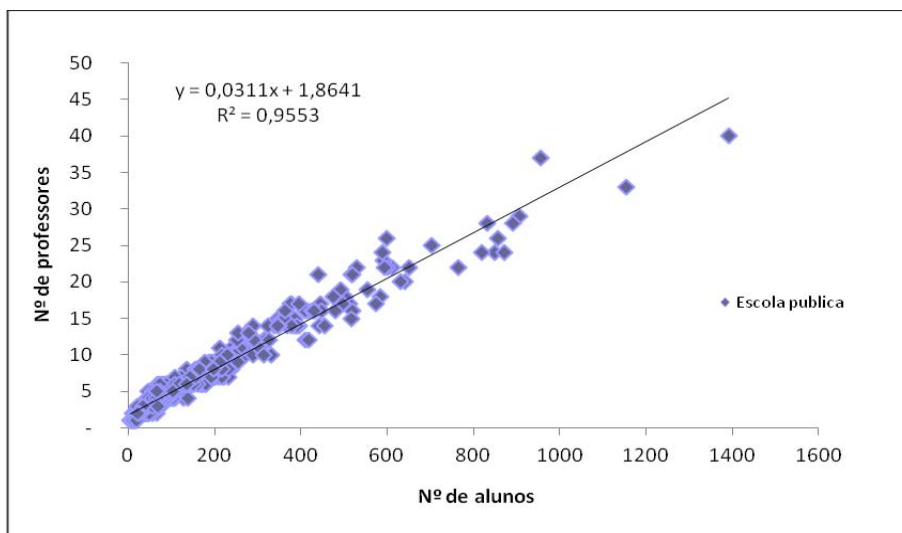
I.1.1 - Afecção dos professores segundo os efectivos de alunos nas escolas

Uma repartição dos professores perfeitamente coerente para garantir condições de ensino iguais a todos, implica que o número de professores nas escolas seja proporcional ao número de alunos.

Para medir o grau de coerência na repartição dos professores, utiliza-se um indicador estatístico designado por coeficiente de determinação R^2 . Este indicador mede a magnitude da diferença entre a situação observada e a situação ideal, onde as escolas com os mesmos efectivos de alunos têm o mesmo número de professores.¹³ No gráfico, que se segue, apresenta-se o número de alunos e de professores em cada uma das escolas públicas de Cabo Verde. A situação observada é representada pelos diferentes pontos e a situação ideal é representada à direita do gráfico.

¹³ O R^2 varia entre 0 e 1, descreve como o número de professores numa escola se encontra distribuído de forma proporcional ao número de alunos. Quanto mais próximo de 1, mais a afecção dos professores depende do número de alunos; quanto mais próximo de 0, menos a afecção é coerente com o número de alunos. Além disso, ela pode ser interpretada tanto em termos de equidade como de gestão. Em termos de equidade, indica se as condições de enquadramento são homogéneas com o território, um coeficiente de determinação R^2 baixo significa que o tamanho das turmas é muito diferente de uma escola para outra. Quanto à gestão, mostra em que medida o sistema é capaz de colocar os professores nas escolas conforme as suas necessidades.

Gráfico 7.1 - Coerência na afectação dos professores das escolas públicas do Ensino Básico, 2008/2009



Fonte: MED – Anuário da Educação 2008/2009 e cálculo dos autores

Em Cabo Verde, o coeficiente de determinação R^2 é de aproximadamente 96% para o conjunto das escolas públicas do Ensino Básico. O grau de aleatoriedade no processo de afectação de professores, medida pelo valor de $[1 - R^2]$ é igual a 4% no ano lectivo 2008/2009, ou seja, 4% do processo de afectação dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico do país está ligado a outros factores que não a do número de alunos que frequentam os estabelecimentos do Ensino Básico. Pode-se afirmar que a afectação de professores depende do número de alunos presentes nas escolas básicas.

É interessante comparar Cabo Verde, em termos de afectação dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico, com outros países de que se dispõe de dados. O quadro 7.1, que se segue, apresenta esta comparação.

Quadro 7.1 - Comparação do grau de aleatoriedade na afectação dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico em 16 países africanos.

| | Grau de aleatoriedade na afectação dos professores |
|----------------------------------|--|
| Cabo Verde (2009) | 4 |
| Guiné (2004) | 7 |
| Djibouti (2007) | 10 |
| Lesoto (2003) | 18 |
| Guiné-Bissau (2006) | 20 |
| Burkina Faso (2006) | 22 |
| Mauritânia (2008) | 22 |
| Níger (2008) | 22 |
| Angola (2008) | 31 |
| Tchad (2004) | 33 |
| Mali (2008) | 34 |
| Congo (2005) | 38 |
| Malawi (2007) | 42 |
| República Centro Africana (2005) | 46 |
| Burundi (2004) | 50 |
| Benin (2006) | 54 |
| MÉDIA | 28 |

Fonte: Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

Cabo Verde é o país onde se verifica maior coerência no processo de afectação dos professores nas escolas públicas, uma vez que, o grau de aleatoriedade não é mais do que 4% enquanto que a média para o conjunto dos países considerados é de 28%. Djibouti e Guiné apresentam, igualmente, uma boa coerência na afectação dos professores nas escolas, contrariamente a países como Benin, Burundi ou mesmo República Centro Africana, onde a afectação dos professores nas escolas não está relacionado, apenas, com o número de alunos, mas com outros factores.

I.1.2 - Afecção dos professores versus necessidades das escolas nos concelhos

Se, de uma forma geral, a aleatoriedade no processo de afecção dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico em Cabo Verde é fraco, existe, mesmo assim, algumas disparidades na afecção dos professores nas escolas entre diferentes ilhas e entre diferentes concelhos. Na verdade, se o concelho (ilha) do Sal apresenta um rácio alunos por professor de 33, já para o concelho do Paul não é mais do que 16, ou seja, uma diferença significativa na afecção dos professores entre estes concelhos, como mostra o quadro 7.2.

Se o grau de aleatoriedade no processo de afecção dos professores nas escolas, para grande maioria dos concelhos, é inferior a 10%, existem concelhos como Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo que apresentam graus de aleatoriedade de 20,3 e 13,5%, respectivamente. As aleatoriedades desses concelhos podem estar ligadas ao facto de serem concelhos novos e, ainda carecem de infra-estruturas e de recursos humanos.

Quadro 7.2 - Distribuição dos professores nas escolas públicas do Ensino Básico, 2008/2009, segundo concelho

| | Rácio Alunos/ Professor | Grau de aleatoriedade na afecção dos professores (%) | Min | Max | Número de es- colas públicas |
|----------------------------|----------------------------|--|-----|-----|---------------------------------|
| CABO-VERDE | 24 | 4,5 | 4 | 36 | 417 |
| SOTAVENTO | | | | | |
| Brava | 18 | 3,3 | 10 | 23 | 11 |
| Fogo | 22 | 3,7 | 12 | 33 | 48 |
| São Filipe | 22 | 3,0 | 13 | 27 | 27 |
| Santa Catarina do Fogo | 21 | 13,5 | 12 | 30 | 10 |
| Mosteiros | 24 | 1,9 | 14 | 33 | 11 |
| Santiago | 26 | 4,3 | 4 | 36 | 206 |
| Praia | 30 | 3,2 | 6 | 36 | 41 |
| Ribeira Grande de Santiago | 22 | 20,3 | 9 | 30 | 14 |
| São Domingos | 20 | 5,3 | 4 | 27 | 26 |
| Santa Catarina | 25 | 5,1 | 9 | 34 | 40 |
| São Salvador do Mundo | 24 | 3,6 | 15 | 29 | 11 |
| Santa Cruz | 23 | 3,6 | 9 | 30 | 24 |
| São Lourenço dos Órgãos | 20 | 7,0 | 14 | 26 | 10 |

| | | | | | |
|-------------------------|----|-----|----|----|----|
| São Miguel | 21 | 3,0 | 11 | 26 | 18 |
| Tarrafal | 23 | 1,6 | 5 | 34 | 22 |
| Maio | 20 | 2,0 | 10 | 26 | 12 |
| BARLAVENTO | | | | | |
| Boa Vista | 22 | 0,5 | 6 | 32 | 7 |
| Sal | 33 | 0,2 | 12 | 35 | 6 |
| São Nicolau | 22 | 1,6 | 8 | 25 | 21 |
| Ribeira Brava | 19 | 1,3 | 9 | 23 | 15 |
| Tarrafal de São Nicolau | 22 | 0,2 | 8 | 25 | 6 |
| São Vicente | 26 | 4,0 | 10 | 34 | 33 |
| Santo Antão | 18 | 2,4 | 5 | 26 | 73 |
| Ribeira Grande | 17 | 4,6 | 5 | 23 | 31 |
| Porto Novo | 19 | 1,2 | 5 | 26 | 27 |
| Paul | 16 | 8,9 | 11 | 25 | 15 |

Fonte: Ministério da Educação e Desporto e cálculo dos autores

Finalmente, mesmo para os concelhos onde quase não há aleatoriedade no processo de afectação dos professores nas escolas, constata-se disparidades no interior desses concelhos entre as escolas melhor dotadas e escolas menos dotadas em professores. Por exemplo, no concelho da Praia, não obstante o fraco grau de aleatoriedade no processo de afectação dos professores nas escolas (3,2%), existe uma grande diferença entre a escola melhor dotada em professor (6 alunos por professor) e a escola menos dotada (36 alunos por professor). Assim, é importante notar que para a grande maioria das escolas públicas cabo-verdianas, a correlação entre o número de alunos e o número de professores é forte e existe ainda alguma margem de manobra que visa reduzir as disparidades na afectação dos professores em algumas escolas.

I.2 - A afectação de professores no Ensino Secundário

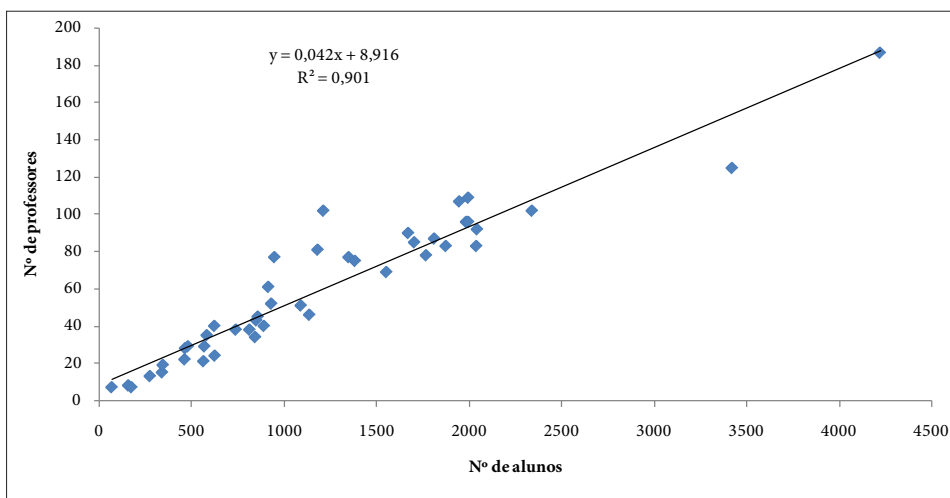
No que concerne à afectação dos professores nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário, a medição de coerência desta afectação pode ser feita de duas formas: a primeira, à semelhança do Ensino Básico, é de relacionar o número de alunos dos estabelecimentos com o número de professores. No entanto, esta técnica funciona a um limite relativo para o Ensino Secundário uma vez que, neste nível de ensino, os professores são especializados por disciplina e o número de professores afectos num determinado estabe-

lecimento de ensino não é inteiramente (forçosamente) dependente do número de alunos dessa instituição. De facto, a afectação dos professores nos estabelecimentos de Ensino Secundário depende do número de turmas que contém esses estabelecimentos e do número de horas que precisam ser ensinadas por disciplina. A lógica é, portanto, observar a relação que existe entre o volume horário dos professores de uma dada disciplina num estabelecimento e o volume horário que devem receber as turmas nesse mesmo estabelecimento para cada disciplina. No entanto, no caso de Cabo Verde, não foi possível distinguir os professores por disciplina. A segunda forma de medir a coerência na afectação dos professores nos estabelecimentos de Ensino Secundário é estabelecer uma relação entre o número total de horas teórica dos professores no seu conjunto e o número de horas das aulas a serem leccionadas na escola. As duas partes que se seguem apresentam os resultados.

I.2.1 - Relação entre o número de professores e o número de alunos

O gráfico 7.2 apresenta a relação que existe entre o número de professores e o número de alunos por estabelecimento público do Ensino Secundário.

Gráfico 7.2 - Relação entre o número de professores e o número de alunos nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário, ano 2008/2009



Fonte: MED – Anuário da Educação 2008/2009 e cálculo dos autores

Existe uma relação forte entre o número de professores afectados aos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário e o número de alunos. O coeficiente de determina-

ção – R2 – é de 90%. O grau de aleatoriedade medido é de 10%. Isto significa que 10% do fenómeno de afectação dos professores do Ensino Secundário nos estabelecimentos não está relacionado com o número de alunos desses estabelecimentos mas com outros factores. No entanto, existem limitações dessa abordagem para o Ensino Secundário, conforme foi explicado anteriormente. É aconselhável verificar se existe uma relação no fenómeno de afectação de professores entre o número de horas que os professores devem ensinar por instituição e o número de horas que as turmas devem receber.

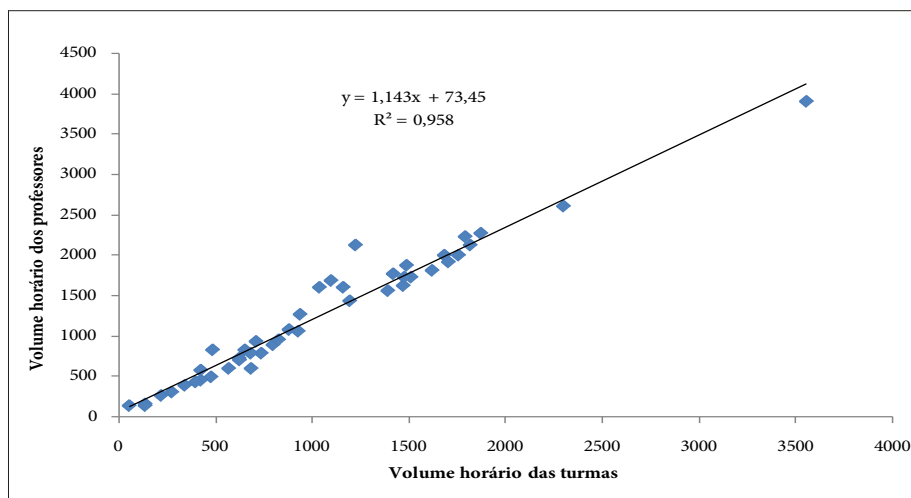
I.2.2 - Relação entre o volume horário dos professores e o volume horário das aulas

O gráfico 7.3 relaciona o total de horas dos professores por estabelecimento, obtido através da multiplicação do número de professores com o número médio de horas ensinado por professor,¹⁴ e o volume horário total de aulas por estabelecimento, obtido através da multiplicação do número de turmas com o número médio de horas semanais que essas turmas recebem.¹⁵

¹⁴ O capítulo 3 dá informações sobre o Ensino Secundário concernente ao número de horas efectuadas por professor e por ciclo segundo a antiguidade. Como é impossível separar os diferentes ciclos do Ensino Secundário, foi calculado um número médio de horas por professor para o Ensino Secundário tendo em conta a antiguidade de cada um. O número de horas teórico médio ensinado por um professor do Secundário foi de 20,9 horas em 2008/2009.

¹⁵ O número de horas de aulas segundo as diferentes turmas difere de um ano para outro e de um ciclo para outro. Foi calculado um número de horas médio por turma considerando o número de turmas existentes por ano de estudos e número de horas de aulas oficiais por ano de estudos. Em média, as turmas do Ensino Secundário receberam 28,4 horas de aulas por semana em 2008/2009.

Gráfico 7.3 - Relação entre o volume horário semanal dos professores e o volume horário semanal das turmas nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário, ano 2008/2009



Fonte: MED – Anuário da Educação 2008/2009 e cálculo dos autores

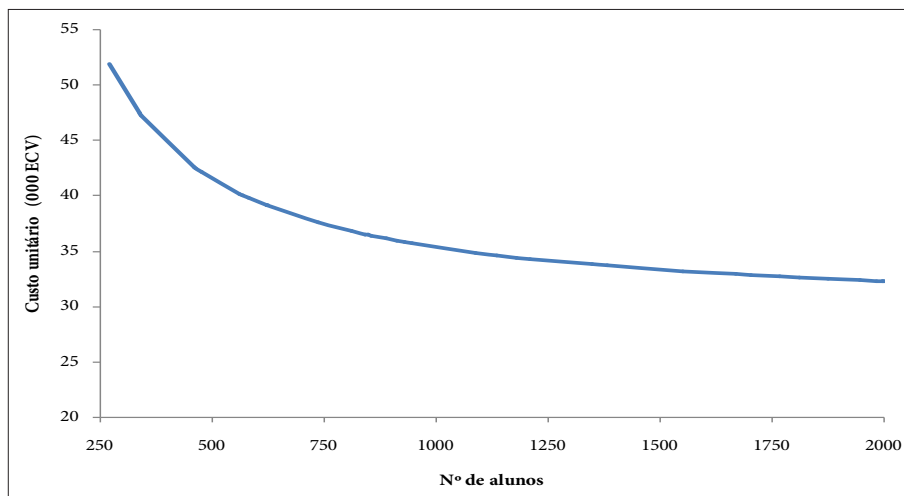
O resultado dessa relação mostra que existe uma forte coerência na afectação de professores nos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário em Cabo Verde na medida em que, o grau de aleatoriedade na afectação de professores, segundo o volume horário de aulas a leccionar por estabelecimento, é de apenas 4% [1-0,9588]. Este resultado confirma os dados obtidos anteriormente na relação entre o número de professores e o número de alunos. Estas duas análises são complementares e permitem concluir que, a nível nacional, a afectação de professores do Ensino Secundário nos estabelecimentos públicos é muito coerente e que ela se baseia em critérios objectivos que são, neste caso, o número de alunos dos estabelecimentos mas, sobretudo, o volume horário de aulas a serem ministradas nestes estabelecimentos.

I.3 - Análise das economias de escala na escolarização para o Ensino Secundário

Quando se examina as situações globais ou médias, supõe implicitamente que os recursos por aluno não são, em média, dependentes do tamanho do estabelecimento em que os estudantes estão matriculados. Sabe-se que, em geral, o custo médio por aluno é decrescente em função dos efectivos escolarizados. De facto, existe uma divisão imperfeita das despesas com os efectivos escolarizados numa escola, caso um estabelecimento de ensino dispõe de uma

dotação mínima para funcionar (pelo menos 2 a 3 professores para uma escola secundária e um director da escola, etc.). É, em razão da diminuição tendencial do custo unitário, quando se considera os efectivos mais numerosos, que se fala de economias de escala.

Gráfico 7.4 - Relação entre o custo unitário salarial por aluno (suportado pelo Estado) e o efectivo de alunos no estabelecimento do Ensino Secundário público



Fonte: MED – Anuário da Educação 2008/2009 e capítulo 3

Esta questão de economia de escala parece crucial em Cabo Verde, na medida em que a nova Lei de Bases considera um Ensino Secundário sem mensalidades de inscrição no primeiro ciclo e em seguida no segundo ciclo, a fim de alcançar, a prazo, uma escolarização universal de oito para dez anos. Assim, a organização permanece a mesma e os estabelecimentos de Ensino Secundário devem ser abertos em todas as zonas onde já existe uma escola de Ensino Básico, a fim de permitir que os alunos continuem os seus estudos. No entanto, sabe-se que em algumas zonas remotas e pouco povoadas, esses estabelecimentos serão pequenos e com poucos alunos. É, portanto, fundamental ter uma ideia do custo suportado pelo Estado, em média, pelos estabelecimentos de Ensino Secundário com número reduzido de alunos. O gráfico 7.4 apresenta o custo salarial médio por aluno para o Estado, segundo o número de alunos matriculados num estabelecimento de Ensino Secundário público.

O gráfico mostra que a partir de 1000 alunos escolarizados num estabelecimento de Ensino Secundário, o custo salarial suportado pelo Estado para cada aluno é cerca de 35 000 ECV por ano. Ao contrário, quando um estabelecimento tem apenas 250 alunos, o

custo é de cerca de 52 000 ECV. Há um limite concernente aos efectivos de um estabelecimento de Ensino Secundário, abaixo do qual, os custos para o Estado tornam-se importantes. É a partir de 750 alunos por estabelecimento, que o ganho marginal se torna fraco por aluno suplementar. Abaixo deste número de alunos, os custos suportados são muito consequentes.

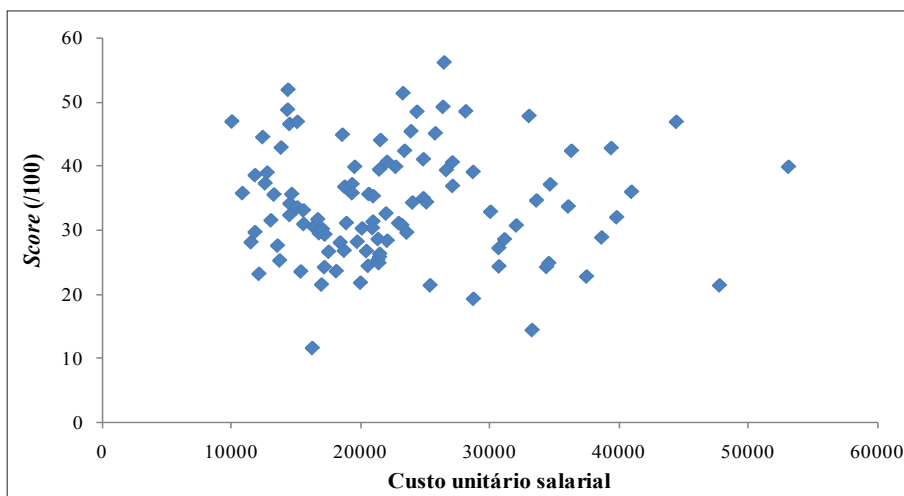
É previsto aumentar a capacidade de acolhimento no Ensino Secundário, a fim de atingir o ensino universal de oito e depois de dez anos. É importante que os responsáveis políticos tenham em consideração os custos adicionais, englobando, neste caso, as construções de novos estabelecimentos do Ensino Secundário nas zonas onde o número de alunos é reduzido. Assim, outras soluções podem ser encontradas para limitar estes custos como, por exemplo, a de permitir as crianças dessas zonas continuar o Ensino Secundário nas escolas do Ensino Básico que serão escolas de oito seguida de dez anos, e de ter professores que exercem em todos os anos de estudos dessas escolas e leccionam várias disciplinas para cobrir inteiramente o volume horário pelo qual são pagos. Estas pistas permitem reduzir consideravelmente os custos suportados pelo Estado para atingir o objectivo da Educação para Todos de oito e, seguidamente de dez anos de estudos.

II. A Gestão Pedagógica: a transformação dos recursos alocados às escolas em resultados tangíveis aos alunos

A gestão pedagógica está interessada em transformar os recursos alocados às escolas em resultados tangíveis para os alunos. Normalmente, quanto mais uma escola dispõe de recursos por aluno, melhor serão os resultados escolares. Entretanto, em Cabo Verde (como em muitos outros países), isso não se verifica. A gestão pedagógica constitui portanto, uma das fraquezas do Sistema Educativo Cabo-verdiano na medida em que, a relação dos resultados da avaliação nacional “aferida” sobre o desempenho escolar no final do 6º ano do Ensino Básico do ano lectivo 2009/2010 por escola e os recursos humanos disponíveis para as mesmas escolas demonstraram que não há relação entre estas duas grandezas, como ilustram os gráficos 7.5 e 7.6.

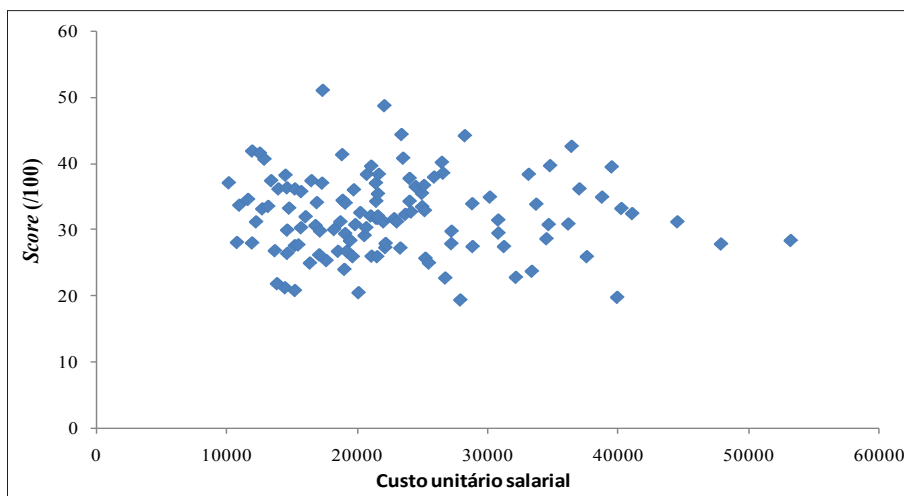
Algumas escolas dispõem, a priori, de recursos razoáveis mas apresentam maus resultados e outras dispõem de meios mais modestos, mas conseguem obter melhores resultados escolares. Dito por outras palavras, não é forçosamente as escolas terem os professores melhores pagos e as melhores taxas de enquadramento para se obter melhores resultados escolares.

Gráfico 7.5 - Relação entre o custo unitário salarial, aluno por escola pública do Ensino Básico e os resultados obtidos em Português na avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens dos alunos no 6º ano, ano 2010 (amostra de 105 escolas)



Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados da avaliação nacional «aferida» e do capítulo 3

Gráfico 7.6 - Relação entre o custo unitário salarial aluno por escola pública do Ensino Básico e os resultados obtidos em Matemática na avaliação nacional «aferida» nas aprendizagens escolares dos alunos do 6º ano, ano 2010 (amostra de 120 escolas)



Fonte: Cálculo dos autores a partir da base de dados da avaliação nacional «aferida» e do capítulo 3

Este resultado (que não é próprio do Sistema Educativo Cabo-verdiano) refere-se aos problemas nas práticas de gestão e inspecção das escolas, os quais têm consequências sobre a eficiência da transformação de recursos em resultados da escola. Essas práticas de gestão pedagógica, que incluem a presença de estruturas com responsabilidade bem definidas (quem faz o quê na supervisão das escolas? e quem é responsável perante quem?) assim como, as disposições tomadas para apoiar os professores em matéria de gestão da sua turma devem ser melhoradas.

Isto deverá certamente passar por uma mudança de cultura de gestão, para depois se avançar a uma gestão mais focalizada nos resultados. Para tal, é necessário a utilização mais sistemática de ferramentas de gestão a nível da escola e dos serviços desconcentrados da administração escolar e o reforço das responsabilidades das comunidades educativas para a gestão e a supervisão das práticas nas escolas. A título de exemplo, o Níger criou um sistema de cálculo dos índices de contexto, dos meios e dos resultados para cada escola, o que lhe permite identificar anualmente, a sua real situação. Com base nisso, estabelece prioridade de inspecção às escolas, que embora tenham bom contexto e recursos disponíveis, apresentam piores resultados e visitar as com melhores resultados para saber das suas práticas. Os índices de cada escola são incluídos no «Tableaux de bord das escolas» produzidos anualmente pelo Ministério da Educação e que são destinados aos comités de gestão de cada escola, bem como aos directores regionais, inspectores e conselheiros pedagógicos. A transmissão destas informações comparativas até aos comités de gestão das escolas favorece a transparência e o controlo para as comunidades educativas dessas escolas.

Capítulo 8

Avaliação do custo global das opções de política educativa a médio prazo no Quadro da nova Lei de Bases (Boletim Oficial, de 7 Maio 2010)

O diagnóstico sectorial (capítulos 1 a 7) apresenta, de forma detalhada, as forças e as fraquezas estruturais do funcionamento do Sistema Educativo do País e os caminhos possíveis para o seu desenvolvimento. Paralelamente, a nova Lei de Bases do Sistema Educativo publicada no Boletim Oficial de 07 de Maio de 2010 indica que o ensino obrigatório e sem despesas de inscrição será de 8 anos (6 anos do Ensino Básico e 2 anos do primeiro ciclo do Ensino Secundário). Posteriormente, o ensino obrigatório e sem custos com a inscrição e frequência deve alargar até o 10º ano (até ao fim do segundo ciclo do secundário) e depois 12º ano (até ao fim do terceiro ciclo do secundário). Estes objectivos delineiam a base das estratégias que se quer desenvolver. Para discutir estas estratégias, é importante considerar as implicações em termos de custos e financiamento das opções de política adoptada. Depois do diagnóstico apresentado, um modelo de simulação sectorial foi construído, integrando todos os elementos comuns a nível de funcionamento do sistema no seu contexto macroeconómico. Esta nota visa fazer uma abordagem sistemática que toma em consideração todas as implicações para avaliar as opções finais da política educativa.

I. Que prioridade para o desenvolvimento da Educação?

Na medida em que o desenvolvimento e a implementação de política leva tempo antes de produzir resultados palpáveis, adoptou-se uma perspectiva de médio prazo tendo por horizonte o ano 2020. Na avaliação das arbitragens de política educativa, partiu-se da ideia de que certos objectivos são mais importantes ou mais urgentes do que outros. Pode-se, por conseguinte, estabelecer uma lista longa de todas as acções e de todos os investimentos que se pretende ver implementados em cada um dos níveis educativos, numa situação

ideal. Os constrangimentos orçamentais existentes impõem que a escolha seja feita. Neste contexto, uma vez que todas as decisões implicam sacrifício, o programa de desenvolvimento sectorial avalia a capacidade de resposta aos problemas mais importantes do sector, numa perspectiva de equilíbrio entre os diferentes níveis de ensino: i) na dimensão quantitativa (cobertura); ii) na qualidade dos serviços oferecidos.

Se o objectivo maior concerne em garantir a escolaridade universal de oito anos de estudos e com a garantia da qualidade como se pretende com a nova Lei de Bases, um outro objectivo importante não deve ser ignorado. Assim, uma dimensão importante é a expansão e a cobertura de pós-primeiro ciclo do secundário, para se chegar, a médio prazo, a uma universalização de ensino de dez e depois de doze anos, como está especificado na nova Lei de Bases. Outras dimensões a serem consideradas são: i) a universalização da Educação Pré-escolar; ii) os programas escolares visando oferecer aos jovens as competências apropriadas para a sua inserção na sociedade; iii) a modificação da carga horária dispensada ao Ensino Secundário; iv) a integração da formação do pessoal de Ensino Pré-escolar e Ensino Básico no nível universitário; v) a melhoria do Ensino Superior para responder, em quantidade e qualidade, a procura de economia e as necessidades da sociedade. É preciso notar que há necessidade de uma dose de flexibilidade na definição de um programa de desenvolvimento sectorial, porque existem muitas maneiras de interpretar um objectivo e de organizar um serviço, e as variações possíveis sobre o quadro temporal do qual se quer que os diferentes objectivos sejam atingidos. Enfim, sublinha-se que uma dimensão importante de definição de uma estratégia sectorial tem a ver com os modos de funcionamento dos serviços, que deve assegurar os aspectos não só quantitativo e qualitativo, mas também a eficiência do sistema.

Nota-se ainda que, se forem examinados, principalmente, os aspectos de sustentabilidade financeira a médio prazo, as limitações em termos de capacidade de implementação influenciam, inevitavelmente, o ritmo do desenvolvimento do sector.

II. Que recursos públicos podem ser mobilizados ao orçamento corrente da Educação para o desenvolvimento do sector?

Antes de considerar os custos do cenário de política educativa adoptada concernente aos serviços educativos, torna-se interessante fazer as estimativas de recursos que podem ser mobilizados para financiar as despesas correntes do sector suportados pelo orçamento de funcionamento do Estado. Na medida em que, foi considerada a perspectiva de médio

prazo para o desenvolvimento do sistema, é pertinente fazer uma abordagem da sustentabilidade financeira até o ano 2020. Por outro lado, para evitar a utilização de hipóteses e incertezas relativamente à taxa de inflação e da economia ao longo dos próximos anos, todos os cálculos são feitos com valores constantes, quer dizer em escudos cabo-verdianos do ano 2009 (ano de base considerado no modelo de simulação financeira da Educação).

Por conseguinte, considera-se, aqui, essencialmente, os recursos internos que podem ser alocados ao orçamento corrente da Educação. Os recursos internos derivam de projecções do PIB do país, das receitas fiscais e não fiscais para se obter as receitas públicas do Estado e a parte dessas receitas que o Estado destina às despesas de funcionamento e a prioridade que o país concede ao sector da Educação, tal como pode ser apreciado pelo volume de despesas públicas correntes do sector em proporção de despesas correntes totais do Estado. O exercício é baseado sobre as projecções globais da economia cabo-verdiana realizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Como todas as projecções, o exercício é caracterizado por um certo grau de incerteza.

O quadro 8.1, que se segue, propõe as medidas do montante de recursos para o financiamento do funcionamento do sector no horizonte 2020. Muitas estimativas são propostas segundo diversas hipóteses, que concernem a: i) o crescimento económico real do país; ii) os recursos internos do Estado em % do PIB; iii) a percentagem de recursos internos alocados às despesas correntes do Estado; iv) a percentagem das despesas correntes do Estado alocado à Educação.

Quadro 8.1 - Uma estimativa de recursos públicos que poderiam ser mobilizados para o funcionamento do sector da Educação no horizonte de 2020

| Cenários | Taxa de crescimento real do PIB (%) | PIB (Milhões de ECV) | | Recursos internos em % do PIB | | % Recursos internos do Estado para despesas correntes | | % das despesas correntes do Estado para Educação | | Despesas correntes do Estado para Educação (Milhões de ECV) | |
|----------|-------------------------------------|----------------------|---------|-------------------------------|------|---|------|--|------|---|--------|
| | | 2009 | 2020 | 2009 | 2020 | 2009 | 2020 | 2009 | 2020 | 2009 | 2020 |
| 1 | 4,0 | 125 497 | 193 196 | 23,7 | 21,0 | 90,2 | 90,0 | 23,0 | 20,0 | 6 169 | 7 303 |
| 2 | 6,0 | 125 497 | 238 230 | 23,7 | 21,0 | 90,2 | 90,0 | 23,0 | 20,0 | 6 169 | 9 005 |
| 3 | 6,0 | 125 497 | 238 230 | 23,7 | 24,0 | 90,2 | 90,0 | 23,0 | 20,0 | 6 169 | 10 292 |
| 4 | 6,0 | 125 497 | 238 230 | 23,7 | 24,0 | 90,2 | 90,0 | 23,0 | 23,0 | 6 169 | 11 835 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

Quatro cenários de mobilização de recursos públicos para financiar as despesas correntes da Educação são aqui considerados:

- i) O primeiro cenário apresenta a hipótese que prevê uma taxa de crescimento do PIB a um ritmo de 4,0% ao ano (o menor crescimento registado foi 3,5% em dois anos, durante as últimas décadas), um valor de 21,0% do PIB para receitas em 2020 (valor mais baixo registado ao longo dos últimos dez anos), valor de 90% dos recursos internos alocados para despesas correntes do Estado (o mesmo valor médio da última década) e a parte das despesas actuais gastas com a Educação (valor mais baixo registados durante a última década). De acordo com estes pressupostos, estima-se que o PIB deverá ser de 193 196 milhões de ECV de 2009 até 2020 e das receitas atribuídas às despesas correntes da Educação seria 7303 milhões ECV;
- ii) O segundo cenário continua a ser baseado numa hipótese sobre os parâmetros, excepto para a taxa de crescimento real do PIB, de 6,0%, em média, durante o período 2009-2020 (a taxa média de crescimento real do PIB na última década é de 6,1% e as previsões macroeconómicas do FMI deu uma taxa de crescimento médio do PIB real de 6,3% para o período 2009-2015). Neste cenário 2, o PIB equivale a 238 230 milhões ECV e receita interna do Estado alocados para despesas correntes com a Educação seria de 9005 milhões ECV de 2009 até 2020;
- iii) o terceiro cenário mantém os mesmos parâmetros de crescimento económico que o anterior, mas prevê um valor de 24% de recursos internos do Estado em percentagem do PIB (valor de 2009 foi de 23,7% e a média da última década é de 24,7%). Os outros parâmetros permanecem inalterados ou seja, os 90% dos recursos internos financiarão as despesas correntes do Estado e 20% das despesas correntes serão atribuídos ao sector da Educação. Neste cenário 3, as receitas internas atribuídas aos gastos correntes com a Educação seria 10 292 milhões de ECV a preços de 2009 em 2020.
- iv) O quarto e último cenário tem os mesmos parâmetros macroeconómicos que o anterior, mas dá maior prioridade às despesas da Educação, na media em que as despesas públicas correntes destinadas à Educação seriam de 23% (o valor para 2009 é de 23% e a média da última década é de 24%). As receitas internas para o orçamento da Educação representariam então 11 835 milhões ECV em 2020, a preços de 2009.

Em geral, essas simulações mostram um alto grau de variabilidade nos números tendo em conta o potencial de recursos públicos para financiar o orçamento do sector em

2020, sob as hipóteses consideradas. A avaliação feita pode levar a pensar que teria sido um pouco conservadora, em relação a hipótese 1, 2 e 3 e que terá subestimado aquilo que o sector poderá obter em 2020. Parece aceitável manter a hipótese 4 em que: i) os parâmetros de crescimento económico para a próxima década não são maiores do que na última década e são consistentes com a previsão de crescimento do FMI de anunciar uma taxa média de crescimento real de 6% (6,3%) entre 2009 e 2015; ii) a repartição das receitas internas para cobrir as despesas correntes do Estado e as despesas correntes destinadas à Educação são as mesmas ou ligeiramente inferiores às de 2009 e às médias ao longo da última década. Pode-se até pensar que o Estado talvez tenha feito um esforço extra, durante a última década, no seu Sistema de Ensino e que as receitas mobilizadas para o orçamento actual de ensino serão superior as retidas na hipótese 4.

Considera-se agora os custos estimados associados com o cenário final utilizado para o desenvolvimento do sector entre 2009 e 2020. Será, naturalmente, interessante comparar estes custos (incluindo os das despesas correntes) com os recursos que poderiam ser aproveitados para o financiamento corrente do sector ou para examinar qual seria o melhor programa de que o país poderia se beneficiar com a quantidade de recursos que tenham sido identificados.

III. Que opções de política educativa para o horizonte 2020 e a que custos associados?

O modelo de simulação utilizado para avaliar o que poderia ser as despesas correntes e de investimentos foi adaptado para responder às especificidades do Sistema Educativo Cabo-verdiano e aos instrumentos de política educativa, eventualmente, desenhados para responder aos desafios futuros. Ele permite ilustrar as diferentes arbitragens da qual, por natureza, é confrontada aos decisores políticos encarregados de conduzir o desenvolvimento do Sistema Educativo.

A subsecção, que se segue, apresenta um resumo de cenário final adoptado, reportando as principais características de cada ciclo de estudos, a sua cobertura quantitativa, os principais elementos definindo as condições de ensino e as despesas correntes e de investimentos correspondentes.

III.1 - O Ensino Pré-escolar

No Pré-escolar, a meta é matricular todas as crianças em idade escolar (3-5 anos), a este nível até 2020. Assim, a taxa bruta de matrícula aumentará gradualmente, passando de 72,3% em 2009 para 100% em 2020. Os privados que acolheram 64,3% das matrículas em 2009, vão ficar com a proporção de 65% em 2020. Assim, até 2015 deverá haver cerca de 17 000 crianças matriculadas nos estabelecimentos privados e 9500 nos estabelecimentos públicos e em 2020, 20 000 crianças no privado e 11 000 no público. O modelo inclui um subsídio para o ensino privado para promover a Educação de crianças, na medida em que, a maioria das crianças são e serão inscritas no privado. Esta subvenção será concedida gradualmente para 0,5% do PIB per capita por crianças no privado, em 2015. Além disso, os custos administrativos para este nível de ensino, que representam 0,10% do PIB per capita por aluno no público, em 2009, permanecerão no mesmo nível até 2020.

Em relação às despesas correntes no Orçamento do Estado, estas passarão de 2,1 milhões de ECV em 2009 a 32,8 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e depois a 47,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020. Estas despesas correntes não levam em conta as despesas com os salários do pessoal dos estabelecimentos, na medida em que estes estão a cargos das autarquias locais.

Quadro 8.2 - Despesas correntes e de investimentos para o Ensino Pré-escolar segundo o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte

| Pré-escolar | 2009 | 2015 | 2020 |
|---|------------|-------------|--------------|
| Despesas correntes | | | |
| Taxa bruta de escolarização (%) | 72,3 | 87,4 | 100,0 |
| Número total de alunos | 22 191 | 26 783 | 30 511 |
| Número de alunos (privado) | 14 278 | 17 329 | 19 832 |
| Número de alunos (público) | 7 913 | 9 454 | 10 679 |
| Alunos por professores (público e privado) | 21,4 | 20,6 | 20,0 |
| Subsídio médio por criança às famílias com crianças inscritas no privado em % de PIB/habitante | 0,00 | 0,50 | 0,50 |
| Despesas administrativas em % de PIB/habitante por aluno do público | 0,10 | 0,10 | 0,10 |
| Despesas da alimentação das cantinas escolares em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,22 | 1,73 | 1,73 |
| Outras despesas das cantinas escolares em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,15 | 0,15 | 0,15 |
| Total das despesas correntes do Pré-escolar nas despesas correntes do Estado (Milhões de ECV) | 2,1 | 32,8 | 47,3 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do Pré-escolar (Milhões de ECV) (FICASE) | 7,5 | 60,7 | 86,5 |
| Total das despesas do Pré-escolar (Milhões de ECV) | 9,6 | 93,5 | 133,8 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

Quanto às despesas de investimentos no Pré-escolar, a construção de salas de aulas e sua manutenção, são também da responsabilidade das autarquias locais e, portanto, não estão inscritas no Orçamento do Estado. Por outro lado, os projectos de investimento de cantinas escolares administradas pelo governo através da acção social escolar fazem parte das despesas correntes (mas tidas em conta no orçamento de investimento do Estado como se tratasse de orçamento de investimentos). A cobertura das cantinas escolares para todas as crianças matriculadas nos estabelecimentos públicos do Pré-escolar e custo de alimentação por aluno, que são 0,22% do PIB per capita em 2009 aumentará em 2011 a 1,73% do PIB per capita, a fim de cobrir as necessidades com a saída do Programa Alimentar Mundial, que financiou grande parte desta despesa até 2010¹⁶. Outras despesas de funcionamento das cantinas escolares (excluindo salários dos funcionários, pois o custo com os salários do Pré-escolar é da responsabilidade das autarquias locais), que são 0,15% do PIB per capita por aluno em 2009 permanecerá no mesmo nível até 2020.

¹⁶ Este custo é estimado, tendo em conta o trabalho de simulação que foi feito e que está disponível no relatório de «Programa Nacional de Cantinas Escolares – horizonte 2020».

Assim, as despesas de investimento na Educação Pré-escolar (que de facto são despesas correntes das cantinas escolares) estão estimadas em 60,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e a 86,5 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.2 - O Ensino Básico

Quadro 8.3 - Despesas correntes e de investimentos para o Ensino Básico segundo o cenário final de desenvolvimento do sector para o horizonte 2020

| Ensino Básico | 2009 | 2015 | 2020 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| <u>Despesas correntes</u> | | | |
| Taxa de acesso no 1º ano (%) | 103,9 | 100,0 | 100,0 |
| Taxa de acesso no 6º ano (%) | 96,8 | 99,2 | 100,0 |
| % de repetentes | 10,4 | 8,6 | 7,1 |
| Número de alunos | 73 548 | 62 557 | 63 321 |
| Número de alunos (privado) | 284 | 451 | 633 |
| Número de alunos (público) | 73 264 | 62 106 | 62 688 |
| Taxa bruta de escolarização (TBE - %) | 116,4 | 110,7 | 108,7 |
| Alunos por professor (público) | 24,0 | 21,8 | 20,0 |
| Alunos por turma (público) | 24,0 | 21,8 | 20,0 |
| Número de professores por turma (público) | 3 059 | 2 850 | 3 134 |
| Remuneração média de professores por turma em % PIB / habitante | 2,4 | 2,4 | 2,3 |
| % das despesas que não são salários dos professores | 33,3 | 38,2 | 36,9 |
| Massa salarial de outro pessoal em % das massa salarial professores com turma | 37,4 | 33,4 | 30,0 |
| Despesas de alimentação das cantinas escolares por aluno do público em % de PIB/habitante (FICASE) | 0,22 | 1,73 | 1,73 |
| Outras despesas de cantinas escolares em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,52 | 0,78 | 1,00 |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno do público | 0,45 | 0,48 | 0,50 |
| Outras despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| Total das despesas correntes do Ensino Básico sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 2 647,5 | 3 150,6 | 4 239,2 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do Ensino Básico (Milhões de ECV) (FICASE) | 145,9 | 547,1 | 764,0 |
| <u>Despesas de investimentos</u> | | | |
| Custo por sala equipada (000 ECV) | | 3000 | 3000 |
| Novas salas | | | 40 |
| Despesas de investimentos do Ensino Básico de construção e manutenção das salas (Milhões de ECV) | | 46,1 | 169,7 |
| Total das despesas do Ensino Básico (Milhões de ECV) | 2793,4 | 3743,8 | 5172,9 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

Para o Ensino Básico, o objectivo de escolarização universal já foi atingido e a política a seguir é no sentido de manter estes resultados. Um outro objectivo do Ensino Básico é a melhoria da sua eficácia interna, nomeadamente para a redução da repetência ainda elevada no seio do Sistema Educativo (10,4% em 2009: 11,7% de 1º a 4º ano e 7,7% para o 5º e 6º anos). Assim, prevê-se a implementação de medidas administrativas e de sensibilizar os professores a fim de reduzir a repetência. O objectivo é de passar a repetência para a 8% nos 4 anos do Ensino Básico e a 5% para os dois últimos anos, no horizonte 2020. Assim, a proporção total de repetência no Ensino Básico passará a 8,6% em 2015 para 7,1% em 2020.

A oferta do privado em relação ao Ensino Básico é muito pouco desenvolvido em Cabo Verde, uma vez que apenas 0,4% dos alunos frequentaram estes estabelecimentos de ensino em 2009. Prevê-se a continuação desta proporção no horizonte de 2020. Assim, os efectivos do Ensino Básico nos estabelecimentos privados não deverá passar de 1% do total de efectivos no horizonte 2020.

Em relação ao rácio alunos por professor no Ensino Básico público, a situação é satisfatória uma vez que, em média, era de 24 alunos por professores em 2009. Contudo, esta situação de rácio alunos por professor que permite um acompanhamento mais eficaz dos alunos por parte dos professores melhora ainda mais em 2020. Com efeito, uma vez que a pressão demográfica será menos forte no horizonte 2020 do que em 2000 e 2009, os efectivos de alunos a escolarizar no ensino público vão diminuir, uma vez que em 2009 eram de 73 548 alunos e não passarão de 63 321 em 2020. Assim, o número de alunos por professor passará de 24 em 2009 a 20 no horizonte 2020, ou seja uma melhoria significativa da taxa de enquadramento de alunos. O número de professores nos estabelecimentos públicos que era de 3059 em 2009 permanecerá idêntico em 2020 com 3134 professores estimados (e 2850 em 2015, ou seja, uma baixa em relação a 2009). Os alunos do Ensino Básico receberão em média 22 horas e 30 minutos de aulas por semana (incluindo as pausas) e os professores dispensarão esse mesmo número de horas semanalmente. Em relação à remuneração bruta dos professores do Ensino Básico, prevê-se um crescimento médio real no período de 4,7% por ano. Assim, tendo em conta a repartição de professores segundo a sua antiguidade¹⁷, o salário médio anual de um professor do ensino público no Ensino Básico passará de aproximadamente 610 000 ECV em 2009 (o que representa 2,4 vezes o PIB/habitante) para aproximadamente 1 000 000 ECV, a preços de 2009, em 2020 (o que representa 2,3 vezes o PIB/habitante em 2020, tendo em conta as previsões macroeconómicas realizadas).

¹⁷ Um professor na turma do Ensino Básico recebe +10% de aumento salarial após 14 anos de antiguidade, +20% após 19 anos de antiguidade, +30% após 24 anos de antiguidade e +40% após 29 anos de antiguidade.

A massa salarial dos professores que não trabalham na sala de aula (excepto o pessoal das cantinas escolares) que representava, em 2009, 37,4% da massa salarial dos professores em sala de aula passará progressivamente à 30% da massa salarial dos professores em sala de aula em 2020. As despesas administrativas e pedagógicas que representavam 0,45% do PIB/habitante por aluno do público em 2009 passarão progressivamente a 0,50% do PIB/habitante por aluno do público em 2020. Assim, as despesas correntes assumidas pelo Orçamento do Estado para o Ensino Básico passarão de 2647,5 milhões de ECV em 2009 à 3150,6 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 seguidamente à 4239,2 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

As despesas de investimentos são compostas de despesas de construção escolares e de manutenção e ainda dos projectos geridos pela acção social e escolar. As cantinas escolares cobrem todos os efectivos do Ensino Básico. Porém, o Programa Alimentar Mundial retira-se a partir do ano lectivo 2010/2011 e as despesas de alimentação a cargo do Estado passarão de 0,22% do PIB/habitante por aluno do público a 1,77% do PIB/habitante já em 2011¹⁸. As despesas de cantinas escolares concernem ainda às outras despesas de funcionamento do programa de cantinas escolares. Estes têm a ver com os salários do pessoal das cantinas escolares e passarão progressivamente de 0,52% do PIB/habitante por aluno do público a 1,00% no horizonte de 2020 (0,78% do PIB/habitante por aluno do público em 2015). A acção social e escolar gere ainda outros projectos de apoio social visando a cobertura dos materiais didácticos para as crianças de famílias mais carenciadas da população. Estas despesas de materiais didácticos que representavam 0,03% do PIB/habitante, em média, por aluno do público em 2009, passarão progressivamente para 0,10% do PIB/habitante, em média, por aluno do público em 2020 (0,07% em 2015).

Em relação às construções escolares, não haverá necessidades de construção de salas de aula antes de 2018¹⁹ devido à diminuição de números de alunos em idade escolar, mantendo o número de grupos pedagógicos por sala de 1,7 até 2020 (com o sistema de desdobramento das salas de aulas, ou seja, um grupo de manhã e outro à tarde). Haverá mesmo um excedente de salas de aula durante este período, uma vez que, em média, 55 salas de aulas não serão ocupadas entre 2010 e 2017. Entretanto, convém orçamentar a manutenção das salas existentes para esse período (aproximadamente 46 milhões de ECV a preço de 2009, por ano, entre 2011 a 2017). Por outro lado, a partir de 2018, nota-se necessidades de no-

¹⁸ Este custo foi considerado tendo em conta o relatório de simulação feito e que está disponível no relatório “Programa Nacional de Alimentação Escolar - horizonte 2010-2020”.

¹⁹ É necessário notar, como foi referido na abordagem do 1º ciclo do Ensino Secundário, que é considerado que 40% das turmas do Ensino Secundário 1º ciclo vai se situar progressivamente nas escolas de Ensino Básico até 2020.

vas construções escolares. Em 2020, estima-se a necessidade de mais 40 salas de aulas (uma média de 31 salas de aulas entre 2018 e 2020).

Os custos de uma sala de aula equipada no Ensino Básico são estimados em 3 milhões de ECV a preço de 2009. Assim, as despesas de investimentos que compreendem as construções e manutenção de estabelecimentos e projectos de acção social e escolar serão de 593,2 milhões a preços de 2009, em 2015 (46,1 milhões para a manutenção de salas de aula e 547,1 milhões para as cantinas escolares e materiais didácticos e pedagógicos para os mais desfavorecidos) e 933,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020 (169,7 milhões para as construções e manutenção de salas de aula e 764,0 milhões para as cantinas escolares e materiais didácticos)..

III.3 - O Ensino Secundário

O Ensino Secundário está organizado em três ciclos de dois anos cada. Os dois primeiros ciclos da via geral de dois anos cada e um terceiro ciclo de via geral ou técnica. Como as metas para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Secundário Geral, são muito semelhantes ao longo do período (2011-2020) e somente o tempo de realização destes objectivos é diferente, a secção seguinte propõe descrever as vantagens e desvantagens da política escolhida para estes dois ciclos, uma segunda secção irá descrever o terceiro ciclo da via geral e uma terceira secção descreverá o terceiro ciclo da via técnica.

Quadro 8.4 - As despesas correntes e de investimentos para o Ensino Secundário segundo o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte 2020

| Ensino Secundário | 2009 | 2015 | 2020 |
|--|--------|--------|--------|
| Despesas correntes | | | |
| Ensino Secundário Geral 1º ciclo | | | |
| Taxa de transição real do Ensino Básico - ESG 1º ciclo (%) | 95,0 | 100,0 | 100,0 |
| Taxa de acesso no 7º ano (%) | 96,1 | 103,9 | 100,0 |
| Taxa de acesso no 8º ano (%) | 81,1 | 102,8 | 100,0 |
| Taxa de sobrevivência (%) | 88,2 | 100,0 | 100,0 |
| % de repetentes | 22,3 | 18,3 | 15,0 |
| Número de alunos | 26 112 | 24 184 | 20 704 |
| Número de alunos (privado) | 1 207 | 1 168 | 1 035 |
| Número de alunos (público) | 24 905 | 23 017 | 19 669 |
| Taxa bruta de escolarização (TBE %) | 114,0 | 126,5 | 117,6 |

| | | | |
|---|--------|---------|----------|
| Alunos por professor (público) | 24,6 | 20,0 | 17,6 |
| Alunos por turma (público) | 35,4 | 32,5 | 30 |
| Número de horas por semana e por turma | 27,5 | 30 | 30 |
| Número médio de horas por semana e por professor | 19,1 | 19,1 | 19,1 |
| Número de professores em sala de aula (público) | 1 013 | 1 150 | 1 117 |
| Remuneração média de professores em sala de aula em % PIB / habitante | 2,7 | 2,6 | 2,6 |
| % das despesas que não são salários dos professores | 21,8 | 33,2 | 31,0 |
| Massa salarial de outro pessoal em % da massa salarial dos professores em sala de aula | 19,7 | 17,7 | 16,0 |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno do público | 0,72 | 0,77 | 0,80 |
| Outras despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| % de alunos do público beneficiários dos transportes Escolares | 7,8 | 5,7 | 3,0 |
| Transportes Escolares em % de PIB/habitante por beneficiário do público (FICASE) | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Propinas de Inscrição e frequência por aluno do público em % PIB/habitante | 0,60 | 0,60 | 0,60 |
| % de alunos do público beneficiários de bolsas para propinas | 14,6 | 0,0 | 0,0 |
| Bolsa por beneficiário do público em ECV (FICASE) | 1 200 | 0 | 0 |
| % de alunos do público que não pagam propinas de inscrição | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| Transferências para estabelecimentos para substituir propinas (Milhões de ECV) | 0 | 47,0 | 50,8 |
| % de alunos do público beneficiários das cantinas escolares | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| Despesas de alimentação das cantinas escolares por aluno beneficiário em % de PIB/habitante do público (FICASE) | 0,00 | 1,73 | 1,73 |
| Outras despesas das cantinas escolares em % de PIB/habitante por aluno do público | 0,00 | 1,00 | 1,00 |
| Total das despesas correntes do ESG 1º ciclo sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 882,7 | 1 323,1 | 1 569,40 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do ESG 1º ciclo (Milhões de ECV) (FICASE) | 11,0 | 224,2 | 242,3 |
| Ensino Secundário Geral 2º ciclo | | | |
| Taxa de transição real do ESG 1º ciclo - ESG 2º ciclo (%) | 91,0 | 95,9 | 100,0 |
| Taxa de acesso no 9º ano (%) | 77,8 | 97,6 | 100,0 |
| Taxa de acesso no 10º ano (%) | 63,2 | 87,0 | 98,8 |
| Taxa de sobrevivência (%) | 79,9 | 90,9 | 100,0 |
| % de repetentes | 19,7 | 17,1 | 15,0 |
| Número de alunos | 20 328 | 21 698 | 19 926 |
| Número de alunos (privado) | 3 103 | 3 399 | 3 188 |
| Número de alunos (público) | 17 225 | 18 299 | 16 738 |
| Taxa bruta de escolarização (TBE %) | 87,8 | 111,4 | 116,9 |

| | | | |
|--|--------|----------|----------|
| Alunos por professor (público) | 19,3 | 18,0 | 17,2 |
| Alunos por turma (público) | 33 | 31,4 | 30,0 |
| Número de horas por semana e por turma | 29,5 | 31,0 | 31,0 |
| Número médio de horas por semana e por professor | 17,2 | 17,9 | 18,5 |
| Número de professores em sala de aula (público) | 893 | 1018 | 973 |
| Remuneração média de professores em sala de aula em % PIB / habitante | 2,8 | 2,8 | 2,8 |
| % das despesas que não são salários dos professores | 20,4 | 19,7 | 22,0 |
| Massa salarial de outro pessoal em % da massa salarial de professores em sala de aula | 18,5 | 17,1 | 16,0 |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno do público | 0,86 | 0,91 | 0,95 |
| Outros despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| % de alunos do público beneficiários dos transportes escolares | 7,8 | 11,7 | 15,0 |
| Transportes Escolares em % de PIB/habitante por beneficiário do público (FICASE) | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Bolsa média por aluno do privado em % PIB/habitante (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| Propinas de inscrição e frequência por aluno do público em % PIB/habitante | 0,75 | 0,75 | 0,75 |
| % de beneficiários do público de bolsas para propinas | 13,7 | 15,0 | 0,0 |
| Bolsa por beneficiário do público em ECV (FICASE) | 1 500 | 1 500 | 0 |
| Transferências para estabelecimentos para substituir propinas (Milhões de ECV) | 0 | 0 | 54,1 |
| Total das despesas correntes do ESG 2º ciclo sobre o orçamento despesas correntes (Milhões de ECV) | 816,5 | 1 205,30 | 1 483,50 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do ESG 2º ciclo (Milhões de ECV) (FICASE) | 8,4 | 16,3 | 19,4 |
| Ensino Secundário 3º ciclo | | | |
| Taxa de transição real do ESG 2º ciclo - ESG 3º ciclo (%) | 83,8 | 84,4 | 85,0 |
| Taxa de acesso no 11º ano (%) | 55,4 | 70,3 | 81,4 |
| Taxa de acesso no 12º ano (%) | 51,9 | 58,6 | 82,9 |
| Taxa de sobrevivência (%) | 90,5 | 95,7 | 100,0 |
| % de repetentes | 13,3 | 11,5 | 10,0 |
| Número de alunos | 14 329 | 14 448 | 15 183 |
| Taxa bruta de escolarização (TBE) | 61,9 | 72,9 | 91,3 |
| Ensino Secundário Geral 3º ciclo | | | |
| % de alunos do Ensino Secundário 3º ciclo | 88,2 | 81,0 | 75,0 |
| Número de alunos | 12 641 | 11 704 | 11 387 |
| Número de alunos (privado) | 3 107 | 2 904 | 2 847 |
| Número de alunos (publico) | 9 534 | 8 800 | 8 541 |
| Taxa bruta de escolarização (TBE %) | 54,6 | 59,0 | 68,5 |

| | | | |
|--|-------|-------|-------|
| Alunos por professor (público) | 15,9 | 15,4 | 15,4 |
| Alunos por turma (público) | 30,2 | 30,1 | 30,0 |
| Número de horas por semana e por turma | 27,2 | 29,4 | 29,4 |
| Número médio de horas por semana e por professor | 14,3 | 15,2 | 16 |
| Número de professores em sala de aula (público) | 600 | 570 | 553 |
| Remuneração média de professores em sala de aula em % PIB / habitante | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| % das despesas que não são salários dos professores | 19,1 | 18,7 | 18,3 |
| Massa salarial de outro pessoal em % da massa salarial professores em sala de aula | 17,4 | 16,1 | 15,0 |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno do público | 1,01 | 1,06 | 1,10 |
| Outras despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| Transportes Escolares: FICASE (Milhões de ECV) | 1,8 | 2,6 | 3,7 |
| % de alunos do público beneficiários dos Transportes Escolares | 7,8 | 9,0 | 10,0 |
| Transportes Escolares em % de PIB/habitante por beneficiário do público (FICASE) | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Bolsa média por aluno do privado em % PIB/habitante (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| Propinas de inscrição e frequência por aluno do público em % PIB/habitante | 1,49 | 1,49 | 1,49 |
| % de alunos do público beneficiários de bolsas para propinas | 14,5 | 15,0 | 15,0 |
| Bolsa por beneficiário do público em ECV (FICASE) | 1 500 | 3 000 | 3 000 |
| Total das despesas correntes do ESG 3º ciclo sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 578,8 | 714,0 | 862,1 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do ESG 3º ciclo (Milhões de ECV) (FICASE) | 4,8 | 9,3 | 12,4 |
| Ensino Secundário Técnica 3º ciclo | | | |
| % de alunos Ensino Secundário 3º ciclo | 11,8 | 19,0 | 25,0 |
| Número de alunos | 1 688 | 2 744 | 3 796 |
| Número de alunos (privado) | 171 | 276 | 380 |
| Número de alunos (público) | 1 517 | 2 468 | 3 416 |
| Número alunos por 100 000 habitantes | 332 | 526 | 686 |
| Alunos por professor (público) | 10,8 | 10,9 | 11,0 |
| Alunos por turma (público) | 23,3 | 23,2 | 23,0 |
| Número de horas por semana e por turma | 34,4 | 34,4 | 34,4 |
| Número médio de horas por semana e por professor | 15,9 | 16,2 | 16,5 |
| Número de professores em sala de aula (público) | 141 | 226 | 310 |
| Remuneração média dos professores em sala de aula em % PIB / habitante | 2,9 | 2,9 | 2,9 |
| % das despesas que não são salários dos professores | 19,1 | 18,8 | 18,5 |
| Massa salarial de outro pessoal em % da massa salarial professores em sala de aula | 18,1 | 16,9 | 16,0 |

| | | | |
|---|-------|---------|---------|
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno do público | 1,29 | 1,35 | 1,40 |
| Outras despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno do público (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| % de alunos do público beneficiários dos transportes Escolares | 7,8 | 11,7 | 15,0 |
| Transportes Escolares em % de PIB/habitante por beneficiário do público (FICASE) | 0,94 | 0,97 | 1,00 |
| Propinas de inscrição e frequência | | | |
| Bolsa média por aluno do privado em % PIB/habitante (FICASE) | 0,03 | 0,07 | 0,10 |
| Propinas de inscrição e frequência por aluno do público em % PIB/habitante | 1,40 | 1,40 | 1,40 |
| % de beneficiários do público de bolsas para propinas | 15,0 | 15,0 | 15,0 |
| Bolsa por beneficiário do público em ECV (FICASE) | 1 500 | 3 000 | 3 000 |
| Total das despesas correntes do EST 3º ciclo sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 129,6 | 273,1 | 469,7 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do EST 3º ciclo (Milhões de ECV) (FICASE) | 0,8 | 2,7 | 5,4 |
| Despesas de investimentos | | | |
| Ensino Secundário Geral 1º, 2º e 3º ciclo | | | |
| Custo por sala equipada (000 ECV) | | 13 000 | 13 000 |
| % de turmas do Ensino Secundário 1º ciclo nas escolas de Ensino Básico | | 21,8 | 40,0 |
| Novas salas | | 0 | 0 |
| Despesas investimentos Ensino Secundário Geral por construção e manutenção salas (Milhões de ECV) | | 88,7 | 88,7 |
| Ensino Secundário Técnico 3º ciclo | | | |
| Custo por sala equipada (000 ECV) | | 20 000 | 20 000 |
| Novas salas | | 7 | 3 |
| Despesas de investimentos Ensino Secundário Técnico por construção e manutenção salas (Milhões de ECV) | | 147,3 | 78,8 |
| Total das despesas do Ensino Secundário Geral (Milhões de ECV) | | 3 580,9 | 4 277,8 |
| Total das despesas do Ensino Secundário Técnico (Milhões de ECV) | | 423,1 | 553,9 |
| Total das despesas do Ensino Secundário (Milhões de ECV) | | 4 004,0 | 4 831,7 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

III.3.1 - Os dois primeiros ciclos do Ensino Secundário Geral

Dois dos principais objectivos da política da Educação são a universalização do ensino de 8 anos até 2015 e até o décimo ano em 2020, sendo os dois primeiros anos do Ensino Secundário obrigatório e gratuito. Os custos com as taxas de inscrição serão suprimidos gradualmente entre 2011 e 2015 no primeiro ciclo e depois no 2º ciclo entre 2016 e 2020.

As taxas de transição do Ensino Básico e do primeiro ciclo do Ensino Secundário eram de 95% em 2009, aumentarão gradualmente até 100% em 2015 e entre o 1.º e 2.º ciclos do Ensino Secundário que era de 91% em 2009, aumentará gradualmente até 100% em 2020. A taxa de sobrevivência no primeiro ciclo era de 88,2% em 2009, aumentará gradualmente até 100% em 2020 e do segundo ciclo que era de 79,9% em 2009, aumentará gradualmente até 100% em 2020. Inicialmente, todos os alunos que terminam o Ensino Básico devem ter acesso ao Ensino Secundário Geral e de seguida, todos deverão chegar ao 2.º ciclo. Além disso, para melhorar a eficiência interna e manter as crianças nos dois ciclos, a repetição deverá diminuir. Espera-se, através de procedimentos administrativos e de sensibilização aos professores, reduzir gradualmente a percentagem de repetentes, que eram de 22,3% no primeiro ciclo e 19,7% no 2.º ciclo em 2009 para 15,0% em 2020.

Em relação à oferta dos privados, vai manter-se no mesmo nível até 2020, com 5% de efectivos que serão escolarizados no primeiro ciclo (4,7% dos efectivos em 2009). A oferta do privado para o segundo ciclo é mais elevada, com 15,3% dos alunos escolarizados em 2009. Prevê-se manter esta oferta em 16% de efectivos do segundo ano do secundário escolarizados no privado em 2020. Uma vez que a oferta dos privados é elevada no segundo ciclo e acolhe as crianças de meios desfavorecidos, a acção social e escolar concedem bolsas de estudos para certos alunos que frequentam os estabelecimentos privados e a alocação dessas bolsas continuarão até o horizonte 2020. O montante dessas bolsas é indicado mais adiante.

Para o ensino público, e a fim de melhorar as condições de aprendizagem dos alunos para estes dois ciclos de ensino, o número médio de alunos por turma passará progressivamente para 30,0 no horizonte 2020 (em 2009, contava-se 35,4 alunos por turma no 1.º ciclo e 33,0 alunos por turma no 2.º ciclo). Contava-se 24,6 alunos por professor no primeiro ciclo e 19,3 no segundo ciclo em 2009 e contará com cerca de 17,6 no primeiro ciclo e 17,2 no segundo ciclo, em 2020. A fim de melhorar a aprendizagem dos alunos, a carga horária que era de 27,5 horas no primeiro ciclo e 29,5 horas no segundo ciclo, em 2009, passará para 30 horas a partir de 2011 para o primeiro ciclo e 31 horas a partir de 2013 para o segundo ciclo, em conformidade com a revisão do número de horas por nível de ensino²⁰. O número de professores do primeiro ciclo passará a cerca de 1150 em 2015 e 1117 em 2020 (1013 em 2009) e o do segundo ciclo passará a cerca de 1018 em 2015 e 973 em 2020 (893 em 2009). Haverá a necessidade de recrutar professores formados para estes ciclos de ensino (tendo em conta as saídas para a reforma). Cerca de 17 professores em média por

²⁰ Cf. Boletim Oficial n.º 36 de 14 de Setembro de 2009.

ano para o primeiro ciclo no período 2011-2020, sabendo que as necessidades são concentradas, essencialmente, entre 2011 e 2013 com uma necessidade média de cerca de 61 professores por ano, e cerca de 15 em média por ano no período 2011-2020 para o segundo ciclo sabendo que estas necessidades estão concentradas essencialmente entre 2011 e 2014 com uma necessidade média de cerca de 42 professores por ano.

As necessidades de professores são concentradas durante os primeiros anos devido à demografia. Com efeito, se o número de alunos escolarizados vai aumentar entre 2011 e 2014 para estes dois ciclos de ensino, seguidamente este diminui devido à diminuição muito significativa da população em idade escolar para estes níveis de ensino até 2020 (se em 2009, contava-se cerca de 46 000 indivíduos de 12 a 15 anos, em 2020 contará apenas cerca de 34 500). O número médio de horas semanal por professores do primeiro ciclo que era de 19,1 em 2009 será mantido em 2020. No entanto, isso passará por uma melhoria do subsídio aos professores por estabelecimento.

Tendo em conta a antiguidade de cada professor do primeiro ciclo, o número de horas médio/teórico que devia ser dispensado em 2009 era de 21,3 horas, enquanto este número de horas médio teórico será de 20,2 horas em 2020 (ou seja uma hora menos). Para os professores do segundo ciclo, o número de horas semanal médio dispensado era de 17,2 em 2009 e passará progressivamente para 18,5 horas em 2020, devido a uma melhoria significativa do subsídio dos professores nos estabelecimentos de ensino que deverá ocorrer nesse período.

Este objectivo comporta o desafio de aumentar o número de horas efectivo dos professores do segundo ciclo enquanto, paralelamente, o número de horas teóricas que devem ser dispensadas, tendo em conta a antiguidade, deverá passar de 21,1 horas em 2009 para 20,1 horas em 2020 (ou seja, uma hora menos). A remuneração bruta média dos professores na sala de aula conhecerá um crescimento médio real sobre o período de 4,7% por ano. Assim, tendo em conta as previsões de crescimento económico, o salário médio anual bruto de um professor do primeiro ciclo deve passar de cerca de 690 000 ECV em 2009 (o que representa 2,7 vezes o PIB/habitante) à cerca de 908 000 ECV, a preços de 2009, em 2015 (o que representará 2,7 vezes o PIB/habitante) seguidamente a cerca de 1 140 000 ECV, a preços de 2009, em 2020 (ou seja 2,7 vezes o PIB/habitante). Quanto ao professor do segundo ciclo deverá passar de cerca de 735 000 ECV, a preços de 2009, o que representa 2,8 vezes o PIB/habitante para cerca de 966 000 ECV, a preços de 2009, em 2015 (o que representa 2,8 vezes o PIB/habitante) seguidamente a cerca de 1 210 000 ECV, a preços de 2009, em 2020 (ou seja 2,8 vezes o PIB/habitante).

A massa salarial dos funcionários que não são professores em sala de aula (excepto o pessoal das cantinas escolares) que representava 19,7% no primeiro ciclo e 18,5% no segundo ciclo da massa salarial dos professores em situação de sala de aula em 2009 passará progressivamente a 16,0% da massa salarial dos professores em sala de aula em 2020 para os dois ciclos. Paralelamente, as despesas administrativas e pedagógicas que representavam 0,72% do PIB/habitante por aluno para o primeiro ciclo e 0,86% do PIB/habitante por aluno para o segundo ciclo do público em 2009 passarão respectivamente à 0,80% e 0,95% do PIB/habitante em 2020.

O último elemento a ter em conta a nível da política educativa e das despesas correntes a serem consideradas sobre o orçamento corrente do Estado é a abolição das despesas de inscrição escolar para estes dois ciclos de ensino. Assim, as despesas de inscrição no ensino público serão suprimidas progressivamente de 2011 a 2015 no primeiro ciclo (20% de alunos suplementares por ano que não pagarão mais as despesas de escolaridade entre 2011 e 2015, o que corresponde a 100% dos alunos em 2015) e de 2016 a 2020 no segundo ciclo (20% de alunos suplementares por ano entre 2016 e 2020, o que corresponde a 100% dos alunos que não pagarão mais essas despesas em 2020). Para compensar este défice de receitas para os estabelecimentos de ensino nos dois primeiros ciclos do Ensino Secundário, o Estado instaurará transferências aos estabelecimentos até 0,60% do PIB/habitante por aluno do primeiro ciclo e até 0,75% do PIB/habitante por aluno do segundo ciclo no horizonte 2020.

As despesas correntes assumidas pelo Orçamento do Estado para o primeiro ciclo do Ensino Secundário Geral passarão de 882,7 milhões de ECV em 2009 à 1323,1 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 seguidamente a 1569,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020. No segundo ciclo do Ensino Secundário Geral, essas despesas passarão de 816,5 milhões de ECV, a preços de 2009, à 1205,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 seguidamente à 1483,5 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

Para as despesas de investimento, não foi possível separar as despesas de construções das salas de aula no Ensino Secundário Geral por ciclo, uma vez que, os estabelecimentos recebem ou podem receber os três ciclos e as salas de aula servem a todos os ciclos. As construções e a manutenção das salas de aula são consideradas para todo o Ensino Secundário Geral (do primeiro ao terceiro ciclo).

No que respeita aos projectos de investimento geridos pela acção social escolar (FICASE) para os dois primeiros ciclos do Ensino Secundário, conta-se as despesas de apoio aos mais desfavorecidos com a compra de materiais didácticos, as bolsas atribuídas aos alunos para custear as despesas de inscrição e os transportes escolares. No entanto, convém

acrescentar as despesas das cantinas escolares para o primeiro ciclo do Ensino Secundário, visto que, está previsto que todos os alunos do público beneficiem de uma refeição a este nível de ensino que se tornará obrigatório e gratuito. As despesas com os materiais didáticos que representavam 0,03% do PIB/habitante por aluno do ensino público em 2009 nos dois ciclos passarão progressivamente a 0,10% no horizonte 2020. O transporte escolar que beneficia 7,8% dos alunos dos dois ciclos em 2009 até 0,94% do PIB/habitante por beneficiário não abrange mais do que 3,0% dos alunos do primeiro ciclo em 2020 (diminuirá progressivamente a contar de 2012) na medida em que, a expansão do primeiro ciclo do Ensino Secundário far-se-á nas zonas rurais e, por conseguinte, as crianças terão estabelecimentos de 7º e 8º anos de escolaridade nos seus locais de residência, pelo que não deverão deslocar-se. Pelo contrário, abrange ainda 15% dos alunos do segundo ciclo no horizonte 2020, na medida em que, o estabelecimento escolar que oferecerá o segundo ciclo encontrar-se-á essencialmente em zona urbana, o que requer a oferta de transportes para as crianças das zonas rurais que não têm acesso a esses estabelecimentos nas suas zonas de residência. O custo com os transportes escolares para os dois ciclos será de 1,0% do PIB/habitante por beneficiário no horizonte 2020.

As bolsas, que permitem aos mais desfavorecidos pagar as despesas de inscrição, serão suprimidas progressivamente no primeiro ciclo até 2015, uma vez que, estas despesas serão abolidas totalmente em 2015. Assim, o número de beneficiários destas bolsas no primeiro ciclo que era de 14,6% dos alunos do público em 2009 passará progressivamente a 0% em 2015. Durante este período, os bolseiros beneficiarão da totalidade das despesas requeridas para o primeiro ciclo a saber 1200 ECV, a preços de 2009. Para o segundo ciclo, as bolsas serão tanto para os alunos dos estabelecimentos público como para os do privado. No privado, já que este acolhe cerca de 16% dos alunos e, às vezes, alunos de meios desfavorecidos, a bolsa que representava 0,03% do PIB/habitante, em média, por aluno passará progressivamente a 0,10% do PIB/habitante por aluno acolhido no privado em 2020. Quanto aos bolseiros do ensino público, eram 13,7% de alunos beneficiários do segundo ciclo em 2009 passarão a 15% de alunos beneficiários a partir de 2011 até 1500 ECV, a preços de 2009, por beneficiário. No entanto, a assunção progressiva pelo Estado das despesas de inscrição do segundo ciclo a contar a partir de 2016, a parte de alunos beneficiários de bolsas diminuirá progressivamente até à generalização da supressão das despesas de inscrição prevista para 2020.

O último ponto da acção social escolar, refere-se às cantinas escolares para o primeiro ciclo do Ensino Secundário. Está previsto, que a partir de 2014 (um ano antes da generalização do primeiro ciclo sem despesas de inscrição) todos os alunos do público bene-

ficiarão de refeições quentes. As despesas de alimentação representarão 1,73% do PIB/habitante por aluno do público e as outras despesas de funcionamento das cantinas (que compreendem os salários das despesas com o pessoal) representarão 1,0% do PIB/habitante por aluno²¹. As despesas de investimento dos projectos de investimentos geridos pela acção social escolar para o primeiro ciclo serão de 224,2 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 242,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020. Para o segundo ciclo serão de 16,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 19,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.3.2 - O 3º ciclo do Ensino Secundário

Para este nível de ensino, o objectivo é aumentar progressivamente a frequência escolar. Assim, a taxa de transição entre o segundo e o terceiro ciclo que era de 83,8% em 2009 manter-se-á a este nível (85%) em 2020. Ainda que todas as crianças da faixa etária terminem o segundo ciclo do Secundário em 2020 (em vez de 63% em 2009), o número de alunos escolarizados no terceiro ciclo não aumentará muito já que a população em idade de frequência deste nível de ensino será menor em 2020 do que em 2009 (23 000 indivíduos de 16 aos 17 anos em 2009 contra cerca de 16 500 indivíduos da mesma faixa etária em 2020).

Assim, o número de alunos em idade de frequência do terceiro ciclo passará de cerca de 14 329 em 2009 a 15 183 em 2020. A taxa de sobrevivência que era de 90,5% em 2009 passará progressivamente a 100% em 2020. Por último, a eficácia interna será melhorada com o objectivo de fazer passar a percentagem de repetentes de 13,3% para 10% em 2020.

No que respeita à distribuição dos efectivos entre o Ensino Secundário Geral e o Ensino Secundário Técnico, o objectivo é desenvolver o Ensino Técnico. Assim, os 88,2% dos efectivos do terceiro ciclo que se encontravam na via geral, em 2009, passarão progressivamente a 75% no horizonte 2020 a fim de aumentar a proporção dos alunos da via técnica para 25%.

III.3.2.1 - O 3º ciclo da Via Geral

A oferta privada para este ciclo de ensino é relativamente importante com 24,6% dos alunos acolhidos em 2009. Está previsto manter esta oferta de 25% dos efectivos do

²¹ Este custo foi considerado tendo em conta o relatório de simulação feito e que está disponível no relatório “Programa Nacional de alimentação escolar - horizonte 2010-2020”.

terceiro ciclo do Ensino Secundário Geral, em 2020. A FICASE atribui bolsas a alguns alunos do privado e este subsídio continuará até o horizonte 2020.

A nível do ensino público, o número médio de alunos por turma que era de 30,2 em 2009 continuará a ser idêntico com 30,0 alunos por turma no horizonte 2020. O número médio de alunos por professor que era de 15,9 em 2009 continuará a ser igualmente idêntico com 15,4 alunos em média por professor em 2020. A fim de melhorar a aprendizagem dos alunos, o número de horas médio de aprendizagem passará de 27,2 horas, em média, em 2009 para 29,4 horas, em média, a partir de 2015. O número de professores que era de 600 em 2009 passará a 570 em 2015, seguidamente à 553 em 2020. Em relação ao número de alunos em idade escolar para este ciclo de ensino durante o período 2010-2020 e o número de professores existentes em 2009 considerando, ao mesmo tempo, as partidas para a reforma, não há necessidade de professores para o ano 2020.

O número médio de horas semanal dispensado pelos professores que era de 14,3 em 2009 (enquanto que teoricamente tendo em conta a antiguidade de cada um, o número de horas médio teórico que deve ser dispensado é 21,0 horas) passará, progressivamente, a 16,0 horas em média por professor no horizonte 2020. Este aumento do número de horas médio dispensado pelos professores será possível apenas através de um melhor subsídio aos professores nos estabelecimentos de ensino, tendo em conta que teoricamente, projectando a antiguidade dos professores no horizonte 2020, o número de horas teóricas que pode ser dispensado será, apenas de 19,6 horas (ou seja 1,4 horas a menos do que em 2009). A remuneração bruta média dos professores conhecerá um crescimento médio real sobre o período de 4,6% por ano. Tendo em conta as previsões de crescimento económico, o salário médio anual bruto de um professor do público no Ensino Secundário Geral, 3º ciclo deverá passar de cerca de 787 000 ECV em 2009 (o que representa 3,0 vezes o PIB/habitante) a cerca de 1 030 000 ECV a preços de 2009 em 2015 (o que representará 3,0 vezes o PIB/habitante) seguidamente a cerca de 1 290 000 ECV, a preços de 2009, em 2020, ou seja, 3,0 do PIB/habitante.

A massa salarial dos outros funcionários que não são professores em sala de aula que representava 17,4% da massa salarial dos professores em 2009 passará, progressivamente, a 15% da massa salarial dos professores em 2020. Paralelamente, as despesas administrativas e pedagógicas que representavam 1,01% do PIB/habitante por aluno do público em 2009 passarão, progressivamente, a 1,10% do PIB/habitante em 2020. Assim, as despesas correntes da Educação para o Ensino Secundário Geral, 3º ciclo financiadas com o orçamento corrente do Estado passarão de 578,8 milhões de ECV, em 2009, a

714,0 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 862,1 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

No que respeita aos projectos de investimento geridos pela acção social escolar, o montante da bolsa atribuído aos alunos do privado que era de 0,03% do PIB/habitante, em média, por aluno, em 2009, passará, progressivamente, a 0,10% do PIB/habitante, em média, por aluno escolarizado em 2020. No ensino público, o número de beneficiários de bolsas era de 14,5% dos alunos escolarizados em 2009. A parte de beneficiários continuará a ser quase idêntica no horizonte 2020 com 15% dos efectivos do ensino público que serão beneficiários de uma bolsa, mas este montante passará para 3000 ECV, a preços de 2009, por beneficiário a partir de 2015, a fim de cobrir a totalidade das despesas de inscrição para este nível de ensino.²² Os mais desfavorecidos beneficiarão também de materiais didácticos. A despesa média por aluno do público para os materiais didácticos era de 0,03% do PIB/habitante em 2009 e passará progressivamente a 0,10% do PIB/habitante em 2020 (0,07% em 2015).

Por último, no que respeita ao transporte escolar, a proporção de beneficiários do ensino público que era de 7,8% em 2009 passará, progressivamente, a 10% em 2020 (9,0% em 2015), já que a frequência escolar vai aumentar e a proporção de crianças de zona rural a acederem ao terceiro ciclo será mais elevada, convirá garantir o transporte até ao estabelecimento, o mais próximo possível do seu local de residência. O montante relativo ao transporte escolar era de 0,94% do PIB/habitante por beneficiário em 2009 passará a 1,0% do PIB/habitante para o horizonte 2020. Assim, as despesas com os projectos de investimento geridos pela acção social escolar que eram de 4,8 milhões de ECV em 2009 passarão a 9,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 12,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

No que se refere às construções e reparações de salas de aula para o Ensino Secundário Geral (qualquer que seja o ciclo) é importante notar como já tinha sido indicado na secção sobre o Ensino Básico, que as turmas do Ensino Secundário do 1º ciclo reencontrar-se-ão progressivamente em escolas do Ensino Básico (em zona rural) até o ano 2020. Assim, são 40% das salas do Ensino Secundário do 1º ciclo que reencontrar-se-ão em escolas de Ensino Básico em 2020 (21,8% em 2015). Dado que um número significativo de alunos do 1º ciclo do Ensino Secundário frequentarão aulas em estabelecimentos do Ensino Básico

²² Os alunos das famílias mais desfavorecidas pagaram 3000 ECV de despesas de inscrição em 2009 no Ensino Secundário Geral 3º ciclo enquanto que o montante da bolsa era de apenas de 1500 ECV.

e a população em idade escolar diminuirá durante esse período, a necessidade em salas de aula para o Ensino Secundário Geral para o período 2011-2020 é nula. As despesas de investimento relativas à manutenção das salas de aula atingirão 88,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 88,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.3.2.2 - O 3º ciclo da Via Técnica

O Ensino Técnico privado acolheu 10,1% dos efectivos em 2009. Está previsto reforçar a parte destes estabelecimentos visando acolher 20% dos efectivos do Ensino Secundário Técnico do terceiro ciclo que frequentarão os estabelecimentos privados em 2020. Como para o Ensino Secundário Geral, a FICASE atribui bolsas de estudo a certos alunos que frequentam os estabelecimentos privados, o montante destas bolsas será indicado mais adiante.

No que diz respeito ao ensino público, o número médio de alunos por turmas que era de 23,3 em 2009 manter-se-á a este nível no horizonte 2020 (23,0). Assim, o número de alunos médio por professor que era de 10,8 em 2009 passará a 11,0 em 2020. O número de horas médio de aprendizagem para os alunos que era de 34,4 horas em 2009 continuará a ser idêntico no horizonte 2020. O número de professores que era de 141 em 2009 passará a 226 em 2015, seguidamente a 310 em 2020. Nota-se, por conseguinte, uma necessidade de professores, já que o número de professores nas salas de aula será mais do que dobro entre 2009 e 2020. Assim, considera-se o recrutamento anual médio de 18 professores entre 2011 e 2020 tendo em conta as partidas para a reforma. O número de horas semanal efectivo dispensado pelos professores que era de 15,9 em 2009 (enquanto que teoricamente tendo em conta a antiguidade de cada um, o número de horas médio teórico que deve ser dispensado é 21,3 horas²³) passará progressivamente para 16,5 horas em média por professor no horizonte 2020. Trata-se de uma ligeira melhoria, sobretudo por causa do número de horas teóricas consideradas em 2020, tendo em conta a antiguidade de cada um continuaria a ser idêntico ao de 2009 com 21,4 horas. Isto significa que será difícil obter uma melhoria mais significativa, na medida em que os estabelecimentos do ensino técnico são pouco numerosos no país e estão distantes uns dos outros. A remuneração bruta média dos professores nas turmas conhecerá um crescimento médio real, nesse período, de 4,7% por ano. Tendo em conta as previsões de crescimento económico, o salário médio anual bruto de um professor do público no

²³ Cf. nota de base da página 214.

Ensino Secundário Técnico 3º ciclo deverá passar de cerca de 750 000 ECV em 2009 (o que representa 2,9 vezes o PIB/habitante) para cerca de 990 000 ECV, a preços de 2009, em 2015 (o que representará 2,9 vezes o PIB/habitante) seguidamente para cerca de 1 250 000 ECV, a preços de 2009, em 2020 (ou seja 2,9 vezes o PIB/habitante).

A massa salarial dos outros funcionários que não são professores nas salas de aula que representava 18,1% da massa salarial dos professores nas salas de aula em 2009 passará, progressivamente, a 16% da massa salarial dos professores nas salas de aula em 2020. As despesas administrativas e pedagógicas que representavam 1,29% do PIB/habitante por aluno do público em 2009 passarão, progressivamente, a 1,40% do PIB/habitante em 2020. Assim, as despesas correntes da Educação para o Ensino Secundário Geral, 3º ciclo financiadas com o orçamento corrente do Estado passarão de 129,6 milhões de ECV em 2009 a 273,1 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e a 469,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

No que diz respeito às despesas de investimento e mais especificamente aos projectos de investimento geridos pela acção social escolar, os parâmetros de política educativa serão os mesmos para o terceiro ciclo do Ensino Secundário Geral relativo às bolsas e aos materiais didácticos. Em contrapartida, para o transporte escolar, se o montante relativo por beneficiário é o mesmo que para o Ensino Secundário Geral, a proporção de beneficiários do ensino público que era de 7,8% em 2009 será mais elevada e passará, progressivamente, a 15% em 2020 (11,7% em 2015) já que a frequência escolar no ensino técnico irá aumentar e o número de crianças de zona rural com acesso ao Ensino Secundário Técnico deverá ser mais elevado e convirá garantir o transporte até ao estabelecimento, o mais próximo possível do seu local de residência. Assim, as despesas de projectos de investimento geridos pela acção social escolar que eram de 0,8 milhões de ECV em 2009 passarão a 2,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e a 5,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

No que respeita às construções escolares, considera-se uma necessidade de novas salas de aproximadamente 5, em média, por ano entre 2011 e 2020 (com diferenças de acordo com os anos: 7 em 2015 e 3 em 2020). O custo médio de uma sala de aula equipada para o ensino técnico é considerado em 20 milhões de ECV, a preços de 2009. Assim, as despesas de investimento relativas à construção e manutenção das salas de aula serão de 147,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 78,8 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.4 - O IIEFP

Quadro 8.5 - As despesas correntes e de investimento para o IIEFP, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020

| IIEFP | 2009 | 2015 | 2020 |
|---|-------|-------|--------|
| Despesas correntes | | | |
| Número de formandos do IIEFP | 2 905 | 2 067 | 1 604 |
| % da população em referência | 23,9% | 65,4% | 100,0% |
| Massa salarial de professores em sala de aula por formando em % PIB/habitante (orçamento das despesas correntes) | 2,5% | 2,5% | 2,5% |
| Massa salarial do outro pessoal por formando em % PIB/habitante (orçamento das despesas correntes) | 3,6% | 3,6% | 3,6% |
| Outras despesas de fornecimento de serviços centrais por formando em % PIB/habitante (orçamento das despesas correntes) | 1,2% | 1,2% | 1,2% |
| Despesas correntes dos projectos de investimento | | | |
| Massa salarial de professores em sala de formação (a hora) por aluno formando em % PIB/habitante (despesas correntes dos projectos de investimento) | 3,9% | 3,9% | 3,9% |
| Outras despesas de fornecimento aos estabelecimentos por formando em % PIB/habitante (despesas correntes dos projectos de investimento) | 1,3% | 1,4% | 1,5% |
| Bolsas por formando em % PIB/habitante (FICASE) | 1,1% | 1,1% | 1,1% |
| Total das despesas correntes do IIEFP sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 54,7 | 51,5 | 50,4 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do IIEFP (Milhões de ECV) | 47,5 | 45,3 | 44,9 |
| FICASE (Milhões de ECV) | 8,4 | 7,8 | 7,6 |
| Despesas de investimentos | | | |
| Despesas de investimentos do IIEFP de construção e manutenção das salas (Milhões de ECV) | | ND | ND |
| Total das despesas de IIEFP (Milhões de ECV) | 102,2 | 96,8 | 95,3 |

Fonte: IIEFP

O IIEFP acolhe jovens para formação que possuem, pelo menos, nível do Ensino Básico. Assim, os jovens que podem ser acolhidos pelo IIEFP são os que estão em idade de entrada no Ensino Secundário qualquer que seja o ciclo. Esta população de referência para o IIEFP era cerca de 12 000 indivíduos em 2009. Conta-se 23,9% desta população de referência que é acolhida pelo IIEFP em 2009, ou seja, um total de 2905 formandos. No entanto, dada a generalização até 2015 do primeiro ciclo do Ensino Secundário obrigatório para todos, a população de referência para o IIEFP compreenderá os jovens em

idade de frequentar segundo e terceiro ciclos do Ensino Secundário mas que por uma razão ou outra não conseguem ingressar nesses ciclos. Assim, a população de referência em 2015 para o IEFP será cerca de 3200 indivíduos dos quais cerca de 65,4% serão acolhidos pelo IEFP, ou seja, cerca de 2067 formandos. Para 2020, já que está prevista uma generalização do segundo ciclo do Ensino Secundário obrigatório, a população de referência para o IEFP será a que se encontra em idade de frequentar o terceiro ciclo do Ensino Secundário, mas que não se encontra nesse nível de ensino. Assim, considera-se cerca de 1600 potenciais indivíduos para o IEFP. O objectivo é acolher a totalidade destes indivíduos em 2020, ou seja, cerca de 1604 formandos.

A massa salarial dos professores nas salas de aula sobre o orçamento corrente do IEFP é considerada de 2,5% do PIB/habitante por formando em 2009 e mantém-se no horizonte 2020. A massa salarial dos outros funcionários no orçamento corrente do IEFP representava 3,6% do PIB/habitante por formando em 2009 e manter-se-á a este nível até o horizonte 2020. As outras despesas de funcionamento dos serviços do IEFP ascendem a 1,2% do PIB/habitante por formando acolhido em 2009 e manter-se-á nesse nível até o horizonte 2020. Assim, as despesas correntes do orçamento corrente do Estado passarão de 54,7 milhões de ECV em 2009 para 51,5 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 50,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

Muitas despesas correntes nos estabelecimentos do IEFP encontram-se nos projectos de investimento destes estabelecimentos. É, nomeadamente, o caso de pagamento de prestações de serviço por parte do pessoal formador que fornecem horas de cursos nos estabelecimentos. Em vez de possuir professores permanentes, os projectos de investimento do IEFP englobam os custos com os honorários dos formadores de acordo com as necessidades reais de cada estabelecimento. O custo total das horas de cursos dispensadas nos estabelecimentos e orçadas nos projectos de investimento dos estabelecimentos do IEFP representava 3,9% do PIB/habitante por formando em 2009. Está previsto manter o mesmo custo para o horizonte 2020. Além disso, as outras despesas de funcionamento dos estabelecimentos orçadas sobre os projectos de investimento representam, em média, 1,3% do PIB/habitante por formando. Está previsto aumentar estas despesas para 1,4% do PIB/habitante em 2015, seguidamente, para 1,5% do PIB/habitante em 2020. Por último, a acção social escolar que gere, igualmente, projectos de investimentos, e em especial bolsas para as despesas de inscrição, financia o IEFP até 1,1% do PIB/habitante, em média, por formando. Está previsto manter estas bolsas ao mesmo nível para o horizonte 2020. Assim, as despesas de investimentos relativos aos projectos de investimento passarão de 47,5 milhões de ECV em 2009 (39,1 milhões para os projectos

específicos do IEFP e 8,4 milhões de ECV para a acção social escolar) para 45,3 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 (37,5 milhões para os projectos específicos do IEFP e 7,8 milhões para a acção social escolar) e para 44,9 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020 (37,3 milhões para os projectos específicos do IEFP e 7,6 milhões para a acção social escolar).

As despesas de investimentos relativas às construções e a manutenção dos estabelecimentos, bem como os diferentes equipamentos necessários para a aprendizagem profissional não foram tidas em conta nestas simulações.

III.5 - O Instituto Pedagógico

O Instituto Pedagógico forma os professores para os ensinos Pré-escolar e Básico. Distingue-se a formação contínua (para professores em exercício de funções) e a formação inicial.

Um dos eixos fortes da nova política educativa do país é que todos os professores do Pré-escolar e do Ensino Básico tenham formação (formação inicial) de nível universitário (parceria entre o Instituto Pedagógico e a UNI-CV) com um nível de 3 anos após o Ensino Secundário Geral, 3º ciclo (ou seja, 12 anos de escolaridade mais 3 anos de Ensino Superior). Está previsto que esta formação inicial com a UNI-CV comece a partir do ano escolar 2011/2012. Assim, não haverá mais formações para formandos professores em formação inicial no Instituto Pedagógico a partir de 2014 (última entrada terá início em 2011 e terminará em 2013).

Quadro 8.6 - Despesas correntes e de investimento para o Instituto Pedagógico, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020

| Instituto Pedagógico | 2009 | 2015 | 2020 |
|--|-------|-------|-------|
| Despesas correntes | | | |
| Formação em Exercício Presencial | 184 | 206 | 0 |
| Formação a Distância | 245 | 0 | 0 |
| Formação Contínua em Exercício | 0 | 142 | 157 |
| Formação Intensiva | 62 | 0 | 0 |
| Formação Inicial Regular | 59 | 0 | 0 |
| Formação Ensino Pré-escolar | | | |
| Educadores de Infância Regular | 223 | 0 | 0 |
| Educadores de Infância em Exercício | 35 | 152 | 216 |
| Massa salarial dos professores em sala de aula por aluno em % PIB/habitante | 32,9% | 31,3% | 30,0% |
| Massa salarial de outro pessoal em % da massa salarial dos professores | 5,0% | 4,7% | 4,5% |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno | 5,2% | 5,7% | 6,0% |
| Bolsas FAEF média por aluno em % do PIB/habitante | 14,1% | 14,6% | 15,0% |
| Bolsas FICASE média por aluno % do PIB/habitante | 1,1% | 1,1% | 1,1% |
| Total das despesas correntes do IP sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 119,4 | 68,8 | 51,6 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do IP (Milhões de ECV) | 2,3 | 1,4 | 1 |
| Despesas de investimentos | | | |
| Despesas de investimentos IP de construção e manutenção das salas (Milhões de ECV) | | ND | ND |
| Total das despesas do IP (Milhões de ECV) | 121,7 | 70,2 | 52,6 |

Fonte: IP

No que respeita especificamente à formação dos profissionais de infância do Pré-escolar, está previsto formar, anualmente, profissionais de infância em exercício por um período de três anos para que possam beneficiar das qualificações requeridas ao Pré-escolar. Assim, cerca de 1600 profissionais de infância terão formação em exercício entre 2011 e 2020, ou seja, uma média de 160 ao ano. Para a formação inicial, o Instituto Pedagógico formará até 2013, profissionais de infância de acordo com as necessidades avaliadas. Este número é considerado, em média, de 168 por ano.

No que respeita, especificamente, à formação dos professores do Ensino Básico, há formação em exercício que se refere a um certo número de professores que trabalham mas com formação incompleta. Por isso, 416 professores devem seguir essa formação durante três anos e 407 devem seguir essa formação durante dois anos. Estes professores seguirão esta formação que terminará em 2015, uma vez que todos os professores serão formados. Em média, haverá cerca de 400 estudantes por ano nesta formação entre 2011 e 2015. Uma outra modalidade é a formação a distância para os professores em exercício e que se encontram nas ilhas de Boa Vista e São Nicolau. São 27 professores que têm uma formação incompleta e que necessitam de uma formação a distância e em exercício durante dois anos. Prevê-se que esses professores comecem a formação a distância em 2012 e terminem em 2013. O Instituto Pedagógico instaurará a partir de 2011 até 2013 uma formação contínua e em exercício para todos os professores, a fim de reforçá-los com os novos métodos pedagógicos. Assim, está previsto que 5% dos professores do público sejam formados por ano, entre 2013 e 2020. Por último, a formação inicial regular que dura três anos não deverá acolher novos alunos e professores entre 2011 e 2013, dado que não haverá necessidade de novos professores para o Ensino Básico durante esse período. Assim, os 59 alunos que começaram esta formação em 2009 terminarão em 2011.

Para os custos ligados ao Instituto Pedagógico, a massa salarial dos formadores que representava em 2009, em média, um custo de 32,9% do PIB/habitante por estudante passará, progressivamente, a um custo de 30,0% do PIB/habitante por estudante no horizonte 2020. A massa salarial do outro pessoal que representava 5% da massa salarial dos formadores em 2009 passará a 4,5% da massa salarial dos formadores em 2020. As despesas administrativas e pedagógicas que representavam um custo de 5,2% do PIB/habitante por estudante em 2009 passarão, progressivamente, a um custo de 6,0% do PIB/habitante por estudante no horizonte 2020.

Por último, as bolsas geridas e distribuídas pelo FAEF (no orçamento corrente da educação) que representavam em 2009, em média, 14,1% do PIB/habitante por estudante permanecerão mais ou menos ao mesmo nível no horizonte 2020 (15% do PIB/habitante, em média, por estudante). As despesas correntes do Instituto Pedagógico financiadas com o orçamento corrente do Estado²⁴ passarão de 119,4 milhões de ECV em 2009 para 68,8 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 51,6 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020. Estas despesas diminuirão com o tempo já que os indivíduos

²⁴ Através de transferências do Estado ao Instituto Pedagógico, por um lado, e através de receitas próprias do Instituto Pedagógico (nomeadamente as despesas de inscrição) mas que são registadas como receitas do Estado e que servem por conseguinte para financiar o orçamento corrente do Estado.

que desejam tornar-se professor do Pré-escolar ou do Ensino Básico deverão seguir para a Universidade e Instituto Pedagógico a partir de 2012.

No que respeita às despesas de investimento, elas estão ligadas ao projecto de investimento da acção social escolar nas bolsas de estudos. Assim, a FICASE financia as despesas de inscrição de alguns estudantes do Instituto Pedagógico até 1,1% do PIB/habitante, em média, por estudantes. Esta despesa manter-se-á a este nível para o horizonte 2020. Assim, as despesas de investimento ligadas ao projecto de investimento da acção social escolar nas bolsas de estudos passarão de 2,3 milhões de ECV em 2009 para 1,4 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e a 1,0 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.6 - O Ensino Superior

O Ensino Superior em Cabo Verde apresentava em 2009 uma cobertura de 1664 estudantes por 100 000 habitantes. Está previsto aumentar esta cobertura no horizonte 2020 em 2600 estudantes por 100 000 habitantes (sem contar os estudantes que vão se formar para serem professores do Pré-escolar e Ensino Básico). No total, incluindo os estudantes que desejam tornar-se professores do Pré-escolar ou do Ensino Básico, o número de estudantes no Ensino Superior em Cabo Verde passará de 8465 em 2009 para cerca de 14 383 em 2020 (cerca de 12 048 em 2015).

Quadro 8.7 - As despesas correntes e de investimento para o Ensino Superior, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, para o horizonte 2020

| Ensino Superior | 2009 | 2015 | 2020 |
|---|-------|---------|---------|
| Despesas correntes | | | |
| Número de estudantes por 100 000 habitantes (não formação de professores do Pré-escolar e Ensino Básico 1º- 6º ano) | 1 742 | 2 210 | 2 600 |
| Número total de estudantes (com formação de professores do Ensino Pré-escolar e Básico 1º- 6º ano) | 8 465 | 12 048 | 14 383 |
| Número de estudantes (privado) | 5 220 | 6 992 | 7 911 |
| Número total de estudantes público | 3 245 | 5 057 | 6 472 |
| Número de estudantes com formação de professores do Ensino Pré-escolar | 0 | 222 | 0 |
| Número de estudantes com formação de professores do Ensino Básico 1º- 6º ano | 0 | 300 | 0 |
| Bolsas FAEF média por estudante do privado em % do PIB/habitante | 5,7 | 5,8 | 6,0 |
| Bolsas FICASE média por estudante do privado em % do PIB/habitante | 0,4 | 0,4 | 0,5 |
| Massa salarial por estudante do público em % do PIB/habitante | 52,0 | 48,2 | 45,0 |
| Despesas administrativas e pedagógicas por estudante do público em % do PIB/habitante | 10,0 | 10,6 | 11,0 |
| Bolsas FAEF média por estudante do público em % do PIB/habitante | 8,5 | 8,5 | 8,5 |
| Bolsas FICASE média por estudante do público em % do PIB/habitante | 0,5 | 0,8 | 1,0 |
| Número de estudantes no exterior que tem bolsa de estudos | 534 | 543 | 431 |
| Bolsas FAEF média por estudante no exterior em % do PIB/habitante | 153,1 | 153,0 | 153,0 |
| Total das despesas correntes do Ensino Superior sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 878,6 | 1 497,7 | 2 286,5 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento do Ensino Superior (Milhões de ECV) | 9,3 | 24,0 | 44,9 |
| Despesas de investimentos | | | |
| Despesas de investimentos do Ensino Superior de construção e manutenção das salas (Milhões de ECV) | | ND | ND |
| Total das despesas do Ensino Superior (Milhões de ECV) | 887,9 | 1521,7 | 2331,4 |
| Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores | | | |

A Universidade Pública em Cabo Verde é recente e o privado acolhia a maioria dos estudantes em 2009 (61,7%). A Universidade Pública está em expansão e tornará maioritária em termos de número de alunos no horizonte 2020. A maior parte das instituições privadas diminuirá ligeiramente, em termos de números de alunos, e acolherá 55% dos estudantes em 2020 (58% em 2015). Alguns estudantes dos privados beneficiam de bolsas

de estudo atribuídas pelo FAEF. Em média, o montante desta bolsa era de 5,7% do PIB/habitante por estudante do privado em 2009. Esta situação manter-se-á, em média, a este nível no horizonte 2020, ou seja, 6,0% do PIB/habitante por estudante. A acção social escolar (FICASE) atribui, igualmente, bolsas de estudos através do projecto de investimento que será visto mais adiante nesta secção.

No que respeita ao Ensino Superior público, o número de estudantes duplicará no horizonte 2020 dado que havia cerca de 3245 estudantes em 2009 e haverá cerca de 6472 em 2020. Como foi previamente referido, a Universidade Pública (UNI-CV) acolherá os estudantes que desejam tornar-se professor do Pré-escolar ou do Ensino Básico a partir de 2012 através de acordos de parceria com o Instituto Pedagógico. O número de estudantes que seguirão a formação para tornar-se professor do Pré-escolar ou do Ensino Básico é avaliado de acordo com as necessidades reais do sistema. Em média, 171 estudantes, por ano, que querem ser professor do Pré-escolar ou do Ensino Básico, terão de frequentar a UNI-CV entre 2012 e 2020.

A massa salarial do corpo docente na UNI-CV que representava 52,0% do PIB/habitante por estudante em 2009 passará, progressivamente, a 45,0% do PIB/habitante por estudante no horizonte de 2020 (48,2% em 2015). As despesas administrativas e pedagógicas que representavam 10,0% do PIB/habitante por estudante progredirão ligeiramente para representar 11,0% do PIB/habitante, por estudante, no horizonte 2020. As bolsas de estudos distribuídas pelo FAEF representavam em 2009, em média, 8,5% do PIB/habitante por estudante do público. Este valor manter-se-á no mesmo nível até o horizonte 2020.

Por último, no que respeita às despesas correntes financiadas com o orçamento corrente, conta-se igualmente as bolsas do FAEF para os estudantes cabo-verdianos no estrangeiro. No total, são 534 estudantes no estrangeiro que beneficiaram de bolsas em 2009. Estes representam 6,3% do número de estudantes em Cabo Verde. Está previsto que no horizonte 2020, o número de estudantes no estrangeiro represente 3,0% do número de estudantes em Cabo Verde (4,5% em 2015) ou seja, um total de 431 estudantes no estrangeiro (543 estudantes no estrangeiro em 2015) que beneficiarão de uma bolsa atribuída pelo FAEF. O montante desta bolsa que representava em média 153,1% do PIB/habitante por estudante bolseiro no estrangeiro em 2009 manter-se-á a este nível em 2020 (153,0% do PIB/habitante por estudante bolseiro no estrangeiro). As despesas correntes do Ensino Superior financiadas no Orçamento do Estado²⁵ passarão de 878,6 milhões de ECV em

²⁵ Através de transferências do Estado à UNI-CV, por um lado, e através de receitas próprias da UNI-CV (nomeadamente as despesas de inscrição) mas que são registadas como receitas do Estado e que servem para financiar o Orçamento corrente do Estado.

2009 à 1497,7 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e à 2286,5 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

No que respeita às despesas de investimento, são descritas, aqui, apenas, as despesas dos projectos de investimento da acção social escolar. As construções e outros investimentos em materiais não foram tidos em conta nas simulações para o Ensino Superior. Convém, por conseguinte, avaliar estas despesas a fim de as integrar nas despesas globais do sector da Educação. A FICASE financia bolsas de estudos através de um projecto de investimento. Estas bolsas representavam em média 0,4% do PIB/habitante por estudante do ensino privado em 2009 e passarão, progressivamente, em média, a 0,5% do PIB/habitante por estudante do ensino privado em 2020. Para o ensino público, a bolsa da acção social escolar representava, em média, 0,5% do PIB/habitante por estudante do público em 2009 e passará, progressivamente, a 1,0% do PIB/habitante por estudante do público em 2020. As despesas dos projectos de investimento da acção social escolar para o Ensino Superior passarão de 9,3 milhões de ECV em 2009 para 24,0 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 44,9 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

III.7 - A Educação e Formação de Adultos

No que respeita à Educação e Formação de Adultos, existia em 2009 um total de 38.180 indivíduos de 15 a 49 anos analfabetos em Cabo Verde. O objectivo é alfabetizar a totalidade destes indivíduos no horizonte 2020. A partir de 2011, é a avaliação do número de indivíduos por ano entre 2011 e 2020 que serão alfabetizados e são cerca de 3250 indivíduos por ano que frequentarão os cursos de alfabetização (2896 em 2009 e estimativa do mesmo número em 2010).

A massa salarial dos professores da Educação e Formação de Adultos que era de 7,5% do PIB/habitante por indivíduo que segue os cursos de alfabetização em 2009 manter-se-á nesse período. As despesas administrativas e pedagógicas que são de 0,4% do PIB/habitante por indivíduo que segue os cursos de alfabetização passarão, progressivamente, a 1,0% do PIB/habitante em 2020 (0,7% em 2015). As despesas correntes financiadas no orçamento corrente do Estado passarão de 58,8 milhões de ECV em 2009 à 90,8 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2015 e 118,6 milhões de ECV, a preços de 2009, em 2020.

Quadro 8.8 - As despesas correntes e de investimento para a Educação e Formação de Adultos, de acordo com o cenário final de desenvolvimento do sector, no horizonte 2020

| Educação e Formação de Adultos | 2009 | 2015 | 2020 |
|--|-------|-------|-------|
| Despesas correntes | | | |
| Número de estudantes | 2 896 | 3 239 | 3 239 |
| Massa salarial por estudante em % do PIB/habitante | 7,5% | 7,5% | 7,5% |
| Despesas administrativas e pedagógicas por estudante em % do PIB/habitante | 0,4% | 0,7% | 1,0% |
| Total das despesas correntes da Educação e Formação de Adultos sobre o orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 58,8 | 90,8 | 118,6 |
| Total das despesas correntes dos projectos de investimento da Educação e Formação de Adultos (Milhões de ECV) | 0 | 0 | 0 |
| Total das despesas da Educação e Formação de Adultos (Milhões de ECV) | 58,8 | 90,8 | 118,6 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

No que se refere às despesas de investimentos, as instalações utilizadas para a alfabetização dos adultos são as escolas de Ensino Básico e de Ensino Secundário já existentes. Se houvesse investimentos específicos à alfabetização dos adultos, então seria importante os avaliar e verificar os seus custos.

IV. Consolidação global do enquadramento financeiro

IV.1 - Financiamento da política sectorial de 2011 a 2020

Neste ponto, explorou-se as principais políticas ou medidas estruturais que desenham a visão política para o Sistema Educativo Cabo-verdiano no horizonte do ano 2020. No plano do financiamento, é evidentemente que o orçamento do Estado cabo-verdiano será a principal fonte para o orçamento corrente. O apoio externo pode desempenhar um papel importante para as despesas de investimento. Importa agora examinar de maneira sintética o quadro global financeiro, identificando bem, por um lado, os compromissos do país no que se refere à mobilização dos recursos nacionais para financiar as despesas correntes financiadas no orçamento corrente do Estado e, por outro, a parte das despesas de investimento que podem então ser financiadas com recursos nacionais afectos ao orçamento de investimento do Estado e financiados com os recursos externos.

Quadro 8.9 - Financiamento da política sectorial - Cenário final, 2011-2020 (em milhões de ECV de 2009)

| | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Recursos internos para financiar as despesas correntes da Educação sobre o orçamento corrente | 6 169 | 6 945 | 7 368 | 7 818 | 8 295 | 8 801 | 9 339 | 9 908 | 10 513 | 11 155 | 11 835 |
| Despesas correntes a serem financiadas no orçamento corrente | 6 169 | 6 943 | 7 300 | 7 678 | 8 040 | 8 425 | 8 911 | 9 414 | 9 983 | 10 573 | 11 216 |
| Pré-escolar | 2 | 9 | 14 | 19 | 25 | 33 | 36 | 38 | 41 | 44 | 47 |
| Ensino Básico | 2 647 | 2 814 | 2 882 | 2 935 | 3 018 | 3 151 | 3 335 | 3 530 | 3 738 | 3 972 | 4 239 |
| Ensino Secundário Geral 1º ciclo | 883 | 1 103 | 1 181 | 1 234 | 1 283 | 1 336 | 1 383 | 1 428 | 1 482 | 1 537 | 1 597 |
| Ensino Secundário Geral 2º ciclo | 816 | 908 | 955 | 1 081 | 1 164 | 1 210 | 1 267 | 1 325 | 1 389 | 1 441 | 1 493 |
| Ensino Secundário Geral 3º ciclo | 579 | 613 | 637 | 663 | 691 | 714 | 757 | 777 | 805 | 834 | 862 |
| Ensino Secundário Técnico 3º ciclo | 130 | 166 | 179 | 203 | 233 | 273 | 319 | 353 | 392 | 434 | 470 |
| IEFP | 55 | 66 | 76 | 64 | 64 | 51 | 56 | 50 | 54 | 47 | 50 |
| Instituto Pedagógico | 119 | 129 | 139 | 134 | 101 | 69 | 33 | 37 | 42 | 46 | 52 |
| Ensino Superior | 879 | 1 061 | 1 159 | 1 264 | 1 375 | 1 498 | 1 630 | 1 774 | 1 934 | 2 105 | 2 287 |
| Educação e Formação de Adultos | 59 | 73 | 77 | 82 | 86 | 91 | 96 | 101 | 107 | 112 | 119 |
| Gap sobre o orçamento corrente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de investimentos | | | | | | | | | | | |
| Ação Social Escolar - FICASE (projectos de investimento) | | | | | | | | | | | |
| Despesas correntes dos projectos de investimento | 198 | 568 | 595 | 614 | 855 | 893 | 937 | 986 | 1 047 | 1 112 | 1 183 |
| Pré-escolar | 7 | 43 | 46 | 51 | 56 | 61 | 66 | 71 | 76 | 81 | 86 |
| Ensino Básico | 146 | 470 | 489 | 502 | 522 | 547 | 581 | 622 | 666 | 714 | 764 |
| Ensino Secundário Geral 1º ciclo | 11 | 12 | 12 | 11 | 221 | 224 | 223 | 222 | 227 | 234 | 242 |
| Ensino Secundário Geral 2º ciclo | 8 | 11 | 12 | 13 | 15 | 16 | 17 | 17 | 18 | 18 | 19 |
| Ensino Secundário Geral 3º ciclo | 5 | 5 | 6 | 6 | 7 | 9 | 10 | 11 | 11 | 12 | 12 |
| Ensino Secundário Técnico 3º ciclo | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 | 4 | 4 | 5 | 5 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| IEFP | 8 | 10 | 12 | 10 | 10 | 8 | 8 | 8 | 8 | 7 | 8 |
| Instituto Pedagógico | 2 | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Ensino Superior | 9 | 13 | 15 | 18 | 21 | 24 | 28 | 32 | 36 | 40 | 45 |
| Educação e Formação de Adultos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de construção e outras (Veículos, etc) dos projectos de investimento | 7 | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| IEFP (projectos de investimento) | 39 | 47 | 55 | 46 | 46 | 38 | 41 | 36 | 40 | 35 | 37 |
| Despesas correntes dos projectos de investimento | 844 | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| Despesas de construção e dos projectos de investimento | 571 | 220 | 175 | 224 | 249 | 282 | 296 | 239 | 282 | 378 | 337 |
| Despesas de construção e outras de investimentos | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pré-escolar | 18 | 46 | 46 | 46 | 46 | 46 | 46 | 46 | 82 | 170 | 170 |
| Ensino Básico | 365 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 | 89 |
| Ensino Secundário Geral | | 86 | 40 | 89 | 114 | 147 | 161 | 105 | 111 | 120 | 79 |
| Ensino Secundário Técnico | 32 | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| Instituto Pedagógico | 114 | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| Ensino Superior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Educação e Formação de Adultos | 36 | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| Administração, Gestão e Coordenação do Sistema | | 836 | 825 | 884 | 1 150 | 1 213 | 1 273 | 1 262 | 1 369 | 1 525 | 1 558 |
| Necessidade de financiamento | | | | | | | | | | | |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

Com base nas arbitragens de política educativa tomadas como referência, conduziu-se o quadro de financiamento para o período 2011-2020 (quadro 9). Neste quadro, os montantes financeiros são exprimidos em milhões de ECV do ano 2009.

O enquadramento macrofinanceiro para a política educativa do país é caracterizado da seguinte forma:

- Os recursos públicos que serão afectados ao orçamento corrente para o sector no período 2011-2020 situa-se em 91 977 milhões de ECV, a preços de 2009, enquanto que as necessidades de financiamento para as despesas correntes são estimadas em 88 483 milhões de ECV, a preços de 2009. Assim, não se verifica GAP de financiamento quer para a totalidade do período considerado, quer por ano. Existe mesmo uma ligeira margem de manobra dado que os recursos públicos afectados ao orçamento corrente da Educação são superiores a 3494 milhões de ECV em relação às despesas correntes financiáveis para a totalidade do período 2011-2020.
- As despesas de investimentos conhecidas e consideradas aqui (que não são totais das despesas de investimento já que faltam certas informações necessárias para completar) situam-se em 11 895 milhões de ECV, a preços de 2009, para o período 2011-2020 e deverão ser financiadas através dos recursos públicos afectados ao orçamento de investimento da Educação e pela ajuda externa.

Além disso, parece oportuno avaliar as despesas suplementares suportadas pela abolição das despesas de inscrição no Ensino Secundário, 1º ciclo e o facto deste nível de ensino tornar-se obrigatório para que as instâncias de decisão políticas possam conhecer o custo real desta medida. A secção seguinte propõe-se avaliar o custo global desta medida.

IV.2 - Que custo global para um primeiro ciclo do Ensino Secundário obrigatório e sem despesas de inscrição?

O quadro 8.10, que se segue, sintetiza as despesas (totais e suplementares) ligadas à escolha de abolição das despesas de inscrição para o primeiro ciclo do Ensino Secundário obrigatório. A avaliação deste custo global é estabelecida em relação à situação de 2009 que é o ano de referência.

Parte-se do princípio de que, se o primeiro ciclo do Ensino Secundário não se tornasse obrigatório e continuasse a ser sempre oneroso para as famílias, o cenário retido é o *status quo* para os parâmetros relativos ao fluxo de alunos (taxas de transição entre Ensino Básico e

Ensino Secundário e taxas de sobrevivência dentro do primeiro ciclo do Ensino Secundário, primeiro ciclo) em relação a 2009. Em contrapartida, no que respeita a outros parâmetros que permitem, nomeadamente, melhorar a eficácia interna, as condições de aprendizagens, as ajudas aos mais desfavorecidos, estes são os mesmos para o cenário final retido que tem em conta o Ensino Secundário, primeiro ciclo obrigatório e sem despesas de inscrição.

Quadro 8.10 - Estimativa do custo global do Ensino Secundário primeiro ciclo obrigatório e sem despesas de inscrição e o custo acrescido em relação a um cenário com um Ensino Secundário primeiro ciclo não obrigatório e pagos, 2011-2020

| | Situação actual | Cenário ESG1 não obrigatório e despesas de inscrição pagas | | | Cenário ESG1 obrigatório e sem despesas de inscrição | | | Custo acrescido com ESG1 obrigatório e sem despesas de inscrição | | |
|---|-----------------|--|---------|----------|--|---------|-----------|--|-----------|-----------|
| | | 2009 | 2015 | 2020 | 2011-2020 | 2015 | 2020 | 2011-2020 | 2011-2020 | 2011-2020 |
| Despesas correntes | | | | | | | | | | |
| Taxa de transição real Ensino Básico - ESG 1º ciclo (%) | 95,0 | 95,0 | 95,0 | 95,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Taxa de sobrevivência (%) | 88,2 | 88,2 | 88,2 | 88,2 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % de repetentes | 22,3 | 18,3 | 15,0 | 15,0 | 18,3 | 15,0 | 15,0 | 15,0 | 15,0 | 15,0 |
| % de alunos no privado | 4,6 | 4,8 | 5,0 | 5,0 | 4,8 | 5,0 | 5,0 | 5,0 | 5,0 | 5,0 |
| Número de alunos por turma | 35,4 | 32,5 | 30,0 | 30,0 | 32,5 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 | 30,0 |
| Número de professores em sala de aula | 1013 | 1064 | 1031 | 1031 | 1150 | 1117 | 1117 | 1117 | 1117 | 1117 |
| Necessidade de professores | | 0 | 0 | 96 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 158 |
| Remuneração média de professores em % PIB / habitante | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 | 2,7 |
| Massa salarial de outro pessoal em % das massa salarial professores em sala de aula | 19,7 | 17,7 | 16,0 | 16,0 | 17,7 | 16,0 | 16,0 | 16,0 | 16,0 | 16,0 |
| Despesas administrativas e pedagógicas em % de PIB/habitante por aluno | 0,72 | 0,77 | 0,80 | 0,80 | 0,77 | 0,80 | 0,80 | 0,80 | 0,80 | 0,80 |
| Propinas por aluno em % PIB/habitante | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 |
| Massa salarial de professores em sala de aula (Milhões de ECV) | 698,7 | 966,0 | 1 176,6 | 932,6 | 1 044,1 | 1 247,7 | 1 071,8,7 | 1 247,7 | 1 247,7 | 786,1 |
| Massa salarial de outro pessoal (Milhões de ECV) | 137,4 | 170,7 | 188,3 | 1 727,8 | 184,5 | 204,0 | 1 864,1 | 204,0 | 1 864,1 | 136,3 |
| Despesas administrativas e pedagógicas (Milhões de ECV) | 46,5 | 55,1 | 70,6 | 565,6 | 62,1 | 79,9 | 632,3 | 79,9 | 632,3 | 66,7 |
| Transferências para estabelecimentos para substituir propinas (Milhões de ECV) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 47,0 | 50,8 | 378,7 | 50,8 | 378,7 | 378,7 |
| Orçamento das despesas correntes (Milhões de ECV) | 882,6 | 1 191,8 | 1 435,5 | 12 226,0 | 1 337,7 | 1 582,4 | 13 593,8 | 1 582,4 | 13 593,8 | 1 367,8 |
| Despesas de investimentos | | | | | | | | | | |
| Projecto de investimento Acção Social Escolar (FICASE) (despesas correntes) | | | | | | | | | | |
| Outras despesas de materiais didácticos em % de PIB/habitante por aluno | 0,03 | 0,07 | 0,10 | 0,10 | 0,07 | 0,10 | 0,10 | 0,10 | 0,10 | 0,10 |
| % de alunos beneficiários dos transportes escolares | 7,8 | 5,7 | 3,0 | 3,0 | 5,7 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |

| | | | | | | |
|---|-------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Transportes Escolares em % de PIB/habitante por beneficiário | 0,94 | 0,97 | 1,00 | 0,97 | 1,00 | 1,00 |
| % de alunos beneficiários de bolsas para propinas | 14,6 | 14,6 | 14,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Bolsa por beneficiário em ECV | 1 200 | 1 200 | 1 200 | 0 | 0 | 0 |
| % de alunos beneficiários das cantinas escolares | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Despesas alimentação cantinas escolares por aluno beneficiário em % de PIB/habitante | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,73 | 1,73 | 1,73 |
| Outras despesas das cantinas escolares em % de PIB/habitante por aluno beneficiário | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Outras despesas de materiais didácticos (Milhões de ECV) | 2,0 | 4,8 | 7,6 | 50,9 | 8,5 | 56,5 |
| Transportes Escolares (Milhões ECV) | 4,7 | 3,9 | 2,3 | 36,7 | 2,5 | 40,4 |
| Bolsas para propinas (Milhões ECV) | 4,4 | 3,6 | 3,1 | 35,6 | 0,0 | 9,0 |
| Despesas de alimentação cantinas escolares (Milhões de ECV) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 146,5 | 964,6 |
| Outras despesas das cantinas escolares (Milhões de ECV) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 78,6 | 84,7 | 557,6 |
| Despesas correntes dos projectos de investimento (Milhões de ECV) | 11,1 | 12,3 | 13,0 | 224,2 | 242,2 | 1 628,1 |
| Construção de salas equipadas e manutenção para Ensino Secundário Geral 1º, 2º, 3º ciclos | | | | | | |
| Novas salas nas escolas do Ensino Básico (para o 1º ciclo do Ensino Secundário) | | 0 | 0 | 0 | 39 | 92 |
| Novas salas nas escolas do Ensino Secundário | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Despesas de construção de salas equipadas e manutenção para Ensino Secundário Geral (Milhões de ECV) | | 88,7 | 88,7 | 88,7 | 205,7 | 276,0 |
| TOTAL DAS DESPESAS (Milhões de ECV) | | 1 292,8 | 1 537,2 | 1 650,6 | 2 030,3 | 3 148,7 |

Fonte: DGPOG-MED e cálculo dos autores

Comparando os dois cenários, constata-se que as receitas relativo a um Ensino Secundário, primeiro ciclo obrigatório e sem despesas de inscrição para todos é avaliado em 3148,7 milhões de ECV, a preços de 2009, no período 2011-2020. Este custo suplementar decompõe-se do seguinte modo para o período considerado (2011-2020): 1367,8 milhões de ECV suplementares para o orçamento corrente da Educação, 1504,9 milhões de ECV de 2009 suplementares para as despesas correntes dos projectos de investimento (orçamento investimento) e 276 milhões de ECV para a construção de novas salas de aula. Sobre este último ponto, nota-se que: i) a população em idade escolar que tem diminuído consideravelmente desde 2000 continua ainda a diminuir no horizonte 2020 e, por conseguinte, as necessidades de salas de aulas são fracas, ii) as únicas necessidades de salas de aulas consideradas necessárias para acolher alunos do 1º ciclo do Secundário aparecem em escolas de Ensino Básico (40% das salas do 1º ciclo do secundário estarão em escolas de Ensino Básico no horizonte 2020) a partir de 2018 em zonas rurais (92 novas salas entre 2018 e 2020). Não se considera construções de salas de aulas nos estabelecimentos do Ensino Secundário.

